

REVISTA MIGRAÇÕES

NÚMERO TEMÁTICO
ASSOCIATIVISMO IMIGRANTE
Organizado por Ana Paula Beja Horta

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO, ACIDI I.P.

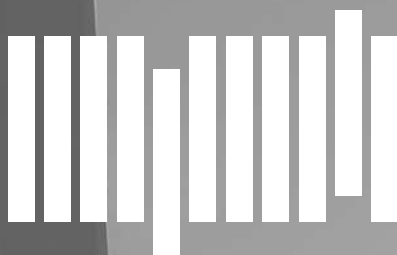


PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, L.P.



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

MIGRAÇÕES

Revista do Observatório da Imigração

N.º 6, Abril 2010

Director: Roberto Carneiro

Coordenação Editorial: Catarina Reis Oliveira

Coordenação Científica deste número:

Ana Paula Beja Horta

Colaboraram neste número os autores:

Alberto Rui Machado, Alcides Mendes,
Amparo González, Ana Paula Beja Horta,
Carlos Vianna, Elisabeta Ecaterina Necker,
Felismina Mendes, Francisco Pereira,
Isabel Cunha, João Sardinha, José Lino Neves,
Katia Pilati, Laia Jorba, Laura Morales,
Maria Beatriz Rocha-Trindade,
Maria Celeste Rogado Quintino,
Maria Helena Palacino, Paulo Mendes,
Rui Silva Pedro, Rosana Albuquerque

Assistente de Redacção: Cláudia Pires

Tradução: Claire Healy, Isabel Matos
e Ana Paula Beja Horta

Concepção Gráfica: António Souto

Propriedade do Título e Edição:

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e
Diálogo Intercultural, I.P.
Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa - Portugal

Periodicidade: Semestral

ISSN: 1646-8104

Correspondência:

Revista Migrações
Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa – Portugal
Email: migracoes@acidi.gov.pt

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Textype

Depósito Legal: 274574/08

- 07 Nota de Abertura**
Rosário Farmhouse, Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural
- 09 Nota do Director**
Roberto Carneiro, Coordenador do Observatório da Imigração
- 11 Introdução**
Ana Paula Beja Horta, Organizadora do Número Temático Associativismo Imigrante
- 37 I. INVESTIGAÇÃO**
- 39 Associativismo em contexto migratório**
Maria Beatriz Rocha-Trindade
- 59 Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal**
João Sardinha
- 81 Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta**
Maria Celeste Rogado Quintino
- 103 Participação cívica e trajectórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal**
Rosana Albuquerque
- 119 Políticas locais e associativismo imigrante em Espanha**
Laura Morales, Amparo González e Laia Jorba
- 145 Civic and political engagement by immigrant organisations in Italy. The case study of Milan**
Katia Pilati

- 161 II. PROGRAMAS E REFERÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS**
- 163 A Obra Católica Portuguesa de Migrações e o movimento associativo imigrante em Portugal. Percursos e desafios**
Rui da Silva Pedro
- 187 O papel da PERCIP no reforço do associativismo migrante**
Paulo Mendes
- 193 Integração e associativismo imigrante no município do Seixal**
Maria Helena Palacino
- 203 “Pelos Imigrantes, com os Imigrantes”**
Isabel Cunha
- 217 III. TESTEMUNHOS DE LÍDERES ASSOCIATIVOS**
- 219 O desafio das associações de imigrantes**
Carlos Vianna
- 233 Reflexões sobre o movimento associativo imigrante em Portugal**
Felimina Rosa Mendes
- 237 Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos?**
Francisco Pereira
- 241 O associativismo cabo-verdiano em Portugal – da Casa de Cabo Verde aos tempos de hoje**
Alberto Rui Machado
- 251 Ser associativo**
José Lino Neves

255 Associação Espaço Jovem – Um testemunho
Alcides Mendes

259 Conquista de mundos
Elisabeta Ecaterina Necker

índice

Rosário Farmhouse

Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

Instrumento fundamental na política de imigração assumida pelo Estado português desde 1999, o movimento associativo imigrante consignado na lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, assumiu rapidamente um papel relevante, quer no contributo para a definição das políticas públicas neste domínio, através da participação no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), quer no próprio acolhimento dos cidadãos imigrantes, através de parcerias estabelecidas com o ACIDI, para a participação de mediadores socioculturais no desempenho dos serviços de atendimento e informação aos imigrantes, prestados desde 2004, pelos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante em Lisboa e também na sua extensão em Faro e Porto.

A esta dimensão, pioneira na Administração Pública portuguesa e acolhida como exemplo de boas práticas a nível internacional, juntam-se todas as outras dimensões do associativismo imigrante abordadas nos estudos apresentados neste número temático da Revista Migrações e que vão desde a simples procura de espaços de convívio, ao preenchimento de uma grande diversidade de terrenos de actuação: do ensino à saúde, da formação ao envolvimento na defesa dos direitos de cidadania, dos socorros mútuos ao desporto.

Com este número da Revista Migrações retrata-se de forma aprofundada o papel do movimento associativo imigrante na construção de uma sociedade intercultural onde se aliam os dois objectivos definidos, à primeira vista, como opostos de preservação da identidade cultural de origem e integração na sociedade de acolhimento.

A experiência acumulada pelo ACIDI neste domínio comprova a justeza do princípio trabalhar para os imigrantes, com os imigrantes.

Esta co-responsabilidade na construção das sociedades democráticas onde todos somos participantes leva-nos a desejar um associativismo imigrante cada vez mais forte, contribuindo para quebrar a solidão daqueles que procuram, longe das suas comunidades de origem, um futuro melhor para si, em troca do trabalho que prestam para o desenvolvimento da comunidade que os acolhe.

Conhecer mais para agir melhor continua a ser o lema do Observatório da Imigração, e por isso agradecemos o trabalho desenvolvido pela investigadora Ana Paula Beja Horta na organização deste número, bem como aos investigadores e convidados que nele colaboraram. A todos o nosso reconhecimento!

nota de abertura

Roberto Carneiro

Coordenador do Observatório da Imigração

Václav Havel, dramaturgo e político de causas, publicou em 1979 um vigoroso ensaio a que chamou “The Power of the Powerless”, escrito na sequência da Carta 77, documento lapidado sobre a defesa dos direitos humanos fundamentais e sobre a corajosa denúncia da repressão totalitária que se fazia sentir na Checoslováquia, nesse conturbado tempo histórico.

Nestas reflexões sobre a condição humana, Havel retoma as teses de Hannah Arendt sobre a possibilidade de pessoas apolíticas, sem experiência de intervenção pública, quando adequadamente agrupadas e representadas poderem passar a ser protagonistas de novas esferas públicas que resultam em formas extraordinárias de poder.

Esta seria uma *polis* alternativa marcada pela responsabilidade pessoal, pela sede de cidadania e pela preocupação com o *outro*, que revolucionaria a natureza profunda da política como serviço e renovaria as instituições tradicionais, quicá mesmo vetustas, em que ela tem assentado.

Esta *polis* alternativa surgiria de uma extraordinária novidade: dar voz a quem não tem voz!

As novas esferas públicas emergentes neste contexto surgiriam, assim, da agregação associativa dos destituídos de voz que deliberariam passar a lutar por tê-la e a poder expressá-la, sem inibição de nenhuma espécie, como direito irrenunciável à liberdade de pensamento e de participação democrática.

Na sua lendária intervenção, pronunciada no Lincoln Memorial em Washington D.C. no dia 28 de Agosto de 1963, Martin Luther King legou-nos um sonho, uma utopia mágica, para a viabilização de uma humanidade fraterna, solidária e unida no essencial. Numa passagem empolgante de “I Have a Dream”, Luther King propõe numa simples fórmula: “we cannot walk alone”.

Caminhar juntos, como irmãos e irmãs, mão com mão entrelaçadas, apresenta-se como o único antídoto contra a política do ódio e da divisão da humanidade em artificiais critérios de cor, de raça, de língua, de cultura, de religião ou de condição socio-económica.

O associativismo migrante, cuja força de representatividade e de legitimação cidadã bem conhecemos, quer como povo de emigrantes quer como nação de imigrantes, radica nesta vontade de reconhecimento e de participação na vida da cidade, o qual viria a merecer, em 1999, um enquadramento legal específico.

Daí que a consagração de um número da Revista Migrações ao tema não surpreenda, antes interpele.

Temos em Portugal cerca de centena e meia de associações, 2/3 inteiramente legalizadas e 1/3 em processo de reconhecimento. Este capital de “intermediação” é decisivo para reduzir custos de informação e desperdícios de comunicação, numa área onde a informação e a comunicação nem sempre fluem com a rapidez e eficácia que é importante garantir.

Por outro lado, as associações **corporizam** direitos colectivos – ou, dito de outra forma, **direitos** culturais – que superam a esfera meramente individual dos direitos para valorizar a nação de nações, a comunidade de comunidades, a unidade na diferença e na complementaridade. Esses corpos intermédios, numa democracia consolidada, são ainda extremamente relevantes para assegurar elos robustos de ligação das comunidades migrantes com os respectivos países de origem, ligações que, doutra forma, correriam o sério risco de se ver precariamente garantidas e fragmentariamente experienciadas.

Dito isto, expressa-se também o voto conjugado de que este número temático ajude as associações a compreender o que delas se espera em termos de exemplaridade de comportamento no plano dos **deveres**, desde logo perante os seus associados e primeiros interessados numa representação condigna, mas igualmente na elevação e na qualidade da interlocução que, em nome de interesses legítimos que representam, levam a cabo com os demais parceiros da sociedade civil e com os organismos públicos relevantes para a área das migrações e do diálogo intercultural.

Só uma cidadania de direitos e de deveres contribui para a consolidação da democracia e para o fortalecimento de um diálogo aberto e produtivo que faz da lealdade e da confiança recíprocas o seu activo maior de continuidade.

A Prof. Ana Paula Beja Horta realizou um trabalho altamente meritório na concepção científica e execução material deste número da Revista Migrações. O indicador mais evidente da qualidade da coordenação científica e da liderança conceptual é o notável elenco de autores que conseguiu reunir para contribuir com artigos e escritos de grande originalidade e inegável valia.

Importa sublinhá-lo, desde investigadores conceituados a representantes qualificados do mundo associativo, coligaram-se boas vontades e sentido partilhado de projecto para dar corpo a uma revista que merece ser lida e saboreada nas suas três vertentes constitutivas: investigação, boas práticas, testemunhos.

A todos quantos se empenharam pessoal e institucionalmente na produção desta obra de referência – sem esquecer a discreta mas sempre eficiente presença de Catarina Reis Oliveira, coordenadora editorial da Revista – ao universo alargado de pessoas participantes na feitura deste número temático e que nos oferecem, por este meio, um exemplo marcante de cidadania de participação, deixamos expresso o nosso mais sincero reconhecimento.

Ana Paula Beja Horta*

Organizadora do Número Temático Associativismo Imigrante

Ao longo dos tempos, as associações migrantes têm desempenhado um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, inter-regionais e internas. Tradicionalmente, estas organizações têm-se revestido de uma multiplicidade de funcionalidades, constituindo-se como estruturas vitais de processos de socialização, de reforço de laços culturais comuns, de afirmação identitária, de solidariedades e de práticas de entreajuda, desempenhando um papel fundamental na vida dos migrantes face a situações de isolamento e, frequentemente, de adversidade decorrentes do percurso migratório. Por outro lado, as organizações de migrantes têm-se, igualmente, constituído como um espaço privilegiado de mobilização social e política visando a defesa dos interesses dos seus membros nas sociedades receptoras.

A relevância do associativismo migrante nos processos de fixação e de integração dos migrantes nos países receptores não é um fenómeno recente, tendo sido objecto de numerosos estudos realizados, sobretudo, nas áreas disciplinares da Sociologia e da Ciência Política, constatando-se, igualmente, o crescente interesse de análises vinculadas a outras áreas de conhecimento, designadamente no âmbito da Antropologia e da Geografia.

A nível internacional, a produção científica sobre o associativismo migrante tem vindo a ser caracterizada por múltiplas agendas de investigação, que se vão desenhando face a um fenómeno complexo e em rápida e constante mutação. No âmbito deste trabalho, não sendo nosso intuito apresentar uma revisão bibliográfica pormenorizada e extensiva dos estudos realizados nesta área, consideramos importante dar a conhecer aos leitores, ainda que em traços largos, as principais perspectivas que têm configurado esta área de estudo. Podemos, assim, identificar quatro grandes paradigmas, que têm vindo a ser objecto de investigação e de debate continuados, e que reflectem diferentes domínios de análise, pontos de vista e perspectivas.

O primeiro destes temas prende-se com o debate sobre o impacto das estruturas associativas dos migrantes na preservação da herança cultural e da afirmação dos valores e crenças de determinado grupo ou comunidade, bem como nos seus processos de adaptação e de integração nos países receptores.

Entre as décadas de sessenta e oitenta, a investigação tendeu a privilegiar uma perspectiva funcionalista do associativismo migrante. Nesta óptica, os estudos realizados incidiram essencialmente na caracterização dos processos de formação das associações de migrantes, bem como na identificação das principais funções desempenhadas por estas organizações em contextos imigratórios (Jenkins, 1988; Rex, *et. al.*, 1987; Rocha-Trindade, 1981). A sistematização dos factores que condi-

* Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta/
/Researcher at the Centre for the Study of Migration and Intercultural Relations (CEMRI), Universidade Aberta.

cionam a criação de associações migrantes bem como as tipologias e esquemas de categorização apresentados viriam, sobretudo, a dar enfoque a três grandes domínios de influência e de intervenção das associações, estreitamente relacionados com funções de cariz étnico-identitário, bem como de natureza social e material. Dada esta matriz de interpretativa, fortemente configurada pelas noções da assimilação, integração e da etnicidade, alguns autores viriam a considerar as associações migrantes como um sério entrave à integração dos migrantes na sociedade de destino. Para Breton (1964) e Reitz (1980) a criação e a persistência de associações migrantes contribuem para a segregação social, limitando os quadros de interação social do grupo com a sociedade maioritária. Para estes autores, o isolamento social é tanto maior quanto maior for o tecido institucional paralelo criado pelas comunidades imigradas. Este traduz-se na existência de um número muito diversificado de organizações (por exemplo, escolas, comércio, serviços vários, meios de comunicação, associações culturais e sociais) especialmente dirigidas para a satisfação das necessidades do grupo.

Já a partir de uma perspectiva oposta, vários autores evidenciaram os aspectos positivos das associações de migrantes que combinam, por um lado, a dimensão étnica, cultural e simbólica com uma outra dimensão mais instrumental e facilitadora dos processos de inserção na sociedade receptora. A nível identitário e cultural a existência destas organizações, independentemente da sua natureza formal ou informal, potencia a partilha de valores e de práticas culturais, que tendem a reforçar uma identidade étnica colectiva (Rex, 1994). Por outro lado, o sentimento de pertença comum, bem como as sociabilidades geradas no âmbito das dinâmicas associativas, tendem a proporcionar um refúgio psicossocial, que permite atenuar e, até mesmo, ultrapassar os obstáculos e as dificuldades com as quais os migrantes se confrontam, especialmente, numa primeira fase de fixação e de adaptação ao novo meio (Jenkins, 1988; Rocha-Trindade, 1988). No que respeita ao plano material, as estruturas organizativas dos migrantes são, igualmente, percebidas como importantes agentes de mediação e de integração. As redes sociais e as estratégias de entajuda e de solidariedade que se formam no seio das associações permitem aos seus membros aceder a um conjunto de recursos indispensáveis para o seu estabelecimento, quer a nível do mercado de trabalho, da habitação, da educação e da saúde (Layton-Henri, 1990; Rocha-Trindade, 1981).

Além das dimensões culturais, recreativas, sociais e económicas do associativismo migrante, a mobilização social e política tem emergido, igualmente, como uma importante vertente de intervenção. Ao longo dos tempos as organizações migrantes têm-se constituído, igualmente, como espaços de mobilização colectiva para a defesa dos interesses dos seus membros. A partir de uma abordagem mais veiculada ao âmbito disciplinar da sociologia, os estudos realizados têm sublinhando, sobretudo, as diferentes configurações e modalidades de acção colectiva sustentadas em estratégias identitárias e étnicas. Neste âmbito, particular atenção tem sido dada às acções protagonizadas pelas associações no espaço público de participação política e cívica, especialmente aos processos de mobilização étnica e às formas de actuação no cam-

po reivindicativo de direitos de cidadania, igualdade de oportunidades, combate ao racismo e à discriminação (Drury, 1994; Hargreaves, 1995; Rex, 1996).

Mais recentemente, o estudo do processo organizativo migrante tem vindo a ser configurado por abordagens que privilegiam uma análise mais alargada e comparativa dos processos de formação e manutenção das associações. A título exemplificativo, o estudo de Moya (2005) fornece-nos uma perspectiva histórica e global do associativismo migrante, mapeando, de forma inovadora, a complexa relação entre processos globais, nacionais e locais na configuração das práticas associativas no contexto migratório da actualidade. A partir de um diferente eixo de análise Schrover e Vermeulen (2005) atribuem grande centralidade à identificação dos factores que potenciam a formação e a manutenção das estruturas associativas migrantes. Em ambos os estudos, além das características inerentes às próprias comunidades, as oportunidades institucionais da sociedade receptora e dos países de origem surgem como importantes determinantes do associativismo migrante. Neste sentido, o debate iniciado há três décadas sobre os impactos das estruturas associativas na integração das comunidades migrantes ganha hoje em dia uma nova dimensão analítica e empírica, que nos remete para um segundo grande domínio de investigação sobre o associativismo migrante.

Presentemente, uma importante vertente de pesquisa do associativismo migrante centra-se na análise da relação entre os quadros institucionais das sociedades receptoras, mais especificamente os regimes de cidadania, bem como os modelos de integração específicos a cada país, e a organização política dos imigrantes (Soysal, 1994; Ireland, 1994; Koopmans e Statham, 2000). Nesta linha, os estudos realizados sustentam que os quadros institucionais das sociedades de acolhimento têm uma importância crucial no processo organizativo dos imigrantes, que tende a configurar-se, de forma diferenciada, em função dos “regimes de incorporação” e da natureza da estrutura política de oportunidades existentes. Ou seja, as formas organizativas, objectivos, tácticas e estratégias de mobilização política dos migrantes, bem como as modalidades de participação na sociedade de acolhimento são condicionadas, em grande medida, pelo tipo de políticas de imigração, regimes de cidadania e filosofias de integração dominantes. Neste âmbito, os debates têm-se centrado, sobretudo, na influência de factores estruturais, que ganham expressão quer a nível transnacional, quer a nível nacional e local na configuração das diferentes estruturas de oportunidade, que poderão facilitar ou bloquear a participação dos migrantes e a gestão dos processos de integração. Ainda assim o debate tem vindo a ser polarizado por alguns autores que defendem (Soysal, 1994; Koopmans, 2000) o papel decisivo do quadro institucional estatal a nível nacional na criação de estruturas de oportunidades políticas, enquanto que para outros a moldura institucional local constitui um factor determinante da acção colectiva migrante (Bousetta, 1997; Penninx *et al.*, 2004).

Um terceiro tema que tem dominado as agendas de investigação prende-se com as noções de capital social étnico e de integração política dos migrantes. A investigação realizada neste domínio parte da hipótese que a densidade das redes sociais das

organizações migrantes tende a aumentar o capital social organizativo, o qual tem um impacto positivo na participação política dos migrantes (Fennema e Tillie, 2001; Fennema, 2004). Tendo por base este pressuposto, os estudos realizados em Amesterdão bem como em outras cidades europeias, viriam a analisar as redes sociais organizativas migrantes bem como os seus níveis de integração política (Berger, Galonska e Koopmans, 2004; Jacobs, Phalet e Swyngedouw, 2004).¹ A título exemplificativo, o estudo comparativo entre associações de migrantes oriundos da Turquia, do Suriname e das Antilhas, sediadas em Amesterdão, mostrou que as associações com um capital social étnico mais elevado são, igualmente, as que evidenciam uma maior confiança e participação políticas no país receptor. Os resultados da pesquisa sublinham, ainda, que a pertença a associações migrantes potencia a participação cívica noutras organizações cívicas da sociedade civil. Pretendeu-se, ainda, alargar este campo de análise a uma escala micro das dinâmicas individuais, quer da população migrante quer da população autóctone (Jacobs e Tillie, 2004).

Nos últimos anos, esta agenda de investigação tem ganho especial relevo a nível científico e político. No campo científico, a análise da integração política de migrantes no que respeita às atitudes e orientações políticas, bem como à natureza da sua participação cívica e política, expandiu-se a um conjunto alargado de países da União Europeia, que têm vindo a realizar estudos sistemáticos nesta área.² Quanto às implicações políticas destes estudos e tendo em conta que a participação das populações migrantes na vida pública e política continua a ser uma das áreas mais deficitárias das actuais políticas de integração no contexto europeu,³ o movimento associativo migrante surge como um protagonista incontornável dos processos de integração política e cívica.

Por último, podemos identificar a crescente produção científica sobre as dinâmicas das comunidades migrantes e das suas associações em espaços alargados de interacção, que extravasam os contextos locais e nacionais dos países de destino (Faist, 2000; Levitt e Glick Schiller, 2003; Portes, 2003; Rex, 1996; Rocha-Trindade, 1995; Vertovec e Cohen, 1999). O crescente número de estudos centrados em eixos temáticos orientados em torno de noções como “comunidades migrantes transnacionais” e “espaço social transnacional” têm pretendido captar os novos contornos das redes de interacção dos migrantes, quer com o país de origem quer com outras comunidades migrantes da diáspora. A nível das dinâmicas sociais, as práticas transnacionais, alimentadas por redes de interacção a distância e por fluxos materiais e simbólicos são entendidas como elementos mediadores de produção e de reprodução de identidades, valores e pertenças, que se jogam quer a nível colectivo (formal e informal) quer a nível individual. Na esfera organizativa, as inúmeras organizações do tipo *hometown associations*, que congregam migrantes oriundos de determinadas regiões, vilas e aldeias de origem têm sido vistas como importantes agentes de desenvolvimento local no país de origem, funcionando, igualmente, como espaços de actualização de pertenças e de múltiplas identidades.

Por último, a mobilização política dos migrantes e das suas associações a nível transnacional tem, igualmente, vindo a ser objecto de um conjunto assinalável de estudos realizados no contexto europeu e norte-americano (Portes, 2003; Guarnizo e Smith, 1998; Itzigsohn, 2000; Østergaard-Nielsen, 2003). Estes contributos evidenciam o papel determinante das redes transnacionais políticas em potenciar o capital social e político dos migrantes e das suas associações, quer no país de destino quer no país de origem. Além disso, as actividades desenvolvidas por estas organizações no espaço transnacional possibilitam a criação de espaços alargados de intervenção, dando lugar a novas modalidades de participação e a novas práticas de cidadania (Bauböck, 2003; Glick Schiller, 2005; Ho, 2008; Smith e Bakker, 2008).

Nesta breve incursão nos principais debates sobre o associativismo migrante importa, pois, salientar a emergência de novos eixos temáticos, que tendem a privilegiar factores de ordem estrutural, designadamente o estudo dos quadros institucionais do país receptor e do país de origem na configuração do processo organizativo migrante. Por outro lado, o enfoque dado às redes sociais e ao capital social étnico traz para o centro do debate científico e político o papel decisivo das associações como agentes potenciadores da integração cívica e política dos migrantes. Por último, a componente transnacional dos estudos sobre o associativismo migrante tem permitido o desenvolvimento de uma perspectiva mais alargada das dinâmicas associativas, que ganham especial importância e expressão no cruzamento de múltiplas realidades locais, nacionais e transnacionais.

A investigação em Portugal. Principais domínios de análise

No último quartel do século XX, Portugal, país tradicionalmente de emigração, consolidou a sua posição, também, como um país de imigração. De facto, como Rocha-Trindade refere neste volume, Portugal constituiu-se como um “país de migrações”. A par dos continuados fluxos emigratórios, que nos últimos anos têm ganho especial dimensão, a realidade imigratória é hoje uma componente fundamental da sociedade portuguesa. Em 2008, o total de estrangeiros em situação regular no país estimava-se em 440.277, representando cerca de 4.2% da população total residente.⁴

Ao longo das últimas duas décadas o crescimento sustentado dos fluxos imigratórios tem vindo a ser acompanhado pelo desenvolvimento do movimento associativo imigrante, que presentemente conta com um total de 184 associações das quais 124 encontram-se oficialmente reconhecidas pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, IP.⁵ Os processos de formação das associações de imigrantes bem como a sua consolidação e protagonismo na esfera política e social da sociedade portuguesa têm sido alvo de um crescente interesse por parte das agendas de investigação em Portugal. Contudo, é a partir do início dos anos 2000 que se assiste a um aumento significativo de estudos sobre o fenómeno do associativismo imigrante, atestando a preocupação dos investigadores em acompanhar uma realidade em rápida transformação. Ainda assim, no recente levantamento bibliográfico da produção

científica realizada entre 2000 e 2008, sobre imigração e minorias étnicas, o associativismo imigrante não constitui um domínio temático, encontrando-se, no entanto, incluído numa das temáticas mais estudadas, ou seja “Políticas, regulações jurídicas e cidadania” (Machado e Azevedo, 2009; Machado, Azevedo e Matias, 2009). Dos títulos recenseados nesta secção temática, verificamos que aproximadamente 25% são publicações que abordam o movimento associativo imigrante nas suas múltiplas vertentes. Estudos sobre os processos de formação e lógicas de actuação das associações de imigrantes, o papel do associativismo na integração das comunidades imigrantes, as estruturas organizativas migrantes e as modalidades de participação política e cívica, a relação entre o associativismo e o Estado, o associativismo e cidadania, a participação associativa dos descendentes de imigrantes e as dinâmicas associativas transnacionais evidenciam bem a abrangência desta problemática.

Além da bibliografia directamente centrada no associativismo imigrante, podemos identificar, igualmente, um número considerável de estudos sobre a imigração que contemplam a dimensão da participação associativa, ainda que de forma parcelar. De facto, do levantamento bibliográfico atrás referido o conceito associativismo figura entre os dez conceitos mais utilizados (Machado e Azevedo, 2009).

No âmbito desta introdução pretendemos, sobretudo, identificar os principais eixos temáticos da investigação produzida em Portugal, propondo, em seguida, algumas linhas de investigação futura.

Entre os primeiros estudos que fornecem uma perspectiva abrangente da imigração e em particular do associativismo imigrante em Portugal importa sublinhar os trabalhos produzidos por Machado (1992, 2002). No início da década de noventa, o trabalho pioneiro de Machado (1992) sobre a mobilização da etnicidade em Portugal constitui um importante contributo para o estudo da acção colectiva imigrante. A análise destaca o papel determinante do Estado na configuração das acções organizativas migrantes numa fase inicial até aos finais da década de oitenta. Conclui-se que a fraca capacidade de mobilização e de afirmação política dos imigrantes prendeu-se com factores de várias ordens designadamente: o carácter recente dos fluxos migratórios; a existência de um tecido associativo frágil potenciado pela situação de ilegalidade e as condições de vida precárias de largos segmentos da população imigrante; as orientações políticas dos líderes associativos, que procuravam, sobretudo, investir na esfera política do país de origem e, por último, mas não menos importante, a existência de um Estado-Providência que não reconhece as associações de imigrantes como um interlocutor na gestão dos problemas da imigração, tornando assim invisível as questões da imigração em Portugal. A partir dos meados da década de noventa esta situação viria a mudar rapidamente, passando-se do “grau zero” da mobilização da etnicidade para uma situação de “politização da etnicidade” (Machado, 2002). Segundo o autor esta mudança deveu-se, sobretudo, à acção estratégica e reguladora do Estado, que se traduziu na implementação de políticas e de canais institucionais de gestão dos fluxos migratórios visando a integração das populações imigrantes.

Outros trabalhos extensivos são os contributos de Rocha-Trindade (1995) e de Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000). Este último procura oferecer uma panorâmica geral da evolução do movimento associativo imigrante desde os anos 70 até aos finais da década de 90 do século XX. Na análise apresentada são identificadas as principais áreas de intervenção das associações imigrantes, as formas de mobilização e a natureza das relações inter-institucionais estabelecidas com os vários níveis de governo central e do poder local e com a sociedade civil. Após uma fase inicial de fraca mobilização e de práticas associativas predominantemente de carácter assistencial passa-se para uma fase de politização e de alargamento das áreas de intervenção das associações imigrantes, que no início do novo milénio assumem-se como importantes parceiros sociais na relação com o governo central, com o poder local e com instituições e organizações migrantes transnacionais. A análise do percurso evolutivo do movimento associativo sublinha, por um lado, o reconhecimento oficial das estruturas organizativas imigrantes pelo Estado, ampliando assim a esfera de intervenção pública e política das comunidades imigrantes. Por outro lado, a profissionalização das associações tem implicado uma maior dependência de fundos públicos e de subsídios quer nacionais quer internacionais, com repercussões no grau de autonomia das associações face ao poder instituído. Hoje em dia esta questão assume particular importância dado o crescente grau de profissionalização das associações, que, em alguns casos, se configuram, sobretudo, como organizações de prestação de serviços sociais. A emergência de novos modelos de actuação é merecedora de um estudo aprofundado sobre as lógicas organizativas do associativismo imigrante na actualidade e face a um Estado-Providência em retracção.

Ainda no âmbito de estudos mais abrangentes sobre participação cívica em que as práticas associativas imigrantes ganham especial enfoque, é importante mencionar os trabalhos de Teixeira e Albuquerque (2005) e Sardinha (2005). Inseridos no Projecto Internacional POLITIS,⁶ que pretendeu caracterizar a participação cívica dos imigrantes em 25 países da União Europeia, os trabalhos apresentados incidem sobre a relação entre o quadro institucional e a mobilização política de imigrantes de países terceiros, especialmente protagonizada pelo movimento associativo imigrante. Um dos maiores méritos destes trabalhos é a amplitude e o rigor da análise que contempla as múltiplas manifestações das práticas associativas, destacando as relações inter-institucionais a nível local e central, bem como para as novas formas de activismo por parte dos jovens descendentes de imigrantes. Recentemente, o trabalho de Peixoto e Figueiredo (2008) explora a relação entre o associativismo imigrante e as instituições públicas, com enfoque no estudo de caso do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAL). Esta linha de análise afigura-se de particular interesse, especialmente, tendo em consideração a importância destes canais institucionais na representação pública e política das comunidades imigrantes.

No plano mais diverso, contam-se, ainda, vários contributos provenientes de instituições oficiais e de organizações da sociedade civil. Tendo como principais objectivos a visibilidade e o debate sustentado sobre a imigração em Portugal, destacamos, entre muitas outras igualmente importantes as publicações como as do Centro Pedro Alves

Correia (CEPAC) - *Cadernos CEPAC* - , SOS Racismo (2002), bem como as múltiplas referências e documentação sobre o associativismo imigrante produzidas por outras instituições públicas e organizações não governamentais, designadamente a Obra Católica Portuguesa das Migrações, bem como as centrais sindicais – A União Geral de Trabalhadores (UGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), que na década de noventa criaram estruturas específicas dirigidas à população imigrante. A nível do poder local e do governo central, com especial destaque para o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI – ACIDI, IP), temos vindo, igualmente, a assistir, nas últimas duas décadas, a uma crescente produção de documentos, relatórios, diagnósticos e informação estatística sobre o movimento associativo imigrante. A par da documentação institucional importa, ainda, referir o manancial de informação e estudos produzidos pelas próprias associações, que constituem um acervo valioso, por vezes pouco explorado, sobre a evolução e consolidação do movimento associativo imigrante em Portugal.

Uma vertente importante do associativismo imigrante é o estudo aprofundado de associações de diferentes nacionalidades. Com especial incidência nas associações de imigrantes africanos lusófonos, os estudos realizados tendem a oferecer uma caracterização dos processos de formação e de consolidação destas organizações, identificando diferentes lógicas de actuação e domínios de intervenção tanto no espaço nacional como no transnacional (Alegret, 2001; Batalha, 2004; Carita e Rosendo, 1993; Horta e Malheiros, 2004; Paulino, 2003; Sardinha, 2005, 2009; Viegas, 1998). A par dos estudos centrados num grupo imigrante específico, um esforço de análise comparativa tem vindo a ser desenvolvido, sendo de destacar, entre outros, o trabalho de Mapril e Araújo (2002) sobre o associativismo cabo-verdiano e chinês. Dadas as características dos grupos, as dinâmicas associativas configuram-se de forma diferente, com impactos diversificados nos processos de integração. Enquanto as práticas associativas dos imigrantes cabo-verdianos têm privilegiado a intervenção e a assistência social junto dos mais carenciados, no caso da população chinesa as redes associativas ganham especial protagonismo na esfera empresarial e comercial. Em ambos os casos, as redes transnacionais com o país de origem e com as comunidades na diáspora assumem particular importância. Ainda a partir de uma perspectiva comparativa, e de particular interesse, é o estudo de Grazzi e Melo (2007) que conjuga as dimensões do associativismo emigrante e imigrante a partir de estudos de caso centrados nas práticas associativas de emigrantes portugueses na Bélgica e no Reino Unido e no associativismo cabo-verdiano e angolano em Portugal, com especial enfoque no papel de mediação institucional desempenhado pelas estruturas organizativas migrantes na relação com os Estados-nação, bem como nos processos de reconfiguração identitária e de integração social.

Uma outra linha de investigação tem-se centrado na relação entre as práticas associativas, o poder local e as políticas de integração. Nas últimas décadas, os espaços urbanos tornaram-se lugares estratégicos de reivindicação social, cultural, económica e política por parte das populações imigrantes. Face a estas novas realidades, o quadro político e institucional local tem sido, em grande medida, responsável pelo

maior ou menor grau de inclusão das populações migrantes no tecido social e político da cidade. Tomando a cidade como unidade de análise, vários estudos têm vindo a ilustrar o modo como a estrutura de oportunidades políticas tende a configurar os modelos de mobilização colectiva dos imigrantes. A partir do estudo de caso das associações cabo-verdianas nas municipalidades de Lisboa, Amadora e Oeiras constata-se que um défice de canais institucionais locais tende a excluir as populações imigrantes dos processos de decisão política, acentuando, em alguns casos, a sua marginalização. Por outro lado, as instituições e organizações não-governamentais têm vindo a constituir-se como interlocutores privilegiados das associações imigrantes, as quais têm vindo a ocupar um espaço cada mais alargado de intervenção social à medida que se assiste à retracção do Estado na esfera das políticas sociais. Por último, a mobilização colectiva local tende a capitalizar nos recursos existentes no quadro político-partidário local. Contactos formais e informais e coligações temporárias entre líderes associativos e os partidos políticos criam espaços alternativos de intervenção das associações na vida política local (Horta, 2002, 2004a; 2004b; Sousa, 2003). Por sua vez, o trabalho de Marques e colaboradores têm ilustrado bem as dinâmicas associativas locais no quadro de interacção com as instituições públicas no concelho de Oeiras (Marques *et al.*, 1999; Marques e Santos, 2004; Marques *et al.*, 2008). Os vários estudos realizados evidenciam estratégias de gestão política local dirigidas ao munícipe enquanto cidadão, independentemente da sua origem étnica e cultural. Decorrente de uma gestão local não etnicizada os autores sustentam que a participação dos imigrantes é, sobretudo, determinada por processos de topo para a base, e não tanto o resultado da mobilização das organizações locais face ao poder institucional. Por outro lado, é, igualmente, sublinhada a importância da estrutura de oportunidades na inclusão das associações como parceiros sociais nos processos de decisão política quer a nível nacional quer a nível local. Mais recentemente, o trabalho de Dionísio (2009) explora o impacto das políticas locais na acção colectiva dos imigrantes da Europa de Leste, a residir no concelho de Lisboa. Utilizando um modelo de análise similar aos estudos atrás citados, conclui-se que face a uma estrutura de oportunidades caracterizada pela ausência de canais institucionais eficazes e especialmente dirigidos às populações imigrantes, são as organizações e instituições não governamentais que assumem um papel determinante nos processos de integração, funcionando como interlocutores privilegiados das associações de imigrantes. As associações tendem a direccionar as suas actividades para a esfera sócio-económica e cultural. Por último, importa referir o trabalho de Alegret (2002) que examina as formas de participação política dos imigrantes em Lisboa e Barcelona. O interesse deste trabalho prende-se com o esforço na abordagem comparativa transnacional, que merece ser mais explorada nos estudos sobre o associativismo imigrante no contexto português.

Mais recentemente o estudo sobre as práticas organizativas e a participação política dos imigrantes tem sido aprofundado. A partir de uma perspectiva de análise que privilegia o papel do capital social nos processos de integração política dos imigrantes, vários estudos têm evidenciado o modo como as redes sociais potenciam uma maior participação política das associações imigrantes nas sociedades receptoras (Horta e

Malheiros, 2006). Os autores exploram o conceito de capital social étnico no contexto das associações cabo-verdianas na região de Lisboa, de modo a compreender o seu impacto na capacidade de mobilização e de intervenção política destas organizações. Seguindo uma perspectiva de análise idêntica, o estudo de Pereira (2007) incide sobre a relação entre capital social, as dinâmicas organizativas e a participação política das associações de angolanos, guineenses e europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa. Já numa abordagem comparativa, o estudo sobre as associações cabo-verdianas na região de Lisboa e em Roterdão procede à caracterização da estrutura organizativa das associações bem como à identificação das redes intra e inter-associativas (Horta, Malheiros e Graça, 2008). Os resultados da pesquisa tendem a sustentar a hipótese que a densidade das redes sociais em que as associações imigrantes se inscrevem constitui um importante catalizador de participação cívica e política. Ou seja, as organizações com redes sociais mais densas tendem a participar mais na esfera política e pública. Esta é uma linha de pesquisa que precisa ser, obviamente, mais aprofundada e desenvolvida numa perspectiva teórica mais ampla, que contemple outros factores que intervêm na configuração de padrões diferenciados de participação política dos imigrantes, não só a nível colectivo, mas também a nível individual, designadamente o quadro institucional e político em que as associações se inserem, e as características sócio-demográficas das comunidades e dos imigrantes.

Num outro plano de análise, mas ainda no âmbito de quadro teórico do capital social e do associativismo imigrante, merece claro destaque o trabalho de Albuquerque (2008) sobre o associativismo dos descendentes de imigrantes lusófonos africanos. A partir da análise de trajectórias de vida de jovens de descendência africana (na sua grande maioria de origem ou descendência cabo-verdiana) a autora defende que o associativismo promove a aquisição de capital social e cultural, constituindo-se como um espaço que potencia a mobilidade social e a promoção da cidadania. O trabalho, dada a sua pertinência e a actualidade, constitui um importante contributo para o estudo das estruturas organizativas de descendentes de imigrantes e, num plano mais lato, para um melhor conhecimento das oportunidades de integração e de participação cívica e política destas populações mais jovens. Contudo, o tema das práticas associativas dos jovens imigrantes encontra-se ainda pouco explorado e, dada a sua importância, merece, decerto, uma maior visibilidade nas agendas políticas e no debate científico.

Um outro eixo temático que tem vindo a ser desenvolvido incide sobre a questão do associativismo e da cidadania. A concepção tradicional das associações imigrantes como espaços de actualização de pertenças culturais e comunitárias, bem como de mediação dos processos de integração social dos imigrantes na sociedade de acolhimento, tem vindo a ser alargada ao campo político-ideológico dos direitos de cidadania. De facto, o tema da cidadania inscreve-se, em grande medida, nos diversos estudos acima mencionados e em muitos outros que, dado o âmbito deste trabalho, não foram referidos, mas que são certamente referências importantes. Importa, no entanto sublinhar um conjunto de estudos que têm vindo a integrar a problemática da cidadania nas suas análises sobre a acção colectiva dos imigrantes (Albuquerque, 2008; Horta, 2004; Pires, 2004; Sousa, 2003). Poderíamos afirmar que, apesar da di-

versidade de ângulos de análise específicos a cada um destes estudos, sobressai um traço comum que os une e que se prende com uma noção de associativismo imigrante como um processo potenciador, quer da mobilização colectiva de reivindicações quer da expressão dos interesses do indivíduo enquanto cidadão. Neste sentido, o associativismo imigrante permite a articulação de uma pluralidade de discursos, códigos, significados e de práticas que se expressam na formação estratégica de identidades e no exercício de novas formas de participação cívica e de cidadania.

O último tópico de debate, que se cruza, em certa medida, com o anterior, é o das práticas transnacionais do movimento associativo imigrante. A vertente transnacional da acção colectiva das comunidades imigrantes tem vindo a ganhar particular importância nas agendas de investigação no contexto nacional e internacional. No caso português, verifica-se um crescente interesse por parte dos investigadores no estudo das redes transnacionais das estruturas organizativas imigrantes, com especial destaque para a comunidade cabo-verdiana (Góis e Marques, 2008; Grazzi e Melo, 2007; Horta, 2004; Malheiros, 2001; Quintino, 2004; Mapril e Araújo, 2002; Sardinha, 2005). Os estudos realizados destacam as múltiplas dimensões culturais, sociais, económicas e políticas que configuram o quadro transnacional de interacção das populações imigrantes com o país de origem e com as comunidades na diáspora. A formação e a consolidação de um espaço social transnacional, onde se negociam pertenças, interesses, quadros ideológicos, estratégias de actuação e novas noções de cidadania, tem proporcionado às associações imigrantes o acesso a um conjunto alargado de recursos materiais e simbólicos, que tende a ampliar a esfera de influência e de intervenção destas organizações a múltiplos níveis do local, nacional e internacional.

Propostas de investigação futura

O campo de análise do associativismo migrante é, como vimos, abrangente, sendo numerosas as áreas de investigação que se podem explorar e aprofundar. Deixamos aqui algumas propostas de pesquisa futura que, do nosso entender, pretendem, sobretudo, colmatar a escassez de conhecimentos na agenda de investigação sobre imigração e associativismo e que na nossa perspectiva requerem uma maior atenção e desenvolvimento.

Um primeiro tema que consideramos importante explorar prende-se com o estudo das dinâmicas associativas de comunidades imigrantes mais recentes, designadamente da Europa de Leste. Existem já alguns trabalhos sobre o movimento associativo destas populações imigrantes, caracterizadas por uma grande heterogeneidade cultural, social, política e religiosa e com diferentes modos de inserção na sociedade portuguesa. Importa no, entanto, conhecer melhor as diferentes estruturas organizativas específicas a cada uma delas, bem como a natureza das suas redes intra e inter organizacionais. Quais são as questões em torno das quais estas comunidades se mobilizam e que quais são as formas que tais mobilizações colectivas assumem? Que identidades são forjadas no seio das diferentes associações? Que tipo de relações

estabelecem entre si, com o movimento associativo imigrante em Portugal e com as instituições públicas? Que alianças políticas são criadas e sustentadas pelas diferentes associações de imigrantes da Europa de Leste?

Nesta mesma linha de estudos de caso do associativismo imigrante, como sabemos, a produção científica neste domínio tem privilegiado especialmente as comunidades lusófonas africanas, o que se justifica face à sua expressão numérica e à densidade do tecido associativo. Ainda assim, torna-se necessário estudar mais sistematicamente as práticas associativas de comunidades que se têm mantido pouco visíveis ou quase invisíveis nas agendas de investigação sobre a mobilização colectiva imigrante. Entre outras, é de destacar as comunidades africanas não lusófonas, a comunidade indiana, chinesa e timorense, bem como as comunidades de imigrantes da Europa dos Quinze.

Ainda numa outra vertente desta linha de investigação, dado os diferentes âmbitos de intervenção das associações imigrantes, é necessário mapear de forma sistemática as plataformas e federações associativas, bem como as associações imigrantes que operam quer a nível nacional, quer a nível regional e local, com especial enfoque nos seus objectivos, actividades, modelos de intervenção, capacidade de mobilização e formas de participação política e cívica.

Uma outra área que merece estudos adicionais diz respeito ao associativismo de jovens descendentes. Embora este grupo constitua um dos grupos mais estudados (Machado e Azevedo, 2009), a análise das práticas associativas deste segmento da população imigrante, salvo raras excepções é, ainda, muito escassa. Além disso, verifica-se que os trabalhos realizados se concentram, sobretudo, nos jovens de descendência africana, em particular a cabo-verdiana. Interessaria, pois, investigar comparativamente o fenómeno do associativismo imigrante noutros grupos de descendentes de origem africana e em outros segmentos da população juvenil imigrante (por exemplo, indianos, e nos próximos anos também os brasileiros e europeus de leste) a fim de melhor compreendermos a natureza do envolvimento destas novas gerações no associativismo e nas múltiplas formas que a mobilização colectiva tende a assumir numa sociedade marcada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. A caracterização dos valores, dos objectivos, das lideranças e das estratégias de intervenção dos jovens descendentes no associativismo imigrante permite perspectivar os potenciais novos idiomas de mobilização colectiva e de cidadania.

No plano da acção colectiva imigrante e das relações inter-institucionais destacaríamos duas principais linhas de pesquisa a explorar. A primeira reporta-se às relações entre as associações imigrantes e as instituições públicas. Na última década, temos vindo a assistir a um crescente número de publicações que têm analisado o impacto dos modelos de integração no tecido associativo imigrante, com especial enfoque nas políticas estatais e no quadro institucional local. No entanto, tal como em outros países da Europa do Sul, este tema não tem sido objecto de uma pesquisa abrangente e sistemática. No caso português, a nível mais global das molduras institucionais a mo-

nitorização das políticas de imigração e de integração apresenta-se como uma área de estudo que merece ser desenvolvida. A avaliação dos canais institucionais de gestão da imigração e, em particular, os dirigidos ao associativismo imigrante permite identificar melhor as oportunidades e as limitações das actuais políticas adoptadas, trazendo assim para o debate público as lógicas e perspectivas futuras do modelo de integração, mais concretamente no plano da participação cívica e política e do associativismo imigrante.

À escala local, a investigação sobre esta temática tem-se concentrado, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa, em particular nas municipalidades de Lisboa, Amadora e Oeiras. É, pois, necessário alargar o campo de investigação a outras autarquias que têm vindo, na última década, a criar canais institucionais especificamente dirigidos às comunidades imigrantes e conhecer o seu impacto nas estruturas associativas imigrantes locais. Até que ponto as políticas locais promovem ou inibem o desenvolvimento do movimento associativo imigrante? Qual a natureza das políticas dirigidas ao tecido associativo imigrante? É promovida a integração das estruturas associativas nas redes sociais locais ou, pelo contrário, favorece-se o isolamento das organizações de imigrantes do tecido associativo geral? Que oportunidades são criadas para a participação cívica e política das associações imigrantes?

No plano das relações inter-institucionais a segunda linha de pesquisa prende-se com a necessidade de compreender melhor a participação das estruturas organizativas imigrantes num conjunto de organizações da sociedade portuguesa. É importante estudar comparativamente a acção das organizações imigrantes no aparelho político-partidário, de modo a melhor compreender que tipo de espaços de representação e de intervenção são criados para o associativismo imigrante. Em causa estão as questões do acesso e da distribuição de recursos políticos e sociais necessários para o exercício pleno da cidadania política. De igual modo, a ligação entre as associações imigrantes e organizações da sociedade civil, designadamente sindicatos, organizações pró-imigrantes, ONG e instituições religiosas merecem especial destaque. Como sabemos a retracção do Estado-Providência na esfera das políticas sociais tem implicado a transferência para a sociedade civil de um conjunto muito alargado de serviços nas áreas da educação, saúde, cultura, desporto, que eram tradicionalmente da sua responsabilidade. Dado isto, as organizações da sociedade civil, incluindo as associações de imigrantes, ganharam grande protagonismo nos processos de integração dos imigrantes. Importa, pois, compreender a natureza das relações que se estabelecem entre estas organizações da sociedade civil e as associações de imigrantes, examinando as suas interacções, lógicas identitárias e estratégias reivindicativas.

Por último, propomos o estudo das práticas transnacionais do associativismo de modo mais amplo e abrangente. Poucos têm sido os estudos que tratam do associativismo na dupla vertente da emigração e imigração. De facto, estamos perante um objecto de análise que obriga necessariamente a um redobrado esforço empírico e analítico. Importa, pois, não só compreender as lógicas do associativismo emigrante e imigrante numa perspectiva comparativa como também analisar as redes associa-

tivas dos migrantes, nas suas múltiplas articulações e intersecções, que se estendem ao local, região ou país de origem, países de destino ou de migração temporária. Por outro lado, face às rápidas mudanças na configuração das mobilidades internacionais é de particular interesse examinar o papel das associações, quer formais quer informais nesta nova e complexa cartografia das migrações. A lógica que subjaz a esta abordagem é multidireccional e policêntrica, implicando um olhar mais vasto sobre o associativismo migrante na actualidade.

Conteúdos Temáticos

Este número da Revista Migrações subordinado ao tema do associativismo imigrante tem como principal objectivo fornecer uma visão multifacetada das dinâmicas associativas das populações imigrantes a residir em Portugal. Como tal, este número temático constitui-se, como um espaço de divulgação de conhecimentos e de saberes, que pretende dar a conhecer a realidade do associativismo imigrante a partir do cruzamento de diferentes perspectivas e eixos de análise. Face à complexidade do fenómeno das migrações e do associativismo seria pretensiosa a tentativa de tratar de forma abrangente e exaustiva as múltiplas e distintas vertentes que configuram as práticas associativas imigrantes. Procurou-se, sim, oferecer aos leitores um conjunto de contributos importantes para o conhecimento do associativismo imigrante em Portugal, que evidenciam algumas das suas mais recentes tendências.

Procurámos, igualmente, disponibilizar estudos realizados sobre o associativismo imigrante em Espanha e na Itália. Estes dois estudos de caso são particularmente interessantes uma vez que permitem perspectivar as dinâmicas do associativismo imigrante em outros países da Europa do Sul, que, tal como Portugal, foram tradicionalmente países de emigração e que só nas últimas décadas consolidaram a sua posição como países de imigração.

Tal como nos números anteriores da revista Migrações, este número é constituído por três diferentes secções, ou seja, investigação, boas práticas e textos de opinião. A secção sobre investigação reúne um conjunto de textos que ilustram as diversas manifestações do movimento associativo imigrante na actualidade. A partir de pontos de vista distintos, que, por vezes, se intersectam e que decerto se complementam, o associativismo imigrante é perspectivado numa matriz analítica que procura aprofundar a fundamentação teórica, bem como fornecer novos ângulos de interpretação, sustentados no trabalho de pesquisa empírica desenvolvida no contexto local, nacional e internacional.

No primeiro texto da autoria de Maria Beatriz Rocha-Trindade o fenómeno das migrações e em particular do associativismo migrante é perspectivado a partir de uma análise multidireccional e multipolar, que conjuga numa mesma matriz de análise as dinâmicas das migrações internacionais e das migrações internas, que caracterizam, de forma singular, a sociedade portuguesa. A partir desta linha de observação

e de conceptualização das múltiplas configurações dos movimentos migratórios em diferentes contextos espaciais e temporais, é proposto um conjunto de recursos analíticos que permite a análise comparativa das diferentes dimensões da mobilidade humana. É, pois, na intersecção da realidade da emigração, da imigração e das migrações internas em Portugal que o tema do associativismo migrante é problematizado nas suas múltiplas facetas identitárias, simbólicas, materiais e políticas. Especial atenção é conferida à dimensão ritual e simbólica das manifestações associativas, que segundo a autora constituem espaços fundamentais de afirmação identitária e de mobilização social e política. Por último, são apresentadas as diversas vertentes de representação do fenómeno migratório e do associativismo migrante, sublinhando o papel dos meios de comunicação social e das novas tecnologias da informação e da comunicação nos processos de democratização das experiências individuais e colectivas dos percursos migratórios.

Num artigo que explora algumas das dimensões do associativismo migrante abordadas por Maria Beatriz Rocha-Trindade, João Sardinha examina a dupla vertente das lógicas identitárias e das estratégias de integração, protagonizados pelo associativismo imigrante em Portugal. O trabalho apresentado coloca-nos no centro da discussão sobre as funções do associativismo enquanto espaço de preservação de identidades, valores e práticas culturais comuns, frequentemente perspectivado como factor inibidor da aculturação e de integração dos imigrantes na sociedade receptora e como veículo potenciador de inclusão na sociedade receptora. Neste sentido, o estudo procura responder a questões que têm uma amplitude mais vasta do que o caso de estudo em análise, mais especificamente como é que as estruturas organizativas operam na dupla lógica de preservação cultural e identitária e de integração comunitária. Na análise das práticas associativas das comunidades imigrantes angolanas, brasileiras e da Europa de Leste, o autor demonstra que, apesar das especificidades culturais e sócio-demográficas que caracterizam estas comunidades, a dicotomia entre identidade e integração é, sobretudo, mais de carácter ideológico do que empírico. De facto, um traço que une os diferentes tecidos associativos é a articulação e a negociação de múltiplas identidades e pertenças com o país de origem e a sociedade receptora bem como o investimento na inserção das comunidades que representam. Por outro lado, é salientado o papel de mediação cultural, social e político das associações angolanas, brasileiras e das comunidades da Europa de Leste no espaço transnacional.

Maria Celeste Rogado Quintino retoma o tema das práticas transnacionais num estudo de caso sobre o associativismo guineense na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Caracterizado por uma estrutura organizativa complexa e heterogénea, que conjuga redes sociais, associações e federações onde subjectividades religiosas, locais, e regionais se cruzam, o associativismo guineense configura-se na intersecção de múltiplas áreas de intervenção. Na sua dupla função de mediadores de integração dos imigrantes guineenses na sociedade portuguesa e de agentes activos de desenvolvimento no país de origem, as estruturas organizativas ganham particular protagonismo na expressão de múltiplas pertenças, mas também na construção de uma identidade colectiva imaginada que se actualiza no espaço social transnacional

guineense. Contudo, se as densas conexões transnacionais proporcionam uma cidadania transfronteiriça, especialmente para alguns dirigentes associativos, a autora sustenta que o movimento associativo guineense na AML revela-se como um “espaço contraditório de cidadania”. Ou seja, se por um lado as organizações associativas possibilitam o exercício da cidadania, por outro lado esta prática dificilmente se traduz na mobilização colectiva dos imigrantes na defesa dos seus interesses e na reivindicação de direitos, quer em Portugal quer no país de origem. Ainda assim, o associativismo é visto como um instrumento fundamental no apoio e na mediação dos processos de integração da comunidade guineense a residir em Portugal.

O artigo de Rosana Albuquerque explora, por sua vez, a participação associativa de descendentes de imigrantes africanos de origem lusófona em Portugal. Tendo por base o quadro teórico do capital social e partir da análise das trajectórias de vida de jovens, na sua grande maioria de descendência cabo-verdiana, é proposto um sistema de catalisação da participação associativa estruturado em torno de um conjunto de factores (tempo, recursos financeiros, escolaridade, estatuto de cidadania, redes sociais, características pessoais e motivação). A autora sustenta que o associativismo imigrante se constitui como um espaço de criação e de densificação de redes sociais que tende a potenciar a mobilidade ascendente aos descendentes de imigrantes. Por último, as práticas associativas são perspectivadas como um processo de activação de compromissos cívicos conducentes ao exercício da cidadania.

No contexto internacional, Laura Morales, Amparo González e Laia Jorba interrogam-nos sobre o impacto das políticas locais na estrutura do tecido associativo imigrante em Espanha. Numa abordagem comparativa das políticas de integração implementadas em Barcelona, Madrid e Múrcia, as autoras identificam os diferentes modelos de incorporação institucional nos três municípios, procedendo, igualmente, à caracterização das estruturas organizativas imigrantes em cada uma das cidades em estudo. É defendido que as políticas locais são um factor decisivo no modo como as associações migrantes se estruturam. Dado os resultados obtidos, a questão fundamental que se coloca é de saber quais as políticas que potenciam uma maior integração política e cívica das populações imigrantes. Conclui-se que, sobretudo, torna-se necessário definir os princípios normativos de integração que se pretende adoptar, mais “multiculturalista” no caso de Madrid ou a versão “republicana” no caso de Barcelona, explicitando claramente os critérios normativos de gestão da imigração.

Finalmente, a partir de um diferente ponto de vista analítico, o texto de Katia Pilati centra-se no estudo do associativismo imigrante em Milão. Enquadrado numa abordagem do capital social étnico, o estudo de caso das organizações de imigrantes filipinas e marroquinas pretende examinar a relação entre estruturas organizativas imigrantes e participação política dos imigrantes. Com base na informação recolhida através de um inquérito dirigido aos líderes associativos, a autora sustenta que o contexto político e a estrutura de oportunidades constituem um, entre outros factores, que configuram os padrões de participação política das associações. Uma outra dimensão que deverá ser considerada é a natureza e a densidade das redes associa-

tivas, que poderão assumir um papel determinante na superação de situações de exclusão política e social, veiculadas pelo quadro institucional local.

A secção II – Programas e Referências de Boas Práticas – reúne um conjunto de contributos que consideramos importantes na área do associativismo imigrante. Os quatro textos apresentados constituem exemplos de iniciativas, projectos e programas desenvolvidos por organizações da sociedade civil e por instituições do governo central e do poder local. O primeiro texto é da autoria do Pe. Rui da Silva Pedro, ex-director nacional da Obra Católica Portuguesa das Migrações (OCPM), que nos oferece uma análise e reflexão valiosas sobre a intervenção da OCPM no associativismo imigrante em Portugal. A participação da OCPM na génese e na coordenação do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL) foi decisiva para a dinamização das associações imigrantes e, posteriormente, para o seu reconhecimento pelo Estado como parceiros sociais de pleno direito. O sucesso desta acção prolongou-se a muitas outras desenvolvidas pela OCPM, que continua a desempenhar um papel fundamental na integração e na luta pela defesa dos direitos dos imigrantes na sociedade portuguesa.

O segundo texto é da autoria de Paulo Mendes, Coordenador do Secretariado Executivo da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal (PERCIP). Criada em 2007 no seio do movimento associativo imigrante, a PERCIP constitui um projecto inédito em Portugal na área do activismo e da participação política. A formação desta plataforma associativa, constituída por 34 organizações imigrantes, evidencia a emergência de novas dinâmicas e de novos modelos de actuação. Estes visam o fortalecimento do associativismo imigrante através da articulação efectiva entre as associações e da criação de uma agenda comum de intervenção, potenciadora de um maior protagonismo junto ao poder político e à sociedade civil em geral.

A partir de uma outra escala de intervenção, Maria Helena Palacino, Directora do Projecto Municipal Migrações e Cidadania do Município do Seixal, apresenta um projecto pioneiro de governação local, o Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal – Espaço Cidadania. A mobilização do movimento associativo imigrante, a sua inclusão na rede social local e a participação activa na esfera de decisão política têm sido áreas prioritárias de intervenção do projecto. Neste âmbito entre as muitas e diversas actividades realizadas, é de particular importância destacar a inclusão das associações migrantes no Projecto Municipal Migrações e Cidadania bem como a assinatura da Carta de Compromisso do Fórum para a Cidadania. O sucesso destas práticas de gestão participativa local viria a ser reconhecido em 2007 com a atribuição ao município do Seixal do prémio de “Distinção para as Melhores Práticas Autárquicas no Acolhimento e Integração de Imigrantes”, pela Plataforma Imigração.

Por último, o texto de Isabel Cunha, Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, IP (ACIDI, IP) oferece uma caracterização global dos objectivos, funções

e áreas estratégicas de intervenção do Gabinete. Criado em 2004, o GATAI tem como principais objectivos a promoção e o apoio ao movimento associativo imigrante. Neste âmbito, a pluralidade de iniciativas e de projectos realizados, que visam a capacitação das estruturas organizativas imigrantes exemplificam bem a aposta por parte do Estado central no reforço do associativismo imigrante. Actualmente, o GATAI constitui um importante instrumento de uma política de gestão da imigração que reconhece o papel decisivo do associativismo imigrante na integração dos imigrantes e seus descendentes e no combate à exclusão.

Na secção III, dedicada a artigos de opinião, é dada a voz aos activistas e líderes associativos. As contribuições apresentadas resultam dos convites realizados pela organizadora do número, e tal como na organização das outras duas secções anteriores, também aqui o desafio foi enorme. Face à densidade do tecido associativo imigrante não era de todo possível incluir, no âmbito deste número da revista, os testemunhos de todos aqueles que estão directamente envolvidos no mundo do associativismo das comunidades imigrantes em Portugal. Face a esta realidade procurou-se estabelecer critérios de selecção que tivessem em consideração a expressão numérica das comunidades e a densidade das suas redes associativas; os diferentes níveis de intervenção e, por último, modelos de actuação e de participação social e política diferenciados. Por várias circunstâncias nem todos os convites foram aceites. Entre estes, não posso deixar aqui de lamentar publicamente o falecimento da (Dra.) Alcestina Tolentino, em 2009, uma das líderes mais carismáticas do movimento associativo cabo-verdiano e do associativismo imigrante em Portugal e cujo contributo iria decerto valorizar e enriquecer este número da revista.

Gostaríamos, ainda, de sublinhar que consideramos os testemunhos dos líderes associativos e comunitários uma fonte incontornável de conhecimento que merece especial atenção e uma maior visibilidade quer no campo científico quer na esfera política e social.

Como os leitores poderão constatar os contributos reunidos na secção III são muito mais que artigos de opinião. De facto, eles são testemunhos, reflexões, narrativas de percursos migratórios vividos em múltiplos espaços e tempos, e relatos de experiências de vida marcadas por lutas emancipatórias de participação política e cívica.

O primeiro texto é de Carlos Vianna, Vice-Presidente da Casa do Brasil de Lisboa, que nos apresenta uma reflexão fundamentada e acutilante sobre o associativismo imigrante em Portugal, com especial enfoque na Casa do Brasil de Lisboa. Com uma experiência de vida de mais de quarenta anos na militância social e política, o autor traça a evolução do associativismo imigrante, identificando as suas virtudes e limitações. A necessidade de um movimento associativo mais forte e mais capacitado é vista como uma condição indispensável para fazer face a antigas e novas formas de exclusão e de exploração das populações imigrantes.

O texto seguinte é de Felismina Rosa Mendes Membro, Dirigente do Secretariado Executivo da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP) e Presidente da Associação Caboverdiana de Setúbal. Centrando-se nas dinâmicas do tecido associativo cabo-verdiano, a autora assinala as questões mais marcantes com que se defrontam as estruturas organizativas cabo-verdianas e o associativismo imigrante em geral. Defende a existência de uma maior articulação entre os vários níveis de estruturação do tecido associativo, que compreende associações, federações e a Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP), devendo estas duas últimas assumir o papel de interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes com o Estado.

Francisco Pereira, Membro Dirigente da Associação Luso-Caboverdiana de Sintra e Cabeça de Lista do Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora (MICA), interroga-se sobre a representatividade das associações junto ao governo central e poder local. A fraca participação política das associações e o fechamento do quadro político-partidário português às populações imigrantes têm contribuído para uma representação deficitária das estruturas organizativas imigrantes e das respectivas comunidades que representam na esfera política. Apontando formas alternativas de participação política e cívica, o autor relata a sua experiência como membro fundador e líder do Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora. Conclui ser necessário criar formas inovadoras de mobilização colectiva, que passam por um maior protagonismo do movimento associativo quer a nível do poder local quer a nível do governo central.

O texto de Alberto Rui Machado, Presidente da Associação Caboverdiana de Lisboa oferece, sobretudo, um olhar retrospectivo sobre o movimento associativo cabo-verdiano. Estamos perante o testemunho de um activista pioneiro que acompanhou, ao longo das décadas, a evolução do associativismo cabo-verdiano em Portugal e num sentido mais lato do movimento associativo imigrante no país. O relato apresentado revela-nos os protagonistas, os ideais, as tensões, as contradições, os sucessos e os insucessos da acção colectiva imigrante cabo-verdiana, que remonta aos tempos coloniais.

Mas se é preciso fazer a história do associativismo imigrante em Portugal não é menos importante narrar o presente das dinâmicas associativas das gerações mais jovens. Os três textos que se seguem permitem uma leitura, ainda que incompleta, das múltiplas configurações e espaços de intervenção que o associativismo imigrante assume na actualidade. José Lino Neves, Membro da Direcção da Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal – BYP, reflecte sobre a sua experiência associativa numa estrutura organizativa cultural e artística, especialmente dirigida aos mais jovens. Valores de cidadania, cooperação e de solidariedade são transmitidos e adquiridos não através da militância política, mas sim através das expressões artísticas da dança, da música e do associativismo.

A partir de um outro contexto de práticas associativas, Alcides Mendes, Presidente da Associação Espaço Jovem, do Bairro de Santa Filomena (Amadora), dá-nos um testemunho de vida e de participação cívica. Tal como muitos outros imigrantes, o seu percurso migratório conduziu-o a um bairro degradado na periferia de Lisboa, o bairro de Santa Filomena, na Amadora. Mas é precisamente aí que foi possível inventar outras estratégias de vida. O espaço associativo surge, assim, como uma alternativa real às dificuldades sociais que estruturam a vida dos residentes do bairro. Ao alargar o campo de possibilidades e de oportunidades para os jovens, a associação assume um papel fundamental na luta contra a exclusão social, a discriminação e o isolamento.

Por último, Elisabeta Ecaterina Necker, Presidente da Doina – Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve, permite-nos, por sua vez, partilhar o seu percurso migratório, um caminho que a trouxe da Roménia para Portugal. Ainda que com narrativas de vida que em pouco se assemelham, Elisabeta, tal como Alcides, encontra no associativismo um espaço de emancipação na sociedade portuguesa. A associação que funda permite-lhe uma acção directa junto das populações imigrantes e a exploração de espaços mais vastos de intervenção a nível cultural, social e político. Neste processo, pertenças e identidades são reconfiguradas num diálogo constante entre vários mundos.

Finalmente, mas não menos importante é preciso agradecer. Este trabalho é o resultado de um convite que me foi gentilmente dirigido pela Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dra. Rosário Farmhouse, cujo empenho e trabalho consequente na área das migrações é do conhecimento de todos nós. Foi com muito prazer que aceitei o seu convite, que muito me honrou. O carácter inovador desta proposta revelava claramente o compromisso por parte da Alta-Comissária e do Coordenador do Observatório da Imigração e Director da Revista Migrações, Eng. Roberto Carneiro, com o mundo do associativismo imigrante em Portugal. O desafio era imenso e era necessário dar-lhe resposta. Hoje é, com regozijo que vejo o número da Revista Migrações dedicado ao Associativismo Imigrante, que é, acima de tudo, o resultado de um esforço colectivo de análise e de reflexão, feito de múltiplos pontos de vista, orientações, vivências, percursos individuais e colectivos que aqui se cruzam num diálogo público que é decididamente um acto de partilha e de cidadania.

Os meus agradecimentos vão, assim, em primeiro lugar para a Alta-Comissária, Dra. Rosário Farmhouse, e para o Eng. Roberto Carneiro pelo incentivo e por toda a colaboração dada. Devo um agradecimento especial à Dra. Catarina Reis Oliveira, Coordenadora Editorial da revista pelo apoio prestado em todas as diferentes fases de produção deste número da revista. A ela lhe devo muitas das sugestões na selecção dos textos e a revisão atenta e minuciosa dos mesmos.

A todos os autores, que aceitaram colaborar neste número da revista pelo interesse, empenho e pela excelência dos textos apresentados, que são um valioso contributo para o aprofundamento dos conhecimentos e do debate sobre o associativismo imigrante, os meus sinceros agradecimentos.

Notas

¹ Investigação realizada no âmbito da rede internacional "Multicultural Democracy in European Cities: Political integration, communities and local government policies".

² Ver Projecto Internacional "Multicultural Democracy and Immigrants' Social Capital in Europe (LOCALMULTIDEM)": <http://www.um.es/localmultidem/>

³ Consultar MIPEX (Migrant Integration Policy Index, 2007). Segundo o relatório, dos 28 países analisados, o acesso à nacionalidade e as políticas de participação política são áreas onde se registaram os resultados mais baixos, no que respeita a boas práticas. Logo a seguir à Suécia, Portugal ocupa o segundo lugar do "ranking" em termos das melhores práticas de integração, destacando-se, sobretudo, no direito ao reagrupamento familiar, na concessão da dupla nacionalidade e na atribuição de direitos de participação política.

⁴ Dados Provisórios, consultar em www.sef.pt.

⁵ A este propósito ver o texto de Isabel Cunha neste volume.

⁶ Consultar POLITIS – Building Europe with New Citizens? An Inquiry into the Civic Participation of Naturalised Citizens and Foreign Residents in 25 EU Countries (<http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/>).

Referências Bibliográficas

Albuquerque, R., Ferreira, L. e Viegas, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

Albuquerque, R. (2002), "Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes", in SOS Racismo (org.), *A Imigração em Portugal. Os Movimentos Humanos e Culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp.366-81.

Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Lisboa: Universidade Aberta.

Alegret, R. M. (2001), "African immigrants and their organizations in Lisbon: between social and systemic influence", in King, R. (org.), *The Mediterranean Passage. Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*, Liverpool: Liverpool University Press, pp.119-145.

Bauböck, R. 2003. "Towards a Political Theory of Migrant Transnationalism", *International Migration Review*, Vol. 37 (3): 700-723.

Batalha, L. (2004), *The Cape Verdian Diaspora in Portugal. Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Nova Iorque: Lexington Books.

Berger, M., Galonska, C e Koopmans, R. (2004), "Political Integration by a Detour? Ethnic Communities and Social Capital of Migrants in Berlin", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º 3, pp. 491-507.

Boussetta, H. (1997), "Citizenship and political participation in France and the Netherlands. Reflections in two local cases", *New Community*, vol. 23, n.º 2, pp. 215-232.

Breton, R. (1964), "Institutional completeness of ethnic communities", *American Journal of Sociology*, n.º 70, pp. 193-205.

Carita, C. e Rosendo, V. (1993), "Associativismo cabo-verdiano em Portugal. Estudo de caso da Associação Caboverdiana em Lisboa", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, pp. 135-152.

Centro Padre Alves Correia/CEPAC, (1995), *Imigração e Associação*, Lisboa: CEPAC

- Dionísio, E. (2009), *Políticas Locais e Acção Colectiva dos Imigrantes da Europa de Leste no Concelho de Lisboa*, Colecção Teses, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Drury, B. (1994), "Ethnic mobilisation: Some theoretical considerations", in Rex, J. e Drury, B. (orgs.), *Ethnic Mobilisation in a Multi-cultural Europe*, Aldershot: Avebury, pp. 13-22.
- Faist, T. (2000), "Transnationalism in international migration: implications for the study of citizenship and culture", *Ethnic and Racial Studies*, vol.23, n.º2, pp. 198-222.
- Fennema, M. (2004), 'The Concept of Measurement of Ethnic Community', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (3): 429-447.
- Fennema, M. e Tillie J. (1999), "Political participation and political trust in a multicultural democracy, civic communities and ethnic networks in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 25, n.º4, pp. 703-726.
- Fennema, M. e Tillie J. (2001), "Civic Community, Political Participation and Political Trust of Ethnic Groups", *Connections*, n.º24, pp. 26-41.
- Fennema, M. e Tillie, J. (2004), "Do immigrant policies matter? Ethnic civic communities and immigrant policies in Amsterdam, Liège and Zurich", in Penninx, R., et al. (orgs.), *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies*, Aldershot: Ashgate, pp.85-106.
- Glick-Schiller, N. (2005), *Lived Simultaneity and Discourses of Diasporic Differences*, New Brunswick: Rutgers University Press.
- Guarnizo, L.E. e Smith, M.P. (1998), "The Locations of Transnationalism" in Smith, M.P. e Guarnizo, L.E., *Transnationalism from Below*, New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, pp. 3-34.
- Góis, P. e Marques, J.C. (2008), "Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal", in Góis, P. (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Colecção Comunidades, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Grassi, M. e Melo, D. (2007), "Portugal na Europa e a Questão Migratória: Associativismo, Identidade e Políticas Públicas de Integração", *Working Paper*, n.º4, Lisboa, ICS- Universidade de Lisboa.
- Hargreaves, A. (1995), *Immigration, 'Race' and Ethnicity in Contemporary France*, London: Routledge.
- Ho, E. (2008), "Citizenship and transnationalism: a review and critical interventions", *Geography Compass*, vol.2, n.º5, pp.1286-1300.
- Horta, A.P.B. (2002), "Multiculturalism in abeyance: immigration and local politics in the periphery of Lisbon", in Fonseca, M.L. et al. (orgs.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 153-172.
- Horta, A.P.B. (2004), *Contested Citizenship: Immigration Politics and Grassroots Migrants' Organizations in Post-Colonial Portugal*, Nova Iorque: Center for Migration Studies.
- Horta, A.P.B. e Malheiros, J. (2004), "Os cabo-verdianos em Portugal. Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva", *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, n.º20, pp. 83-103.

- Horta, A.P.B. e Malheiros, J. (2006), "Social capital and migrants' political integration: the case study of capeverdean associations in the greater Lisbon area", *Finisterra*, vol. XLI, n.º81, pp. 143-170.
- Horta, A.P.B., Malheiros, J e Graça, A. (2008), "Ethnic civic communities and political participation: the case study of capeverdean associations in three municipalities of the Lisbon Metropolitan Area and in Rotterdam", in Fonseca, M.L. (org.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/ Universidade de Lisboa, pp. 165-202.
- Ireland, P. (1994), *The policy challenge of ethnic diversity: immigrant politics in France and Switzerland*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Itzigsohn, J. (2000), "Immigration and the boundaries of citizenship: The institutions of immigrants' political transnationalism", *International Migration Review*, vol. 34, n.º4, pp. 1126-1154.
- Jacobs, D., Phalet, K. e Swyngedouw, M. (2004), "Associational Membership and Political Involvement among Ethnic Minority Groups in Brussels", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º3, pp.543-559.
- Jacobs, D. e Tillie J. (2004), "Introduction: social capital and political integration of migrants", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.30, n.º3, pp. 419-427.
- Jenkins, S. e Sauber, M. (1988), "Ethnic Associations in New York", in Jenkins, S. (org.), *Ethnic Associations and the Welfare State*, New York: Columbia University Press, pp.21-106.
- Layton-Henry, Z. (1990), "Immigrant associations", in Layton-Henry, Z. (org.), *Political Rights of Migrant Workers in Western Europe*, London: Sage, pp. 94-112.
- Levitt, P. e Glick Schiller, N. (2003), "Transnational Perspectives on Migration: Conceptualizing Simultaneity", *Working Paper 3-09J*, Princeton: University Center for Migration and Development.
- Koopmans, R. e Statham, P. (2000), "Migration and Ethnic Relations as a Field of Political Contention: An Opportunity Structure Approach", in Koopmans, R. e Statham, P. (orgs.), *Challenging Immigration and Ethnic Relations Politics. Comparative European Perspectives*, Oxford University Press: Oxford, pp. 13-56.
- Malheiros, J. (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação, Dissertação de Doutoramento*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Machado, F. L.(1992), "Etnicidade em Portugal: contrastes e politização", *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º12, pp. 123-136.
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F. L. e Azevedo, J. (2009), "A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas ", *Revista Migrações*, Abril 2009, n.º 4, Lisboa: ACIDI, pp. 7-31.
- Machado, F.L., Azevedo, J. e Matias, A. (2009), *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2008)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mapril, J. e Araújo, F. (2002), "Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context", in Fonseca, M.L. et al. (orgs.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 197-227.

- Marques, M. M. e Santos, R. (2001), "Politics, welfare and the rise of immigrant participation in a Portuguese suburban context: Oeiras during the 1990's", in Rogers, A. e Tillie, J. (org.), *Multicultural Policies and Modes of Citizenship in European Cities*, Londres: Ashgate, pp. 143-172.
- Marques, M. M. e Santos, R. (2004), "Top-down and bottom-up reconsidered: the dynamics of immigrant participation in local civil society", in AA.VV, *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies: Diversity and Convergence in European Cities*, Aldershot: Ashgate, pp. 107-126
- Marques, M. M., Santos, R. e Leitão, J. (2008), *Migrações e Participação Social. As Associações e a Construção da Cidadania em Contexto de Diversidade – o Caso de Oeiras*, Lisboa: Fim de Século.
- Martiniello, M. e Lafleur, J.M. (2008), "Towards a transatlantic dialogue in the study of immigrant political transnationalism", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º4, pp. 645 – 663.
- Moya, J. C. (2005), "Immigrants and associations: A global and historical perspective", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 833-64.
- Østergaard-Nielsen, E. (2003), "The politics of migrants' transnational political practices", *International Migration Review*, vol.37, n.º3, pp. 760-786.
- Paulino, C.M. (2003), *O Associativismo de Migrantes Guineenses-Estudo da Associação Guineense de Solidariedade Social* (AGUINENSO), Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Peixoto, J. e Figueiredo, A. (2008), "Imigração, Associativismo e Estado: Cooperação e Mecanismos Consultivos de Participação Política – O Caso do COCAI", *SOCIUS Working Papers*, n.º10, Lisboa: SOCIUS-ISEG.
- Penninx, R., Martiniello, M. e Vertovec, S. (2004), *Citizenship in European Cities*, London: Ashgate.
- Pereira, F. (2007), *Associativismo Migrante e Participação Cívica: Dinâmicas Organizativas das Associações de Imigrantes Angolanos, Guineenses e Europeus de Leste na Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta
- Pires, S. (2004), "O Terceiro Sector Imigrante e as Associações dos Imigrantes do Leste Europeu em Portugal: Estruturação de um novo Espaço de Cidadania?", *Oficina do CES*, n.º204, Coimbra: CES-UC.
- Portes, A. (2003), "Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism", *International Migration Review*, vol.37, n.º3, pp. 874-892.
- Portes, A. (2004), "O estudo do transnacionalismo imigrante", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 69, pp. 73-93.
- Quintino, M. C. R. (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Quintino, M. C. R. (coord.) (2006), *Percursos de Vida de Mulheres Migrantes. Lógicas Plurais de Género e Poder*, Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Reitz, J. (1980), "Immigrants, their descendents, and the cohesion of Canada", in Breton, R. (org.), *Cultural Boundaries and the Cohesion and Canada*, Montreal: The Institute for Research on Public Policy, pp. 329-417.

- Rex, J. (1996), *Ethnic Minorities in the Modern Nation-States*, Basingstoke: Macmillan.
- Rex, J. e D. Mason (orgs.) (1986), *Theories of Race e Ethnic Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Rex, J., Joly, D. e Wilpert, C. (orgs.) (1987), *Immigrant Associations in Europe*, Gower: Aldershot.
- Rocha-Trindade, M.B. (1981), "Emigração Portuguesa: As políticas de trajecto de ida e de ciclo fechado", *Revista de História Económica e Social - Cadernos*, n.º1-2, Lisboa, pp. 71-90.
- Rocha-Trindade, M.B. (1986), "Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil", *Análise Social*, vol. XXII, n.º90, pp.147-156.
- Rocha-Trindade, M.B. (1988), "Espaços de Herança Cultural Portuguesa", *Análise Social*, vol. XXIV, n.º100, pp.313-351.
- Rocha-Trindade, M.B. (coord.) (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. B. (coord.) (2009), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha-Trindade, M. B. (2002), "A sociedade civil e a defesa dos direitos dos imigrantes", *Desenvolvimento/Colóquios*, n.º10, pp. 113-129.
- Sardinha, J. (2005), "Cape Verdean associations in the Metropolitan Area of Lisbon and their role in the integration of the Cape Verdean community into Portuguese society", *Working Paper Series*, n.º26, Sussex Centre for Migration Research.
- Sardinha, J. (2007), "Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal", *POLITIS Working Paper Series*, n.º 7, University of Oldenburg.
- Sardinha, J. (2009), *Immigrant Associations, Integration and Identity. Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal*, Amsterdão: IMISCOE-AUP.
- Smith, M.P. e Bakker, M. (2008), *Citizenship across Borders. The Political Transnationalism of El Migrante*, New York: Cornell University Press.
- Sousa, N.A. (2003), *Imigração e cidadania local: associativismo imigrante e políticas públicas de Portugal*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro.
- SOS Racismo (orgs.) (2002), *A imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.
- Soysal, Y. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Teixeira, A. e Albuquerque, R. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*, Oldenburg, University of Oldenburg, edição electrónica (disponível em <http://www.unioldenburg.de/politis-europe/9812.html>).
- Vermeulen, F. (2005), "Organisational patterns: Surinamese and Turkish associations in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 951-973.
- Vertovec, S. (2004), "Migrant transnationalism and modes of transformation", *International Migration Review*, vol.38, n.º3, pp. 970-1001.
- Vertovec, S. 2003. "Migration and other Modes of Transnationalism: Towards Conceptual Cross-Fertilization", *International Migration Review*, vol. 37, n.º3, pp.641 – 665.
- Vertovec, S. e Cohen, R. (orgs.) (1999), *Migration, Diasporas and Transnationalism*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Viegas, T.(1998), *Migrações e associativismo de migrantes: estudo de caso timorense*, Lisboa: Universidade Aberta.



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

I. INVESTIGAÇÃO



Associativismo em contexto migratório ***Associativism in the context of migration***

Maria Beatriz Rocha –Trindade*

Resumo Este artigo propõe uma reflexão sobre o associativismo no espaço alargado do fenómeno migratório em Portugal, configurado pela intersecção de fluxos emigratórios e imigratórios e de mobilidades internas. Num primeiro momento é oferecida uma visão diacrónica e panorâmica dos movimentos migratórios que têm vindo, ao longo dos tempos, a configurar Portugal como um país de migrações. Num segundo momento, e tendo por base o itinerário migratório como matriz de análise, são exploradas as dinâmicas associativas dos migrantes, sendo apresentada uma tipologia das associações, quanto à sua estrutura e vocações. Num terceiro momento, a análise recai sobre a dimensão simbólica e ritualizada da vida associativa migrante, com especial destaque para a organização e realização de festas, celebrações e práticas rituais como elementos fundamentais de mobilização e de fortalecimento das relações intra e intergrupais, bem como a afirmação pública de pertença. Por último, são consideradas novas dimensões de estudo e de análise das migrações internacionais e inter-regionais na actualidade.

Palavras-chave associativismo, itinerário migratório, migrações internacionais, migrações inter-regionais, festas, celebrações e rituais.

Abstract This article provides an analysis of associativism as a feature of the wider migratory phenomenon in Portugal, characterised by the intersection of emigration and immigration flows and internal mobility. Firstly, a diachronic and panoramic vision is offered of migratory movements that have, over time, defined Portugal as a country of migration. Secondly, and based on the migration itinerary as the paradigm of analysis, the associative dynamics of migrants are explored, and a typology of associations is presented, in relation to their structure and vocations. Thirdly, the analysis addresses the symbolic and ritualised dimension of migrant associativism, with special emphasis on the organisation of and holding of parties, celebrations and ritual practices. These events are seen as fundamental elements of mobilisation and of the strengthening of intra- and inter-personal relations, as well as representing a public affirmation of belonging. Finally, new dimensions of the study and analysis of international and inter-regional migration in today's world are considered.

Keywords associativism, migration itinerary, international migration, inter-regional migration, parties, celebrations and rituals.

* Fundadora e Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta / Founder and Researcher at the Centre for the Study of Migration and Intercultural Relations (CEMRI), Universidade Aberta [rochatrindade@hotmail.com]

Associativismo em contexto migratório

Maria Beatriz Rocha –Trindade

Migrações em Portugal: permanências e diversidades

A História de Portugal tem sido acompanhada pela permanência de uma significativa mobilidade humana, expressa por um continuado movimento de pessoas que não só saem e entram do país, como se deslocam dentro dele. Só uma análise conjuntural destes múltiplos e tão diversos movimentos, que possa incidir sobre as condições em que os mesmos se processaram e continuam a processar e que naturalmente terá que ter em conta, em cada tempo, a articulação dos motivos que lhes estão subjacentes, os espaços de onde têm lugar as partidas e aqueles em que são recebidas as chegadas, poderá possibilitar uma visão abrangente desse tão importante e complexo fenómeno social e fazer compreender a estrutura do nosso próprio país. Portugal poderá assim, fundamentadamente, ser classificado como um país de migrações.

A análise diacrónica que contempla a geografia da mobilidade interna mostra como as zonas correspondentes ao interior, tanto no continente como em cada um dos dois arquipélagos que o integram, têm progressivamente vindo a esvaziar-se. Vai-se assim dando origem ao avolumar de posteriores fixações, na sua maioria com carácter definitivo, na metade oeste do território continental, estendendo-se pela faixa que contorna o sul deste e tendo os espaços urbanos, em todo o território, exercido uma significativa atracção por parte dos que os procuram, com proveniência de zonas rurais.

Neste âmbito, o conhecimento dos movimentos migratórios internos tem estado limitado pelo reduzido número de fontes estatísticas disponíveis que a eles dizem respeito, dado o espaçamento da sua publicação. Deverá por isso ser tomado em consideração o facto de que os registos exaustivos serem escassos e apenas existirem, para quem procura estudá-los de forma mais intensa, os dados fornecidos por algumas fontes alternativas locais, que não se caracterizam pela abrangência dos registos que contém mas pela escassez da disponibilidade de dados oferecidos à consulta pública.

No que toca à emigração e se se percorrer um itinerário temporal muitas têm sido as configurações assumidas pelos movimentos de saída do país e quer se trate de empreendimentos nacionais que conduziram as armadas portuguesas à descoberta de novos mundos, quer se refiram os movimentos de saída que integraram o desenvolvimento de políticas de povoamento ou de colonização, quer se tenha fugido a desastres naturais ou pela incompatibilidade de carácter político com o poder instituído, as situações de natureza económica e que integram todos aqueles que saíram tão só para trabalhar sobrepõem-se, pelo número dos que a representam, a todas as outras causas anteriormente enunciadas. Melhores condições de vida e maior bem-estar são, de uma ou de outra forma, procuradas no estrangeiro, podendo concluir-se que o país de origem não foi capaz de proporcionar aos seus nacionais o que justamente por eles tinha sido desejado.

Os que continuamente foram obrigados a sair, na esperança de poder concretizar os projectos que alimentaram, qualquer que tenha sido o exacto motivo que conduziu a tal tomada de decisão, fizeram-no a partir de todo um conjunto diversificado de origens geográficas. No entanto, necessário se torna não esquecer que o evoluir dos tempos e a alteração de situações marcam determinadas zonas como espaços prioritários e evidenciam pontualmente as razões de saída e o encaminhamento dos percursos tomados. A consideração de uma visão panorâmica do fenómeno a nível nacional e internacional posiciona, em valor relativo, as principais *zonas dadoras* de população emigrante, relacionando-as com cada um dos destinos procurados, definindo estes últimos como *zonas receptoras*.

A presença portuguesa no estrangeiro tem conduzido, entre outras razões, a uma diversidade de movimentos de entrada de alienígenas no território nacional e são, como é natural, muito diferentes os grupos que aqui passaram a residir, como o são as características próprias de cada um deles. Tenha-se em atenção a sua origem, o seu número, o itinerário que percorreram, o transporte que tomaram, a forma compulsiva ou voluntária como partiram e como chegaram, as actividades profissionais que exerciam e a natureza das tarefas que passaram a desempenhar, os também muito diversos estatutos que lhes foram sendo atribuídos.

O conhecimento da presença de africanos de origem subsariana em Portugal a partir da última metade do século XV é ainda incompleto, uma vez que os autores que a têm vindo a estudar dirigiram os respectivos enfoques de abordagem sobre diferentes aspectos, descurando outros que aos mesmos se encontram associados e que seria também interessante conhecer; encontram-se no entanto disponíveis muito valiosos trabalhos de credenciados historiadores que possibilitam ter em conta a sua existência e compreender a importância social que mantiveram (Tinhorão, 1988; Lahon, 1999).

Na última fase do século XVII os estrangeiros residentes em Portugal incluíam alguns naturais dos países que tradicionalmente o vinham procurando por razões de natureza comercial, nomeadamente italianos e outros cidadãos de origem europeia, provenientes de países que mantiveram com ele continuadas relações de natureza económica. Seguiu-se-lhe, no período oitocentista e, muito em especial, ao longo do século XIX, a assinalável presença de espanhóis, nomeadamente a de galegos, cuja presença dos descendentes se tem mantido até aos nossos dias.¹ Os ingleses, fixados principalmente no norte do país, na região duriense e no Porto, implementaram a formalização de Tratados Comerciais entre os dois países - Portugal e Inglaterra - ao abrigo dos quais foram realizadas actividades ligadas aos sectores primário e industrial, que deram lugar à intensificação de vultuosas trocas dessa natureza (Durães, 2009: 169-175). É da mesma forma de assinalar, a presença que mantêm muitos dos seus descendentes. O mesmo acontece na Região Autónoma da Madeira.

A descolonização por parte da Grã-Bretanha de países situados em todo o continente africano, nos anos cinquenta e sessenta, e que vieram a adquirir o estatuto de independência, provocou a deslocação de muitos dos súbditos que neles residiam, tendo o Algarve constituído um espaço atractivo para a fixação de um grupo significativo de

peessoas, que aí passaram a residir. A persistente manutenção da língua materna e a forma particular que caracteriza o seu modo de relacionamento social não os deixa perder a imagem que caracteriza a sua postura e respectiva inserção na sociedade envolvente.²

Em tempos recentes e estabelecendo como limiar o ano de 1976, os fluxos migratórios de cariz económico, ultrapassada a situação do retorno de nacionais em proveniência das anteriores colónias portuguesas em África, avolumaram de modo visível o número de residentes estrangeiros em Portugal.

Se adicionarmos a estes, também os de origem africana, característicos do final dos anos 60 e dos anos 70³ que foram chegando a partir do decénio subsequente e tinham como origem o Brasil, poder-se-ia dizer que o movimento imigratório de então tinha assumido um carácter marcadamente histórico, baseado numa imaginada proximidade cultural, que essencialmente assentava no conhecimento recíproco da mesma língua, o Português (Rocha-Trindade, 2004).

Desde aí, os fluxos migratórios que se vêm dirigindo ao país passaram a diversificar-se, provindo tanto de outros continentes, como de muitas outras regiões e de muitas outras terras e cada um deles contribuiu para as características da pluralidade que actualmente lhe é própria. Residem hoje em Portugal cerca de 436.020 (4,1% da população residente) originários de mais de uma centena de países e encontram-se cerca de cinco milhões de portugueses em mais de uma centena de países.

Tal facto, constitui uma das características mais relevantes, de entre as que marcam a actual estrutura da organização social da população residente, embora a mobilidade dentro e fora das fronteiras que o configuram – uma e outra, podendo ser tomadas como indicador da insatisfação dos actores migrantes, que ao deslocar-se para procurar melhores condições, tanto dentro do país como fora dele, revelam claramente partilhar um sentimento de insatisfação e a procura de realizar projectos, cuja imobilidade tornaria inviável a respectiva execução.

O itinerário migratório⁴

Assumindo que o percurso migratório (ou itinerário migratório) integra um conjunto de passos, acções ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido, este conceito tem uma natureza sequencial cronológica, mais do que propriamente espacial, e encontra interesse e aplicação tanto em situações de migração nacional como internacional.

No início do processo situa-se, regra geral, a *intenção de partir*, para a qual conflui um conjunto de dados, tais como a informação recebida sobre os locais de destino, a insatisfação com a situação presente, a formulação de expectativas de futuro, o balanço de alternativas para uma tomada definitiva da decisão que vier a ser tomada. A esta, seguem-se os *preparativos da partida*, em que a intenção se começa a concretizar e inclui todo o conjunto de passos que têm que vir a ser dados para a sua completa

concretização: obtenção de documentos (se necessários) e completamento das diversas providências a serem tomadas, que respeitam ao emprego, aos compromissos eventualmente assumidos, às obrigações de natureza familiar, entre muitas outras. A fase subsequente, que deverá ser tida em consideração é a *viagem*, considerada simbolicamente como a ponte que permite a ligação entre os dois espaços que balizam a origem e o destino e que tem sido uma das etapas do percurso que mais modificações tem sofrido ao longo dos tempos em que as deslocações se têm processado, pelas simplificações progressivamente introduzidas nas novas modalidades de as realizar.

Ao chegar, a fase de *instalação* reveste em regra um carácter transitório, embora de duração muito variável. Cada migrante passa a ser confrontado com uma multiplicidade de novas situações e só a capacidade individual de ultrapassar as dificuldades que necessariamente se lhe deparam e as condições que se lhe oferecem para fazê-lo, poderão condicionar o maior ou menor esforço com que poderá ser capaz de as diluir ou mesmo de as vir a superar. Das decisões de natureza prática e dos conflitos emocionais que necessariamente nela têm lugar, resultam os caminhos que irão ser tomados pelos migrantes nas longas e difíceis travessias que integram este período e da forma como for vivido depende a etapa que se lhe segue.

A *fixação*, com carácter permanente, eventualmente consagrada pela opção de uma instalação definitiva, que não exclui uma eventual naturalização, não constitui a única opção que pode vir a ser tomada.

O imaginado *regresso* à origem, que a ter lugar iria fechar o ciclo migratório, poderá não chegar a efectivar-se de forma definitiva, podendo este, no entanto, assumir muitas outras formas que se traduzem por regressos regulares, ou pontuais, ou mesmo por uma partilha de instalação por tempo quase equivalente nos dois espaços a que a vivência e o decorrer do tempo ligou cada um dos actores migrantes. Deve referir-se, por exemplo, o movimento pendular de «vai e vem» entre a terra de origem e a de residência, onde passaram a residir. No entanto, esta forma de regresso pontual não pode deixar de ser considerada como tal e vem sendo cada vez mais assumida por muitos dos que adoptam essa condição. As opções que se venham a tomar estão condicionadas pelos novos laços de identificação que se foram adquirindo, construindo e reconstruindo no viver quotidiano e por ligações emocionais que surgem dentro e fora da família, muitas delas assentes em justificações de carácter marcadamente funcional.

Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade

Nestas duas últimas etapas do processo acima descrito nascem formas de luta contra o isolamento e ao longo de todo o itinerário emigratório ressalta o aparecimento de estratégias, por parte de quem o percorre, traduzidas pela procura de espaços de solidariedade, onde se espera vir a encontrar situações de proximidade que ofereçam condições para quem queira conviver. Desta forma, é sempre bem vindo encontrar uma ocasião para que a troca de impressões aconteça, em que se possam produzir afirmações ou sejam assumidas recusas, podendo fazê-lo, sem o receio antecipado

de se deparar com faltas de compreensão recíproca, sem vir a confrontar-se com o rígido mutismo decorrente da incompreensão, ou se veja face a situações de rejeição e de ostracismo.

Por parte de quem encontra ou consegue construir uma relação social continuada, que tenha por base as condições referidas em epígrafe procura, ainda que de forma inconsciente, encontrar relações de intercomunicação de natureza paritária, com quem tenha por referência valores idênticos, que na maioria partilha os mesmos credos, laicos ou religiosos.

Para o observador atento, tanto o reforço de laços entre os migrantes portugueses que saíram das suas terras de origem para outras dentro do próprio país (migrantes internos) ou para o estrangeiro (emigrantes internacionais), como para os estrangeiros que vindo para Portugal nele se fixaram (imigrantes), manifesta-se em tempos ou espaços privilegiados, como que uma verdadeira presença dos ausentes.⁵

O migrante fora da terra, numa que não é a sua, procura combater o isolamento com que se depara e o desgaste emocional causado pela vida no novo ambiente social em que passa a estar inserido, onde naturalmente ocorrem dificuldades de adaptação, através da procura de oportunidades de encontro e de convívio com conterrâneos ou com compatriotas.

Este propósito é mais difícil quando a comunidade residente esteja dispersa em termos de zona de habitação ou quando se não encontre com frequência as companhias desejadas, que não raramente vão aparecer nos espaços em que se exerce a actividade profissional.

Mesmo no caso da dispersão de residências que pode ocorrer numa grande cidade, quando não exista zona ou bairro com significativa concentração de gente com quem se identifique, é em geral possível localizar espaços específicos onde os encontros de acaso sejam mais prováveis, tais como em igrejas, mercados ou ainda bares, cafés, eventos desportivos e outros locais de lazer. A repetição de encontros, de carácter individual ou familiar, pode alargar-se a grupos de pessoas com quem a ligação se estabeleça por qualquer tipo de afinidade e conduzir a formas mais organizadas de associação informal, traduzida por um maior grau de regularidade temporal, que progressivamente poderá vir a ganhar um carácter estável.

Para comunidades de nacionais que se desloquem dentro do seu próprio país ou para grupos imigrados já com certa duração de permanência em terra estrangeira é frequente que essas formas de relacionamento organizado venham a assumir as características de um associativismo instituído, dando lugar à criação de estruturas permanentes, devidamente registadas em âmbito público, dotadas de estatutos, de direcção, de programas de actuação e de um rol de associados permanentes.

Associações e associativismo

Foi este, frequentemente, o mecanismo de estabelecimento do associativismo de migrantes, internos ou internacionais, traduzido pela existência muito significativa das correspondentes estruturas, espalhadas pelo país (muito em especial na capital ou, em muito menor número, nalgumas cidades de reconhecida importância) e também disseminadas por todo o mundo em que se encontram portugueses.

No início do século XX produziu-se no interior do país um poderoso movimento de êxodo rural e foram muitos os que procuraram aceder aos espaços urbanos, muito em especial às duas cidades de Lisboa e Porto, onde se ia procurar novas oportunidades. Resultantes dessas concentrações populacionais, que marcaram muitos dos seus bairros e lhes conferiram características próprias surgem, por um lado, formas de convívio informal, por outro, possibilitam o fácil recrutamento de sócios para as nascentes casas regionais, que foram sendo fundadas por notáveis locais, com idêntica origem, também residentes nessas cidades.

Assim, foi a partir da dimensão da região administrativa de então que muitas associações foram fundadas. Primeiro a de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Alentejo, do Minho e das Beiras, posteriormente a do Ribatejo e do Algarve. A delimitação e abrangência de cada uma delas coincidiam com a designação de «província» então utilizada (Rocha-Trindade, 1994).

Em Portugal, também os imigrantes que aqui residem partilham idêntico comportamento, tendo vindo a criar instituições associativas que têm por base idênticos propósitos e desenvolvem actividades comparáveis, no âmbito dos espaços onde se inserem. De dimensão variável consoante os tempos e os lugares da sua implantação, constituem em diversos casos poderosas organizações, com um número de associados muito significativo e uma grande diversidade de terrenos de actuação: do ensino à saúde, da formação ao envolvimento na defesa dos direitos de cidadania, dos socorros mútuos ao desporto e à simples fruição do lazer (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000).

Se a procura de espaços de convívio constitui a base da fundação de associações, a vida social de cada uma delas organiza-se de forma diferente e são muitos os motivos que orientam a vida associativa.

Aos cerca de cinco milhões de portugueses que residem no estrangeiro correspondem 2825 associações. Desagregando os números que constam do Quadro 1, passam a enunciar-se as mais importantes por ordem decrescente: a) Europa – França (1039), Alemanha (282), Suíça (164), Luxemburgo (83), Bélgica (37), Espanha (27), Reino Unido (24), Holanda (19); b) América do Norte – Estados Unidos da América (349), Canadá (217); c) América do Sul – Brasil (255), Venezuela (63), Argentina (27); d) África – África do Sul (81); e) Oceânia – Austrália (60).⁶

Quadro 1 - Associações portuguesas no estrangeiro

Continentes	Associações
África	109
América do Norte	573
América do Sul	350
Ásia	23
Europa	1 707
Oceânia	63
TOTAL	2 825

Fonte: DGACCP, MNE 2010

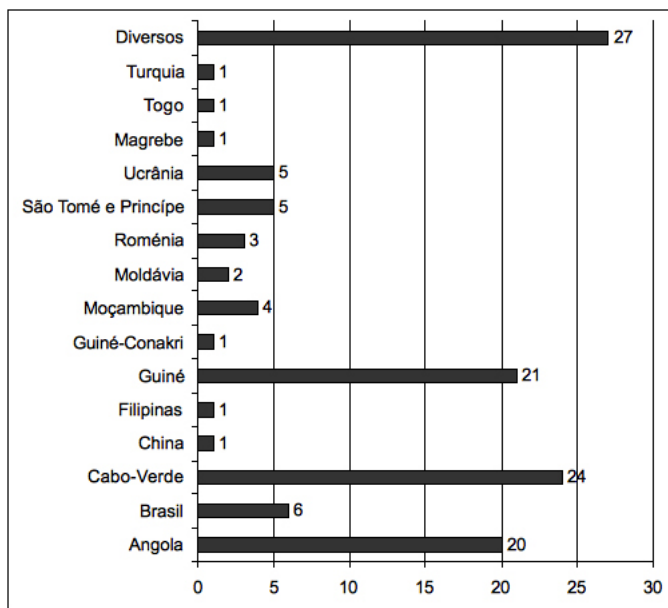
O associativismo imigrante encontra-se em ascensão e existem actualmente em Portugal 124 associações, cuja representatividade foi reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ao abrigo da lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio).

Quadro 2 - Associações de imigrantes em Portugal (evolução cronológica)

Ano	Âmbito			
	Local	Regional	Nacional	Total
2000/01/02	26	19	10	55
2003	5	3	2	10
2004	10	3	4	17
2005	5	4	3	12
2006	6	2	0	8
2007	9	0	0	9
2008	8	0	2	10
2009	2	1	0	3
TOTAL	71	32	21	124

Fonte: ACIDI, 2010

Figura 1 - Associações de imigrantes em Portugal por comunidade de origem



Fonte: ACIDI, 2010

É difícil estabelecer uma tipologia capaz de integrar de forma sistemática as principais categorias que podem agrupar as associações que partilham idênticas características. Conceptualmente, foi procurado encontrar conjuntos em função das principais actividades que exerce cada uma delas, tendo por base um critério de selecção que as congrega em função dos fins que prosseguem.

A análise da diversidade de associações criadas no contexto migratório permite construir um quadro conceptual que tipifique as suas diferentes estruturas e vocações:

- Instituições orientadas para a promoção e manutenção das ligações afectivas às regiões de origem, cujas características procuravam evocar e manter, pela constituição de acervos de objectos e de marcas simbólicas de *pertença regional* identitária, bem como pela realização de iniciativas diversificadas de idêntico cariz;
- Instituições de *benemerência*, concretizadas por hospitais e outros serviços de saúde e assistência;
- Instituições *culturais*, incluindo bibliotecas e organizações de vocação educacional e de difusão cultural;

- Instituições de vocação *desportiva e recreativa*;
- Instituições de vocação diversificada, abrangendo mais do que uma das características acima apontadas e cuja designação se refere, em geral, a figuras ou factos históricos, destacando marcas culturais que fazem parte da História dos países dos migrantes,⁷ que referem nomes das suas terras de origem ou que evocam acontecimentos capazes de catalisar o interesse de novos associados e de promover a ligação entre eles.

A dinâmica que caracteriza todas as sociedades e que impende sobre a vida dos grupos e das comunidades migrantes que as integram repercute-se, como é natural, nas alterações que vão sofrendo e manifestam no respectivo viver o quotidiano associativo.

As associações de migrantes internacionais têm constituído, desde sempre, um poderoso instrumento de manutenção e de reforço da identidade das comunidades de estrangeiros que se encontram fixadas fora do seu país e constituem veículo apropriado para ultrapassar o isolamento que estes possam experimentar.⁸

Festas e celebrações

As festas assumem um grande relevo na vida social dos migrantes, não podendo por isso deixar de lhes ser prestada a atenção que merecem, tendo em conta que as associações têm uma intervenção decisiva na sua realização. Sob um ponto de vista prático, o espaço que oferecem as respectivas sedes para que as reuniões preparativas possam ter lugar alia-se à regularidade com que os seus sócios as frequentam, pois na grande maioria dos casos muito deles vão assumindo funções necessárias à sua efectivação.

A preparação das festas integra sucessivas etapas: selecção consensual dos elementos que integram as comissões organizadoras, escolha de data que ofereça maior oportunidade de participação, elaboração de programas, obtenção de patrocínios, divulgação alargada através de meios eficazes, que assegurem fazer chegar toda a informação que lhes diz respeito à população-alvo.

Através da dinâmica das comissões organizadoras (que agregam residentes e migrantes) movimentam-se as vontades locais e reforçam-se os laços entre os elementos da comunidade presente e os da comunidade ausente. Ao longo do ano vai estabelecendo-se, através dos preparativos, a teia de ligação inter-comunitária de que resultará a cerimónia final, com lugar geralmente nos meses de Verão. Notícias em boletins paroquiais, folhas locais, jornais regionais e jornais de emigração (uns e outros, órgãos privilegiados de comunicação entre o núcleo geográfico e social originário e os homólogos deslocados) publicitam de forma especial a Festa, apelando à participação colectiva de conterrâneos. Trata-se de uma chamada para a reunião dos elementos de uma mesma «família», que tem abrangências de várias dimensões: transnacional, nacional e regional ou mesmo ao nível da comunidade de familiares e de vizinhos.

A mesma dicotomia estabelecida entre os que residem nas aldeias e vilas e os que, delas, se ausentaram para o estrangeiro é directamente aplicável a situações de migração interna.

Na verdade, a eficácia das telecomunicações e a rapidez das viagens aéreas, mesmo que cruzando oceanos, não coloca temporal ou psicologicamente mais distantes os ausentes no estrangeiro do que os residentes nas grandes cidades do litoral português, oriundos dos meios rurais do interior. Para estes o desenvolvimento das vias de comunicação também tornou mais fáceis e mais rápidas as deslocações. Nessa medida, migrantes internos e migrantes internacionais apresentam entre si, no tocante à sua participação e intervenção em festas nos seus lugares de origem, muito mais pontos de contacto do que de divergência: domina o princípio da reunião periódica de todos os que estão fora, com os que remanesceram.

As festas de migrantes

A festa anual constitui, assim, o pretexto ideal para tal reunião, que faz reviver os locais de origem nos períodos da sua preparação e realização, mantendo permanentemente viva a presença de todos.

A festa, como manifestação social em que os valores espirituais se sobrepõem a qualquer outra razão de ordem material, é aqui tomada como grelha de interpretação de processos interactivos entre os residentes e os migrantes.

Numa primeira aproximação, poderá dizer-se que a riqueza e diversidade do conteúdo simbólico variam na razão inversa do raio de abrangimento e de dimensão humana da festa. Natural é que assim seja: para manifestações de âmbito essencialmente nacional, o denominador comum das várias diversidades será menor que no caso de iniciativas regionais; nesta, menor que para o âmbito local.

Dizendo de outro modo, o número de referentes simbólicos comuns (e, por conseguinte, operacionalmente utilizáveis) diminui forçosamente quando se procuram integrar populações com maior grau de diversidade entre si: o aumento dos números tende a descaracterizar o perfil da personalidade colectiva.

A conformidade e comunidade de interesses tende a conduzir a modos mais ou menos formalizados de associativismo, dando origem, no exterior do país, a associações típicas das comunidades portuguesas; no interior, a associações de cariz regionalista. Em geral, umas e outras integram nas suas actividades uma grande manifestação festiva anual, centrada numa referência própria da terra de origem anterior: padroeira, orago, facto histórico, início ou fim de actividade agrícola.

Estas formas de agregação regional proporcionam o estabelecimento de interacções individuais e colectivas com a região e terra natal, em regime bipolar.

Duas grandes ordens de forças organizadas do país - o poder público (ao nível central e autárquico) e a Igreja, com predomínio quase absoluto da católica - promovem ou enquadram as iniciativas particulares que realimentam a ligação entre os portugueses de «fora» e os portugueses de «dentro» entre os da cidade e os das terras de onde provieram. Articulam-se assim, emocionalmente, os interesses de recomposição social dos que nunca partiram, com as expectativas de reinserção e de referenciação cultural dos visitantes.

Esta confluência de interesses não se situa apenas no plano afectivo: para quem está, o acolhimento público dos ausentes bem sucedidos constitui forma de adopção, por empréstimo, desse mesmo sucesso; uma abertura de oportunidades futuras para que se exerça a reciprocidade das gentilezas oferecidas numa esperança possível de benefícios se o reforço dos laços atrair para a família ou para a comunidade alguns dos frutos materiais do estatuto económico do conterrâneo emigrado.

A principal característica distintiva daquilo a que chamámos Festas de Migrantes é a presença de uma nova componente de exteriorização social, para além da religiosa e da puramente lúdica: a vertente política.

Aproveita-se, então, a oportunidade da concentração significativa de pessoas ligadas por interesses específicos, que por vezes passam por decisões do poder central, para «enviar recados» de um para o outro dos interlocutores em presença.

Autoridades do poder central, regional ou local, estarão presentes ou far-se-ão representar, pois a sua ausência poderia ser interpretada como sintoma de alheamento ou de menor consideração perante pessoas vindas expressamente de longe, que poderão até aí movimentar-se em espaços de proeminência económica, social ou política; espera-se dessas autoridades que ouçam o que lhes virá a ser dito ou pedido e que respondam com palavras de informação, de encorajamento ou de esperança.

Os discursantes, sejam eles líderes locais, convidados do exterior ou autoridades religiosas, utilizam os seus espaços de palavra para enaltecer os migrantes e as suas realizações, fora ou dentro do país; não é raro que seja prestada homenagem ao espírito de iniciativa e à coragem que os levaram a partir, bem como ao valor da ligação que mantém ao país natal.

Uma outra das características distintivas das festas de migrantes é a presença, a par de todas as manifestações próprias da cultura local, de uma componente paralela integrando elementos das culturas migradas. Dos espaços de migração vêm músicas ou danças, jogos, comidas, falares, praxes, trajos, que se juntam aos seus correspondentes da tradição local e que, com eles, virão a tomar formas de expressão alternativas ou sincréticas.

Esta importação de elementos de uma cultura exterior não é gratuita, nem totalmente inocente: constitui uma forma subtil de afirmar que, para além de uma pertença comum alicerçada na conterraneidade, existem diferenças que «enriquecem» aqueles que de tal se reclamam. Uma destas manifestações de um legítimo orgulho da posse

de algo novo e diferente é o uso casual, como que distraído, de uma língua estrangeira que se domina, como acontece frequentemente com os migrantes internacionais. Transposto para o caso das migrações internas, aparecem repetidas menções de meios ou de lugares que se frequentam na grande cidade, referências a acontecimentos ou actividades que aí tiveram lugar, partilhados apenas por aqueles que da sua terra estão afastados.

Manifesta-se assim uma dialéctica de pertença/diferença, de proximidade/distanciamento, que torna particularmente interessante o ambiente social das festas de migrantes.

Práticas e rituais

Em muitos casos – e tanto mais quanto maior seja o percurso migratório, no espaço ou no tempo – observa-se alguma subversão na funcionalidade de certos ritos característicos da festa. Assim, por exemplo, a recriação de um trabalho agrícola tradicional não serve já o propósito original de preparar a terra, separar o grão, retirar o sargaço ou limpar as águas: antes, o de emular o ambiente que outrora se vivia na realização de árduos trabalhos colectivos, mas agora sobrevalorizando os aspectos conviviais e de manifestação lúdica que usualmente lhes estavam associados.

Por realista que seja a simulação, faltar-lhe-á a característica de necessidade e de obrigação que tais tarefas antes revestiam; como, inevitavelmente, lhes corresponde uma duração artificialmente reduzida, compatível com os outros acontecimentos do programa estabelecido para a festa. Nem de outro modo poderia ser: com o destreino, perde-se a resistência dos corpos, mesmo que se mantenha a destreza de antigos movimentos; nesses termos, a competição é leal, pois toma em conta que o tempo passou e que os tempos mudaram.

Em contrapartida, trazem «os de fora» outras marcas palpáveis da sua nova vida alhures: carros de matrícula estrangeira [denotando, pela origem comum ou pela sua diversidade, se são especializados ou não os destinos de emigração dos participantes]; veículos comerciais, com dístico e logótipo, para os migrantes internos que montaram negócio na cidade e assim assumem publicamente o sucesso das respectivas actividades profissionais; ainda, uns e outros, pelo uso de trajos ou de adornos com que se marcam, ou se demarcam, nos espaços públicos.

Nas festas portuguesas (e tanto mais quanto mais restrita a sua dimensão espacial e social) reconhece-se quase sempre a presença subjacente de um elemento competitivo: de maneira explícita, nos jogos tradicionais que aí tenham lugar; de maneira ainda mais vinculada, em competições aprazadas entre pessoal de lugares vizinhos; ainda, em desafios estabelecidos, ao mais ínfimo pretexto, entre “os da terra” e os forasteiros, degenerando com alguma frequência em verdadeiras batalhas.

Mas não são estas as únicas formas possíveis de competição, como pode observar-se no caso particular das festas de migrantes. Aí, os aspectos antagónicos/competiti-

vos assumem sempre características de afrontamento mais mitigado, que começa já com as iniciativas de organização da festa, entre forças e correntes rivais que para si próprias a reclamam: autoridades religiosas opõem-se a tendências laicizantes, tradicionalistas a renovadores, personalidades instituídas a juventudes entusiastas. Dirimida a questão, por cedências mútuas ou por secessão radical, continua a competição no atribuir dos papéis mais salientes da organização: quando a festa ocorrer, distinguem-se por estatuto mais alto os que idealizaram, decidiram e organizaram, em comparação com todos os outros, que simplesmente auferiram do esforço desenvolvido pelos primeiros.

A mesma vertente competitiva aparece em decorações privadas, em refeições oferecidas, em desfiles ou procissões. Têm significado as posições ocupadas, os lugares do pátio, as marcas das confrarias.

Quando o propósito é o de angariação de fundos, como acontece em leilões, em dádivas públicas, ou em cortejos de oferendas, a competição torna-se muito visível pelo seu mais considerável poder económico, são protagonistas aqueles que saíram da terra e agora a visitam, com maior ou menor permanência. A generosidade torna-se quase excessiva, através da emulação entre os dadores; quase se julgaria estar em causa uma avaliação pública do amor de cada um à sua terra e, simultaneamente, da capacidade financeira para prová-lo adequadamente.

Esta necessidade de proclamação pública da ligação e do amor à origem é, sobretudo, característica dos ausentes. Por residirem fora, assumem a necessidade de afirmar a sua pertença integral, a de serem lembrados e respeitados, a de marcarem a importância da sua doação. Nessa medida, tanto a já referida imprensa local como a designada imprensa de emigração desempenham o necessário papel de arautos das contribuições concedidas, publicando listas de dadores e os montantes das suas ofertas.

Por último, se não há competição possível no terreno económico entre a maioria dos residentes e a generalidade dos visitantes, devido à disparidade dos respectivos potenciais, outras formas mais horizontais de confronto pacífico podem ter lugar em domínio puramente lúdico. Cita-se o futebol e os jogos de salão bem como jogos importados de que são exemplo a *pétanque* e o *ouri*.⁹

Esboço de uma tipologia

Em termos de tipologia, as festas de migrantes podem dividir-se em três grandes categorias: aquelas especificamente concebidas e organizadas em nome da condição migrante e como tal anunciadas; as que, tendo uma prévia existência independente daquela condição, aos emigrantes concedem uma parte importante da sua atenção, em jeito de dedicatória; finalmente, as que são estritamente determinadas para promover a reunião temporária de partes de comunidades separadas por migrações internas e que, essas, não assumem por qualquer forma uma situação de real separação, apresentando-se, antes, como um todo coeso.

Nas primeiras contam-se, entre outras, o Festival do Emigrante em Fermentelos, a Tourada do Emigrante no Montijo, a Festa do Emigrante na Calheta e a Peregrinação dos Emigrantes em Fátima. De entre as segundas, mencionam-se a Romaria da Senhora dos Remédios, em Lamego e as Festas do Povo, em Campo Maior, ambas assinalando um dia especial dedicado ao emigrante.

Na última categoria referida integram-se, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, variadíssimas actividades festivas ocasionadas para a reunião de conterrâneos dispersos. Em particular, tomam-se como exemplo as realizadas por comunidades radicadas em Lisboa originárias da designada zona do Pinhal, na Beira Interior: festas regionalistas, tanto na Grande Lisboa, como nas localidades daquela região, onde a deslocação maciça de conterrâneos reanima aldeias e lugares outrossim quase abandonados.

Os piqueniques organizados principalmente no Parque Florestal de Monsanto constituem um pólo catalisador do encontro dos que repartidos pela cidade estão inibidos de se encontrar com frequência e regularidade. Nesses locais juntam-se muitos dos que se tendo mantido nas terras de origem a eles ocorrem, utilizando muitas vezes transportes proporcionados pelas Juntas de Freguesia (Rocha-Trindade, 2009b).

Em síntese alargada das denominadas Festas de Migrantes, poderíamos concluir que, nas suas características genéricas de rotura com a rotina e com o quotidiano, elas se não afastam excessivamente de outros tipos de festas tradicionais: apenas pela presença mais ou menos forte de elementos de culturas «importadas» (da grande cidade ou do estrangeiro, consoante os casos) e, em regra quase geral, pela participação significativa dos não residentes nas correspondentes comissões organizadoras. A par disto, apenas mais um traço distintivo, resultante de uma atitude essencialmente pragmática das forças vivas inspiradoras da iniciativa da festa (sejam elas autárquicas, religiosas ou populares e, mais recentemente, até políticas e partidárias): a escolha da época de Verão para tais celebrações, garantindo a presença do maior número possível dos não residentes e, em particular, dos migrantes internacionais.

A comparação destas festas com as suas homólogas realizadas no estrangeiro, por comunidades portuguesas aí radicadas, evidencia nestas últimas a preocupação inversa de evitar o período de férias de Agosto; e uma tendência para um maior «purismo» na selecção dos elementos culturais que figuram na festa e que tendem a conformar-se estritamente com os estereótipos da cultura portuguesa ou das culturas regionais.

No domínio do simbólico, as festas de migrantes realizadas em Portugal tendem a mostrar de forma explícita as marcas exteriores de uma dupla pertença à terra de natalidade e à terra de adopção: bandeiras, estandartes, trajos, músicas, danças e jogos característicos, marcam esse dualismo, reconhecido e afirmado.

Cada uma das comunidades de imigrantes residentes em Portugal procuram aqui recriar festas que lhes proporcionam os tão desejados momentos de convívio e a asunção pública de uma pertença que assim é manifestada.

No que respeita às festas de imigrantes em Portugal, lembre-se antes de tudo que estas procuram reproduzir celebrações próprias dos países de onde vieram, como por exemplo as relativas ao Ano Novo Chinês; a recriação das festas de Carnaval e das Festas Juninas por parte de organizações brasileiras; o Colá S. Jon por iniciativa dos cabo-verdianos (Ribeiro, 2001), que tem várias expressões do ritual que as integra em cada pólo de fixação. A Festa de São Miguel celebrada na Ilha de Santiago / Cabo Verde foi trazida para Cascais, onde é celebrada anualmente. Da mesma forma, a festa religiosa do Senhor do Mundo também se celebra em Portugal.

Conhecer, estudar e divulgar o fenómeno migratório

O conhecimento que se detém sobre o fenómeno migratório, ainda que em muitos casos de forma genérica, não é novo; e mesmo para aqueles que não detiveram sobre ele o seu interesse nem desenvolveram sobre as migrações um estudo específico e mais aprofundado, tal facto diz respeito a uma realidade que desde há tempo vem sendo assinalada em muitos países, por muitas e diversas formas, através de múltiplos meios de comunicação. No entanto, se é um facto que não lhe tem sido prestada a atenção devida, poderá afirmar-se que este fenómeno, que reveste tanto uma faceta transnacional como inter-regional, toca aspectos de carácter central e que não só está presente como interfere em muitos dos sectores da vida das nações.

Em termos práticos constitui uma importantíssima realidade, sobre a qual recaem os olhares de decisores políticos, empresários, programadores e professores em espaços de leccionação/aprendizagem, tanto ao nível do ensino básico e secundário como ao da formação profissional e de responsáveis pelo bem-estar a nível nacional.

A disciplina de Sociologia das Migrações, cuja consagração ainda não pode ser reconhecida a nível universitário, pelo restrito número de cursos que a integram nos respectivos curricula, encontra-se em regra associada a quatro áreas disciplinares: Antropologia, Sociologia, Teologia e Serviço Social.¹⁰

A atenção que nos últimos anos vem recaindo sobre os factos que se relacionam com as diversas vertentes do fenómeno migratório e o tornam mais relevante chegam-nos através de textos escritos e de jornais televisivos, de notícias que são inseridas em programas de rádio, através dos relatos sobre muitas situações de vida que são ilustradas por imagens em apresentações curtas ou em longas reportagens. A representação que dela fazem pintores, a forma como tais factos são esculpidos na pedra, modelados em cerâmica ou em metal constituem prova da existência e da relevância dos mesmos.

Os jornais oficiais têm traduzido discussões parlamentares sobre uma e sobre a outra vertente do fenómeno; os de publicação diária referiram todo um conjunto de notícias a propósito de quem partia, o modo como eram realizadas as viagens, as explorações que muitos deles sofreram, as dificuldades dos primeiros tempos de instalação num novo país de residência, bem como os sucessos conseguidos por alguns migrantes.

Os periódicos publicados em cidades de província, de dimensão regional, personalizaram tanto as notícias como muitas das reportagens que publicaram, conferindo aos relatos produzidos maior realidade. E assim, a notícia do que foi acontecendo ao longo dos tempos foi em muitos casos responsável pelas diferentes reacções que se manifestaram por parte daqueles que não tinham saído de Portugal, em relação directa com a posição social de quem as manifestava: surpresa e admiração, revolta ou inveja em relação ao que fora conseguido. O que indignou alguns fez em muitos outros aparecer o desejo de também partir. Vontade que se avolumou e se estendeu, que se generalizou, chegando quase a trivializar-se. Foi assim que progressivamente se foram esvaziando localidades e introduzindo modificações na paisagem natural e na paisagem construída.

Da representação através do descritivo fixo e da imagem fotográfica, as migrações chegaram ao cinema, que lhes passou a imprimir movimento e animação;¹¹ posteriormente, ao vídeo e hoje em dia o tratamento digitalizado que proporcionam as novas tecnologias permite que o estabelecimento de contacto com o fenómeno migratório possibilite atingir um público muito mais alargado de interessados, que integra leitores e auditores. É este um fenómeno social que, afinal, muitos cidadãos estão convictos de conhecer, embora os caminhos que os levam a esse conhecimento sejam diferentes de pessoa para pessoa e a profundidade com que o abordam varie significativamente. As várias perspectivas em que é observado relacionam-se com a história individual de quem sobre ele fala e emite uma opinião, indo necessariamente atingir todos aqueles que com o mesmo se relacionam. O que é ou quem é referido, de uma forma pejorativa, poderá vir a atingir um público vasto e indiferenciado, nomeadamente os que possam estar ligados à emigração por eventuais relações familiares, de vizinhança ou de amizade anteriormente estabelecidas e se sentem magoados por apreciações que consideram levianas e injustas.

Exteriorizações de carácter colectivo ou individual, que ocorrem nas terras de origem dos migrantes internos ou internacionais, nem sempre dão a conhecer o modo como eram realizadas as viagens, as explorações que muitos deles sofreram, as dificuldades dos primeiros tempos de instalação num novo país de residência, mas sim os sucessos conseguidos por alguns deles.

As migrações, como fenómeno complexo e multifacetado, pela interacção transnacional que estabelecem, constituem hoje um dos factos sobre o qual recai com maior incidência o olhar político internacional. As associações de migrantes podem ser utilizadas tanto como órgãos de consulta para quem toma decisões políticas nesta área como meio de veiculação dessas decisões.

Perante a dispersão de localização dos migrantes em terras e países estrangeiros, as associações constituem espaços que oferecem grande funcionalidade para aplicação de decisões visando o inter-conhecimento e a harmonização das relações nas sociedades plurais que caracterizam o mundo de hoje.

Notas

- ¹ De entre os múltiplos estudos de natureza histórica que assinalam a presença dos galegos em Portugal refere-se os publicados por Domingos Lopo e, muito em especial, o álbum de autoria conjunta "Historia dunha Emigración Difusa. 500 anos de emigración galega a Lisboa", amplamente ilustrado por Xan Leira.
- ² A colónia inglesa residente no Algarve, sem deixar de perder todos os hábitos de vida próprios que se manifestam no seu quotidiano, encontra-se perfeitamente inserida na vida local, mantendo as melhores relações com a população residente. Tanto as organizações de carácter informal como as associações oficialmente constituídas mantêm fins de natureza social em prol da comunidade. O espaço europeu tem permitido, inclusivamente, uma melhor circulação de cidadãos britânicos, que têm vindo a assumir importantes lugares a nível autárquico e em actividades ligadas ao comércio e ao turismo.
- ³ Apesar da política de Salazar nunca ter apoiado a deslocação dos habitantes das colónias para Portugal, o primeiro movimento relevante teve lugar por altura da grande emigração dos portugueses para a Europa. Verificou-se assim a vinda de cabo-verdianos, como mão-de-obra substituta dos que partiram deixando vagos lugares que vieram por eles a ser ocupados.
- ⁴ Sobre esta matéria vd. Rocha-Trindade, M.B. [1995].
- ⁵ De entre os muitos exemplos que poderiam ilustrar a afirmação produzida refiro alguns dos nomes atribuídos a ruas que evocam a sua presença (Rua dos Ausentes em Mira de Aire/Leiria; Avenida das Comunidades em Lisboa e no Funchal/Madeira; Rua dos Emigrantes na cidade da Praia em Santiago/Cabo Verde; os monumentos que têm vindo a ser erigidos em sua homenagem em Zedes/Carrazeda de Anciães; em Laundos/Póvoa do Varzim; na Pateira de Fermentelos/Águeda; em Sul/São Pedro do Sul; em Pampilhosa da Serra/Coimbra; em Santa Apolónia/Lisboa (Martinho, 1984; Rocha-Trindade, 1989; João, 2009).
- ⁶ Os dados referidos constam do ficheiro oficial da Divisão de Apoio Cultural e Associativismo, Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ⁷ Os nomes dados a algumas das numerosas associações de portugueses no Brasil – D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Luís de Camões, El-Rei D. Sebastião, D. Luís, D. Carlos, D. Amélia Rainha de Portugal, D. Manuel II, Gago Coutinho e Afonso Costa são exemplos significativos da tendência apontada.
- ⁸ Merecem especial atenção as comunidades portuguesas no Brasil e em França. Fundadas em tempos diferentes de emigração distinguem-se pelas características diferentes que se revestem e pelas funções próprias a cada um dos conjuntos a que pertencem. As primeiras projectam o prestígio dos seus fundadores e são delas exemplo expressivo os Gabinetes de Leitura espalhados por todo o país (Recife, Salvador da Baía, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Portalegre). As que existem em França, de carácter menos elitista, têm exercido um papel relevante na inserção dos imigrantes e mantêm visíveis ligações com Portugal através de diversas formas de expressão (geminacões, visitas culturais, ranchos folclóricos e grupos de teatro).
- ⁹ O jogo da *pétanque* foi trazido de França para Portugal pelos emigrantes no seu regresso em período de férias ou em regressos definitivos. O gosto por este jogo estendeu-se a todo o país, podendo observar-se várias competições que têm lugar em todo o território. O jogo de tabuleiro *ouri*, de origem africana, onde existe em vários países daquele continente, veio para Portugal trazido pelos imigrantes cabo-verdianos, sendo frequente a sua prática em espaços onde se concentram.
- ¹⁰ A disciplina de Sociologia das Migrações foi introduzida pela primeira vez em Portugal no curso de Teologia leccionado pela Universidade Católica em Lisboa. O bloco multimédia «Sociologia das Migrações» (manual, 10 videogramas, 6 audiogramas e correspondentes brochuras explicativas) foi editado pela Universidade Aberta em 1995 de forma a proporcionar o ensino a distância dessa matéria. Disciplinas com ela relacionadas integraram o Mestrado em Relações Interculturais na mesma Universidade, desde 1990.
- ¹¹ O curso anual organizado pela Cátedra UNESCO 226 sobre migrações teve como tema «La emigración en el cine» (Santiago de Compostela, 22-23 de Novembro de 2007). No âmbito do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), encontra-se em curso um projecto de investigação que incide sobre o levantamento sistemático de todos os filmes ligados às migrações, sob a orientação dos pesquisadores Ana Paula Beja Horta e José da Silva Ribeiro, financiado pelo Observatório da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R., Ferreira, L.É. e Viegas, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta.
- Antunes, M. (2000), *O Associativismo em Toronto: Estudo de Quatro Associações Portuguesas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Borge, J. H. e Lopo, D. G.(orgs.) (2009), *La Emigración en el Cine. Diversos Enfoques*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Comissão da Câmara dos Senhores Deputados (1873), *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional
- Cunha, M.C. (1988), *Portugais de France*, Paris: Ciemi L'Harmattan.
- Durães, M. (2009), "Portugal, país de acolhimento: as comunidades estrangeiras no Noroeste (séculos XIX-XX)", in Rocha-Trindade, M.B. (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp.169-185.
- Horta, A.B. (2009), "A cidade cinemática multicultural: narrativas de representação da periferia urbana em Zona J e Outros Bairros", in Rocha-Trindade, M.B.(org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 301-320.
- João, M. I. (2009), " O espontâneo e o construído nas memórias dos migrantes" in Rocha-Trindade, M.B.(org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 269-279.
- Lahon, D. (1999), *O Negro no Coração do Império. Uma Memória a Resgatar. Séculos XV-XIX*, Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Ministério da Educação.
- Leira, X. et al (2008), *Historia dunha Emigración Difusa. 500 anos de emigración galega a Lisboa*, Pontevedra: AcuaRelaComunicación SLL
- Lima, M. H. (1973), *A Missão Herdada: Um Estudo sobre a Inserção do Emigrante Português*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ - Museu Nacional.
- LLP(1968), *Liceu Literário Português. Cem Anos de Vida ao Serviço do Ensino e da Cultura*, 1868-1968, Rio de Janeiro: LLP.
- Martins, A. A.(1913), *Esboço Histórico do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 a 1912*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & Comp.
- Melo, D. e Silva, E.C. (orgs.) (2009), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*, Lisboa: ICS.
- Oliveira, C. (1956), *Três Épocas. Um Pouco de História do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro: LLP.
- Ribeiro, J.S. (2001), *Colá S. Jon, Oh Que Sabe, as Imagens, as Palavras Ditas e a Escrita de uma Experiência Social e Ritual*, Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, J.S. (2009), "Música e sonoridades migrantes na investigação antropológica" in Rocha-Trindade, M. B. (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp.321-340.

- Rocha-Trindade, M. B. (1994), *Groupes d'Appartenance e Logiques Identitaires: les Associations Régionales à Lisbonne*, Paris : Centre Culturel Calouste Gulbenkian, pp. 109-121.
- Rocha-Trindade, M. B. (1995), "Conceitos e Tipologias", in Rocha-Trindade, M.B., *Sociologia das Migrações*, Coleção Manuais, n.º88, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 37-39
- Rocha-Trindade, M. B. (2004), "Migrations in Portugal", *AEMI Journal*, Aalborg, pp.22-42
- Rocha-Trindade, M. B. (org.) (2009a), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha-Trindade, M. B. (2009b), *A Serra e a Cidade - O Triângulo Dourado do Regionalismo*, Lisboa: Âncora Editora.
- Rocha-Trindade, M. B e Caeiro, D. (2002), *Portugal - Brasil. Migrações e Migrantes 1850-1930*, Lisboa: Inapa.
- SA (1986), *1º Encontro Portuguesas Migrantes no Associativismo e no Jornalismo*, Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- Serrão, J. (1974), *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 2.ªed., Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrão, J. et al. (1976), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa. Antologia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, M. B., (1998), *Filantropia e Imigração. A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro: SPCSDPV.
- Silva, P. F. (coord.) (1977), *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro: RGPL.
- Tinhorão, J. R. (1988), *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Vidal, F. P. (s/d), *Biografia de uma Instituição Luso-Brasileira. Subsídios para a História da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo – 1912-1992*, São Paulo: CPCSP, pp. 45-133
- Viegas, T. (1998), *Migrações e Associativismo de Migrantes: Estudo do Caso Timorense*, Lisboa: Universidade Aberta/Fundação Oriente

■ **Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal**
Identity strategies and integration schemes: the positionings of Angolan, Brazilian and Eastern European association in Portugal
João Sardinha*

Resumo Recorrendo a narrativas recolhidas junto de representantes de associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal, este artigo analisa, primeiro, os tipos de modelos de integração defendidos pelas associações, assim como os modelos identitários sustentados e trabalhados por estas. Segundo, seguindo a lógica que a identidade, tal como as estratégias de integração, são um processo em constante mutação, examina-se como as associações de imigrantes concebem e contribuem para a integração comunitária, por um lado, e para a (re)estruturação de identidades, por outro.

Palavras-chave associativismo imigrante, identidade, integração, transnacionalismo, análise de narrativas.

Abstract Drawing on narratives collected from representatives of Angolan, Brazilian and Eastern European associations in Portugal, this article firstly analyses the types of integration models used by the associations, in addition to the forms of identity supported and negotiated by these institutions. Secondly, following the logic that identities, just like integration strategies, are processes in constant mutation, the article examines how immigrant associations conceive and contribute to community integration, on the one hand, and to the (re) structuring of identities, on the other.

Keywords immigrant associativism, identity, integration, transnationalism, narrative analysis.

* Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta / Centre for Studies in Migration and Intercultural Relations, Universidade Aberta (jmssardinha@gmail.com)

Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal

João Sardinha

1. Introdução¹

As características intrínsecas que compõem os processos migratórios, assim como as formas de integração activadas pelos imigrantes ao se estabelecerem num país novo, acabam por influenciar a inserção destes no meio social do país de acolhimento. Por um lado, resultado dos encontros físicos, sociais e culturais no novo espaço, este novo contexto poderá alterar os padrões identitários (Kolm, 1980; Saint-Maurice, 1997). Por outro, os imigrantes poderão também estar interessados em preservar os elementos e traços que os identificam como um grupo ou comunidade colectiva. Poderá ser o objectivo destes manter a sua posição separada da sociedade alargada, segregarem-se em nome de um objectivo comum – preservar o que os define. Tendo como objectivo o estabelecimento de redes de protecção contra os elementos que o grupo reconhece como sendo diferentes e/ou ameaçadores, e ao mesmo tempo para promover a coesão e continuidade da identidade etno-cultural colectiva, imigrantes organizam-se recorrendo a estratégias visíveis e invisíveis (Rocha-Trindade, 1995; Minghuan, 1999). Outro aspecto da integração de grupos de imigrantes deriva da questão de saber até que ponto a sociedade anfitriã permitirá aos imigrantes inserirem-se na sociedade alargada através das suas políticas, programas e iniciativas de inserção. Se estas acabam por não coincidirem com os desejos dos imigrantes – se as comunidades estrangeiras sentirem que a entrada na sociedade anfitriã não está a ser facilitada e que estão a ser tratados injustamente – o resultado natural passa pela coordenação de acções de *lobby* e manifestação.

Consequentemente, para estas e outras razões, os imigrantes unem-se, criam redes e organizam-se, conduzindo à criação de estruturas colectivas, também denominadas associações. O estudo do associativismo imigrante revela uma forte conexão entre funções sociais, culturais, políticas e de serviços; contextos que nem sempre são facilmente separáveis (Casey, 1988). Na realização destas funções, as associações frequentemente negociam entre dois contextos: o país ancestral e o de recepção. Por um lado, vêem no país ancestral as suas origens culturais e identitárias, que valem a pena preservar e proteger. Por outro, responsabilizam o país de recepção como aquele que deve facilitar a inserção dos cidadãos de países terceiros. Considerando estes pontos, torna-se importante destacar que o que definimos livremente como “prestação de serviços” por parte destas organizações, não pode ser subestimado.

As relações de proximidade entre as associações de imigrantes, as pessoas que elas representam e os poderes políticos da sociedade anfitriã colocam as associações (e sobretudo aqueles que activamente as dirigem) numa posição de maior conhecimento no que diz respeito aos assuntos e preocupações pertinentes à comunidade que representam. A posição privilegiada das associações como conhecedoras das comunidades, em conjunto com o facto de elas se encontrarem numa posição “intermediária-

ria” entre os imigrantes e a sociedade anfitriã desempenhando um papel crucial como actores de intervenção na defesa de direitos e promoção do bem-estar das comunidades, leva-nos a defender que a reunião de opiniões daqueles que se encontram ao leme das associações de imigrantes é fundamental. Considerando estes argumentos, a execução de um estudo analítico sobre as opiniões e desempenho de associações de imigrantes no que diz respeito às estratégias de integração e identitárias das suas respectivas comunidades é de grande importância.²

O contexto desta pesquisa baseia-se assim numa questão de “ajustamento”, por um lado, entre as necessidades de um grupo imigrante no que diz respeito à conservação da sua identidade, herança e valores, e por outro, a sua integração, direitos de cidadania e necessidades no que diz respeito a serviços sociais. Assim, a hipótese geral avançada neste artigo é a de que as associações de imigrantes em Portugal podem fornecer uma conexão importante entre as definições identitárias transportadas do país da origem e “a nova vida” construída no país anfitrião, reconciliando e oferecendo o melhor do que ambas têm para oferecer; entre os laços primordiais colectivos e as estruturas burocráticas formais da sociedade anfitriã.

Pergunta-se, assim, como é que as associações de imigrantes aliam os dois objectivos (preservação/integração) definidos, à primeira vista, como opostos; e como é que esses mesmos objectivos são negociados. Seguindo um idealismo baseado em estratégias de integração, liberdades identitárias e direitos de cidadania igualitários como dados garantidos, tomando em consideração o facto que inserção é frequentemente “um caminho com dois sentidos”, envolvendo situações de “dar” e “receber” tanto da parte dos indivíduos a ser integrados como daqueles que os acolhem, e seguindo a lógica que a identidade não é um elemento estagnado mas algo em constante mutação, pergunta-se como é que as associações de imigrantes concebem e contribuem para a integração comunitária, por um lado, e para a (re)estruturação de identidades, por outro.

Para poder analisar estas questões, este artigo centra-se no estudo de três movimentos associativos em Portugal: angolano, brasileiro e leste europeu. Os resultados são consequentes de um trabalho de campo junto de representantes das associações destes grupos, realizado em Portugal continental entre Setembro de 2004 e Setembro de 2005. No total, foram realizadas 82 entrevistas com indivíduos ligados a 28 associações angolanas (27 entrevistas realizadas, destacando uma entrevista com um dirigente que dirige duas associações), 18 brasileiras (25 entrevistas) e 21 do leste europeu (30 entrevistas).

2. Associativismo imigrante, integração e identidade

No que diz respeito à integração sócio-cultural de imigrantes, pode-se argumentar que a fundação e/ou participação numa das associações, dirigida a esta população, é uma “faca de dois gumes”. Enquanto estas organizações têm uma influência positiva na manutenção de laços comuns e na conservação de uma identidade etno-cultural partilhada, um argumento oposto também é defendido, nomeadamente de

que as associações de imigrantes, formadas ao longo de linhas étnicas, impedem o desenvolvimento de relações pessoais com a população local acabando por diminuir os processos da adaptação na sociedade anfitriã.

Na primeira perspectiva, é assumido que as organizações de imigrantes têm um efeito integrativo nos indivíduos que representam e na sociedade em geral, criando um equilíbrio entre interesses diferentes, desempenhando, assim, um papel positivo na assimilação (Lal, 1983). Sob esta perspectiva, um equilíbrio entre as necessidades e as expectativas dos imigrantes, os interesses, valores e normas da sociedade anfitriã, é encontrado através do que Schoeneberg (1985: 418) chama “subsistemas funcionalmente diferenciados” em que as organizações de imigrantes executam esses papéis mencionados fornecendo mediação e formas de integração social, bem como o encontrar de formas de satisfazer as necessidades da comunidade.

Por outro lado, outros estudos (Breton, 1964; Reitz, 1980) partem da suposição que a criação e a persistência de associações imigrantes são uma indicação da segregação e um obstáculo à assimilação. A criação de instituições paralelas e outros instrumentos (por ex. escolas, meios de comunicação, etc.) pode ser visto como prova da manutenção e promoção da segregação social e cultural. A existência de “sub-sociedades institucionalmente completas”, segundo Breton (1964: 193), permite trocas mínimas entre a comunidade imigrante e a sociedade anfitriã, limitando relações ao grupo imigrante em si. Sendo este o caso, inserirem-se valores e normas da sociedade anfitriã, além de adquirirem o mínimo da conformidade comportamental necessitada, fica praticamente irrealizável (Schoeneberg, 1985: 419).

Outra realidade rodeando o associativismo imigrante surge do facto que as associações podem também ser segregacionistas e fortemente fundamentalistas, estabelecendo programas ideológicos para defender posições culturais e/ou religiosas. Contudo, diligências ideológicas projectam-se no contexto cultural do país anfitrião em vários domínios, muitas vezes diferentes daqueles que se pretende defender. Vejamos o exemplo da cultura e identidade muçulmana em sociedades ocidentais. Mediante a essência do Islão, a identidade muçulmana é um projecto global que abarca costumes diários (alimentação, vestuário, etc.), práticas religiosas, assim como a conservação de relações sociais específicas (dando particular ênfase às práticas sexuais, à família, entre outros). É uma visão comum entre membros da comunidade muçulmana de que o Islão é moralmente superior e que o abrandamento moral da sociedade ocidental (consumo de bebidas alcoólicas, vestuário revelador, mistura de rapazes com raparigas, etc.) cria uma ameaça à moralidade e à boa conduta das suas crianças (Joly, 1987). O principal papel das associações, neste caso, é criar união entre a primeira geração tendo como objectivo a manutenção de valores islâmicos, assegurando que os jovens descendentes cumprem o programa ideológico que é estabelecido. Assim, associações podem ser fundamentadas com o único objectivo de manter as características da comunidade, os seus valores e ideologias.

Pode-se então defender que as associações, as suas crenças, ideologias e comportamentos desempenham um papel fundamental na formação de padrões identitários colectivos. Porém, considerando que um sistema de valores e definições dentro de

uma comunidade imigrante ou movimento associativo oferece opções identitárias, não significa que a identidade de um indivíduo é determinada pelo colectivo (Rex e Josephides, 1987). Dentro desta linha de pensamento, Camilleri *et al.* (1990) propõem a noção de “identidade estratégica” como uma posição e/ou prática contida por um indivíduo e que é mantida com o objectivo de atingir um fim específico definido por vários determinantes de interacção (sociais, históricos, culturais, psicológicos, etc.). Identidades, na sua íntegra, acabam por ser intermitentes, estando em constante mutação, sendo elas, segundo Camilleri (1996), dissolvidas em “combinações de sub-identidades diferenciadas” ligadas aos diferentes grupos com os quais os indivíduos lidam e que se mobilizam em função das ocorrências do dia-a-dia. Assim, qualquer tentativa de limitar a identidade à vertente étnica seria o mesmo que confinar os indivíduos a uma só das suas identidades, o que levaria, deste modo, ao enfraquecimento da autêntica identidade pessoal que, na essência, é de natureza plural (Albuquerque *et al.*, 2000: 13). Contudo, de uma forma ou de outra, todas as associações transmitem certas mensagens identitárias, explícitas ou implícitas, tendo como objectivo, umas vezes, fornecer opções identitárias, e outras, tentar manter uma certa ordem etno-cultural na tentativa de defender interesses culturais comunitários, ou seja, reduzir a identidade à vertente étnica, algo que nem sempre é conseguido (Joly, 1987).

Na situação em que o grupo imigrante é ameaçado com pressões de assimilação vindas do país anfitrião, a tendência poderá ser a mobilização em redor das especificidades culturais para melhor poderem afirmar certos elementos etno-culturais (como a língua, religião, gastronomia, vestuário, música, entre outros). Institucionalmente, isto contará com uma maior afirmação em termos de grupo. Certas actividades constituem exemplos de práticas que, ao nível institucional, procuram beneficiar uma comunidade de imigrantes com uma certa visibilidade, e que, de certa forma, traduz um desejo de participar socialmente na sociedade anfitriã, mas de forma não assimilationista. Por exemplo, a criação de espaços de convívio, a construção de espaços religiosos, o desenvolvimento de cursos de línguas, a publicação de jornais e/ou revistas na língua nativa, a criação de programas de rádio e televisão – todos estes meios servem para demonstrar o desejo de integrar as especificidades etno-culturais da comunidade imigrante na sociedade anfitriã.

Além das funções dentro do campo etno-cultural, as estratégias identitárias podem ser também expressas no domínio político, através da constituição de grupos de *lobby* e pressões políticas tendo como objectivo a transformação de realidades sociais, nomeadamente no plano da marginalização e de outras formas de exclusão a que os imigrantes podem estar sujeitos. As associações, enquanto agrupamentos organizados de acção colectiva, constituem, assim, um importante mecanismo de promoção de estratégias mobilizadoras de identidades.

Normalmente, as actividades desenvolvidas por associações de imigrantes, no que diz respeito à intervenção sócio-política, são baseadas em certos aspectos inerentes à identidade étnica. Podemos, neste âmbito, indicar o papel do associativismo em si, no que diz respeito à mobilização étnica, como um sinal fiável de partilha e comunidade. No entanto primeiro, recorrendo ao argumento de Hargreaves (1995), é importante distinguir entre mobilização para a etnicidade e mobilização através da

etnicidade. Algumas associações – as que promovem o ensino da língua nativa ou que desempenham actividades religiosas, por exemplo – evocam a afiliação étnica para avançarem certos objectivos sócio-culturais. Por outro lado, outras associações podem estar organizadas por motivos de etnicização ou por indivíduos que partilham a mesma etnia, mas não necessariamente com o objectivo de fortalecer a identidade étnica. Certas organizações anti-racistas, por exemplo, podem ter bases étnicas e objectivos que abrangem a igualdade do tratamento ao lado da população indígena, em vez de batalharem em nome do reconhecimento de traços culturais próprios (Hargreaves, 1995: 98).

Assim, como vários autores indicam (Elliott e Fleras, 1992; Drury, 1994), a mobilização étnica pode ser apresentada de várias formas e com graus diferentes de intensidade, conforme um número de factores determinantes, incluindo: 1) os níveis de adaptação recíprocos entre imigrantes e naturais (se o processo de adaptação for bem realizado, a mobilização étnica será de uma intensidade reduzida); 2) a diferenciação política, religiosa, social e cultural entre o país de origem e a sociedade anfitriã; 3) a dimensão histórica e temporal da imigração, que acaba por determinar a forma como a inserção social das populações imigrantes se procederá; 4) a implementação e a interpretação de políticas de imigração por parte dos governos, partidos políticos, sindicatos laborais, igrejas, meios de comunicação e grupos de interesse.

Se as políticas de imigração favorecerem o melhoramento das condições de vida e a integração dos imigrantes independentemente da distância social e cultural que possa existir entre eles e a sociedade anfitriã, haverá então poucas razões para aceder a processos mobilizatórios por parte dos imigrantes. Por outro lado, se o país de recepção não mostrar nenhuma intenção de politizar as questões de integração das populações imigrantes, optando antes por manter uma atitude de exclusão, levará isto à emergência de reclamações feitas por parte dos imigrantes e conduzindo a uma mobilização colectiva a favor de uma modificação de situações desfavoráveis existentes.

Argumenta-se então que a mobilização étnica, orquestrada ao nível associativo, constitui uma estratégia que pode trazer visibilidade, tendo como principais objectivos a materialização de dois aspectos fundamentais: a preservação da identidade étnica e a representação política das comunidades de migração e avanço dos interesses dos membros (incluindo a promoção de direitos de cidadania, participação cívica, defesa de igualdade de oportunidades e luta contra a discriminação).

Além da mobilização por parte dos imigrantes através das suas associações, lembramos que estas se movem entre contextos duplos: o país de origem e o de recepção. As conexões entre estes contextos não só reflectem relações distintas envolvendo redes e recursos mas também espaços de negociações contínuos de identidades e direitos (Mapril e Araújo, 2002). No meio destes processos as associações procuram oportunidades de pertencer a mais que um contexto, avaliando o que é melhor para as necessidades da associação, os seus líderes e os seus membros. No meio deste enquadramento, é comum os indivíduos que compõem associações – e por isso as próprias associações em si – não pertencerem a este ou aquele contexto como en-

tidades exclusivas, mas procurarem oportunidades de pertencerem tanto aos países de origem como ao país anfitrião. É através das negociações de interesses que as associações adquirem os seus espaços do poder e afirmam a suas posições. Assim, descrevem-se as associações de imigrantes como “instituições oportunistas”, muitas vezes procurando promover o que para elas é o mais benéfico, ou o que estas, ou os seus líderes, consideram ser o melhor para a comunidade, recorrendo ao mais preferível que o país de origem e o país de recepção têm para lhes oferecer.

A identificação de associações de imigrantes como organizações colocadas entre os contextos país de origem/país de recepção significa que estas organizações funcionam como espaços sociais transnacionais que transmitam opções de integração e identitárias dentro de uma duplicidade social transnacional (Levitt e Glick Schiller, 2003). Assim, as associações transportam formas institucionais adquiridas em ambos os locais (origem/recepção) lançando uma ponte entre a diversidade de espaços públicos e privados onde elas funcionam (Soysal, 1999). Estas organizações representantes de imigrantes tornam-se locais onde modelos de organização social globalmente difundidos e onde contestações e desejos individuais convergem ao nível local produzindo novas misturas de valores, crenças e práticas.

Falamos do papel das associações no que diz respeito à integração e estratégias identitárias dos seus membros. Contudo, não podemos esquecer que além da identificação colectiva, outras influências existem. Não nos podemos esquecer que diferentes alianças e lealdades são formadas individualmente fora do grupo ou associação. Influências exteriores transportadas e, de uma forma ou outra, introduzidas por aqueles que compõem uma associação significa que uma imagem homogênea não existe, independentemente de quanto uma associação pode trabalhar para esse objectivo. O que emerge é o que Bhabha (1994) chama de “o terceiro espaço de pertença identitária”; um espaço que combina múltiplas identidades e práticas, em que pertença, recursos e direitos extraídos de diferentes contextos nacionais são constantemente negociados. Assim, semelhantes aos indivíduos que elas representam, as associações raramente podem ser identificadas como representantes de uma só nacionalidade, mas sim como “associações hifenizadas”. Isto porque acabam por perseguir o que para elas é considerado “o melhor dos dois mundos”, baseando-se nas oportunidades que lhes são “oferecidas” pelos diferentes contextos nacionais com quem elas negociam.

Se as associações de imigrantes são, por um lado, segregacionistas ou, por outro, integracionistas, não dependerá só da orientação estratégica, das posições tomadas e actividades direccionadas à população imigrante, mas também da atitude da sociedade receptora e do posicionamento do Estado no que diz respeito à populações estrangeiras. É também essencial ter consciência de que os princípios organizacionais e o acolhimento por parte da sociedade anfitriã são variáveis cruciais no modo como as associações se implantam na sociedade bem como os imigrantes em geral (Soysal, 1994). Destaca-se que a forma como os imigrantes são aceites pela sociedade anfitriã e pelos seus poderes políticos acabará por ter influência sobre as estratégias organizacionais das associações.

Seguindo os argumentos de Danese (2001: 86), desenvolve-se assim um modelo de inclusão/separação em que os imigrantes acabam por viver e trabalhar numa sociedade paralela ligada à sociedade anfitriã através de pontes descontínuas que acabam por ser as associações. Seja qual for as atitudes ou actividades das associações, estas acabam sempre por assistirem na inserção dos seus membros (Layton-Henry, 1990). Os factores principais que podem levar à segregação ou ao isolamento, como por exemplo, a discriminação ou rejeição por parte da sociedade anfitriã e das suas autoridades governamentais, também podem mobilizar a população imigrante, levando-a procurar aliados e a organizar-se politicamente para defender os seus direitos. Processos de *lobby* e pressões por parte das associações podem, assim, forçar os governos a intervir, conduzindo ao reconhecimento de direitos tanto das associações, como dos imigrantes em geral. Paradoxalmente, até as associações que se opõem à integração e assimilação podem contribuir, a longo prazo, para a integração dos seus membros na sociedade receptora (Layton-Henry, 1990).

3. Entre o “ofensivo” e o “defensivo: o posicionamento das associações de imigrantes

Das três comunidades escolhidas para análise (angolana, brasileira e leste europeia), salienta-se primeiro que tudo que estamos perante grupos com características e histórias migratórias para Portugal bastante distintas.

Tomando em consideração estas diversidades, irá analisar-se como é que os modelos estratégicos identitários de inserção são promovidos pelas associações. Para executar este objectivo, a discussão concentra-se em torno de duas questões: primeiro, que tipo de modelo de integração é defendido? Segundo, que tipo de estratégias identitárias são sustentadas e trabalhadas?

Os argumentos apresentados tenderam encaixar-se na dicotomia apresentada por Schrover e Vermeulen (2005) ao definirem as duas principais funções (opostas) executadas por associações no que diz respeito à integração social de uma comunidade: “ofensivas” ou “defensivas”. Os argumentos “ofensivos” incluem o lado da questão ligado aos processos de inserção, incluindo as exigências por parte das associações no que diz respeito a direitos de legalização, trabalho, habitação, educação, saúde, etc., e o combate contra o racismo e discriminação. Por outro lado, o ponto de vista “defensivo” foi expresso em tópicos relacionados à identidade e questões etno-culturais. Expressou-se também com regularidade esta distinção no estabelecimento dos ideais das associações.

Observando as respectivas comunidades, os movimentos associativos destacaram diferentes problemas de integração.³ Contudo, e sem surpresa, são também esses mesmos problemas que determinam as posições das associações e as suas narrativas “ofensivas”. Para exemplificar as posições gerais dos respectivos grupos, recorre-se às palavras de três entrevistados representantes dos três grupos, iniciando-se com uma perspectiva brasileira:

"[...] para nós [associação] é mais a questão da integração deles [os imigrantes], e de ver todo o mundo legalizado, a aquisição dos seus direitos – isto é o que é importante nesta etapa. Todas as outras questões podem começar a ser cuidadas depois disto. Direitos de família, direitos de trabalho, direitos humanos – isto tem que ser tratado primeiro se uma pessoa se quer integrar nesta sociedade. [...] Agora algo mais que é importante: a abolição de categorias de posição de classe. Se você for à Casa do Brasil, temos lá uma edição de grande sucesso da Sabiá que coloca a questão: «você é imigrante de que classe?» Você encontrará dez classes lá. As classes são redigidas em relação aos direitos de cada um. Você colocaria a maioria dos brasileiros nas classes mais baixas. Por isso é essa a filosofia – eliminar essas diferenças em termos de classe. Como é que isso pode ser feito? Eliminando essas formas diferentes de legalização. Apoiamos uma forma da legalização – autorização de residência. Queremos cidadãos legais, trabalhadores legais e direitos sociais iguais para todos." (B).⁴

Na sua forma mais simplificada, a integração é assim uma questão que pode ser concretizada alterando as políticas de legalização. De facto, a questão da legalização é a variável que mais eco tem nos argumentos das associações, no que diz respeito à integração de imigrantes. Alterar as leis e as formas de conduzir a legalização é, muitas vezes, vista como uma solução que curaria outros problemas – o imigrante legal terá direitos nas áreas da educação, habitação, saúde, entre outros, que o imigrante ilegal não possui. É também de anotar, nesta última citação, o debate à volta do desejo de querer reduzir diferenças entre classes. De facto, de forma semelhante, muitas associações baseiam os seus discursos "ofensivos" em táticas de militância com bases sociais. Um segundo depoimento dado por um representante leste europeu reflecte este mesmo posicionamento:

"Eu, primeiro, preferia que Portugal desse a todos os imigrantes os mesmos direitos igualitários e de oportunidades, acesso a alojamento, aulas de língua, formação profissional e acesso igualitário ao mercado de trabalho. Eles (imigrantes) não devem ser tratados como cidadãos reprimidos de segunda classe. É a exclusão social e a guetização que leva aos conflitos com a população receptora. Agora, se o exemplo da exclusão social e guetização vem «por cima»; se os governantes são os que promovem isto, o que é que se espera do resto de sociedade? Portugal devia promover a inserção desses indivíduos porque as pessoas vão-se incluir na sociedade portuguesa e irão partilhar os seus conhecimentos e experiências se lhes for permitido e se lhes forem dadas as boas-vindas. Através dos seus empregos, os imigrantes tornam-se cidadãos como qualquer outra pessoa e como cidadãos, iguais a qualquer um, eles respeitam as diferenças também. As condições devem ser estabelecidas para que cada indivíduo possa ter a liberdade de fazer parte da população em geral. Uma cidadania inter-étnica é o que nós favorecemos; não o multiculturalismo porque implica um tipo de tolerância onde o pensamento é: «Pobrezinhos, vamos mas é mantê-los ali no cantinho onde eles podem ser quem querem, podem fazer o que querem e não nos vão incomodar»". (LE)

Para além de exigir direitos e oportunidades igualitárias, o entrevistado reivindica que o governo seja responsável pelas suas acções e, ao mesmo tempo, sirva como exemplo para o resto da sociedade. A citação também acentua a importância da criação de políticas e iniciativas por parte dos governos que permitam uma integração aberta e livre enquadrando-se num modelo intercultural. A seguinte afirmação de um líder

angolano realça esta mesma solicitação. O posicionamento das políticas governamentais, segundo este interveniente, deveria ser uma de incorporação sem forçar a assimilação e também sem promover estratégias que podem levar à segregação.

“Somos contra as congregações em massa de pessoas da mesma etnia ou mesma raça. Somos contra as políticas que conduzem à criação de guetos. Isto não ajuda imigrante nenhum; de facto só ajuda é a marginaliza-los ainda mais. Basta só ver estes bairros aqui na Amadora onde a maioria são cabo-verdianos – estas «aldeias africanas». A nossa comunidade também os tem como, por exemplo, a Quinta do Mocho. Estes bairros são problemáticos e vão continuar a ser. Estes bairros foram abandonados logo de início. [...] Há uma forte divisão entre eles e o resto da cidade. Isto não é integração! Isto é o abandono! No que diz respeito à cultura, uma coisa tem que ser entendida: existe confusão entre identidade e cultura. A cultura é a essência da pessoa – o que elas sabem, o seu comportamento e atitude perante o semelhante, de onde elas são, o que é que elas comem e por aí a fora. A identidade é a percepção. Agora se você tem uma percepção negativa no que diz respeito à minha e se você é a maioria, você não vai-me deixar integrar como eu desejo integrar?” (A)

Para além do apelo à abolição de políticas que conduzem à guetização, o entrevistado interroga também a percepção da sociedade anfitriã no que diz respeito à identidade étnica e os resultados desta percepção no que concerne a integração. De facto, os representantes dos três grupos referiram, com frequência, a necessidade de haver uma maior abertura à diferença, sendo este factor uma componente essencial na integração de cidadãos de países terceiros, salientando particularmente a importância da igualdade e a abolição do racismo e xenofobia.

Do ponto de vista “defensivo”, as associações defendem, de forma unânime, a liberdade de manter, praticar e transmitir a sua respectiva identidade étnica. Tomando em consideração as relações e passados históricos (ou a sua falta no caso dos imigrantes de leste) de cada grupo em questão, naturalmente os entrevistados recorreram a diferentes perspectivas específicas ao seu grupo colectivo.

Pesadamente marcadas pelas relações coloniais históricas, e mantendo uma perspectiva amarga acerca do passado e a perda de elementos culturais e linguísticos derivado das políticas assimilacionistas portuguesas em Angola, as associações desta comunidade destacaram como não integrar os imigrantes recorrendo aos maus exemplos de 500 anos da presença portuguesa em Angola:

“O que Portugal tentou fazer [culturalmente] durante os 500 anos da sua presença em Angola nunca deveria acontecer. Fizeram tudo para assimilar a população; transformar-nos em portugueses. Isso é impossível porque isso significa cortar as nossas raízes e quando se faz isso, sim as pessoas deixam de ser o que são forçadamente, mas não, também não se tornam no que querem que eles sejam porque é contra a sua vontade. Quem somos nós para tentar modificar o que os outros são? Isto nunca deve ser feito. Na África do Sul eles segregavam as pessoas – nada de misturas. Em Angola obrigavam-nos a ser portugueses; falar só português para exterminar as nossas línguas. Fizeram um bom trabalho. Muitos dos nossos dialectos já não existem. É um crime! Nós devíamos de ter toda a liberdade para nos identificarmos com o nosso país e a nossa cultura de origem sem sermos criticados e sem sermos discriminados.” (A)

Da perspectiva deste narrador, o que os angolanos atravessaram no passado foi uma grande injustiça que não faz sentido – uma lição a não repetir.

Consequentemente, as associações articularam várias formas de como abordar o assunto da identidade, exprimindo, sobretudo, uma variedade de esforços para ajudar manter a identidade étnica das suas respectivas comunidades. Assuntos como a aculturação, assimilação e retenção da identidade cultural, em grande parte, viram respostas paralelas entre os três grupos. Mutuamente concordado entre a maioria é a importância da liberdade de escolha, de expressão e manifestação cultural. Para exemplificar, analisa-se alguns excertos escolhidos entre os respectivos grupos.

Início com uma opinião fornecida por um dirigente angolano e a sua perspectiva de que a integração também deve incluir “pedaços da assimilação” dentro de um enquadramento liberal, favorecendo também a liberdade de praticar a respectiva cultura étnica:

“A integração tem que ser, por um lado, um bocado de assimilação, como o caso dos angolanos que já cá estão há muitos anos, que já assimilaram os seus estilos de vida, os seus valores, a sua cultura naquilo que é ser português também. Isto acontece com o tempo. As pessoas também têm consciência que vivem nesta sociedade; que têm que se comportar seguindo os modelos sociais desta sociedade. [...] Mas fora destas normas, elas (os angolanos) viram-se para a sua própria cultura e sentem-se orgulhosos em poder manifestar a cultura e o facto que eles são angolanos e africanos. Portanto eles vestem-se com as suas roupas tradicionais; organizam os seus próprios espaços e ambientes com símbolos das suas origens angolanas e africanas. Praticam e sentem a sua identidade sem se sentirem ameaçados. Eles vivem dentro de uma cultura generalista que é a portuguesa, mas conservam a sua própria cultura como indivíduos. Com o tempo, há dinâmicas de integração conduzidas por processos da assimilação, e há aquelas que atravessam um processo de coexistência cultural. Nós defendemos a liberdade de ter esta escolha; a liberdade de reunir indivíduos que compartilham a mesma cultura, quem respeitam aquela cultura, e celebrá-la.” (A)

Nesta afirmação, vale a pena ser decifrado um ponto em particular: a divisão delineada entre “o mundo angolano ou africano” e o “mundo português generalizado”, onde o membro da comunidade é um transeunte, podendo circular livremente entre os dois mundos (origem e acolhimento). Seguindo as palavras de Cohen (1997), este modo de estar e pertencer significa que as categorias conceptuais e organizacionais primárias são, nos dias de hoje, inexistentes. O que temos presentemente são “múltiplas posições de sujeito”, servindo para definir o indivíduo dentro de um enquadramento intercultural. Salienta-se que o importante é existir a autonomia para identificar e participar numa dada cultura, favorecendo a possibilidade de recolher elementos de várias opções culturais, conduzindo a uma definição híbrida, não só em termos individuais, mas comunitários também.

Igualmente, no que respeita à comunidade brasileira, muitas das associações representantes deste grupo expressaram que a retenção identitária e exclusão cultural é a estratégia mais comum entre os seus membros. Os dirigentes brasileiros afirmaram que os membros da sua própria comunidade tendem a ficar dentro do seu próprio

grupo convivendo, sobretudo, dentro da sua rede de amigos. Contudo, os dirigentes entrevistados não encorajam esta segregação promovendo antes a aproximação entre povos. Como um líder associativo expressou:

“Quando a gente escolhe um país diferente do nosso para viver, para trabalhar, devemos automaticamente fazer para pertencer aos costumes daquele país, fazendo o mais possível para nos sentir em casa. O único modo de fazer isso é estar em paz com a cultura da sociedade que nos acolhe, participar e aprender com ela. No futebol, por exemplo, se Portugal estiver jogando devemos torcer por Portugal, a menos que estejam jogando contra o Brasil naturalmente. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer de onde somos, embora com o tempo comecemos a esquecer também. Qualquer brasileiro aqui em Portugal deve tentar viver a sua vida como se ele fosse 80 por cento português e 20 por cento brasileiro. Não podemos pedir que a sociedade aqui se modifique para nós; os portugueses são a maioria. Você tem de ser flexível quando é imigrante. Esta filosofia de relacionar só com os nossos não é a melhor, mas muitos Brasileiros vêm para cá e as únicas pessoas que eles conhecem são outros brasileiros – vivem com outros brasileiros, trabalham com outros brasileiros... Mas os brasileiros não podem vir pensando: “Não vou falar com os portugueses; não vou comer o que eles comem”. Têm que moldar a sua vida à volta do estilo de vida que existe aqui.” (B)

A filosofia apresentada nesta afirmação é que, para se sentirem integrados, os imigrantes devem fazer um esforço para se juntarem e se adaptarem à identidade cultural da sociedade anfitriã. De uma forma semelhante, um representante de uma associação leste europeia explica como é importante existir uma interacção entre o mundo cultural do país de origem e o anfitrião:

“O nosso objectivo é educar, contribuir para o desenvolvimento das pessoas e dar-lhes uma base para eles poderem crescer aqui em Portugal. Portanto é importante educar, aprender a língua, aprender sobre a cultura e as tradições portuguesas. Para ser um cidadão, uma pessoa deve adaptar-se e integrar-se na comunidade, juntando isso ao reconhecimento de quem ela é e de onde ela é – conhecendo música clássica, conhecendo Tchaikovsky, Chopin e Beethoven; saber a literatura russa – Tolstoy, Dostoyevsky, e por aí a fora [...] Estes serão os indivíduos que terão uma vantagem; saberão russo, ucraniano e português; conhecerão Camões como também os poetas e escritores russos. Queremos que as nossas crianças aprendam o português, que aprendam ao lado de estudantes portugueses; que aprendam inglês, mas queremos que eles aprendam a língua do seu país da origem também. Isto é capital para eles. É um privilégio ter a oportunidade de poder recolher de duas culturas; do melhor que os mundos têm para oferecer.” (LE)

Ambas as citações apoiam a visão que os aspectos culturais, intelectuais e sociais das identidades são recursos que podem ser utilizados para enriquecer o indivíduo. Assim, as opções culturais são encaradas como formas de conseguir atingir um objectivo, sendo esse objectivo o preenchimento pessoal de um indivíduo.

Das narrativas apresentadas, pode-se então argumentar que as associações promovem “uma identificação dual”, sobretudo. Novamente, salienta-se a frase: “recolhendo os melhores frutos que ambos os mundos têm para oferecer”, um sentimento

que universaliza para muitos dos intervenientes a melhor estratégia de integração e gestão identitária. A isto, adiciona-se que a negociação de componentes identitários é vista pelas associações como “uma arma da integração”, sendo que, ao adaptarem-se à cultura portuguesa e simultaneamente manterem a sua afiliação étnica, um indivíduo está preparado para satisfazer as suas necessidades etno-culturais, bem como possuir os “instrumentos culturais” que melhor se ajustam ao ambiente onde residem. Ao mesmo tempo, mantêm em aberto opções futuras que podem passar pela intenção de regresso ao país de origem.

Defende-se, então, que as associações promovem “identidades hifenizadas” e o direito de cada um poder adquirir o hífen. Contudo, tomando em consideração os vários sectores de vida, pergunta-se qual o lado do hífen com mais peso – esquerdo ou direito? Claro que isto dependerá dos interesses e sentimentos de cada indivíduo e o que cada um pode ganhar socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente de cada posicionamento identitário.

4. As associações e as suas estratégias de integração e identitárias

Considerando que as associações defendem formas pluralistas e interculturais de integração, bem como estratégias identitárias que favorecem tanto a preservação etno-cultural como a aculturação, é também importante discutir como é que as associações transmitem estas ideologias e como é que elas são postas em prática. Na tentativa de conseguir respostas à volta desta temática, perguntou-se aos representantes associativos: o que fazem as associações para ajudar os membros de comunidade a “tornarem-se portugueses” e, pelo contrário, o que fazem para conservar a identidade etno-cultural.

Para podermos responder a esta pergunta, recorre-se à dicotomia “ofensivas”/“defensivas” apresentada por Schrover e Vermeulen [2005]. Do ponto de vista “ofensivo”, os modelos de integração promovidos pelas associações são também o que forma as suas táticas e formas de *lobby*, na tentativa de fazer com que as suas reivindicações e exigências cheguem aos poderes governamentais. As palavras-chave utilizadas nas suas intervenções e protesto, segundo os dirigentes associativos incluem: legalidade, igualdade, direitos, aceitação e respeito.

Para conseguir estes objectivos, as associações desenvolvem acções de natureza diversa, passando pelo diálogo directo com os vários níveis governamentais, a participação em organismos administrativos ou instituições públicas como, por exemplo, conselhos consultivos, a articulação com outras organizações da sociedade civil, formação de alianças com outros movimentos associativos de forma a reunir recursos e mais poder de negociação, e também recorrer à utilização de formas de confronto, por exemplo, a organização de marchas de protestos (Miller, 1989; Albuquerque *et al.*, 2000). O carácter, volume e visibilidade dos movimentos indicam até que ponto os imigrantes se querem perfilar como sendo diferentes ou iguais à sociedade acolhedora nas suas exigências e batalhas. Neste contexto, ao assumirem uma posição de carácter defensivo, as associações tornam-se as “vozes” das populações que representam,

mobilizando para as acções colectivas na tentativa de influenciar os processos de decisão e as actividades políticas, com o intuito de reforçar e/ou estimular a integração assim como proteger os seus direitos etno-culturais.

No que diz respeito à vertente “defensivas”, realça-se o apelo ao respeito e liberdade de expressão, isto num enquadramento intercultural. Neste âmbito, as associações destacaram a importância de fornecer a cultura étnica aos seus membros em primeiro lugar e, depois, a partilha e transmissão junto da sociedade em geral.

Assim, nos três grupos em questão, as associações apontaram várias iniciativas junto dos seus membros tendo como objectivo a manutenção da cultura étnica. Destaca-se a organização de festas para celebrar a cultura tradicional, muitas vezes implicando música, danças e comidas tradicionais. Distingue-se também a realização de eventos à volta de dias comemorativos referentes ao país de origem, a organização de eventos de promoção de artistas, escritores, etc., além de espectáculos musicais com artistas oriundos da comunidade em Portugal, da diáspora ou vindos do país de origem. Por último, é ainda de referir a criação de meios de comunicação (jornais, programas de rádio, páginas na internet), grupos musicais, de dança, de ajuda espiritual e clubes desportivos.

Relativamente à adopção de elementos referentes à identidade portuguesa, as associações destacaram a preparação de pratos portugueses em conjunto com a gastronomia étnica quando realizam festas. Acentuaram também fazer parte de actividades, eventos e festividades organizadas por ou em colaboração com outras instituições da sociedade anfitriã. A celebração de dias comemorativos ou nacionais portugueses ao lado de organizações portuguesas é uma ocorrência comum, sendo o objectivo principal, por parte das associações de imigrantes, a exposição da cultura étnica ao lado da cultura portuguesa. Isto porque, segundo um interveniente:

“Portugal não é só brancos. Também é composto por negros e mulatos, e também se diz coisas como bué e eu aposto que muitos jovens hoje em dia pensam que a palavra bué tem as suas origens aqui em Portugal. Portugal criou a lusofonia por isso tudo o que tem as suas origens no espaço lusófono faz parte de Portugal. Por isso vamos misturar fado com morna e vamos comer feijoada e muamba e vamos beber caipirinha e vinho verde e grogue ... faz parte de Portugal também.” (A)

Para além das iniciativas e intenções em quererem misturar variáveis culturais tanto do país de origem como do país acolhedor, a maioria das associações acentuam também que é quase impossível trabalhar exclusivamente com uma estratégia de identidade única em mente. As opções de quererem ser mais português ou mais angolano, brasileiro, ucraniano, etc., são deixadas nas mãos de cada indivíduo, visto que as associações não podem controlar as estratégias de identidade dos seus membros que, obviamente, têm uma vida fora destas. Assim, como explica um líder angolano, a função das associações deve ser fornecer alternativas:

“A nossa associação tem como principal estratégia ajudar as pessoas a reflectir e ponderar as suas origens culturais e sociais dentro de uma nova sociedade; no meio de um novo

contexto possuidor de modelos organizacionais diferentes. Portanto, tentamos ajudar as pessoas a avaliar a sua identidade e ao mesmo tempo fazemos para não erguer fronteiras que se podem tornar obstáculos nos processos de integração. Só aqueles que se sentem seguros com a sua identidade e os seus valores terão a tarefa mais facilitada ao negociarem com os valores e modelos identitários de outras sociedades, inclusive esta sociedade [portuguesa]. Há aqueles que preferem assimilar-se porque vêem isso como uma via mais fácil à integração. Mas há também aqueles que resistem, que estão bem estabelecidos nos seus modos de ser, tendem a isolar-se e criam os seus próprios espaços identitários e de proximidade à sua pátria e aos seus compatriotas sem arriscarem demasiado fora daquele círculo mais fechado. Não promovemos nem desencorajamos nenhuma dessas opções. O que fazemos é fornecer oportunidades para que eles possam ver o outro lado da questão se eles quiserem. Como uma associação não nos isolamos. A associação trabalha para dar valor às várias identidades culturais com a qual ela trabalha para poder mostrar que a diversidade cultural pode enriquecer a nossa sociedade.”[A]

A existência de uma variedade de opções etno-culturais, permitindo oportunidades aos membros da comunidade de se adaptarem e participarem como desejarem, é assim destacada. A ênfase também é dada ao papel não-exclusivo que esta associação, em particular, executa, oferecendo actividades e oportunidades para que os membros se possam inserir tanto na cultura angolana como na portuguesa.

Contudo, o enlace de elementos culturais e trocas interculturais também pode ser visto como uma estratégia de integração aliado ao facto que uma estratégia desta natureza pode ser um elemento que define uma associação. Dois exemplos, vindos de uma associação leste europeia e outra brasileira, chamam atenção para este modelo:

“Estamos a ajudar a nossa comunidade a integrar-se fazendo da nossa cultura uma parte da paisagem deste país. Penso que tentamos viver de braços dados, tanto com a nossa cultura como com a cultura portuguesa. Estamos aqui nesta feira a celebrar o Dia de Santo António.⁵ Estamos aqui a partilhar culturas. As pessoas vêm até aqui [à feira] celebrar um dia típico deste país e encontram-nos aqui no meio de tudo isso. A maioria de tudo o que se encontra aqui é tipicamente portuguesa: música, comida, etc. – e estamos todos aqui a participar ao lado um do outro. Portanto vê-se pessoas a vir até aqui – romenos, moldavos – que talvez tenham acabado de comer sardinhas e se quiserem a seguir podem ir até aqui ao lado beber uma bebida brasileira de uma das estantes brasileiras. Isto é que é a nossa associação – é uma parte de Portugal.” (LE)

“Alguns brasileiros têm-se casado com portugueses e portuguesas e têm-se instalado de uma forma mais rápida no estilo de vida português. Eles trazem as suas caras-metade aos nossos eventos e as crianças deles já falam com um sotaque português. Mas o que acontece é que quando estamos fora [de Portugal], somos definidos pelo local onde moramos e onde fazemos a nossa casa e não o nosso país da origem. Assim, os brasileiros são identificados como sendo brasileiros aqui em Portugal e portugueses quando voltam ao Brasil. Eu fundei esta organização para apoiar a selecção [de futebol] brasileira, mas nós também apoiamos Portugal. No fim e ao cabo, temos o Deco e o Filipe na selecção [de futebol] portuguesa.⁶ Isto mostra a proximidade que existe entre ambos os povos. Um dos nossos membros que se

casou com uma portuguesa fez um estandarte para o jogo de futebol entre Portugal e Brasil que se realizou aqui em Lisboa há uns anos [2002] que dizia: «Brasil-Portugal: dois países um coração» – penso que é uma bela maneira de descrever o que muitos de nós acabamos por sentir.” (B)

Esses excertos mostram que outras influências existem; diferentes de lealdade e interferências que também se enraízam na composição das associações. Tendo membros das associações a casarem-se com portugueses e a introdução dos cônjuges nas actividades da associação, tal como a participação em eventos organizados pela sociedade portuguesa, são dois exemplos que conduzem à mistura cultural e à criação de ambientes interculturais no meio associativo. Por conseguinte, semelhantes aos indivíduos que elas representam (bem como as filosofias que muitas transmitem), as associações acabam por adquirir “múltiplos posicionamentos de exposição” através dos procedimentos fora da estrutura associativa – com indivíduos e organismos fora do âmbito étnico (Cohen, 1997).

Através das interacções sócio-culturais e negociações de estratégias identitárias, as associações tornam-se assim instituições luso-angolanas, luso-brasileiras e luso-leste europeias. Confirma-se desta forma “o terceiro espaço de pertença identitária” definido por Bhabha (1994) em que as associações abraçam o que lhes serve melhor, tanto para a associação e para os seus membros, eliminando o espaço rigidamente étnico e tradicional (mesmo que em muitos casos seja desejado por alguns elementos)⁷ e nivelando com elementos fora do círculo étnico.⁸

No meio desta discussão em torno das estratégias identitárias e de integração, é importante realçar também dois contribuidores primários na compressão tempo/espaco – factores que conduzem a uma maior proximidade com o país de origem e as suas tradições. Jenkins e Sauber (1988) referem a estes contribuidores como “a idade jacto” e “a idade electrónica”. Hoje em dia, imigrantes podem apanhar um avião e numa questão de horas estão na sua terra natal; chamadas telefónicas podem ser feitas directamente com tarifas cada vez mais acessíveis; os canais de televisão internacionais podem fornecer imagens, sons e cobertura de notícias e dos eventos mais actuais; enquanto a Internet pode fornecer informações, além de que e-mails são enviados através de um simples toque de botão. Também as associações desempenham um papel muito importante para esta compressão tempo/espaco. Nos seus espaços físicos, as associações criam espaços informáticos onde membros podem consultar a Internet e manter contacto com o país de origem através de e-mails, chats, etc. A isto junta-se a instalação de canais televisivos internacionais, os intercâmbios organizados com instituições do país ancestral permitindo o envio e recepção de bens e serviços, bem como o funcionamento de algumas associações como agências de viagem e distribuição de bens.

As associações posicionam-se assim no espaço intermediário de negociações e intercâmbios etno-culturais, destacando-se o papel destas como transmissoras de opções de integração e de identidade, manobrando, elas próprias, as acções e alternativas proporcionadas pelos dois principais contextos de negociação (país de origem/país de recepção). Assim, seguindo novamente a matriz de Levitt e Glick Schiller (2003), as

associações são “espaços sociais transnacionais” transmitindo opções dentro de um “campo social transnacional”. Isto é exemplificado pelas actividades interculturais que acontecem no espaço migratório. Por exemplo, nas suas festas, as associações angolanas servem pratos portugueses ao lado de pratos angolanos; algumas associações brasileiras organizam as suas próprias escolas de samba para participarem nas actividades carnavalescas organizadas por câmaras municipais locais; enquanto as associações leste europeias fornecem aulas de russo, ucraniano, romeno, etc. ao lado de aulas de língua portuguesa. As tendências transnacionais das associações manifestam-se também através de redes mantidas no espaço transnacional (com instituições políticas, organizações religiosas, grupos culturais, etc., tanto no país de origem como na diáspora). O repertório activista cultural que é construído pelas associações conduz a novas formas da expressão cultural que reconciliam influências culturais diferentes ao nível transnacional. Assim, as associações traçam formas de “capital transcultural e/ou redes transculturais e transnacionais” relacionadas à expressão cultural que, à sua vez, influi a estruturação identitária (Meinhof e Triandafyllidou, 2006).

Consequentemente, as associações tiram proveito dos laços construídos tanto ao nível local como transnacional, dentro e através das suas próprias comunidades migratórias e da sociedade anfitriã. Ao mesmo tempo, elas tiram proveito de todo o capital social que lhes é atribuído, tiram vantagens do seu envolvimento dentro do espaço bi ou multicultural em que estão implantadas, maximizando, assim, todo o capital cultural que lhes é disponibilizado. As organizações fazem por conservar as suas raízes mas muitas vezes misturam essas raízes com novos contextos em Portugal. Adoptam um papel de organizações transculturais, tornam-se mediadores transidentitários e desenvolvem e utilizam o seu capital cultural para actuar como canais de comunicação e pontes entre os países de origem e sociedade portuguesa. Além de mais, tornam-se negociantes de capital transcultural e dão a sua voz a novas formas de expressão, identidade e formas de integração, criando novas misturas de interacções locais, nacionais e globais que, por sua vez, são reflectidas nas comunidades que representam.

Conclusão

A razão mais explícita por detrás da existência de associações dirigidas a imigrantes deve-se ao facto de que as suas respectivas comunidades têm certas necessidades às quais estas organizações respondem; necessidades estas, muitas vezes incentivadas por questões identitárias, de pertença e de inserção no país de acolhimento. Por um lado, as associações podem procurar manter uma identidade etno-cultural, explicitamente ou implicitamente, acentuando as divisões ao longo de linhas étnicas e solidificando a ideia que o seu grupo tem interesses únicos comuns. Seguindo esta lógica, as associações tornam-se instituições proteccionistas, fornecendo uma base para a exposição e preservação da identidade étnica. Adiciona-se também que os objectivos das associações podem reflectir a ideia de que a igualdade só pode ser realizada através de um alicerce de separação. Neste sentido, a lógica é que a identidade étnica é a plataforma para a negociação política na tentativa de conseguir maior acessibilidade às oportunidades fornecidas pela sociedade anfitriã. Por outro lado,

uma visão oposta é que grupos imigrantes serão favorecidos pela sociedade anfitriã ao aliarem-se socialmente e culturalmente a ela; ou seja, se eles se assimilarem. Contudo, como as teorias assimilacionistas indicam, isto significa também a perda da identidade original do grupo (Barry, 2001).

Considerando as duas perspectivas opostas, uma das perguntas centrais por detrás deste artigo foi saber como é que as associações de imigrantes contribuem, por um lado, para integração da comunidade, e por outro, para a preservação da identidade étnica. Uma observação sumária dos resultados reunidos revela que um dos traços principais das actividades das associações é o seu carácter global – a capacidade para abranger as aspirações dos seus membros e transcender essas aspirações através da referência comum à identidade étnica e/ou nacional. Contudo, isto não significa que as associações confrontam as práticas culturais e a formação da identidade como sendo um assunto unilateral onde os valores e os modelos do país de origem são de maior importância e as tradições culturais do país anfitrião são completamente descartadas; pelo contrário. De facto, são duas funções, ao princípio vistas como opostas, mas que se desenvolvem mutuamente, assegurando tanto a preservação de identidades, como o desejo dos imigrantes quererem fazer parte da sociedade que os acolhe. Assim, revela-se que o que pode parecer à primeira vista contraditório na definição de objectivos – o sincrónico desejo de conservar formas etno-culturais e de apoiar a integração de comunidade na sociedade portuguesa – é aprovado como tendo finalidades paralelas e lógicas, mantendo assim as associações, tal como as pessoas que elas representam, a ambição de poderem fazer parte do que ambas as sociedades têm para oferecer, tanto pessoalmente como colectivamente.

Os líderes associativos propõem que a via mais eficaz para conseguir uma inserção justa e do agrado das populações imigrantes, ao mesmo tempo contribuindo para uma cidadania igualitária na sociedade anfitriã, é através do direito de livre expressão e promoção da identidade étnica, tendo como leme fundamental direitos igualitários e respeito mútuo, fornecendo mais oportunidades para os imigrantes se tornarem participantes activos na vida económica, cívica, política, cultural e espiritual da sociedade de recepção. Igualmente, a vitalidade e o compromisso das associações na coordenação de envolvimento e negociação, tanto no espaço das suas origens como no espaço de acolhimento, demonstra a vontade em quererem trabalhar em ambos os contextos. Através dos eventos culturais, festas, seminários, etc. por um lado, e pelas participações e compromissos políticos, por outro, as associações investem na inserção das comunidades que representam, ao mesmo tempo contribuindo para o que é mais desejado – uma vivência pluralista e intercultural.

Ao observar as posições das associações no que diz respeito à integração e identidade, os resultados reflectiram a dicotomia defensiva/ofensiva de Schrover e Vermeulen (2005). As estratégias ofensivas são principalmente enquadradas em torno da resolução dos problemas de integração das respectivas comunidades (por ex. legalização, emprego, alojamento, educação, discriminação e xenofobia, etc.). Da posição defensiva, embora as associações se mantenham firmes na defesa de poderem manter, praticar e transmitir a sua identidade étnica livremente, através das narrativas, bem como na análise de estratégias de transmissão de identidade, as associações apoiam

uma espécie de “identificação dupla”, salientando a importância de adaptar elementos culturais portugueses, amalgamando esses com a identidade étnica. Assim, reflectindo nas palavras de Kivisto (2001: 568) o sentido da identidade e comunidade é forjado, não através de uma perda ou reconstrução de uma réplica, mas como algo que é ao mesmo tempo novo e familiar – uma bricolage construída de elementos culturais tanto da pátria como do país de recepção.

A consequência da bricolage descrita por Kivisto conduz assim à construção de um “terceiro espaço” de pertença identitária (Bhabha, 1994) construído através das diferentes lealdades. Vale a pena lembrar o posicionamento das associações como espaços transnacionais. Não podemos esquecer o crescimento das possibilidades de contacto com o país e cultura de origem e os posicionamentos transnacionais tanto das associações, como dos imigrantes, algo que, no presente espaço e tempo, permite um contacto mais atempado com o país e cultura de origem, contribuindo para fortalecer a identidade étnica. Consequentemente, este posicionamento transnacional significa também que existe uma maior tendência para que expressões etno-culturais surjam, salientando ainda mais a convivência cultural ao lado de outros aspectos da vida associativa que reflecte a existência da organização dentro da sociedade portuguesa. O que é trazido para as associações (a língua portuguesa, gastronomia portuguesa, casamentos mistos, variadas trajectórias de integração, etc.) acaba por reflectir aquilo que é português e que faz parte de Portugal. Através dos resultados adquiridos, é evidente que a conservação da identidade étnica e a inserção nos sistemas portugueses não são antitéticos. Verifica-se que se realizados, ambos os esforços podem-se completar um ao outro na luta por uma coexistência satisfatória no ambiente imigratório. Os líderes associativos dos três grupos caracterizaram as suas comunidades como tendo traços culturais que elas desejam conservar. Contudo, também reconheceram a necessidade de adaptação para melhor poderem sobreviver, realçando a importância de adquirirem aspectos “de ser português” para o conseguir. Deste modo, se “um hífen” é para ser utilizado para amalgamar “os mundos de dupla identidade” em que os imigrantes, bem como as suas associações, se encontram, esta identidade hifenizada acaba também por ser utilizada de forma sistémica – para adquirir recursos de sobrevivência – talvez até mais do que para definir realmente o imigrante.

Notas

¹ Este trabalho tem origem numa pesquisa realizada para a obtenção de grau de Doutor em Estudos Migratórios (Sardinha, 2007) na Universidade de Sussex, Reino Unido, com o apoio de uma Bolsa de Doutoramentos da Fundação Calouste Gulbenkian.

² Embora questões da objectividade possam surgir em relação às interrogações relacionadas com os temas de integração, identidade e os papéis das associações, vale a pena salientar que o objectivo deste artigo é, antes de mais, exprimir as visões de líderes associativos. Contudo, é importante lembrar que argumentos contrários também podem existir, seja de imigrantes, de membros da comunidade anfitriã, entre outros. Para contrabalançar alguns dos argumentos, foram também efectuadas 28 entrevistas com representantes de ONG, de uniões sindicais, líderes religiosos, administradores governamentais (ao nível local e nacional), administradores e funcionários de serviços sociais como também representantes de partidos políticos, indivíduos estes ligados a instituições que lidam com imigrantes e/ou as suas associações.

³ Através das narrativas recolhidas, os maiores problemas de integração sentidos pelos imigrantes angolanos, brasileiros e leste europeus, segundo os representantes das associações, variam principalmente no que diz respeito aos angolanos em comparação com os outros dois grupos. Enquanto que os dirigentes africanos destacaram os problemas de habitação, a falta de qualificações educacionais e laborais como também a discriminação, racismo e estereotipagens atribuídas às comunidades, os brasileiros e leste europeus, comunidades compostas por indivíduos mais recém chegados, destacaram a falta de regularização e os direitos que acompanham ser documentado, direitos laborais (trabalho descartável, falta de contratos, exploração, etc.), como também a falta de acesso aos serviços (sociais, saúde, educação e formação, etc.) [ver Sardinha, 2007].

⁴ As letras que aparecem no fim das citações identificam o respectivo grupo ao qual o interveniente pertence: A – representante de associação angolana, B – representante de associação brasileira, LE – representante de associação leste europeia.

⁵ A entrevista foi feita nos Festejos Populares de Santo António da Freguesia de Domingos de Rana, concelho de Cascais.

⁶ Nascido no Brasil mas naturalizado português, Anderson Luiz de Sousa, mais conhecido por Deco, tem representado a selecção portuguesa de futebol desde 2003. Luís Filipe Scolari (apelidado Filípão) foi seleccionador da selecção portuguesa de futebol entre 2003-2008.

⁷ É comum existir conflitos entre líderes e membros de associações baseados em objectivos opostos, diferenças em termos de organização, no que diz respeito a questões morais, como também em relação à integração e estratégias de identificação comunitária. Valores moderados frequentemente fazem frente a valores tradicionais e vice-versa, opondo aqueles que querem a continuidade das tradições contra os que desejam introduzir elementos afilizados a culturas exteriores.

⁸ Neste contexto, a formação de identidade não é completamente exclusiva ao país da origem e ao país anfitrião. Segundo Contador (2000), reflectindo sobre a identidade juvenil africana em Portugal, as estratégias de identidade adoptadas por esta comunidade são o resultado de várias influências, passando pela cultura portuguesa, afro-americanismo e variados elementos de cultura africana, assim como a negritude.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R., Ferreira, L. É. e Viegas, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Barry, B. (2001), *Culture and Equality*, Cambridge: Polity.
- Bhabha, H. (1994), *The Location of Culture*, London: Routledge.
- Breton, R. (1964), "Institutional completeness of ethnic communities", *American Journal of Sociology*, n.º 70, pp. 193-205.
- Camilleri, C. (1996), *Psychologie et Culture: Concepts et Méthodes*, Paris: Armand Colin.
- Camilleri, C. et al. (1990), *Stratégies Identitaires*, Paris: PUF (Psychologie d'Aujourd'hui).

- Casey, J. (1988), "Ethnic associations in Australia", in Jenkins, S. (org.), *Ethnic Associations and the Welfare State: Services to Immigrants in Five Countries*, New York: Columbia University Press, pp. 239-273.
- Cohen, R. (1997), *Global Diasporas: An Introduction*, London: UCL Press.
- Contador, A.C. (2000), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Danese, G. (2001), "Participation beyond citizenship: Migrants' associations in Italy and Spain", *Patterns of Prejudice*, vol. 35, n.º 1, pp. 69-89.
- Drury, B. (1994), "Ethnic mobilisation: Some theoretical considerations", in Rex, J. e Drury, B. (orgs.), *Ethnic Mobilisation in a Multi-cultural Europe*, Aldershot: Avebury, pp. 13-22.
- Elliott, J. L. e Fleras, A. (1992), *Unequal Relations – An Introduction to Race and Ethnic Dynamics in Canada*, Scarborough: Prentice-Hall.
- Hargreaves, A. (1995), *Immigration, 'Race' and Ethnicity in Contemporary France*, London: Routledge.
- Jenkins, S. e Sauber, M. (1988), "Ethnic Associations in New York", in Jenkins, S. (org.), *Ethnic Associations and the Welfare State*, New York: Columbia University Press, pp. 21-106.
- Joly, D. (1987), "Associations amongst the Pakistani population in Britain" in Rex, J., Joly, D. e Wilpert, C. (orgs.), *Immigrant Associations in Europe*, Gower: Aldershot, pp. 62-85.
- Kivisto, P. (2001), "Theorizing transnational immigration: A critical review of current efforts", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, n.º 4, pp. 549-577.
- Kolm, R. (1980), *The Change of Cultural Identity: An Analysis of Factors Conditioning the Cultural Integration of Immigrants*, Manchester: Ayer Company Publishers.
- Lal, B. (1983), "Perspectives on ethnicity: Old wine in new bottles", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 6, n.º 2, pp. 154-173.
- Layton-Henry, Z. (1990), "Immigrant associations", in Layton-Henry, Z. (org.), *Political Rights of Migrant Workers in Western Europe*, London: Sage, pp. 94-112.
- Levitt, P. e Glick Schiller, N. (2003), "Transnational Perspectives on Migration: Conceptualizing Simultaneity", *Working Paper 3-09J*, Princeton: University Center for Migration and Development.
- Mapril, J. e Araújo, F. (2002), "Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context", in Fonseca, M.L. et al., *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: FLAD, pp. 197-227.
- Meinhof, U. e Triandafyllidou, A. (2006), "Beyond the diaspora: Transnational practices as transcultural capital", in Meinhof, U. e Triandafyllidou, A. (orgs.), *Transcultural Europe. Cultural Policy in a Changing Europe*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 200-222.
- Miller, M. (1989), "Political participation and representation of noncitizens", in Brubaker, W. (org.), *Immigration and the Politics of Citizenship in Europe and North America*, New York: University Press of America, pp. 129-143.
- Minghuan, L. (1999), *'We Need Two Worlds'. Chinese Immigrant Associations in a Western Society*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Reitz, J. (1980), "Immigrants, their descendents, and the cohesion of Canada", in Breton, R. (org.), *Cultural Boundaries and the Cohesion of Canada*, Montreal: The Institute for Research on Public Policy, pp. 329-417.

- Rex, J. e Josephides, S. (1987), "Asian and Greek Cypriot associations and identity", in Rex, J., Joly, D. e Wilpert, C. (orgs.), *Immigrant Associations in Europe*, Gower: Aldershot, pp. 11-41.
- Rocha-Trindade, M.B. (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Saint-Maurice, A. (1997), *Identities Reconstructed: Cabo-verdianos in Portugal*. Lisboa: Celta Editora.
- Sardinha, J. (2007), *Immigrant Associations, Integration and Identity: Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal*, Tese de doutoramento, Brighton, Reino Unido: University of Sussex (mimeo).
- Schoeneberg, U. (1985), "Participation in ethnic associations: The case of immigrants in West Germany", *International Migration Review*, vol. 19, n.º 3: pp. 416-437.
- Schrover, M. e Vermeulen, F. (2005), "Immigrant organisations", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, n.º 5: pp. 823-832.
- Soysal, Y. N. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Soysal, Y.N. (1999), "Participation of immigrants in European public spheres: models and reflections", in Council of Europe, *Political and social participation of immigrants through consultative bodies*, Estrasburgo: Council of Europe

■ **Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta** ***The associational practices of Guineans, transnational connections and incomplete citizenship***

Maria Celeste Rogado Quintino*

Resumo Este artigo analisa as associações de guineenses e foca a Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde é mais elevada a concentração de guineenses e das suas associações em Portugal. A abordagem adoptada segue perspectivas teóricas do transnacionalismo para capturar as práticas associativas e seus significados, negociados nas complexas articulações entre estado e sociedade civil e nas imbricadas conexões entre as escalas local, nacional e transnacional. Os resultados da pesquisa revelam conexões intensas que ligam as actividades associativas cá e lá e as inscrevem num espaço social transnacional, mas apenas alguns dirigentes das associações guineenses da AML estão envolvidos em formas imaginadas de cidadania transfronteiriça na arena pública.

Palavras-chave migração guineense, associações, transnacionalismo, cidadania.

Abstract This article analyses the associations of people from Guinea-Bissau in Portugal and focuses on the Metropolitan Area of Lisbon (MAL), the region with the highest concentration of immigrants from Guinea-Bissau. The approach adopted follows various theoretical perspectives of transnationalism in order to identify the associational practices and their meanings, negotiated in the complex interaction between the State and civil society, and in the intricate local, national and transnational interconnections. The results of the research reveal intense connections that link associational activities “here” and “there”, marking them out in a transnational social space. Nevertheless, only some of the leaders of Guinea-Bissau associations in the MAL are involved in imagined forms of cross-border citizenship in the public arena.

Keywords Guinea-Bissau migration, associations, transnationalism, citizenship.

* ISCSP - Universidade Técnica de Lisboa / ISCSP - Technical University of Lisbon
(celestequintino@iscsp.utl.pt)

■ Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta

Maria Celeste Rogado Quintino

Introdução

Há cerca de 30 anos que Portugal tem sido o país de residência de migrantes guineenses e seus descendentes, muitos já nascidos no país. A sua chegada pode ser explicada pelos fluxos migratórios pós-coloniais que trouxeram para a Europa populações dos antigos impérios e que acabariam por se fundir nos fluxos migratórios Sul/Norte favorecidos pela intensificação dos processos de globalização. Os primeiros guineenses chegaram a Portugal integrados no movimento de “retornados” e, a partir de meados da década de 80 do século XX, cresceu e consolidou-se um fluxo laboral alimentado menos pelo reagrupamento familiar de padrão nuclear do que pelas redes sociais, estas com um papel importante no sucesso dos projectos migratórios e no apoio à integração na sociedade portuguesa, todavia envolvidas no fenómeno da migração ilegal.¹ Acrescem os fluxos de estudantes que tenderam a não regressar e de quadros que abandonaram a Guiné-Bissau, sobretudo, por alturas da guerra civil de 1998.²

Difícil se torna conhecer a dimensão da população guineense actualmente a residir em Portugal, variando as estimativas mais actuais entre os 45.000 e os 70.000.³ Sabe-se que, em 2008, os 24.391 guineenses com estatuto legal de “estrangeiro residente” constituíam a quinta nacionalidade estrangeira mais representativa em Portugal (SEF, 2008). A estes juntam-se os guineenses com nacionalidade portuguesa, um número inexpressivo de asilados associados à guerra civil e um número ainda elevado em situação ilegal que se confronta com as novas regras decorrentes da “Lei da Imigração” (Lei 23/2007, de 4 de Julho).

Trata-se de uma população cuja heterogeneidade cultural, religiosa, social e política é já anterior à sua chegada a Portugal, embora sejam múltiplas as suas experiências individuais e trajectos de vida na sociedade portuguesa, estando, por isso, implicadas diferentes noções de integração e cidadania. Globalmente, e como já observado na década anterior (Machado, 2002; Quintino, 2004), as posições sociais na sociedade portuguesa continuam a estar associadas à bifurcação à chegada entre um segmento urbano, instruído, qualificado, politizado e culturalmente mais híbrido e um segmento de maior dimensão, com maior diversidade de culturas e identidades locais, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional e pouco politizado.⁴ As diferenças incompletas entre os dois segmentos são mais visíveis na proximidade do primeiro ao segundo no mercado de trabalho não qualificado (Có, 2007) e no padrão residencial suburbano e de habitação degradada ou social (Malheiros e Mendes, 2007).

Grande parte dos guineenses têm-se estabelecido e transformado zonas urbanas no país, predominantemente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde uma percentagem elevada tende a dispersar-se pelas freguesias suburbanas e a concentrar-se

nos mesmos bairros de habitação degradada ou social, juntamente com outros migrantes (Malheiros e Mendes, 2007) e reflectindo, não raras vezes, as subjectividades locais anteriores à sua chegada. Pequenos mercados informais de rua, bares e lojas de bairro, estabelecimentos em centros comerciais, restaurantes e discotecas, lugares de interacção social na via pública, associações formais e informais, celebrações culturais e acções políticas começam a tornar-se visíveis e partes integrantes de paisagens urbanas da AML.

De facto, aos poucos os guineenses e os seus descendentes têm tornado Portugal a sua casa, organizando os seus quotidianos e os seus tempos de lazer e de sociabilidade, expressando as suas múltiplas identidades e culturas em que os muçulmanos se tornam mais contrastantes, criando as suas instituições e envolvendo-se em práticas de produção e reprodução de noções de cidadania. Aspectos que não deixam de evidenciar os diferentes trajectos de vida e posições sociais na sociedade portuguesa, a heterogeneidade antes da chegada, a preponderância numérica de muçulmanos e manjacos e os conflitos internos.

Tal como muitos outros migrantes e seus descendentes, os guineenses não escapam ao sentimento anti-migrante e a uma certa agitação de racismo e xenofobia que têm surgido em grande parte dos países do Norte que acolhem populações do Sul, designadamente em Portugal (Peixe *et al.*, 2008). São muitos os guineenses que enfrentam situações de exclusão social e discriminação que lhes têm conferido uma imagem estigmatizada junto dos portugueses (Malheiros e Mendes, 2007) e que relatam experiências de racismo percebidas nos seus quotidianos (Machado, 2001), ao mesmo tempo que as contestações contra o racismo e a discriminação ganham legitimidade através dos seus representantes associativos que surgem na arena pública a colocar essas questões no contexto da cidadania em Portugal e na Guiné-Bissau.

A propósito da integração na sociedade portuguesa, Bubakar Baldé, Presidente do Centro Português de Estudos Árabe Pulaar e da Cultura Islâmica, admite que Portugal é mais tolerante do que países como a França, contudo:

“[...] integra em termos formais, mas na prática não dá oportunidades. Nós não temos nenhuns problemas com portugueses, e eles aliás são nossos parceiros [...] Mas o português é branco, é cristão, é europeu e por isso é normal que aceite mais facilmente outro europeu. Sim, o racismo existe. Se não existisse não havia associações como a nossa, a lutar pelos direitos dos imigrantes. É um racismo que não é generalizado, mas que se observa ainda muito, sobretudo no mercado de trabalho.” (Notícias Magazine, 27/07/2008).

No Encontro com a Comunidade Guineense residente em Portugal, que contou com a presença do Primeiro-ministro da Guiné-Bissau - Martinho N'Dafa Cabi -, onde o então Representante das Comunidades Guineense no COCAI⁵ - Augusto Mendes Pereira - alude ao polémico debate sobre a definição legal de cidadão guineense entendida pelos guineenses na “diáspora” como “racismo político”, “restritiva” e “discriminatória”, para incidir na questão do não reconhecimento do Estado guineense do direito à dupla nacionalidade:

"[...] Porque é que os cidadãos naturais guineenses têm de tirar visto para entrar na Guiné-Bissau, quando estão a tratar de assuntos que têm a ver com o desenvolvimento do país? [...] é uma discriminação que desvaloriza o sentimento de amor à pátria e só contribui para criar a sensação de estrangeiro na sua própria terra de origem." (Universidade Lusófona, Lisboa, 31/08/2007).

Estas contestações em torno de noções de cidadania dominante cá e lá são ressonâncias de interesses económicos, políticos e culturais que os guineenses e as suas associações mantêm em múltiplas escalas e do seu envolvimento em relações sociais que ligam Portugal e a Guiné-Bissau. Trata-se de uma experiência de vida num mundo globalizado e desterritorializado (Appadurai, 1991) que parece escapar ao controlo dos Estados-nação e tornar confusa a linha que separa nacionais e estrangeiros, fenómeno que tem sido conceptualizado a partir da convergência crítica de perspectivas teóricas do transnacionalismo sugeridas na pesquisa para ultrapassar as insuficiências do nacionalismo metodológico na explicação das múltiplas conexões e identificações que muitos grupos de migrantes actualmente sustentam nos seus atravessamentos regulares de fronteiras de dois ou mais estados (Kivisto, 2001; Portes, 2003).

Este artigo utiliza essas perspectivas teóricas do transnacionalismo para explorar as experiências de associações de guineenses domiciliadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que conectam Portugal, outros destinos de migração e a Guiné-Bissau e em que estão implicadas diferentes subjectividades, oportunidades e constrangimentos de cá e de lá. Mostra-se que o sector associativo descreve um processo amplo de imaginação e acção que conecta os que partem e os que ficam num "espaço social transnacional" (Faist, 2000) e defende-se que as funções de integração na sociedade portuguesa e as funções de desenvolvimento na sociedade guineense inscritas nas agendas das associações correlacionam-se e favorecem a emergência de formas imaginadas de "cidadania transfronteiriça" para reclamar direitos e privilégios de mais do que um estado e negociar noções dominantes de cidadania cá e lá (Glick Schiller e Fouron, 2001; Glick Schiller, 2005).

Apresentados estes argumentos, começa-se por caracterizar e tipificar as associações,⁶ seguindo-se a análise das suas agendas com a identificação dos problemas, estratégias centrais e a descrição das actividades e, finalmente, acede-se às formas de cidadania que estão a ser imaginadas por alguns líderes associativos na arena pública, atendendo-se às motivações, vozes e acções em torno de assuntos da vida nas sociedades portuguesa e guineense para defender ou promover os seus interesses.

Para além da revisão de literatura que fornece pistas e informação sobre associações de guineenses, os dados apresentados neste artigo resultam de numa pesquisa etnográfica que desde 1992 tem sido levada a cabo entre os migrantes guineenses, incidindo em Portugal, Espanha, Itália, França e Guiné-Bissau (Quintino, 2004 e 2006). Complementa-se com análise de documentos que registam o percurso legal e de estatuto, os subsídios e outros recursos atribuídos, as parcerias e projectos, bem como de jornais e revistas portuguesas, publicações, sítios na Internet e blogues de guineenses ou de registos gravados pela autora com o objectivo de capturar as motivações, vozes e acções na arena pública.

Associações de guineenses na AML

a) Estrutura, função e representação

O crescimento e a heterogeneidade da população guineense a residir na AML tem conduzido a um aumento, concentração e diversificação de associações nesta área do país, verificando-se, desde a década de 80, uma maior tendência dos guineenses para o associativismo do que qualquer outro grupo de migrantes. Das 13 associações criadas na década de 80, números mais recentes e com critérios de recenseamento aparentemente distintos apontam para um total de 42 (Albuquerque, 2002) e 51 associações (Carreiro, 2007), sendo que a quase totalidade se concentrava na Área Metropolitana de Lisboa, com grande predominância no distrito de Lisboa. Em 2002, 35 associações estavam reconhecidas pela comissão instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal (FAGP), das quais 22 representavam subjectividades locais, com grande preponderância das aldeias dos manjacos (Có, 2004).

Na AML, as associações de guineenses apresentam uma estrutura interna de complexidade e formalidade variada que enviesam qualquer contagem. Distinguem-se três níveis de estruturação que, embora coexistentes, expressam três fases de evolução institucional iniciada nos finais da década de 80: redes sociais, associações e federações.

As mais frequentes nos bairros onde se concentram guineenses mais desfavorecidos possuem uma estrutura simples, horizontal e baseada em redes informais de parentes, amigos e vizinhos que constituem e partilham um fundo comum de quotização mensal ou de colecta directa. Tendem a ser redes sociais flexíveis para se adaptarem às necessidades e circunstâncias de cada momento (Quintino, 2006).

Embora tenham sido os homens os primeiros protagonistas na criação destas redes sociais ainda na década de 80, este é o único nível de estruturação associativa em que se verificou um crescente envolvimento de mulheres nos últimos 10 anos e uma tendência para representarem diferentes identidades e culturas, embora a religião pareça continuar a auto-separar os muçulmanos e o recente maior activismo associativo dos manjacos possa diminuir a sua participação nestas redes plurais. A maior presença feminina nos fluxos e nos números da legalização e a maior estabilidade residencial poderão explicar parte deste crescente activismo feminino ainda longe dos padrões urbanos na Guiné-Bissau e de que são exemplos as redes informais *Gente Rica*, *Sabú N'hima*, *Badin Clube* e *Djamano-diata* dominadas por mulheres muçulmanas (Quintino, 2006; Abranches, 2007).

Estas redes informais tiveram um papel importante na ajuda à migração para Portugal e na prestação de serviços aos recém-chegados como o acesso ao trabalho, alojamento, legalização e outros recursos indispensáveis ao seu estabelecimento, função que sofreu os revezes das recentes medidas de controlo da migração ilegal. Actualmente, têm como principal função as sociabilidades de grupo e a entreajuda nos cuidados dos filhos e nos momentos de emergência, como o desemprego, a doença ou a morte. A simplicidade de uma estrutura de laços de afectividade e partilha

e a importância das necessidades que satisfazem justificam a larga predominância destas redes sociais informais em vários grupos de migrantes (Moya, 2005).

O segundo nível de estruturação compreende as associações que se constituíram por iniciativa de comissões instaladoras que as organizaram e formalizaram e se propuseram representar interesses de subjectividades locais – aldeia, região e religião –, do colectivo nacional ou de grupos ocupacionais.

Os processos de criação, legalização e sediação própria destas estruturas mais complexas e hierarquizadas, por regra e como acontece a muitos outros migrantes, iniciaram-se a partir de meados da década de 90, aproveitando as oportunidades legais e institucionais entretanto criadas em Portugal, na escala autárquica e na escala nacional (Albuquerque *et al.*, 2000; Sardinha, 2007). Têm sido processos demorados que ainda estão por completar, sobretudo no que refere a sede própria que, muitas vezes, se instala em espaços cedidos pelas autarquias.

Também por regra tendem a definir as suas funções como agentes de apoio e mediação da integração dos seus membros em Portugal e como agentes de desenvolvimento que as inscrevem no que Portes *et al.* consideram ser o fenómeno que marca as migrações Sul/Norte, um “sentimento” e “sentido de obrigação” dos que partem para com os que ficam, “não apenas para a sobrevivência das famílias, como também para a implementação de um conjunto alargado de projectos filantrópicos e cívicos” (2005: 4). Desempenham também importantes funções de preservação e actualização das culturas e identidades e, algumas assumem funções de arena para reclamar direitos e privilégios e negociar noções de cidadania cá e lá.

As associações de aldeia e de região de origem são do tipo *hometown associations* de grande activismo entre vários grupos de migrantes de origem rural, destacando-se os mexicanos nos EUA, e que têm sido abordadas mais como agentes de desenvolvimento local na terra de origem (Orozco 2003) do que como actores e parceiros na integração dos seus membros na sociedade de residência (Somerville *et al.*, 2008). Também no conjunto em análise estas associações congregam populações com origem em comunidades rurais e com posições sociais mais desfavorecidas, embora mais recentemente se assista a uma mobilização crescente de quadros qualificados e bem integrados que se tornam dirigentes.

São estruturas que tendem a ser de pequena dimensão em termos dos orçamentos que gerem e da equipa que, habitualmente, exerce outra actividade profissional, e a ter um padrão de domiciliação suburbano, instalando-se com frequência nos bairros. As mais antigas evoluíram de redes informais criadas nos bairros clandestinos, entre os finais da década de 80 e princípios dos anos 90 e foram idealizadas para prover necessidades dos seus membros e apoiar os recém-chegados, preenchendo uma importante função de solidariedade social que a sua situação de ilegalidade tornava ainda mais penosa face a um Estado português que tardou assumir ter-se transformado num país receptor de migrantes (Albuquerque *et al.*, 2000). As associações mais recentes têm tendido a constituir-se com base em comissões instaladoras convocadas para responder a ecos de aflição que *dobram* das terras de origem a pedir ajuda aos que partem.

As associações religiosas possuem estruturas com características de dimensão e domiciliação idênticas às do tipo anterior e também representam subjectividades locais pré-migratórias que caracterizam a população guineense, como o islamismo e a adesão à Igreja Evangélica que tem crescido nos últimos anos, sobretudo nos centros urbanos da Guiné-Bissau (Dias, 1999). Constituem uma expressão da diversificação institucional que Vermeulen observou em Amesterdão como sendo mais comum entre migrantes com religiões mais contrastantes, como os muçulmanos e os hindus do Suriname, do que entre os que perfilham credos Cristãos, como os Evangélicos africanos do Suriname, o que, em parte, explica as estruturas mais organizadas e multi-funcionais das associações muçulmanas (2005).⁷

As suas funções de afirmação de afiliações religiosas expressam sentimentos de pertença contraditórios que interseccionam as diferenças internas, podendo argumentar-se com Dias que a AMNGB reflecte a tentativa de afirmação de uma identidade muçulmana guineense que se faz de diferentes subjectividades locais e que é instrumentalizada na “evitação e fascinação ambígua pelo «outro muçulmano»” (2007). Enquanto o Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica (CPEA-PCI, que segundo Harouna nasce de divergências entre as diferentes subjectividades islâmicas locais (1992), propõe-se afirmar uma identidade *fula* idealizada a partir de um território imaginado numa vasta área da África Ocidental.

As associações do colectivo nacional são as que tendem a possuir estruturas de maior dimensão mas mantêm a domiciliação suburbana, que é maioritariamente fora dos bairros. Foram, por regra, criadas a partir de uma comissão instaladora constituída por guineenses qualificados que reuniram um conjunto de assinaturas, incluindo-se neste grupo casos de associações que tiveram origem em movimentos sociais de contestação do Estado guineense.⁸ São as que mais frequentemente têm a função de arenas políticas nas contestações e negociações de direitos de cidadania *cá e lá*.

A AGUINENSO é, em alguns aspectos, um caso atípico de evolução da estrutura e funções deste tipo de associações. Fundada em 1987 com o estatuto de IPSS⁹ assumiu como função acudir à situação de grande precariedade dos muitos trabalhadores que começavam a chegar através de um fluxo laboral eminentemente ilegal e que se amontoavam nos bairros clandestinos. O facto de, através do seu fundador e líder, ter sido uma voz na arena pública de denúncia, contestação e negociação de recursos e direitos para os migrantes não evitou as habituais delongas na aquisição de sede própria, inaugurada em 1992, no bairro social de Chelas Zona J, onde reside um número significativo de guineenses. Actualmente, apesar das preocupações com a Guiné-Bissau, tem vocacionado a sua função para o desenvolvimento humano e social de todos os residentes do bairro, o que talvez justifique uma estrutura que conta nos seus quadros com a colaboração de outras nacionalidades, incluindo portugueses.

No tipo de associações de grupos ocupacionais cabem as estruturas que reúnem indivíduos com uma dada ocupação e que partilham ou interesses circunscritos à entreadjuada e sociabilidades de grupo em Portugal, como as associações de estudantes que não fazem parte do conjunto em análise, ou interesses de natureza política e orientados para a contestação do Estado guineense, como o caso singular da BOLANHA,

fundada em 1996 “na Diáspora” e que se propõe conectar “os quadros espalhados pelo mundo e a sua pátria natal”.

Finalmente, o terceiro nível de estruturação é o federativo, um processo recente que revela um tecido associativo longe de atingir a maturidade observada em outros grupos de migrantes na Europa, como os curdos na França e na Suécia (Khayati, 2008). As federações têm sido descritas como estruturas associativas que representam um capital político e financeiro organizado que as tornam importantes *lobbies* nos processos de decisão e de participação nas sociedades de residência (Portes, 2007) e de origem dos migrantes (Delgado-Wise e Guarnizo, 2007).

Entre os guineenses, a estratégia federativa tem estado sujeita a duas forças internas contraditórias: a supremacia do activismo dos manjacos que, em 2004, fundaram a Associação Baboque em Protugal (ABP), que conecta doze associações de aldeias de manjacos em Portugal, suas congéneres na França, na Espanha e nas aldeias na Guiné-Bissau e assume funções de coordenação dos projectos de desenvolvimento nas “terras” de origem; e as divergências entre líderes associativos que têm retardado os trabalhos da comissão instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal (FAGP), criada em 2000 para congregar o colectivo associativo. Estas dificuldades em juntar interesses numa estrutura federativa não parecem poder ser explicadas apenas pela heterogeneidade, uma vez que é comum noutros grupos de migrantes em que as diferenças são de ordem social, como é o caso dos cabo-verdianos em Portugal (Sardinha, 2005).

b) Agendas das actividades e transnacionalismo

Nem todos os migrantes e seus descendentes participam em actividades associativas e nem todos estão inseridos em espaços sociais transnacionais. Todavia, muitos criam e gerem associações com agendas que, simultaneamente, preenchem necessidades de integração dos seus membros na sociedade de residência e de desenvolvimento na sociedade de origem (Portes *et al.*, 2008; Somerville *et al.*, 2008).

Tal como em muitos outros casos já referenciados (Schrover e Vermeulen, 2005), também as associações de guineenses na AML adoptam agendas que inscrevem diversos tipos de actividades multi-escalares, modeladas pelas oportunidades e constrangimentos no destino e na origem e pelas subjectividades que caracterizam a população que representam.

Adequando-se aos argumentos de outros contextos (Vertovec e Cohen, 1999), este tipo de agenda dual desempenha um papel importante, quer na imaginação de “estruturas de sentimentos” de coesão social que aliviam as situações de marginalidade real ou afectiva na sociedade portuguesa, quer na formação de uma “ideologia de comunidades situadas” suportada por laços de afectividade e conexões entre os que partem e os que ficam. As interações sociais que geram são mais intensas à escala local do que à escala nacional, tornando mais expressivas as afirmações e actualizações de identidades e culturas locais do que uma identidade colectiva guineense.

Em Portugal, as oportunidades legais e institucionais de integração e representação já descritas para as escalas autárquica e nacional (Albuquerque *et al.*, 2000; Sardinha, 2007) não parecem resolver dois dos problemas centrais nas agendas das associações de guineenses: as dificuldades de financiamento das suas actividades como agentes de integração *cá* e de desenvolvimento *lá* e a necessidade de oferecer uma diversidade de serviços de integração que parecem pôr à prova as instituições portuguesas. Sem prejuízo dos recursos, subsídios, fundos, parcerias que têm decorrido de negociações com instituições públicas e privadas, Igreja Católica e ONG, destacando-se o importante papel do CIDAC no apoio e na mediação a fontes de financiamento.

A diversidade de actividades descritas como objectivos nas agendas estão sujeitas a orçamentos cujas receitas expressam dificuldades de auto-financiamento. De um modo geral, as receitas constituem-se com base nas quotas pagas pelos membros que tendem a ser de pequenos montantes; nos fundos reunidos através de sistemas de colecta directa e provenientes da organização ou participação em eventos, muito usuais nas associações de menor dimensão; mais raramente nas rendas provenientes de património próprio, privilégio de um reduzido número de associações de maior dimensão; nos subsídios públicos e outros fundos que, no seu conjunto, representam uma quota elevada nas receitas. As autarquias onde estão sediadas e o ACIDI são as instituições das quais mais frequentemente recebem subsídios regulares ou para actividades pontuais, embora os montantes variem significativamente, situação que não parece alheia à capacidade de negociação dos seus dirigentes, necessariamente influenciada pela sua qualificação.

São as dificuldades em gerar receitas próprias e a consequente dependência financeira que têm levado as associações a adoptar novas estratégias de formalidade, de negociação, de qualificação e de representação para potenciar o seu agenciamento: (i) tem crescido a procura de soluções formais idealizadas a partir de universos simbólicos de sucesso para aceder a recursos financeiros e parcerias, como a aquisição dos estatutos de IPSS e de ONG já em fase de concretização e as geminações que na AML não têm consolidado respostas associativas, ao contrário dos casos de Matosinhos e Moura;¹⁰ (ii) os dirigentes associativos gastam boa parte do seu tempo a negociar subsídios, fundos, recursos e parcerias junto de instituições públicas, empresas e ONG para promover o bem-estar da população que servem *cá* e *lá*; (iii) a tendência para os dirigentes serem qualificados e adquirirem conhecimentos e competências em áreas como a capacitação institucional e gestão de projectos em parceria; (iv) a conjugação recente de esforços para garantir a eleição de um dirigente associativo guineense como Conselheiro do COCAI.

Estas estratégias, combinadas com a activação das estruturas federativas e com as acções políticas e pressões nos *media* de alguns dirigentes, talvez venham a fortalecer o posicionamento destas associações no mercado de financiamentos e parcerias e a motivar o desenvolvimento de actividades que promovam a autonomia financeira e permitam adquirir capital simbólico de poder.

É, pois, neste jogo de constrangimentos financeiros, de oportunidades de reforço do agenciamento e das necessidades dos seus membros que as agendas das associa-

ções inscrevem uma diversidade de actividades de apoio e mediação da integração. As mais frequentes agrupam-se em actividades culturais, religiosas e sociais, sendo que as associações de aldeia, região e religiosas tendem a servir mais os seus membros a uma escala mais local, enquanto as associações do colectivo nacional são mais abrangentes em termos da população que servem e da escala em que actuam (Quadro 1).

Quadro 1 - Tipo de actividades

Actividades culturais	Actividades sociais
Festas e outros convívios Eventos de divulgação da gastronomia Desfiles de trajes tradicionais Exibições de grupos de danças tradicionais e modernas Concertos de grupos musicais Apresentações de trabalhos de arte tradicional, de escritores e intelectuais	Informação e mediação em assuntos de habitação, legalização e renovação de documentos, saúde, trabalho e educação Distribuição de géneros e medicamentos em situações de desemprego, doença e morte (microcrédito) Apoio a bolseiros (AGUIPA) Cursos de alfabetização, português, informática, formação profissional e preparação para a constituição de negócios próprios Seminários e outros fóruns de discussão sobre questões de integração e cidadania guineense
Actividades religiosas	
Rituais de morte Repatriamento dos corpos Tratamentos tradicionais da doença Viagens a Meca (muçulmanos) Orações diárias (muçulmanos) Cerimónias do calendário religioso (muçulmanos)	Cursos de árabe e cultura pular (CPEA-PCI); ensino do Corão aos mais novos (AMNGB); campanhas de dissuasão das tradicionais práticas de mutilação genital feminina (AUF) Parcerias de serviços jurídicos, ajuda aos doentes que vêm ao abrigo do Acordo de Saúde, cuidados de saúde, CLAI, pólo informático e GIP

As actividades culturais mais vulgarizadas são as que, por regra, se destinam aos guineenses em geral. Como lugares de preservação e negociação de sentimentos de pertença são, sobretudo, as associações de aldeia, região e religiosas que oferecem uma maior diversidade de serviços de activação de memórias, universos simbólicos e religiosos que criam a ambiguidade de uma vida moderna na Europa apoiada em estruturas de afiliações e laços de afectividade,¹¹ promovendo-se, deste modo, a circulação de sujeitos mortos e vivos e de recursos simbólicos e materiais entre Portugal e as terras de origem (ver Bordonaro e Pussetti, 2006; Saraiva, 2008).

As actividades sociais mais comuns são os serviços de encaminhamento no acesso a recursos básicos e de apoio nas situações de maior carência que, raramente, tomam a forma de serviços de microcrédito e que nas associações de muçulmanos baseiam-se no sistema de caridade islâmica *zimola* (zakat). Menos vulgarizados são os cursos de capacitação de conhecimentos e competências e a organização de eventos que favorecem a aprendizagem da dimensão cívica da integração e da cidadania guineense. As associações muçulmanas oferecem aprendizagens específicas e zelam pelas práticas da mutilação genital feminina (MGF) sob escrutínio da sociedade portuguesa. Algumas associações do colectivo nacional oferecem serviços em parceria com grupos de profissionais guineenses, outras associações de migrantes ou instituições portuguesas.¹²

De um modo geral, todas as associações desenvolvem actividades na Guiné-Bissau, assunto que parcialmente ocupou alguns estudos atrás referidos e que aqui a sua contextualização é feita a partir de dois pontos de vista que permitem capturar as suas conexões com outros nós de relações sociais e outros fluxos, de modo a visualizar a configuração de um espaço social transnacional guineense: (i) das outras actividades transnacionais mais amplas que ligam origem e destinos e (ii) do associativismo que tem estado na base da constituição da sociedade civil guineense que parece ter nas suas mãos o destino do país.

Do ponto de vista das actividades transnacionais mais amplas, já identificadas na década anterior (Machado, 2002; Quintino, 2004), os guineenses residentes em Portugal, de uma forma ou de outra e com maior ou menor intensidade, participam na vida social, cultural, económica e política da Guiné-Bissau.

As redes de parentesco continuam a constituir nós de relações sociais densas e de dimensão alargada com um papel importante na ligação próxima entre os quotidianos dos parentes que partem para diferentes destinos e dos que ficam nas terras de origem, através de rotinas de contactos telefónicos e visitas, do envio de encomendas e remessas, da participação nas decisões familiares, na gestão de negócios familiares, nos cuidados dos filhos que ficam, na circulação de recursos culturais e simbólicos.

Os mecanismos de reciprocidade e solidariedade que sustentam estes nós de relações alargadas de parentesco são cruciais na formação de fluxos circulares associados à concepção, prática e impacto das actividades de desenvolvimento das estruturas associativas domiciliadas na AML. A aldeia muçulmana Braima Sory, observada por Có (2004), parece ter-se tornado “moderna” com o esforço de conexão de blocos

disjuntos de uma estrutura associativa de parentesco alargado, que se pode admitir com Faist tratar-se de um “grupo transnacional de parentesco” (2000).

De grande densidade e dimensão variada, são os nós de relações sociais inter-individuais ou colectivas que colonizam o ciberespaço e que conectam “blocos nacionais” (Basch *et al.*, 1994) compostos por “territórios, subjectividades e acções sociais” que a migração global tornou disjuntos e que a “erosão provocada pela mediação electrónica avizinhou e fez surgir novas localidades, novos espaços culturais e novos sítios de envolvimento político” (Vertovec e Cohen, 1999: 13-15).

Estas conexões transnacionais *online* através de fluxos de *e-mails*, publicações e informação de páginas pessoais, sítios de instituições e blogues são mais eficazes na produção dos nós de relações sociais entre destinos, por razões de dificuldade de acesso à Internet na origem, mas permitem democratizar o acompanhamento e a participação na vida dos guineenses na Guiné-Bissau e dispersos por destinos como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Cabo Verde e EUA. Algumas associações têm já as suas projecções no ciberespaço, mas as suas actividades são mais frequentemente vigiadas e informadas por outras localidades guineenses virtuais, sendo de destacar o *Projecto Guiné-Bissau: Contributo*, que tem tido um papel fundamental na redistribuição de informação e como fórum de opinião e de discussão de temas sobre a Guiné-Bissau e os guineenses na “diáspora”.

Do ponto de vista do associativismo no país de origem, o reconhecimento legal das associações como agentes de desenvolvimento em 1991 e a exigida abertura à democratização colocaram a Guiné-Bissau no movimento de crescimento do terceiro sector à escala global, impulsionado pelo fracasso do Estado na resolução das necessidades básicas da população e pela preparação de uma classe urbana de quadros, que cria associações e ONG locais, baseadas nas novas práticas e discursos de desenvolvimento participativo (Salamon, 1998).

Os estudos revelam que na Guiné-Bissau as associações e as ONG locais “foram a emanção da” sociedade civil e, apesar da crónica dependência de financiamento externo, organizaram-se em movimentos sociais com impacto na Europa e têm sabido levar por diante um projecto solidário de sobrevivência, num país em permanente instabilidade político-militar e em que um Estado sombra se demitiu das suas responsabilidades (Sangreman *et al.*, 2006).

É nestes contextos locais e regionais que tem sido observada a actuação das associações de aldeia e região domiciliadas na AML, em parceria com as suas congéneres noutros destinos de migração e nas terras de origem, muitas vezes com a colaboração de ONG e estruturas federativas locais, missões católicas e agências das Nações Unidas (CIDAC, 2004; Có, 2004; Lopes, 2007), vencendo, deste modo, a ineficácia do Instituto de Apoio ao Emigrante para captar e promover o investimento dos guineenses que residem no estrangeiro, e os constrangimentos burocráticos e legais.

A saúde e a educação têm sido as áreas prioritárias dos projectos de desenvolvimento local que também têm favorecido a circulação de fluxos de conhecimentos e com-

petências, crescendo-se a construção e reparação de infra-estruturas e o envio de recursos básicos. As associações do colectivo nacional têm estado mais vocacionadas para programas e campanhas de ajuda humanitária em parceria com instituições públicas, privadas e ONG e têm tido um papel de relevo, quer na distribuição mais generalizada de recursos, quer no apoio a instituições de solidariedade social, como é o caso da Associação Casa Emanuel, com acção importante no recolhimento de crianças e numa vasta área social na Guiné-Bissau (Quadro 2).

Quadro 2 – Actividades de desenvolvimento

Projectos de desenvolvimento local	Programas de ajuda humanitária
Construção de centros hospitalares e escolas e seu apetrechamento com equipamento, medicamentos, materiais escolares e bibliotecas Missões médicas da AMI Cursos de formação e programas de estágios de pessoal especializado em Portugal Construção e reparação de infra-estruturas de circulação, saneamento básico, instalações eléctricas, fontanários e diques Instalação de uma rádio local Envio de contentores com alimentos não perecíveis, livros e vestuário	Distribuição de toneladas de alimentos não perecíveis, medicamentos, materiais escolares, livros, vestuário, brinquedos e equipamento variado Apoio a instituições de solidariedade social

Fonte: Pesquisa etnográfica e documental, 2005-2009

Não existem estudos sobre o impacto das actividades das associações da AML no desenvolvimento da Guiné-Bissau, restam registos que para os que ficam as associações da “diáspora” ganharam um significado simbólico de solução e alívio dos males de locais esquecidos, que o sentimento e o sentido de obrigação dos que partem podem colocar na modernidade do desenvolvimento que não se esgota nas remessas familiares. Não é, pois, de surpreender os casos de processos de criação de associações de aldeia e região que se iniciam lá e convocam a ajuda dos seus migrantes para instalarem cá as suas congéneres.

Não sendo objectivo deste artigo quantificar a intensidade do transnacionalismo guineense, os dados permitem admitir que as conexões entre os vários nós de relações sociais e fluxos atrás descritos configuram um espaço social transnacional guineense que evidencia a inscrição de um território de manjacos representado pela estrutura federativa ABP que parece autonomizar-se. Um território que se constitui como um nó denso e extenso de relações sociais que conecta recursos, indivíduos, redes de parentesco, associações, localidades imaginadas, aldeias situadas na região de Cacheu na Guiné-Bissau, subúrbios de cidades em Portugal, França e Espanha e tempos disjuntos. Uma “comunidade imaginada” moderna (Anderson, 1983) que se funda na categoria colonial “regulado” definido como uma “unidade política e territorial do poder tradicional” que parece evocar o “reino dos *babok*”, o “regulado” dos “manjacos da Costa de Baixo” imaginado como uma entidade homogénea pelos portugueses de outro tempo ou “eventualmente” pré-colonial e resultado de “confederações defensivas que contribuíram para o estabelecimento de uma identidade comum”, um território de conflito de poderes, negociações e alianças entre manjacos e portugueses (Carvalho, 2002) e de lógicas pós-coloniais de poder que recriaram o poder tradicional na Guiné-Bissau (Carvalho, 2000).

c) Dirigentes associativos e cidadania imaginada

O desenvolvimento de um sentido de pertença múltipla provocado pela vida transnacional dos guineenses e das suas associações leva a crer que os nacionalistas de longa-distância de Anderson (1992) estão inclinados a agir como membros de mais do que um estado (Glick Schiller, 2005), o que contraria alguns excessos do transnacionalismo que advogaram o declínio das identificações e lealdades nacionais e propuseram uma cidadania pós-nacional (Soysal, 1994).

Todavia, apenas alguns dirigentes associativos, predominantemente das associações do colectivo nacional a que se juntam, mais pontualmente, a AFDAC, a ANPRP, a ABP e as associações muçulmanas CPEA-PCI e AUF, podem ser descritos como cidadãos transfronteiriços cujas experiências associativas ocorrem “num mundo legal plural” que inclui, não apenas as associações e as práticas associativas, como também constrangimentos, possibilidades, direitos e restrições de mais do que um conjunto de leis, instituições e regulações governamentais, organizações e práticas (Glick Schiller, 2005).

As associações de guineenses na AML são espaços contraditórios de cidadania, onde os seus membros têm oportunidade de se formarem na cidadania portuguesa em termos dos direitos sociais inerentes à integração, de discutir os seus direitos de cidadãos guineenses no estrangeiro e de afirmar o direito à diferença cultural, mas o colectivo associativo não se mobiliza em acções massivas para exigir o direito à cidadania política *cá e lá*.

Três aspectos identificados por Koopmans e Statham noutros contextos (2003) ajudam a explicar esta situação: (i) a “identidade colectiva” dos guineenses a que não são alheias as condições sociais e legais precárias de grande parte dos guineenses, o sentimento de marginalidade afectiva ou real, as diversas subjectividades e dificulda-

des na estratégia federativa e os problemas de agenda; (ii) as condições desfavoráveis na Guiné-Bissau, como o não reconhecimento da dupla nacionalidade e a ineficácia das estruturas do exercício da cidadania dos cidadãos no estrangeiro; (iii) os regimes de cidadania nacional e de integração em Portugal que dificultam o acesso à nacionalidade portuguesa e restringem os direitos dos estrangeiros residentes legais (Teixeira e Albuquerque, 2005; Sardinha, 2007), sob os efeitos de discursos e práticas da governação neoliberal, aos quais acrescem surtos de sentimentos racistas e xenófobos.

Decorre destes argumentos que as associações de guineenses na AML estão sujeitas a constrangimentos que não lhes têm permitido constituírem-se no que Vertovec e Cohen (1999) designam por sítios de envolvimento político colectivo, nem de se organizarem, no seu conjunto, como um lobby político de que são exemplos as organizações dos curdos na França e na Suécia (Khayati, 2008) ou dos latino-americanos nos EUA (Portes *et al.*, 2008).

As práticas de nacionalismo de longa-distância e de cidadania transfronteiriça compõem-se quase exclusivamente por um conjunto de denúncias de racismo e discriminação, de contestações de direitos e privilégios, de negociações de noções dominantes de cidadania cá e lá e restringem-se a uma pequena elite política de dirigentes associativos que vai ocupando posições de representação.¹³

Nos últimos cinco anos, nove assuntos estiveram na agenda política destes dirigentes associativos, cujas motivações, vozes e acções na arena pública deixaram registos: em Portugal - a Lei da Imigração e a integração, a Lei da Nacionalidade, a participação política e a MGF; na Guiné-Bissau - as eleições legislativas e presidenciais, a Lei da Nacionalidade, o assassinato do Presidente da República Nino Vieira, o retorno de quadros e o desenvolvimento.

De um modo geral, as contestações ao Estado português inseriram-se em acções promovidas por plataformas ou grupos de associações de migrantes (ver Teixeira e Albuquerque, 2005; Sardinha, 2007). As vozes guineenses mais ouvidas em fóruns de discussão, manifestações, entrevistas e conferências de imprensa contestaram os entraves à legalização e à aquisição da nacionalidade portuguesa e a exclusão dos direitos de cidadania, particularmente dos direitos sociais e do direito ao voto a nível local. Neste percurso público, o activismo destes dirigentes resultou em assinaturas de documentos reivindicativos como a Agenda dos Açores (2006), representações na Plataforma de Organizações de Imigrantes pela Regularização e Integração (2005), na Plataforma Participação Política dos Imigrantes em Portugal (2007) e no COCAI (2009) e parcerias com instituições portuguesas nas escalas local e nacional.

As denúncias nos *media* das práticas de MGF é um assunto que tem envolvido apenas os guineenses muçulmanos e os tornou objecto de debate público, de acção legislativa e de vigilância. Apesar do mal-estar generalizado e salvo raras excepções, têm sido as vozes de dirigentes das associações de muçulmanos, particularmente da AMNGB e da AUF, que mais se fazem ouvir em entrevistas nos *media* com argumentos contra-ditórios de uma “tradição” que traduz a natureza local do Islamismo na Guiné-Bissau

(AMNGB) e de uma modernidade apoiada em códigos globais de ética e de género que retiram a MGF do contexto do Islão e a colocam em plataformas dicotómicas: (i) na “crença”, na “subjugação” das mulheres, na manipulação “política” de recursos simbólicos e materiais envolvidos, na “pobreza”, no “analfabetismo” e na contestação ao Estado guineense por não promover o “desenvolvimento”; (ii) nos “direitos humanos”, na “saúde pública”, na “igualdade” de género (AUF). Saldou-se na participação da AUF em fóruns de discussão e programas de combate às práticas de MGF, em parceria com instituições públicas e ONG.

O envolvimento nos assuntos relativos à Guiné-Bissau surge na arena pública em conferências de imprensa conjuntas, entrevistas aos *media*, fóruns de discussão e, por vezes, associado a movimentos políticos guineenses. Evidencia, por um lado, a responsabilização do Estado guineense pela instabilidade político-militar, a crise económica e social e a exclusão dos migrantes do exercício da cidadania e, por outro, práticas de nacionalismo de longa-distância, fundadas na evocação de noções de “diáspora” que incluem sentimentos de “exílio”, de “dispersão” traumática e desejo de “retorno de quadros”, a ideia de “amor à pátria natal” e um sentido de pertença expresso nas conexões entre países de destino e país de origem que revelam o empenho em projectar o futuro dos que ficam e dos que partem numa vida transnacional associativa (ver Vertovec e Cohen, 1999).

Conclusões: associativismo guineense, transnacionalismo e cidadania

A presença das associações de guineenses na cena transnacional acompanha a de outros grupos de migrantes e seus descendentes envolvidos em actividades regulares de atravessamento de fronteiras internacionais que produzem efeitos em dois ou mais estados (Vertovec, 2004). Estas experiências transnacionais, longe de serem a celebração no vácuo de uma “resistência popular subversiva de «baixo para cima»” (Guarnizo e Smith, 1998), são moldadas por múltiplos processos mais amplos em constante interacção, nomeadamente o impacto do capitalismo global na persistência de estruturas de desigualdade entre e dentro de países e as conjunturas nas sociedades de origem e de destino que são provocadas pela migração internacional de grande escala (Kivisto, 2001).

As associações de guineenses na AML podem ser descritas como actores sociais “transmigrantes”, cujos quotidianos se configuram num espaço social transnacional onde circulam diferentes fluxos e operam múltiplas subjectividades, localizações de poder, nós de relações sociais, associações e dirigentes com diferentes interesses, laços e posições nas estruturas relacionais multi-escalares, noções de cidadania, usos de direitos, tipos de actividades e modos de participação (Glick Schiller, 2005). Todavia, operam dentro das fronteiras dos estados, à escala nacional e local, para retirarem vantagens dos seus recursos, direitos e privilégios (Guarnizo, 2001), e as suas práticas de cidadania transfronteiriça confirmam a “estabilidade da dupla orientação” (Grillo, 2001) mas estão sujeitas a uma das relações mais críticas entre os estados e a globalização, as implicações do transnacionalismo no conceito de cidadania que tem estado sob escrutínio político e científico (Ho, 2008).

Trata-se de um tecido associativo relativamente recente, ainda em processo de legalização e de sediação, dependente de subsídios públicos e outros fundos e com um nível de diversificação considerável e incompleto no que refere à especialização. A diversidade não expressa uma especialização institucional, antes evidencia a heterogeneidade que caracteriza os guineenses, visível nas subjectividades que representam, nas escalas geográficas em que actuam e nas lideranças e maior actividade política das estruturas dirigidas por guineenses qualificados, embora a quase totalidade sirva os guineenses mais desfavorecidos e se localize nas freguesias suburbanas da AML. São, na sua maioria, associações multi-funcionais, em que os raros casos de especialização não revelam a modernidade institucional, mas antes as subjectividades religiosas locais pré-migratórias.

Constituem-se como uma alternativa real, quer às estruturas de acolhimento do Estado português que se têm mostrado inadequadas na integração dos que partem, quer à inexistência de estruturas de desenvolvimento no Estado guineense incapaz de zelar pelo bem-estar dos que ficam. Todavia, os sentimentos de marginalidade afectiva e real não impedem estes colectivos guineenses de práticas de nacionalismo de longa distância e de cidadania transfronteiriça que evidenciam o desejo do regresso, aplicando-se a frase retirada do documentário Bab Sebta (2008): ***Nós não atravessamos fronteiras, as fronteiras atravessam-se entre nós.***

Quadro Apêndice – Tipologia das associações em análise

Associações de aldeia/região de origem	Associações do colectivo nacional
- ACBA Associação Coligativa Bissau-Biombo e Amigos - AFAB Associação dos Filhos e Amigos de Bafatá - AUIB Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque - CABÁS GARANDI Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Bolama - Núcleo de Portugal - AFAIJE Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta - Núcleo de Portugal - AFDAC Associação de Filhos, Descendentes e Amigos de Canhobe - AFICAP Associação dos Filhos de Calequisse Residentes em Portugal - AGDAP Associação Guineense dos Descendentes e Amigos de Pecixe - AIT Associação dos Imigrantes de Tame - ANPRP Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal - BALOLE Associação dos Filhos de Bajope e Capol Residentes em Portugal	- AGPD Associação Guineense para a Paz e Democracia - AGUINENSO Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUIPA Associação Guineense e Povos Amigos - AIGAMST Associação dos Imigrantes Guineenses e Amigos da Margem Sul do Tejo - CG Casa da Guiné - GUINEÁSPORA Fórum dos Guineenses na Diáspora
	Associações de grupos ocupacionais - BOLANHA Associação dos Quadros e Estudantes Guineenses na Diáspora
Associações religiosas	Federações
- AMNGB Associação Muçulmana de Naturais da Guiné-Bissau - CPEA-PCI Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica - AUF Associação Uallado Folai - ACEGP Associação dos Crentes Evangélicos Guineenses em Portugal	- ABP Associação Baboque em Portugal - FAGP Federação das Associações Guineenses em Portugal

Notas

¹ Integração no sentido actualmente vulgarizado de inclusão social (Carrera, 2006).

² Testemunhos orais dão conta de fluxos de quadros com destino a Portugal, outros países da Europa, Cabo Verde e EUA que à época concedeu o estatuto de protecção temporária.

³ A estimativa do Director-Geral dos Assuntos Jurídicos e Consulares da Guiné-Bissau em Portugal é de um número que ronda entre os 45.000 e os 60.000 (2007) e a do líder da associação Guineáspora é de “cerca de 70.000, 50.000 legalizados” (2008).

⁴ Os dados do Recenseamento Geral da População de 2001 revelam que o segundo segmento teve um aumento proporcional significativo face aos dados da mesma fonte para 1991.

⁵ Conselho Consultivo para Assuntos da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Cultural (ACIDI).

⁶ Ver em Apêndice a lista das associações em análise. No tipo de associações de aldeia/região, o grupo maior respeita às aldeias e o grupo menor às regiões que correspondem a uma escala intermédia imaginada pelos guineenses mas não coincidente com a divisão territorial e administrativa da Guiné-Bissau.

⁷ Não foi possível um contacto mais próximo com a Associação dos Crentes Evangélicos Guineenses em Portugal (ACEGP).

⁸ Para os objectivos deste estudo não cabem as inúmeras associações que nasceram da iniciativa da sociedade civil portuguesa.

⁹ Instituição Particular de Solidariedade Social.

¹⁰ As idealizações associadas às ONG são pré-migratórias e incorporam os discursos e práticas de desenvolvimento “de baixo para cima”, enquanto as associadas às geminações são migratórias.

¹¹ A Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP) representa uma singularidade de manjacos islamizados.

¹² CLAIL - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; GIP - Gabinete de Inserção Profissional, Rede GIP Imigrante.

¹³ Não se constituindo como um grupo organizado, a elite política emergente em contexto migratório inclui ex-políticos da Guiné-Bissau, líderes associativos e outras personalidades e indivíduos que se envolvem em acções políticas, em nome individual ou colectivo, em prol dos migrantes guineenses e do país de origem.

Referências Bibliográficas

- Abranches, M. (2007), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (Re) Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*, *Colecção Teses* n.º 13, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Albuquerque, R. (2002), “Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes”, in SOS Racismo [org.], *A Imigração em Portugal. Os Movimentos Humanos e Culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp.366-81.
- Albuquerque, R. et al. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora
- Anderson, B. (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres: Verso.
- Anderson, B. (1992), *Long-Distance Nationalism: World Capitalism and the Rise of Identity Politics*, Amesterdão: Centre for Asian Studies.
- Appadurai, A. (1991), “Global ethnoscapas: notes and queries for a transnacional anthropology”, in Fox, R. G. [org.], *Recapturing Anthropology*, Santa Fé: School of American Research, pp. 191-210.
- Basch, L. et al. (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*, Basel: Gordon and Breach.
- Bordonaro, L. e Pussetti, C. (2006), “Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes: percursos migratórios entre Bubaque (Guiné-Bissau) e Lisboa”, in Lima, A. e Sarró, R. [orgs.], *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre Produção Etnográfica*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp.125-153.

- Carreiro, M. J. (2007), "Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de migrantes guineenses em Portugal", *CIES e-Working-Paper*, n.º 26/07, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Carrera, S. (org.) (2006), *The Nexus between Immigration, Integration and Citizenship in the EU*, Bruxelas: Centre for European Policy Studies.
- Carvalho, C. (2000) "A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau", *Etnográfica*, vol. 4, n.º1, pp. 37-59.
- Carvalho, C. (2002), "Ambiguous representations: power and mimesis in colonial Guinea", *Etnográfica*, vol.6, n.º1, pp. 93-111.
- CIDAC (2004), *Migrações e Desenvolvimento: uma visão de experiências associativas em Portugal*, Lisboa: Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.
- Có, J. R. (2004), "Migrações e desenvolvimento. As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense", *SOCIUS Working Papers*, n.º 12/04, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Có, J. R. (2007), "Os 'limites' da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas", *SOCIUS Working Papers*, n.º 4/07, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Delgado-Wise, R. e Guarnizo, L. E. (2007), *Migration and Development: Lessons from the Mexican Experience*, Washington, DC: Migration Policy Institute
- Dias, E. C. (2007), "Les Musulmans Guinéens immigrés de Lisbonne: Évitement et fascination ambiguë pour «l'autre musulman»", *Lusotopie*, vol.14, n.º1, pp. 181-203.
- Dias, E. C. (1999), "Protestantismo e proselitismo na Guiné-Bissau. Reflexões sobre o insucesso do proselitismo no Oio e na província Leste", *Lusotopie*, pp. 309-318.
- Faist, T. (2000), "Transnationalism in international migration: implications for the study of citizenship and culture", *Ethnic and Racial Studies*, vol.23, n.º2, pp. 198-222.
- Glick-Schiller, N. e Fouron, G.E. (2001), *Georges woke-up laughing: Long-distance nationalism and the search for home*, Durham: Duke University Press.
- Glick-Schiller, N. (2005), "Transborder citizenship: an outcome of legal pluralism within transnational social fields", *Paper*, n.º 25, Los Angeles: Department of Sociology, University of California.
- Grillo, R. D. (2001), "Transnational migration and multiculturalism in Europe", *WPTC-01-08*, Economic & Social Research Council.
- Guarnizo, L. E. (2001), "On the political participation of transnational migrants: old practices and new trends", in Gerstl, J. e Mollenkopf, J. H. (orgs.), *E Pluribus Unum? Contemporary and Historical perspectives on Immigrant Political Incorporation*, Nova Iorque: Russell Sage Foundation, pp. 213-64
- Guarnizo, L. E. e Smith, M. P. (orgs.) (1998), "The locations of transnationalism", in Smith, M. P. e Guarnizo, L. E., *Transnationalism from Below*, New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 3-34
- Harouna, D. A. (1992), *Os Muçulmanos Guineenses entre a Comunidade Islâmica de Lisboa e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Edição do Autor
- Ho, E. L-E. (2008), "Citizenship and transnationalism: a review and critical interventions", *Geography Compass*, vol.2, n.º5: pp.1286-1300.

- Kerlin, M. D. (2000), "New agents of socio-economic development: Guinea-Bissauan hometown associations in Portugal", *South European Society and Politics*, vol.5, n.º3, pp. 33-55
- Khayati, K. (2008), *From Victim Diaspora to Transborder Citizenship? Diaspora Formation and Transnational Relations among Kurds in France and Sweden*, Linköping: Linköping University.
- Kivisto, P. (2001) "Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts", *Ethnic and Racial Studies*, vol.24, n.º4, pp. 549-77.
- Koopmans, R. e Statham, R. (2003), "How national citizenship shapes transnationalism: a comparative analysis of migrant and minority claims-making in Germany, Great Britain and the Netherlands", in Joppke, C. e Morawska, E. (orgs.), *Toward Assimilation and Citizenship: Immigrants in Liberal Nation-States*, Londres: Palgrave Macmillan, pp. 195-238.
- Lopes, C. (2007), *Participação das Populações Locais no Desenvolvimento da Educação, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*, Lisboa: Instituto Superior da Ciência e da Empresa.
- Machado, F. L. (2001), "Contextos e percepções de racismo no quotidiano", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º36, pp. 53-80.
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Malheiros, J. M. e Mendes, M. (coord.) (2007), *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Moya, J. C. (2005), "Immigrants and associations: A global and historical perspective", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 833-64.
- Orozco, M. (2003), *"Hometown associations and their present and future partnerships: new development opportunities"*, Report, Washington, DC: U.S. Agency for International Development.
- Peixe, B. et al. (2008), *O Racismo e Xenofobia em Portugal (2001-2007)*, Lisboa: Númena, Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.
- Peixoto, J. et al. (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Portes, A. (2003), "Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism", *International Migration Review*, vol.37, n.º 3, pp. 874-892.
- Portes, A. et al. (2005), "Immigrant transnational organizations and development: a comparative study", *CMD Working Paper*, n.º 05/07, The Center for Migration and Development, Princeton University.
- Portes, A. et al. (2007), "Divided or convergent loyalties? The political incorporation process of Latin American immigrants in the United States", *CMD Working Paper*, n.º 07/04, The Center for Migration and Development, Princeton University.
- Quintino, M. C. R. (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Quintino, M. C. R. (coord.) (2006), *Percursos de Vida de Mulheres Migrantes. Lógicas Plurais de Género e Poder*, Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Salamon, L. (1998), "A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa", *Revista de Administração*, n.º 20, pp. 5-11.
- Sangreman, C. et al. (2006), "A evolução política recente na Guiné-Bissau", *Coleção Documentos de Trabalho*, n.º 70, Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Saraiva, C. (2008), "Transnational migrants and transnational spirits: an African religion in Lisbon", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.34, n.º2, pp. 253-269.
- Sardinha, J. (2005), "Cape Verdean associations in the Metropolitan Area of Lisbon and their role in the integration of the Cape Verdean community into Portuguese society", *Working Paper Series*, n.º26, Sussex Centre for Migration Research.
- Sardinha, J. (2007), "Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal", *POLITIS Working Paper Series*, n.º 7, University of Oldenburg.
- Schrover, M. e Vermeulen, F. (2005), "Immigrant organisations", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º 5, pp. 823-32.
- SEF (2008), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Somerville, W. et al. (2008), *Hometown Associations: an Untapped Resource for Immigrant Integration?*, Washington, DC: Migration Policy Institute.
- Soysal, Y. N. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Teixeira, A. e Albuquerque, R. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*, Oldenburg: Carl von Ossietzky Universität
- Vermeulen, F. (2005), "Organisational patterns: Surinamese and Turkish associations in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 951-973.
- Vertovec, S. (2004), "Migrant transnationalism and modes of transformation", *International Migration Review*, vol.38, n.º3, pp. 970-1001.
- Vertovec, S. e Cohen, R. (orgs.) (1999), *Migration, Diasporas and Transnationalism*, Cheltenham: Edward Elgar.

■ **Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal** *Civic participation and associative experiences of immigrant descendants in Portugal*

Rosana Albuquerque*

Resumo Neste artigo apresentam-se resultados de um projecto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal. A partir da recolha de dez histórias de vida, desenvolveu-se um olhar retrospectivo às trajetórias de jovens adultos com funções dirigentes em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes. Procurou-se identificar os factores que potenciam a participação associativa e, por outro lado, analisar o papel do associativismo na aquisição de capital social e no impulso de trajetórias de mobilidade social.

Palavras-chave associativismo; capital social; descendentes de imigrantes; mobilidade social; participação cívica.

Abstract This article presents the results of a research project on participation in associations among the descendants of immigrants from Portuguese-speaking African countries in Portugal. The empirical raw material was gathered on the basis of ten life stories in order to retrospectively analyse the associative experiences of young adults assuming leadership positions in youth, immigrant or immigrant descendant associations. The research aims were: to identify the catalysts of associative participation; and to understand the role that participation in associations plays in the acquisition of social capital and in the promotion of social mobility.

Keywords associativism; civic participation; immigrant descendants; social capital; social mobility.

* Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta / Centre for Studies in Migration and Intercultural Relations, Universidade Aberta (rosana@univ-ab.pt)

■ Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal

Rosana Albuquerque

1. Introdução

A participação associativa constitui um processo complexo e multidimensional, exigindo-se que no seu estudo se considerem os vários factores condicionantes das dinâmicas de participação, bem como as suas interações. Nesta perspectiva, a pesquisa aqui apresentada tem os seus alicerces teóricos em diferentes modelos explicativos da participação cívica e política, que articulam a análise de factores de natureza estrutural com a análise de factores de natureza individual (Putnam, 2000; Triandafyllidou e Vogel, 2005; Verba, Schlozman e Brady, 1995). Estes autores evidenciam o carácter multidimensional do processo de participação cívica ou política e a interdependência entre aspectos de natureza mais pessoal, inerentes à personalidade e às motivações de cada activista, e oportunidades resultantes dos contextos sociais onde estão inseridos.

Embora nos modelos analíticos referidos se observe uma maior atenção aos factores estruturais, as trajetórias dos e das descendentes permitiram demonstrar que ocorre uma influência significativa e decisiva de factores individuais enquanto catalisadores da participação. As suas trajetórias fazem sobressair aspectos menos valorizados nesses modelos, designadamente o papel desempenhado por qualidades pessoais relacionadas com a auto-confiança, a capacidade de iniciativa, a curiosidade em adquirir novos conhecimentos e em interagir socialmente, a responsabilidade, a consciencialização sobre problemas do meio social, a valorização do activismo cívico como elemento de definição identitária e enquanto projecto significativo nas suas vidas. Estes diferentes atributos articulam-se e reforçam-se mutuamente, explicando a adesão inicial a actividades cívicas. A sua conjugação com condições estruturais – em particular os apoios institucionais e as oportunidades de inserção profissional nas associações – conduzem à sustentabilidade e continuidade dos percursos de participação cívica.

2. Tecendo trajetórias: dos primeiros passos ao compromisso da participação cívica

Os resultados da investigação evidenciaram que as trajetórias associativas se desenrolam mediante um processo gradual e cumulativo de experiências, desencadeado em idades muito jovens com a adesão voluntária a associações ou pela tomada de iniciativa para realizar actividades cívicas em contextos informais, onde os jovens podem ser beneficiários ou mentores ou ainda assumir ambos os papéis. A motivação que emerge das actividades onde participam – sobressaindo o gosto em conviver e interagir inerente às sociabilidades juvenis e à necessidade de resolver problemas dos bairros onde residem e que os afectam directamente – estimula uma participação mais activa e regular, que culmina na assunção de responsabilidades de gestão nas

organizações onde iniciaram a sua colaboração, ou na constituição de associações próprias, de cariz juvenil ou local.

Os relatos dos descendentes activistas permitem identificar diferentes momentos temporais para o início das experiências de activismo, consoante o ano de nascimento e as dinâmicas existentes no seu meio social. Para os que nascem na década de 1970 ou poucos anos antes, o contacto inicial é feito em meados dos anos 1980, quando eram crianças ou adolescentes e beneficiaram das actividades desenvolvidas por associações, se envolveram em dinâmicas em curso na escola ou se dedicaram à realização de iniciativas próprias. Para os que nasceram mais próximo de 1980, é em meados de 1990 que têm início as experiências de voluntariado ou de dinamização de actividades entre os jovens com quem se relacionam, marco temporal que coincide com a entrada na adolescência. De destacar que todos assumiram funções de direcção em idade bastante jovem, na sua maioria quando têm entre 20 a 25 anos e em alguns casos entre os 17 e os 19 anos. É um aspecto que merece particular atenção pela responsabilidade e pelos conhecimentos que a gestão de uma organização implica e que tomaram em mãos sem formação prévia específica para essas funções.

A interpretação dos resultados empíricos conduziu à elaboração de um *sistema de catalisação da participação associativa*. De modo resumido, pode dizer-se que neste sistema assume particular relevância a posse de recursos tais como a disponibilidade de tempo, a oportunidade de inserção profissional nas associações onde colaboram voluntariamente, o bom nível de escolaridade e o apoio de redes sociais. Estes aspectos interligam-se com personalidades que valorizam a interacção social e que revelam atributos como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa e que, por sua vez, estão associados às motivações expressas para aderir a associações e desenvolver projectos associativos de continuidade.

Apresentam-se de seguida os factores facilitadores da participação associativa.

Tempo

As narrativas que os activistas nos transmitiram relativamente à sua situação actual sublinham o forte investimento de tempo que é exigido para manter a regularidade da colaboração em adultos. Enquanto se encontram numa idade jovem, ninguém alude a dificuldades intransponíveis para conciliar a vida pessoal e familiar com o activismo cívico, ou se arrepende do tempo que não se tem para actividades de lazer fora do espaço associativo. Tal acontece, nomeadamente, pelo facto das actividades associativas se entrelaçarem com as sociabilidades juvenis e se cruzarem com eventos lúdicos da iniciativa dos próprios, sugerindo uma convergência entre espaços associativos e espaços ou momentos de fruição e diversão. De igual modo, contribuiu positivamente para essa disponibilidade o facto dos primeiros contactos com o associativismo terem ocorrido em idade bastante jovem e em situação de frequência de escolaridade, na quase totalidade dos casos.

No entanto, a disponibilidade de tempo reduz-se à medida que entram na idade adulta e que assumem as responsabilidades intrínsecas a esse novo ciclo das suas vidas,

em particular a necessidade de assegurarem a subsistência económica mediante um trabalho remunerado. Em várias situações, a dificuldade em dar a atenção desejada ao projecto associativo, pelo facto da actividade profissional ter reduzido a disponibilidade inicial, vem acompanhada de sentimentos de frustração. É esta razão, associada à vontade de não desistir, que influencia a procura de soluções para que a participação associativa se profissionalize, de modo a permitir a dedicação a tempo inteiro. Nas situações em que não há coincidência entre participação associativa e actividade profissional, o compromisso cívico dos e das jovens não é quebrado, mas a colaboração faz-se à medida e ao ritmo das suas possibilidades. Daqui resultam efeitos para a própria estrutura onde se participa, pois a participação irregular e não profissionalizada condiciona a natureza e a dimensão das actividades que a associação se pode permitir desenvolver.

Na verdade, as solicitações da vida quotidiana são apontadas como responsáveis pela reduzida disponibilidade de tempo para o envolvimento cívico e, em consequência, podem ser entendidas como obstáculos ao voluntariado (Almeida, Ferrão e Delicado, 2002: 224). Nas trajectórias analisadas, verificou-se que o efeito negativo que decorre da menor disponibilidade de tempo em adultos é compensado por características pessoais como a perseverança e por uma elevada motivação nos projectos associativos, que apresentamos adiante. É ainda de sublinhar que o contacto precoce com experiências associativas ou cívicas também pode funcionar como estímulo para manter alguma forma de colaboração em idade adulta, compensando a redução da disponibilidade de tempo que acompanha o ciclo de vida.

Se a disponibilidade de tempo é um factor decisivo e sempre presente, torna-se claro que existe uma relação entre a posse de recursos como tempo e dinheiro.

Recursos financeiros

No que concerne à importância dos recursos financeiros, as narrativas deixam claro que a disponibilidade financeira facilita e agiliza o processo de concretizar, na prática, a ideia de constituir uma associação. Todavia, observámos que no caso dos jovens que começaram a colaborar em actividades de associações do seu bairro, essa colaboração não lhes exigia qualquer encargo financeiro. Em idêntica perspectiva, os que tiveram a iniciativa de organizar actividades sublinharam que a ausência de dinheiro não comprometia a realização das mesmas, sendo o raciocínio feito no sentido inverso: organizavam-se actividades de modo a serem auto-sustentadas e que possibilitassem auferir ganhos, que permitissem prosseguir com outros eventos, ou actividades ajustadas “ao pé de meia” de cada grupo.

Por estas razões, entende-se que os recursos financeiros não constituem um factor com muito peso no impulso do activismo, mas assumem grande relevância na sua continuidade em idade adulta. As possibilidades que se têm aberto ao nível da criação de emprego por parte das associações constituem uma variável determinante neste processo, pois tornam compatível a intervenção cívica com o assegurar das necessidades de subsistência pessoal, articulando o interesse individual com o interesse colectivo. Destaca-se que metade dos jovens beneficiou de uma oportunidade de recrutamento como profissional, ultrapassando a situação de voluntariado.

Um estudo sobre mediação social converge com esta análise ao identificar duas razões principais para a desistência dos mediadores: a instabilidade financeira inerente aos processos de contratação e que decorre da reduzida disponibilidade de vagas; a dificuldade em prosseguir o voluntariado pelo facto dos jovens mediadores terem de assumir uma profissão remunerada, como meio essencial de subsistência (Fernandes, 2006: 80).

A análise do papel de recursos como o tempo e o dinheiro no envolvimento associativo dos descendentes faz, portanto, realçar que sem a existência de condições materiais – concretamente o acesso a uma profissão no quadro institucional do associativismo – o seu activismo correria o risco de cessar no momento da passagem para a idade adulta, com o fim da vida de estudante e o assumir das obrigações inerentes à maturidade. Tal vem chamar a atenção para a interferência de factores estruturais no processo de participação cívica, em particular para o facto das condições do meio social e político poderem funcionar como incentivo ou como obstáculo. Neste caso, sobressai como factor facilitador a existência de programas de apoio ao associativismo, ao criarem condições de profissionalização do trabalho que resulta em mais-valias para os activistas, para as organizações e para a intervenção social e cívica que estas desenvolvem.

Escolaridade

Um aspecto que emerge como significativo nas biografias dos e das descendentes é o nível de escolaridade. Aquando do contacto inicial com o associativismo formal, ou no momento em que tomam a iniciativa de desenvolver actividades informais, nove dos dez jovens frequentavam a escola e uma delas encontrou no espaço associativo a oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória. Um dado que sobressai do trajecto escolar é que, à excepção desta jovem, todos prosseguem os estudos até ao 12º ano, tendo na maioria dos casos acabado por concluir uma licenciatura.

Como exemplos que corroboram este padrão, refira-se a investigação sobre o contexto português: um estudo sobre voluntariado registou um elevado nível de escolaridade para a média dos voluntários inquiridos (Almeida, Ferrão e Delicado, 2003: 174); uma pesquisa sobre participação política e partidária das mulheres demonstrou que esta é influenciada pelo nível de instrução (Martins e Teixeira, 2005: 35).

Porém, não se pode afirmar que exista uma relação directa entre a participação dos descendentes activistas e o estatuto socioeconómico das suas famílias, uma vez que a maioria tem em comum o facto de ambos os progenitores possuírem habilitações literárias ao nível da escolaridade básica, exercendo profissões correspondentes, ou seja, pouco qualificadas. O bom nível de escolaridade em jovens cuja socialização está, na sua maioria, enquadrada pela residência em bairros sociais ou de construção habitacional precária e com infra-estruturas deficitárias, constitui, assim, um indicador da valorização de frequentar a escola por parte de agregados familiares com baixas condições socioeconómicas.

As experiências dos e das descendentes realçam os efeitos positivos exercidos pela escolaridade no activismo cívico. A frequência da escolaridade após o nível obrigatório

surte vários efeitos combinados entre si: disponibilidade de tempo para actividades de lazer; incentivo para aderir a actividades educativas ou formativas, oferecidas por associações que intervêm nos bairros de residência; aquisição de competências úteis para a interacção social e a participação cívica, concretamente as habilidades para comunicar em termos de escrita e de oralidade assinaladas por Verba e co-autores (1995), bem como acesso a informação, que se revela um elemento importante no processo de participação política juvenil (Cruz, 1985); adiamento da conjugalidade e maior maturidade para construir a vida familiar e perspectivar a experiência da maternidade/paternidade.

Por estas razões, a escolaridade assume-se como um catalisador muito significativo de trajetórias cívicas.

Estatuto de cidadania

O estatuto jurídico dos descendentes activistas é o de cidadania portuguesa em nove das situações: na sua maioria são jovens que nasceram em Portugal na década de 1970 ou antes de 1981, momentos em que o direito de solo era preponderante na lei da nacionalidade; os que vieram para o país em criança adquiriram a nacionalidade portuguesa por via de um ou ambos os progenitores. Na única situação em que se verifica a posse de nacionalidade estrangeira, esta não é avaliada como um entrave ao percurso em Portugal.

Observa-se que os processos que deram corpo às trajetórias associativas não apontam para um papel decisivo do elemento nacionalidade como facilitador da participação, conforme concluiu Gropas (2008) num estudo sobre participação cívica de imigrantes de primeira geração na União Europeia. Tal pode justificar-se por terem nacionalidade portuguesa, na sua maioria, mas também pelo facto das experiências no associativismo ou em actividades cívicas terem surgido em idades muito jovens e estarem enquadradas pelo contexto escolar ou pelo espaço do bairro de residência, não sendo o estatuto de cidadão nacional requisito para participar nem para aderir a associações.

Todavia, a nacionalidade portuguesa pode desempenhar um papel de reforço do empenho em actividades cívicas, favorecendo a sua continuidade até à idade adulta, exactamente por garantir o exercício de direitos políticos na sua totalidade e, não menos importante, ao incentivar o desejo de trabalhar no alargamento desses direitos a outros jovens que, nascidos no mesmo país, não gozam da cidadania plena, sendo mais vulneráveis à discriminação.

Redes sociais

Relativamente ao papel exercido pelas redes sociais, evidencia-se nos percursos dos descendentes a influência de redes que afectam a situação individual de forma mais directa e sem intermediação de outras redes – como as familiares, de amizade ou de vizinhança – e as redes de natureza mais estrutural que resultam das circunstâncias sociais estruturais do meio social onde se desenrolam as diferentes etapas de socialização dos jovens.

Verba *et al.* (1995: 271-272) fazem notar que o papel que as redes podem exercer no envolvimento cívico dos indivíduos é condicionado pelas oportunidades que estas oferecem na aquisição de competências adequadas e necessárias à participação e, também, nas escolhas que os indivíduos fazem nessas circunstâncias, as quais dependem da motivação ou predisposição para participar. Daqui resulta que o factor significativo na catalisação do activismo cívico não é tanto a inserção em redes mas o que se passa “dentro” das mesmas, quer seja a experiência vivida numa associação cultural, numa instituição religiosa, no emprego que se exerce, ou na escola que se frequenta.

A nossa pesquisa concluiu que as actividades em que se desenrola a participação dos e das descendentes nas associações ou noutros espaços lhes permitiram adquirir competências organizativas e conduziram a uma progressiva responsabilização do seu papel, ilustrada pela assunção de cargos de direcção em idades bastante jovens. Estes aspectos levam-nos a atribuir peso significativo às redes de socialização secundária a que os jovens tiveram acesso: a frequência da escola abriu caminho a experiências associativas de cariz informal, através das quais desenvolveram capacidades de comunicação e de organização (que constituem aspectos importantes para o activismo cívico); as dinâmicas de acção colectiva operadas no bairro permitiram-lhes beneficiar de actividades de natureza educativa, recreativa ou cultural, que incentivaram o aprofundamento da participação e, consequentemente, a aquisição de competências sociais e conhecimentos úteis ao trabalho nessas instituições.

Observa-se, deste modo, a influência de factores estruturais nas trajectórias associativas analisadas. Por um lado, por via da experiência da escolaridade e dos efeitos associados que ela produz, conforme exposto atrás. Por outro, pelas dinâmicas associativas nos bairros de residência dos jovens. É importante voltar a referir que o apoio institucional (nacional ou internacional) às organizações a operar no terreno, ao permitir a integração profissional em algumas situações, contribui para o reforço da intervenção social e cívica destas organizações e constitui um efeito indirecto positivo da valorização do papel da sociedade civil e da abertura de canais oficiais de participação no quadro das políticas de apoio ao associativismo.

Centrando agora a atenção no papel das redes familiares enquanto factores facilitadores da participação, os jovens não beneficiaram da transmissão de experiências de activismo cívico por parte dos progenitores ou familiares próximos (com excepção de uma jovem). No entanto, a família constituiu uma fonte de apoio em todas as situações, aceitando o investimento de tempo em actividades extra-escolares, valorizando as actividades nas quais os filhos ou filhas se envolviam, exercendo um estímulo e envolvendo-se, nalguns casos, na colaboração activa na realização de iniciativas.

Por fim, refira-se que a inserção em redes facilitadoras do activismo cívico pode ter um efeito multiplicador, pois a adesão a algumas actividades suscita a participação noutras. O desenrolar das trajectórias dos e das descendentes é marcado por uma sucessão de etapas que vão surgindo de forma não planeada, à medida que vão assumindo novas funções e os papéis se vão diversificando, associados à aquisição progressiva de responsabilidades nas organizações. Todavia, este processo dinâmico não

se explica apenas pelo facto das redes lhes concederem oportunidades de se envolverem civicamente, pois se não demonstrassem qualidades necessárias ao activismo nem competências úteis e adequadas às organizações não ocorreriam novos convites nem surgiriam propostas de recrutamento. Assim, se as redes onde os indivíduos estão inseridos devem ser entendidas como recursos sociais que cada um utiliza ou que é capaz de mobilizar (ou não), é necessário verificar se a capacidade de mobilização desses recursos pode ser influenciada por características pessoais.

Características pessoais

A análise das histórias de vida conduziu à identificação de atributos individuais que, no nosso entender, funcionam como alicerces da capacidade de mobilizar os recursos por parte dos jovens, recursos esses indispensáveis ao desencadear e aprofundamento das experiências de participação cívica: capacidade de iniciativa; maturidade e convicção para traçar objectivos; auto-confiança e segurança para tomar decisões; dedicação e empenho face aos compromissos; perseverança e força de carácter perante as dificuldades; consciência da necessidade de esforço pessoal para usufruir de resultados desejados; responsabilização pelos compromissos a cumprir.

Interessa notar que a maior parte destes traços estão associados à inteligência emocional (Goleman, 1997) e cada um deles, por si, pode ser um indicador do que na Psicologia Social se designa por locus de *controlo interno*, isto é, a crença ou convicção que a acção individual produz efeitos e que o indivíduo é responsável pelas suas acções (Rotter *cit. in* Neto, 1998: 243-244). A sensação de controlo sobre a vida, aliás, tem sido identificada como uma condição propiciadora da participação (Inglehart, Kellerhals *cit. in* Delicado, 2003: 237).

Estes atributos pessoais nem sempre são expressos pelos activistas, estando latentes no conteúdo dos seus relatos. Entende-se que devem ser interpretados como significativos porque, na verdade, sem capacidade de congregar terceiros para a concretização de um projecto, que até pode nascer como projecto individual, não seria possível manter uma associação em actividade, nem desenvolver de forma tão continuada no tempo iniciativas informais que colhem o interesse e a adesão de um público muito mais vasto do que o grupo de indivíduos envolvido na operacionalização das mesmas.

Cruzando a análise das características pessoais com a das razões e motivações subjacentes ao activismo dos e das descendentes, torna-se perceptível a existência de traços de personalidade relacionados com um carácter extrovertido e sociável, designadamente: a curiosidade em aprender e em conhecer actividades e pessoas diferentes; o gosto de conviver; o interesse em actividades de grupo, que implicam um espírito de partilha; enfim, a disponibilidade em relacionar-se socialmente. Estes aspectos estão associados à valorização da interacção social e da sociabilidade em redes extra-familiares.

Os traços individuais espelhados nas personalidades destes jovens funcionaram como catalisadores das trajectórias associativas, mas o efeito destas características pessoais no envolvimento cívico tem de ser ainda analisado na sua relação com a convicção

que sentem pelo contributo positivo do trabalho que desenvolvem, ou seja, tem de se integrar na análise o factor motivação.

Motivação

As narrativas que os descendentes constroem sobre os seus percursos transmitem a convicção de que o trabalho cívico ou associativo que têm desenvolvido se reveste de funções significativas, desde logo e em primeiro lugar para si próprios, mas também para os grupos a quem se dirigem, ou para a sociedade no seu todo. Relatam o valor que o associativismo ou activismo cívico assume na vida pessoal, o que pode ser interpretado como elemento estruturante da identidade. Esta valorização, articulada com a crença no efeito positivo da acção individual e colectiva, justifica a opção de prosseguir um caminho que, sendo difícil, não se pondera abandonar, pelo menos num futuro próximo.

Conforme sublinha Braga da Cruz (1990: 237), indagar sobre a motivação subjacente à acção política exige considerar os valores aí expressos, pois a mobilização política, independentemente das formas que possa assumir “faz-se sempre em torno de valores”. Ora, de entre as razões e motivações que conduziram ao início e à continuidade do activismo, observa-se que existe uma articulação entre motivos mais “egoístas” pela procura em satisfazer necessidades individuais – que podem passar pelo acesso a actividades lúdicas, culturais ou formativas, ou mesmo um emprego – e motivos mais “altruístas”, traduzidos na preocupação em resolver problemas que afectam o meio social onde os jovens se inserem. Na motivação para o activismo pode coincidir a satisfação de uma necessidade individual, ao mesmo tempo que se desenvolve uma acção destinada ao bem-estar de outros.

Numa outra perspectiva, o activismo pode estar também associado a temas ou causas que interpelam os indivíduos a participar nessa área específica, assumindo-se assim como factores que reforçam a motivação em exercer um papel interventivo na esfera pública. Verba e co-autores designam estes temas como *issue engagements* (temas de envolvimento cívico), definindo-os como compromissos políticos que estimulam a participação e que podem emergir do interesse do indivíduo em determinados assuntos ou do facto do próprio activista ser um potencial beneficiário de uma dada acção ou política estatal (Verba *et al.*, 1995: 391-415).

Partindo das razões e motivações apresentadas como justificativas da continuidade do activismo dos descendentes é possível identificar alguns temas de envolvimento cívico relevantes. Os motivos que sobressaem relacionam-se com a melhoria das condições dos bairros onde residem e com a procura de resolução de problemas que afectam os jovens de origem africana. Sendo os descendentes activistas beneficiários da intervenção, as acções que realizam também produzem efeitos positivos mais alargados, atingindo a população residente num dado bairro, em geral, ou outros descendentes, em particular. Assim, conclui-se que as escolhas que justificam a decisão de participar na vida cívica se apoiam numa avaliação simultaneamente racional e afectiva, reflectindo compensações materiais, sociais e cívicas e fazendo coincidir interesses individuais e interesses colectivos.

3. Associativismo e capital social

As trajectórias dos e das descendentes demonstram que o activismo cívico não decorre linearmente do acesso ou do contacto com redes associativas, nem é um efeito directo da inserção em redes de sociabilidade informais. Os resultados da pesquisa sublinham a multiplicidade de factores que, etapa a etapa, criam oportunidades para a aquisição de recursos inerentes às redes disponíveis no contexto social de origem dos jovens e para a mobilização gradual das mesmas no sentido de realizar objectivos definidos pelos próprios activistas. Neste sentido, as dinâmicas associativas e comunitárias dos bairros de residência, o espaço escolar e as relações sociais de proximidade podem constituir-se como fontes de capital social, conforme o conceito proposto por Putnam (1993).¹ Também segundo este autor, cada encontro ou contacto entretecido nas sociabilidades e formas de lazer do quotidiano constitui uma oportunidade para construir capital social (Putnam, 2000: 93)² o que converge com os percursos cívicos dos jovens na medida em que cada experiência se revelou importante para dar o passo seguinte, desde as primeiras actividades informalmente organizadas com amigos, até à liderança de estruturas associativas.

Nos percursos dos e das descendentes activistas observa-se que as redes associativas se assumem como *palcos de aprendizagem social* que possibilitam o acumular de conhecimentos e capacidades fundamentais ao exercício de uma cidadania activa. De modo complementar, as relações sociais de proximidade desempenharam um papel significativo no apoio e na sedimentação dos projectos que alguns jovens encetaram por iniciativa própria, num esforço de mobilização de “laços fortes” (Granovetter, 1973) em torno da concretização de interesses individuais mas ao mesmo tempo partilhados pelas redes de amizade ou de vizinhança. Também o espaço escolar abriu caminhos e incentivos ao activismo cívico, mediante o apoio de professores e a mobilização de redes de amizade, sendo de destacar que a escolaridade se revelou um factor-chave na aquisição de recursos essenciais à participação cívica (conforme descrito no ponto anterior).

Por outro lado, importa realçar outra faceta do papel do associativismo na aquisição de capital social. A análise das suas trajectórias permitiu observar que o modo como se desenvolveram as experiências nos espaços associativos (formais ou informais) conduziu à responsabilização e ao maior empenho cívico dos jovens, na medida em que proporcionaram a aquisição de saberes técnicos e de capacidades simbólicas e sociais que favorecem e estimulam a participação política e, paralelamente, incentivam trajectórias de cidadania activa. É por esta razão que sublinhamos que a *aprendizagem de um saber-fazer* relativo à participação na esfera pública constitui um factor relevante no processo de aquisição e reforço de capital social.

A análise das experiências no associativismo fez salientar que o espaço e o tempo que medeiam a intervenção cívica, bem como as vivências entre pares e entre activistas e públicos destinatários das acções, originam *processos de vinculação social*. A partilha de acontecimentos ou de afectos, ainda que isenta de reflexividade dos sujeitos envolvidos no imediato, cria condições para a construção de laços de confiança inter-

peçoal que, por sua vez, podem incentivar actos de ajuda ou solidariedade para com terceiros. A confiança ganha-se, como Putnam sublinha (cf. 1993, 2000), a partir de cada oportunidade de interacção com os outros. Seguindo um raciocínio semelhante, Sennet (2001: 37) salienta que a confiança pode nascer de experiências informais no local de trabalho mas leva tempo a desenvolver-se. Esta reflexão adequa-se ao contexto da intervenção associativa exactamente porque os desafios e problemas que os activistas enfrentam no quotidiano ajudam a construir vínculos com os outros e, por sua vez, permitem estabelecer laços de confiança interpessoal. A título de exemplo, atente-se nos relatos seguintes de alguns descendentes:

“É muito importante a escolha, seja quando tu fundas... Eu não fui fundadora mas acho que deve haver sempre esse cuidado, as pessoas com quem tu fundas uma associação, também os objectivos que tens e fazer com que sejam as próprias pessoas com quem trabalhas que te ajudem a criar, é fundamental.”

“[...] tem de ser uma pessoa que entenda mesmo o espírito da associação [...]. Uma pessoa que é da direcção e que está a trabalhar como coordenadora, ela própria tenta resolver problemas quando aparecem em vez de estar a colocar mais problemas.”

“Isto é um projecto de vida que eu não penso largar tão cedo, não é? Aqui a associação envolve muito as pessoas, há um envolvimento, com um objectivo, e tentamos sempre chegar lá.”

Nos relatos sobressai a importância de fazer parte de um grupo com quem se partilham “objectivos”, de trabalhar com quem tem “o espírito da associação”, o que pode fazer com que a associação seja “um projecto de vida”, factores que deixam transparecer uma articulação recíproca entre confiança, normas e valores subjacente às redes associativas. Tendo em conta que as actividades que os descendentes desenvolvem – tanto ao nível interno das associações como ao nível da intervenção externa – exigem reflectir e agir em conjunto, ou seja, negociar e cooperar com quem se partilha colectivamente o esforço de concretizar objectivos comuns ao grupo, concluímos que o espaço associativo e as dinâmicas aí criadas (i.e., o que se passa *dentro* das redes) criam oportunidades de aquisição de capital social nas suas múltiplas vertentes: fortalecimento de redes; construção de confiança; partilha de normas.

Encontra-se apoio para este raciocínio no modelo do círculo virtuoso da cidadania proposto por Putnam (1993) segundo o qual as redes produzem confiança, esta reflecte a aceitação de normas que se baseiam na defesa de valores comuns, sendo a interdependência destes elementos que conduz ao reforço cumulativo da cidadania, ou seja, ao círculo virtuoso.³ Por outro lado, o investimento dos jovens activistas na acção colectiva para atingir objectivos que individualmente seriam impossíveis de concretizar, vem também ao encontro da análise de Coleman (1990: 302) e do seu conceito de capital social enquanto bem produtivo mobilizado na relação entre actores sociais com vista a realização de objectivos por eles partilhados.

Em suma, há que realçar que do mesmo modo que a participação associativa evolui mediante o gradual envolvimento cívico e constitui *um projecto que se vai construindo*,

também a aquisição de capital social deve ser entendida como um processo que se vai desenrolando e tecendo nas dinâmicas e redes de sociabilidade dos contextos onde os e as descendentes activistas estão inseridos.

4. Associativismo e mobilidade social

A análise da génese e da evolução das trajectórias evidenciou que as experiências acumuladas ao longo da participação associativa abriram caminhos para os jovens acederem a realidades geográficas, sociais e culturais distintas dos contextos de origem. As dinâmicas associativas permitiram aceder a redes, as quais criaram oportunidades acrescidas de formação e aprendizagem e ofereceram modelos de conduta que valorizam a intervenção cívica. Refira-se que as actividades formativas e recreativas realizadas pelas associações integram frequentemente oportunidades de viagem, tanto no país como no estrangeiro, oferecendo oportunidades de sair dos limites físicos e simbólicos dos bairros de residência. Paralelamente, a própria natureza do trabalho associativo estimula o estabelecimento de interacções sociais alargadas e o contacto com organizações e instituições diversas. Ora, o facto de se tomar contacto com realidades e grupos que extravasam as relações sociais de proximidade contribui para a aquisição de um conjunto heterogéneo de aprendizagens e capacidades sociais, relacionais e simbólicas, de entre as quais se destaca a valorização da acção cívica pelo contacto com pessoas e organizações que se dedicam a este tipo de intervenção.

Estas razões levam-nos a considerar o associativismo como canal propício a trajectórias de mobilidade social, na medida em que o acesso a múltiplos círculos sociais vem enriquecer o capital de experiência e a socialização dos jovens. Este processo assume uma relevância muito significativa ao considerarmos os condicionalismos e vulnerabilidade dos contextos de socialização de partida dos jovens: bairros de habitação precária socialmente estigmatizados. Assim, face a meios estruturalmente descapitalizados, as aprendizagens resultantes das dinâmicas associativas fomentam um conhecimento mais alargado do mundo e a aquisição de expectativas e disposições heterogéneas face aos modelos dominantes do círculo social de origem, revelando-se como aprendizagens alternativas que contrariam a reprodução fatalista das limitações destes espaços.

A nossa análise coincide com a reflexão avançada por Queiroz e Gros (2002) no que respeita ao processo de reprodução das condições de exclusão de jovens residentes em bairros de habitação social. As autoras alertam para a importância da “fruição de bens culturais e de sociabilidades que potenciem a descoberta do seu próprio valor e o desenvolvimento de solidariedades activas” (2002: 193-194) como factores que estimulam reacções construtivas, não conformadas nem resignadas com as desigualdades e injustiças que marcam os contextos sociais de origem.

De modo complementar, a pesquisa realça que a formação proporcionada pelos contextos de interacção inerentes à intervenção associativa e pelos saberes que se acumulam pela prática no terreno se interligam com a qualificação adquirida por via de

instituições formais, como a escola e a universidade. Assim como sublinhámos na análise dos factores facilitadores da participação associativa, a escolaridade constitui um recurso decisivo que facilita o envolvimento cívico e a assunção de cargos de liderança nas associações, funcionando como factor de estímulo e de sustentação das trajectórias. A importância da escolaridade reflecte-se também nos percursos de transição para a vida adulta pois proporciona melhores qualificações para a inserção profissional, conforme tem confirmado a investigação sobre o contexto português (cf. Estanque e Mendes, 1998). Assim, a formação adquirida em contextos distintos – formais e não formais – reforça-se reciprocamente no sentido de enriquecer o capital de competências e qualificações dos descendentes activistas.

Por conseguinte, defendemos que o capital cultural e o capital social acumulados pela experiência do associativismo e da intervenção cívica constituem recursos que facilitam o acesso a oportunidades profissionais que, por sua vez, podem influenciar positivamente a caminhada em sentido ascendente. Se neste processo sobressai o papel da escolaridade, pois é também este recurso que exerce um efeito catalisador nas trajectórias cívicas, importa não esquecer que o impacto da escolaridade é condicionado pelo papel desempenhado por outros recursos (o tempo, por exemplo), bem como pelas características pessoais, motivações e condições estruturais, numa dinâmica de influências convergentes. Todavia, há que ter em atenção que, dada a complexidade de factores envolvidos nos processos de mudança e mobilidade social, os dados que colhemos empiricamente e que sustentam a argumentação aqui desenvolvida traduzem uma abordagem exploratória ao tema, que carece de pesquisa complementar a desenvolver no futuro.

Conclusão: a participação associativa como socialização para a cidadania

A análise das trajectórias coloca em destaque que a participação associativa é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública. Se os recursos estão relacionados com a capacidade de envolvimento em actividades cívicas, são as características pessoais e a sua combinação com as motivações expressas que permitem mobilizá-los a favor do activismo e do associativismo, dando lugar a uma participação com regularidade e continuidade.

O activismo revela-se, então, como um *projecto que acompanha o curso de vida*. Recorrendo à imagem de uma meada cujos fios não se podem dissociar, sustenta-se que as trajectórias associativas analisadas se alicerçam numa conciliação indissociável entre *capacidade e vontade*: a posse de determinados recursos capacita os jovens para participar; a vontade que emana das características e motivações pessoais conduz à mobilização dos recursos disponíveis para desenvolver actividades cívicas, ao invés de um investimento em actividades de outra natureza. Paralelamente, as dinâmicas associativas e comunitárias em curso nos bairros e o acesso a programas de apoio ao associativismo – por via do reconhecimento legal e institucional das associações de imigrantes e descendentes como actores sociais e políticos – criaram oportunidades de inserção profissional. Da convergência entre estes factores resulta

a sustentabilidade e a continuidade dos percursos de participação cívica. A interacção entre elementos que se reforçam reciprocamente conduz, assim, ao que designamos por *sistema de catalisação da participação associativa*.

De modo complementar, constata-se que o associativismo constitui uma fonte significativa de capital social pelo facto das trajectórias terem beneficiado da mobilização de diferentes tipos de redes – associativas, familiares e relações sociais de proximidade – que favoreceram e potenciaram a acumulação deste capital. O acesso a redes sociais pode, por outro lado, impulsionar trajectórias de mobilidade ascendente, verificando-se que a escolaridade assume um papel relevante nesse processo, uma vez que é também um recurso decisivo enquanto catalisador da participação cívica.

O conjunto dos resultados da investigação leva-nos a defender, por fim, que a participação associativa dos e das descendentes activistas constitui um processo de socialização para a cidadania, que reflecte o compromisso e o investimento pessoal no exercício de uma cidadania activa e na construção de projectos cívicos na sociedade portuguesa. Em jeito de conclusão, apresentamos dois relatos que sintetizam e ilustram a análise aqui desenvolvida:

“Das minhas vivências na associação, o mais significativo acho que é perceber que depois de tanto trabalho e de muitas situações de desânimo as coisas continuam a avançar e que se consegue ainda fazer coisas pelas pessoas cá do bairro, mostrar que há coisas boas no bairro, que há pessoas de valor... que é importante apostar nas pessoas e que as pessoas não são esquecidas!”

“A grande vantagem de se participar em associações e em trabalho voluntário é o espírito da democracia... Tu ali queres uma coisa e tens de defender a tua posição, tens de lutar por aquilo em que acreditas e continuar a trabalhar mesmo quando todas as portas se fecham, e continuam a fechar! [...] O que nós aprendemos é a persistência e é a perseverança e é a ambição de achar que continuando a trabalhar conseguimos fazer uma coisa melhor.”

Notas

¹ “Social capital here refers to features of social organization, such as trust, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions [...]” (Putnam, 1993: 167).

² “Like pennies dropped in a cookie jar, each of these encounters is a tiny investment in social capital [...]” (Putnam, 2000: 93).

³ “Stocks of social capital, such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Virtuous circles result in social equilibria with high levels of cooperation, trust, reciprocity, civic engagement, and collective well-being. These traits define the civic community. Conversely, the absence of these traits in the *uncivic* community is also self-reinforcing [...]” (Putnam, 1993: 177).

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. N., Ferrão J. e Delicado, A. (2002), *Caracterização do voluntariado em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.
- Coleman, J. S. (1990), *Foundations of social theory*, Cambridge: Harvard University Press.
- Cruz, M. B. (1985), "A participação política da juventude em Portugal", *Análise Social*, vol. XXI, n.º87-88-89, pp. 1067-1088.
- Cruz, M. B. (1990), "A participação política da juventude em Portugal – as élites políticas juvenis", *Análise Social*, vol.XXV, n.º105-106, pp. 223-249.
- Delicado, A. (2003), "A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo", in Vala, J., Cabral, M. V. e Ramos, A. (orgs.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 199-256.
- Estanque, E. e Mendes, J. M. (1998), *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*, Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, E. P. (2006), *Mediação: seu impacto nos jovens mediadores interculturais (um estudo de caso)*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.
- Goleman, D. (1997), *Inteligência emocional*, Lisboa: Temas e Debates.
- Granovetter, M. S. (1973), "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, vol.78, n.º6, pp. 1360-1380.
- Gropas, R. (2008), "Is naturalisation a factor in immigrant activism?", in Vogel, D. (org.), *Highly active immigrants. A resource for European civil societies*, Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 145-160.
- Martins, M. M. e Teixeira, C. P. (2005), *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Neto, F. (1998), *Psicologia Social*, vol. I, Lisboa: Universidade Aberta.
- Putnam, R. D. (1993), *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, R. D. (2000), *Bowling alone. The collapse and revival of American community*, Nova Iorque/Londres: Simon and Schuster.
- Queiroz, M. C. e Gros, M. C. (2002), *Ser jovem num bairro de habitação social*, Porto: Campo das Letras.
- Sennet, R. (2001), *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- Triandafyllidou, A. e Vogel, D. (2005), "Civic activation of immigrants. An introduction to conceptual and theoretical issues", *POLITIS-Working paper* No. 1/2005, Oldenburg: University of Oldenburg. (Disponível em http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP1_POLITIS_VogelTriandafyllidou_2005.pdf - data de consulta: 05/03/06)
- Verba, S., Schlozman, K. L. e Brady, H. E. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/Londres: Harvard University Press.

■ Políticas locais e associativismo imigrante em Espanha *Local policies and immigrant associativism in Spain*

Laura Morales*, Amparo González** e Laia Jorba***

Resumo Este artigo analisa o impacto das políticas públicas de participação e incorporação dos imigrantes no tecido associativo das populações de origem imigrante a residir em Barcelona, Madrid e Múrcia. O artigo evidencia que a relutância das autoridades locais de Barcelona na implementação de políticas dirigidas à gestão da imigração, optando por uma noção alargada de “integração” e pela rejeição da categoria social de “imigrante” no discurso institucional, tem um impacto nas categorias discursivas apropriadas pelas associações imigrantes. De igual modo, as diversas políticas de participação cívica e de promoção do tecido associativo nas três cidades em estudo têm importantes implicações na densidade associativa, na diversidade de tipos de actuação e nos múltiplos recursos disponíveis aos movimentos associativos imigrantes em cada uma das cidades.

Palavras-chave políticas municipais, participação cívica, integração social, associações de imigrantes, estrutura organizacional, Espanha.

Abstract This article analyses the impact of the public policies towards immigrants' participation and incorporation on the associational field of immigrant-origin populations in Barcelona, Madrid and Murcia. The article shows that the reluctance of the local authorities in Barcelona to address policies that intend to manage immigration with the recourse to the wider notion of 'integration' and their rejection of the social category of 'immigrant' in their institutional discourse also has a reflection in the discursive categories appropriated by immigrants' associations. Equally, the varying policies towards citizen participation and the promotion of immigrants' associative formation in the three cities we study have a considerable effect on the associative density, the thematic variety and the availability of multiple resources of immigrants' associative fields in each city.

Keywords local policies, civic participation, social integration, immigrant associations, organizational structure, Spain.

* Bolseira de Investigação no Instituto da Mudança Social da Universidade de Manchester/Research Fellow at the Institute for Social Change of the University of Manchester.

** Bolseira de Investigação do Conselho Superior de Investigações Científicas e Professora Auxiliar no Departamento de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha)/ Research Fellow at the Spanish Research Council and Assistant Professor at the Political and Social Sciences Department of the University Pompeu Fabra (Barcelona, Spain).

*** Docente Associado da Ciência Política na Universidade Autònoma de Barcelona/ Associate Lecturer in Political Science at the Autonomous University of Barcelona.

■ Políticas locais e associativismo imigrante em Espanha¹

Laura Morales, Amparo González e Laia Jorba

1. Introdução

O objectivo principal deste artigo consiste em analisar o impacto que as políticas de participação cívica e de incorporação dos imigrantes têm na estruturação e orientação do tecido associativo da população de origem estrangeira em Espanha.² Para isso, o artigo analisa em pormenor os casos das cidades de Barcelona, Madrid e Múrcia, que possuem uma população imigrante numerosa, mas praticam políticas de integração social e incorporação política diferentes. Depois de efectuar o balanço e diagnóstico do que sabemos até ao momento sobre esta questão, procedemos a uma comparação sistemática das políticas de integração desenvolvidas nos últimos anos em cada um dos municípios seleccionados. Posteriormente, são formuladas algumas hipóteses relativas ao potencial impacto de tais políticas nas dinâmicas associativas e na incorporação das pessoas de origem imigrante, contrastando-as através de dados procedentes de um estudo sobre associações de imigrantes realizado em cada uma das três cidades.³ A partir dos casos analisados, na última secção são avaliados os elementos das diferentes aproximações políticas que constituem “boas práticas” a julgar pelas suas consequências no tecido associativo imigrante, e faz-se uma reflexão sobre os desafios decorrentes das políticas que tenham por objectivo a promoção e consolidação do associativismo da população de origem imigrante.

2. Os estudos sobre associativismo da população de origem imigrante em Espanha

Os estudos sobre o associativismo imigrante concentraram-se, até agora, em três questões principais. Um primeiro grupo de trabalhos dedicou-se a examinar a influência que as instituições da sociedade receptora, nomeadamente os regimes que definem a cidadania e as filosofias de integração dominantes em cada país, têm sobre a capacidade organizativa dos imigrantes, bem como os modelos e a intensidade da sua mobilização (Soysal, 1994; Ireland, 1994; Koopmans e Statham, 2000). Neles, a discussão girou em torno da identificação do nível de governo que resulta mais determinante na configuração da estrutura de oportunidades como inclusiva ou exclusiva; enquanto uns reclamam a necessidade de ter em conta as especificidades e variações que o contexto supranacional (Soysal, 1994) e local (Bousetta, 1997; Penninx *et al.*, 2004) impõem sobre a estrutura de oportunidades definida a nível nacional, outros insistem em que o contexto institucional relevante continua a ser o configurado a nível estatal (Koopmans, 2004).

Um segundo grupo de investigações tratou de confirmar a hipótese originalmente formulada por Fennema e Tillie (2001) de que as diferenças de participação política observada entre grupos de origem imigrante que residem num mesmo país podem ser atribuídas, pelo menos em parte, a diferenças na quantidade de *capital social étnico*

(entendido como participação nas associações de imigrantes) disponível nesses grupos (Togeby, 2004; Berger, Galonska e Koopmans, 2004; Jacobs, Phalet e Swyngedouw, 2004). Além disso, tentou-se examinar até que ponto esta relação mutuamente reforçadora entre associativismo e participação política se verifica também a nível individual – e não só agregado – e se é verificada exclusivamente no associativismo de base étnica ou no associativismo em geral (Jacobs e Tillie, 2004).

Por último, podemos identificar na literatura sobre associativismo e participação política dos imigrantes um terceiro grupo de estudos que examinam a dimensão transnacional quase-inerente a ambos os fenómenos. Estes trabalhos assinalaram que as organizações de imigrantes e as suas redes de interligação não são apenas actores privilegiados na rede de práticas e campos transnacionais mas configuram também o acesso ao capital social e às pautas de interacção que moldam as práticas transnacionais dos imigrantes individuais (Vertovec, 2003; Portes, 2003), especialmente as práticas políticas (Portes, Guarnizo e Landolt, 1999; Itzigsohn, 2000; Østergaard-Nielsen, 2003). Recentemente, a investigação sobre transnacionalismo destacou o papel determinante das políticas subnacionais ao configurar as oportunidades políticas e socioeconómicas das actividades transnacionais (Bauböck, 2003; Bloemraad, 2005; Martiniello e Lefleur, 2008).

Em Espanha, os primeiros estudos sobre o associativismo imigrante e a ligação entre este, a política e a integração datam de finais dos anos noventa, quando o objectivo fundamental da investigação se concentrou na clarificação conceptual e no estabelecimento de tipologias orientadas fundamentalmente a distinguir entre associações de apoio à imigração ou pró-imigrantes e associações de imigrantes *stricto sensu* (Casey, 1997, 1998). Pouco depois apareceram investigações centradas na análise do associativismo imigrante propriamente dito e nas suas relações com as instituições e a política do país de acolhimento, entre as quais se destacam as realizadas por Verdás (1999, 2003 e 2004). Esta autora analisou os factores condicionantes da mobilização étnica entre a população de origem imigrante residente em Madrid e, concretamente, como a actuação da administração espanhola com respeito às associações de imigrantes podia contribuir para explicar a escassa implicação dos imigrantes na vida das associações. Com o *boom* imigratório e a crescente politização da imigração que acompanhou a aprovação da Lei 4/2000, uma nova fornada de investigações revelam interesse na dimensão política do associativismo imigrante como canal de expressão e participação em contextos onde o exercício do direito de sufrágio está restringido (Martín Pérez, 2004). Assim, os estudos de Simó *et al.* (2005) e Morales *et al.* (2004) descreveram com certo detalhe as características do tecido associativo imigrante em Valência e Alicante, e Madrid e Múrcia respectivamente. Em algumas ocasiões foi inclusivamente examinado o grau de integração política de tais associações nos municípios onde têm a sua sede (González e Morales, 2006).

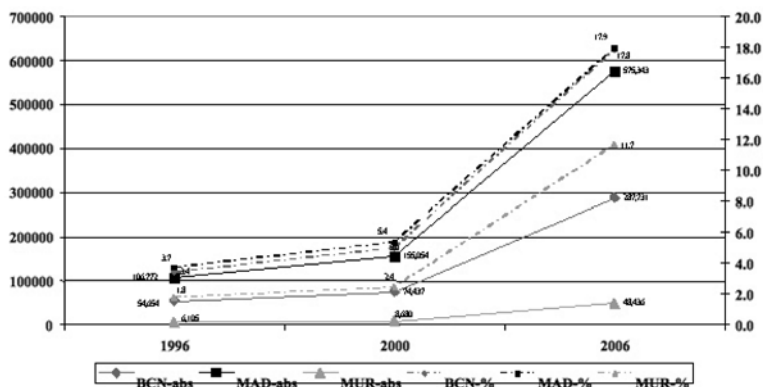
Em relação ao impacto das políticas locais, diversas investigações destacaram a relevância das variações locais nos modos de entender a cidadania e as filosofias (nacionais) para definir a estrutura de oportunidades políticas que condiciona a participação dos imigrantes nos países de recepção (Rex e Samad, 1996; Ireland, 1994; Bousetta, 2000; Garbaye, 2002; Pennix *et al.*, 2004). No caso de Espanha, constatou-se que os

governos locais vêm limitada a sua capacidade de actuação no âmbito da integração dos imigrantes através da distribuição de competências. No entanto, não existe praticamente nenhum estudo que investigue sistematicamente o impacto que as políticas locais têm sobre o associativismo da população imigrante. Com a intenção de avançar nesta linha, dedicamos este artigo a examinar o efeito que as políticas subnacionais – em especial as locais – tiveram na configuração e consolidação do tecido associativo dos imigrantes nas cidades de Barcelona, Madrid e Múrcia.

3. Os casos de Barcelona, Madrid e Múrcia: o impacto das políticas locais no associativismo imigrante

Barcelona, Madrid e Múrcia são grandes urbes que diferem em muitos importantes aspectos, mas que têm em comum o facto de terem sido o lugar de destino de um grande número de pessoas de origem imigrante durante a última década. O crescimento da população nascida no estrangeiro seguiu uma pauta similar em todas elas, embora a sua magnitude, tanto em termos absolutos como relativos, seja bastante maior em Madrid e Barcelona do que em Múrcia (Figura 1).

Figura 1 - Tamanho da população nascida no estrangeiro (valores absolutos e percentagem sobre a população total), 1996-2006.



Fonte: Censo Municipal

Em seguida examinamos em pormenor os elementos-chave das políticas de gestão da imigração e de participação cívica dos respectivos municípios, que consideramos cruciais na configuração da estrutura de oportunidades políticas que afectam as associações de imigrantes. A fim de evitar as comparações ad-hoc entre os três casos, elaborou-se uma extensa lista de indicadores que nos permite caracterizar de modo sintético a estrutura de oportunidades políticas em cada localidade.⁴

3.1. Abordagem geral das políticas de gestão da imigração

As políticas de gestão da imigração constituem, sem dúvida, o primeiro elemento de definição da estrutura de oportunidades políticas que condicionará a disposição e orientação do tecido associativo imigrante. Para analisar e comparar de modo sistemático estas políticas nos três municípios prestaremos atenção a três aspectos: as categorias discursivas seleccionadas para apresentar o modo como se pretende gerir a imigração; se os imigrantes como colectivo foram – explícita ou implicitamente – definidos como objecto de políticas ou programas de intervenção específicos; e se tais políticas ou programas são concebidos como uma necessidade permanente ou transitória.⁵

Enquanto o termo habitual utilizado no discurso e documentos oficiais no conjunto de Espanha é o de integração, em Barcelona evita-se o seu uso e opta-se, geralmente, por falar de *acolhimento*. A escolha obviamente não é neutra, pois o termo *acolhimento* revela a convicção (ou desejo) de que as intervenções específicas para imigrantes respondam a uma necessidade transitória ou temporária. Deste modo, o discurso oficial em Barcelona é de que todas as autarquias são responsáveis pela integração dos imigrantes na vida municipal; a lógica de intervenção pretende ser transversal, não se tendo desenvolvido uma rede paralela de serviços de atendimento ao imigrante (só existe um Gabinete de Atendimento ao Imigrante e Refugiado – SAIER, *Oficina de Atención al Inmigrante y Refugiado* – para todo o município). De facto, em princípio, também não existia um departamento de imigração ou de integração dos imigrantes, embora a criação e o crescimento do *Gabinete Técnico de Imigração* seja uma amostra das contradições entre o discurso e a prática de funcionamento, nas quais geralmente incorrem todos os modelos de gestão da imigração.⁶

No caso de Madrid, os documentos preparados pela autarquia em matéria de imigração nos últimos anos afirmam explicitamente que a ideia de *acolhimento* se torna insuficiente e opta-se por uma versão maximalista da *integração*, que faz finca-pé na participação efectiva dos imigrantes na vida da cidade e, portanto, na ideia de convivência intercultural.⁷ E, embora não se descarte como meta final o acesso normalizado dos imigrantes aos serviços e actividades da autarquia, entende-se que essa normalização será mais efectiva se forem previamente conhecidas e *reconhecidas* as particularidades culturais dos distintos grupos estabelecidos na cidade; isto implica, na prática, não só constituir os imigrantes numa categoria social com relevância nas políticas públicas, mas inclusivamente diferenciar entre eles em função da sua origem nacional-cultural. Ainda que a autarquia como tal não tenha desenvolvido uma rede de serviços paralela à rede existente para a população autóctone, na prática essa rede existe devido à acção do governo autónomo da Comunidade de Madrid, que financiou a criação de diversos Centros de Atendimento Social ao Imigrante (CASI), a maioria dos quais se situam dentro da área municipal de Madrid.⁸

No município de Múrcia não existe, neste momento, um Plano que recolha os princípios que regem a política do consistório em relação à imigração e aos seus objectivos, o que só por si pode ser também interpretado como uma opção política concreta, embora o governo autónomo disponha de um Plano Regional de Integração dos

Imigrantes desde 2002. Existem, de qualquer forma, projectos e convénios em curso orientados em todos os casos à *integração social* dos imigrantes, a categoria discursiva preferida nas referências institucionais à imigração. Assim, não é de estranhar que o serviço básico de informação, orientação e de apoio aos imigrantes se preste nos Centros de Serviços Sociais do município, e que exista também uma Área de Atendimento Especializado que atende a população imigrante. Embora neste caso também se verifique uma sobreposição de acções e serviços procedentes do governo local e autónomo, é menos evidente do que em Madrid por causa do desenvolvimento inferior das acções municipais neste âmbito.⁹

Definitivamente, podemos afirmar que em Múrcia se optou, embora implicitamente, por considerar a integração uma questão da qual se encarregarão principalmente os serviços sociais, enquanto a autarquia de Madrid parece ser mais ambiciosa – pelo menos no plano discursivo – e aspira à participação efectiva dos imigrantes na vida da cidade, assumindo que o reconhecimento das suas peculiaridades culturais constitui a base necessária para alcançar a convivência social e intercultural. Tendo isso em conta, em Barcelona nega-se a necessidade permanente de políticas específicas de atenção à imigração e, portanto, de certo modo, também o reconhecimento dos imigrantes como categoria sociopolítica, tanto individual como colectiva.¹⁰

Em seguida examinamos as políticas municipais em matéria de participação e associativismo, que podem resultar tanto ou mais relevantes do que as descritas até agora na explicação das características e orientação das práticas associativas dos imigrantes.

3.2. Políticas de participação cívica e promoção do associativismo

Na análise das políticas de participação cívica nos três municípios seleccionados, prestaremos atenção a dois elementos que configuram a estrutura básica de oportunidades políticas com que se confronta a população imigrante para participar na vida associativa local: a existência e características de mecanismos de participação de carácter colectivo, que permitem às organizações e associações de diferente índole intervir na gestão da cidade em alguma, várias ou todas as fases de desenvolvimento das políticas públicas; e as políticas de promoção directa do associativismo.

As três autarquias possuem um departamento que inclui nas suas funções a promoção da participação dos cidadãos nos assuntos da cidade,¹¹ mas só em Madrid e Barcelona dispõem também de orçamento atribuído para desenvolver uma política específica neste âmbito. Isso permite-nos antecipar diferenças importantes entre o município de Múrcia e os outros dois. Em Múrcia não existem neste momento estruturas sectoriais de participação pois, embora o Regulamento de Participação Cívica preveja a criação de Conselhos Sectoriais, as normas sobre a sua composição e funcionamento não foram ainda aprovadas. Em Madrid, por outro lado, existem desde 2004 *Conselhos Territoriais e Sectoriais* que se reúnem aproximadamente uma vez por trimestre e cujos membros incluem representantes tanto de partidos políticos como de associações e, em determinadas ocasiões, até os próprios cidadãos individualmente. A representatividade destes organismos é, no entanto, duvidosa pela falta

de transparência no sistema de selecção dos seus membros. É em Barcelona que este tipo de organismos tem um maior desenvolvimento: além do *Conselho da Cidade* e da sua réplica a nível distrital – o *Conselho Cívico do Distrito* – actualmente estão em funcionamento quase uma vintena de *Conselhos de Participação*, equivalentes ao que em Madrid se denomina *Conselhos Sectoriais* mas dotados, em geral, de maior actividade e visibilidade. Embora os organismos descritos tenham apenas carácter consultivo, em Barcelona estão mais consolidados e alguns deles foram adquirindo uma certa capacidade de influência sobre os responsáveis municipais na sua área de competências.

Nos três municípios existem convocatórias anuais de subsídios às quais podem concorrer as associações aí radicadas, mas essas convocatórias diferem nos montantes e nas características. Enquanto que em Barcelona só se celebra uma convocatória anual para o pedido de projectos por parte de todas as associações do município, em Madrid e Múrcia existe mais de uma convocatória e permite-se solicitar ajudas económicas não só para projectos como também para “*a promoção do desenvolvimento associativo*”, ou seja, para cobrir gastos correntes como o arrendamento de um local. Não obstante, em Barcelona, como em Múrcia, existe uma rede relativamente ampla de edifícios e locais de titularidade pública que as associações utilizam habitualmente como centros de reunião e actividades de modo gratuito (0,03 e 0,04 edifícios por cada 1.000 habitantes, respectivamente), da qual se carece em Madrid. Isto poderia, no caso de Barcelona, compensar em parte a impossibilidade de sufragar os gastos correntes das associações com respeito à convocatória de projectos.

Em conjunto, o montante total dos subsídios disponíveis para associações representou cerca de 0,45% do orçamento total executado do município de Barcelona em 2005 (9.300.809 euros), 0,27% do de Madrid no mesmo ano (12.571.740 euros) e, aproximadamente, 0,17% do orçamento liquidado consolidado no caso de Múrcia (962.616,65 euros).¹² O facto de a autarquia de Barcelona dedicar quase o dobro do seu orçamento para subvencionar o tecido associativo concorda com o maior papel atribuído às associações cívicas no projecto e implementação das políticas municipais nesta cidade.

De todo o exposto, podemos concluir que Barcelona é, sem dúvida, o município que conta com um leque mais amplo de políticas de participação e o que mais as desenvolveu; em claro contraste com a autarquia de Múrcia, cujo compromisso institucional com a participação cívica é, de um modo geral, recente e débil. Num ponto intermédio poderíamos situar as actuações desenvolvidas pela autarquia de Madrid já que, embora existam mais instâncias de participação cívica do que em Múrcia, tem em muitos casos um funcionamento efectivo por comprovar. Além disso, o apoio directo e indirecto ao associativismo também parece mais sólido em Barcelona, embora o facto de, em princípio, as associações não poderem solicitar subsídios para o seu próprio funcionamento e desenvolvimento possa ter resultado em consequências claras sobre os recursos à sua disposição.

Quadro 1 - Indicadores utilizados para caracterizar as políticas de participação cívica a nível municipal, referentes a 2006

Indicador	BARCELONA	MADRID	MÚRCIA
Departamento específico de promoção da participação cívica	Sim, existe	Sim, existe	Não existe departamento nem política específica
Carta de direitos que regule como os cidadãos podem influir nos processos de tomada de decisões	Existe e oferece diversos mecanismos para participar	Existe e oferece diversos mecanismos para participar	Existe mas é muito restritiva em termos de direitos reconhecidos
Mecanismos de participação cívica a nível infra-municipal	Existem e oferecem mecanismos de participação variados e importantes	Existem mas os cidadãos têm escassa influência (eleger os seus membros)	Existem mas os cidadãos têm escassa influência (eleger os seus membros)
Implicação da sociedade civil na definição de políticas locais	Consulta formal e regulada	Nenhuma	Nenhuma
Implicação da sociedade civil na implementação de políticas locais	Em colaboração com as instituições públicas	Em colaboração com as instituições públicas	Em colaboração com as instituições públicas
Pluralismo do sistema de participação do município	Sistema pluralista	Só se consulta uma grande organização, ou não existe esse sistema	Só se consulta uma grande organização, ou não existe esse sistema
% orçamento municipal destinado a subsidiar assoc. em geral (2005)	0,45%	0,27%	0,17%
Núm. edifícios de propriedade municipal por cada 1.000 hab. oferecidos às associações como locais de reunião e actividades	0,03	0	0,04

Fonte: Elaboração própria a partir de diversas fontes documentais e entrevistas.

3.3. Políticas municipais de participação dos imigrantes e promoção do associativismo imigrante

O último aspecto das políticas locais que examinaremos em pormenor faz referência à orientação das políticas de apoio à participação e associativismo da população imigrante, como aspecto específico e diferenciado das políticas gerais de participação cívica e de imigração. Em concreto, iremos rever: a existência ou não de organismos de representação colectiva dos imigrantes; a capacidade de influência nas políticas do município que a presença nestes organismos permite às associações de imigrantes; e a existência e quantia de ajudas específicas para associações de imigrantes.

Tanto em Madrid como em Barcelona existem organismos de vocação representativa que pretendem funcionar como canal de participação cívica no âmbito da imigração, mas não é esse o caso em Múrcia. Trata-se do denominado *Foro Madrid*, que é o conselho sectorial madrilenho na área de convivência social e intercultural, diversidade e migrações,¹³ e do *Conselho de Imigração*, que é o conselho de participação do município de Barcelona que tem por missão colaborar com as autoridades locais no desenvolvimento, supervisão e avaliação das políticas públicas relacionadas com o bem-estar e a qualidade de vida dos imigrantes.¹⁴ O Conselho de Imigração foi criado em 1997 e está aberto, em princípio, a todas as organizações da cidade que trabalhem no sector desde há dois anos. Em 2007, faziam parte do mesmo umas 38 entidades, das quais 32 podiam ser consideradas associações de imigrantes.¹⁵ Pelo contrário, para pertencer ao *Foro Madrid*, criado em 2006, é necessário ser eleito através de um processo eleitoral – no qual participam apenas associações – que exige a estas a inscrição no Registo Municipal de Entidades Cívicas pelo menos com trinta dias de antecedência e a postulação como candidatas, na qualidade de “ONG ou entidade de apoio” ou de “Associação de Imigrantes”, ficando a decisão ao seu critério.¹⁶

A maior restrição no acesso ao *Foro Madrid* no que diz respeito ao *Conselho de Imigração* não responde ao facto de que as decisões do primeiro tenham mais transcendência na definição das políticas públicas do que as do segundo pois, em princípio, as consultas realizadas a estes organismos não são preceptivas nem vinculantes em nenhum dos dois casos. Além disso, a prática mais estendida de consultar os Conselhos de Participação em Barcelona, assim como a maior antiguidade do *Conselho de Imigração*, constituem um contexto mais propício para que as associações de imigrantes participem na elaboração das políticas municipais no âmbito que mais directamente lhes diz respeito, o da imigração.

Não encontramos, ainda assim, grandes diferenças no grau de implicação das associações de imigrantes na execução das políticas de imigração entre os três municípios, pois em todos eles as organizações de imigrantes desenvolvem a sua actividade em colaboração com as instituições públicas, dentro do quadro dos projectos financiados através de convocatórias gerais de subsídios. É de notar também que esta situação não é específica das organizações de imigrantes, mas antes caracteriza o modo comum de articulação da participação das entidades cívicas nas políticas públicas dos municípios estudados.

Por último, com respeito ao apoio material que as distintas autarquias prestam às associações de imigrantes, nem Barcelona nem Múrcia dispõem de uma linha de financiamento destinada exclusiva ou preferentemente a associações de imigrantes. No caso de Múrcia seguramente devido ao escasso desenvolvimento de uma política municipal tanto de imigração como de participação, e no de Barcelona por coerência com a abordagem adoptada para a gestão da imigração, que já descrevemos. Só em Madrid existe uma convocatória de subsídios “para o apoio ao funcionamento de associações de imigrantes” financiada, essa sim, pelo governo autónomo,¹⁷ que reforçou a sua intervenção neste âmbito com o programa de “Casas Nacionais” (também chamadas Centros de Participação e Integração de Imigrantes - CEPI), iniciado em 2006. Este programa promoveu o associativismo de base imigrante de modo separado ao associativismo em geral, levando ao extremo o princípio de diferenciação em função da origem nacional (no princípio de 2009 existiam uns quinze CEPI, dos quais onze se situam no termo municipal de Madrid).

Quadro 2 - Indicadores sobre políticas de promoção da participação e associativismo das pessoas de origem estrangeira, referentes a 2006

Indicador	BARCELONA	MADRID	MÚRCIA
Existência de um Conselho/Foro/Assembleia que represente os imigrantes	Sim, mas competências limitadas: consulta informal e opcional	Sim, mas competências limitadas: consulta informal e opcional	Não
Implicação de organizações imigrantes na definição de políticas locais de imigração	Sim, mas competências limitadas: consulta informal e opcional	Nenhuma	Nenhuma
Implicação de organizações imigrantes na implementação de políticas locais de imigração	Em colaboração com instituições públicas	Em colaboração com instituições públicas	Em colaboração com instituições públicas
Implicação de organizações especializadas em temas de imigração/ integração na definição de políticas locais de imigração	Sim, mas competências limitadas: consulta informal e opcional	Nenhuma	Nenhuma
Implicação de organizações especializadas em temas de imigração/ integração na implementação de políticas locais de imigração	Em colaboração com instituições públicas	Em colaboração com instituições públicas	Em colaboração com instituições públicas
Implicação das instituições públicas no financiamento das organizações de imigrantes	Os mesmos critérios que no financiamento das restantes associações	Esquemas de financiamento separados ou políticas específicas para favorecê-las	Os mesmos critérios que no financiamento das restantes associações
Requisitos para que as organizações possam concorrer às convocatórias de subsídios	Os mesmos requisitos que para as organizações "autóctones"	Os mesmos requisitos que para as organizações "autóctones"	Os mesmos requisitos que para as organizações "autóctones"

Fonte: Elaboração própria a partir de diversas fontes documentais e entrevistas.

3.4. O impacto das políticas de imigração, participação e associativismo sobre a estrutura e orientação das associações de imigrantes

Tendo em conta o tipo de informação disponível nos censos de associações elaborados e nos questionários administrados mediante entrevistas pessoais com os dirigentes de um grande número delas,¹⁸ podemos examinar, para cada um dos municípios estudados, como a estrutura de oportunidades políticas descrita anteriormente afecta o tamanho e a consolidação do tecido associativo imigrante,¹⁹ assim como as actividades que desenvolvem.

Um primeiro aspecto que devemos analisar é o da formação e consolidação do tecido associativo imigrante. Nas epígrafes anteriores deixámos clara a maior amplitude e antiguidade das políticas de participação desenvolvidas pela autarquia de Barcelona, assim como o seu maior apoio orçamental às associações em geral. Tudo isso, em princípio, deveria constituir um incentivo importante para a formação de associações por parte dos imigrantes, na medida em que serão conscientes de que podem aceder a recursos públicos e que, em geral, existem mecanismos para se fazerem ouvir nos processos de tomada de decisões. Sendo assim, este incentivo positivo poderia ver-se anulado pela ausência de fundos públicos destinados expressamente a apoiar o desenvolvimento do associativismo dos imigrantes que, como vimos, existem em Madrid. De facto, para grupos com baixo nível socioeconómico – como o são, em boa medida, os imigrantes – pode tornar-se especialmente gravoso sufragar os gastos de constituição e funcionamento quotidiano de uma associação. E não está claro que dispor, por exemplo, de locais públicos de uso gratuito permita compensar completamente as dificuldades óbvias que têm que enfrentar em Barcelona ou em Múrcia as associações de imigrantes para concorrer com êxito à convocatória geral de projectos da autarquia, à qual se apresentam todas as outras entidades da cidade, em geral mais consolidadas. Embora o efeito combinado destas variáveis sobre o número de associações existentes em cada cidade resulte *a priori* difícil de determinar, parece lógico esperar uma maior longevidade das associações de imigrantes em Barcelona, uma vez superado esse filtro de acesso inicial mais exigente, pelos motivos expostos. O Quadro 3 permite avaliar estas hipóteses.

Quadro 3 - Formação e sobrevivência das associações de imigrantes.

	BARCELONA	MADRID	MÚRCIA
Total associações imigrantes em censo elaborado (elegíveis)	465	417	74
Confirmadas activas	223 [48%]	199 [48%]	17 [27%]
Confirmadas não activas	34 [7%]	24 [6%]	13 [18%]
Sem confirmação	208 [45%]	194 [47%]	44 [59%]
Taxa de mortalidade	13%	11%	43%
Total associações inscritas num registo	388	312	45
N.º associações registadas a partir do ano 2000	215	201	42
Ass. Activas, registadas a partir do ano 2000	126 [59%]	103 [51%]	11 [26%]
Ass. Inactivas confirmadas, registadas a partir do ano 2000	10 [5%]	10 [5%]	3 [7%]
Sem confirmação a partir do ano 2000	79 [37%]	88 [44%]	28 [67%]

Fonte: elaboração própria a partir do censo do trabalho de campo do estudo.

Os resultados obtidos a partir do estudo confirmam, parcialmente, as expectativas. Por um lado, em Barcelona formam-se mais associações de imigrantes – tanto em termos absolutos como em relação à sua população imigrante total – do que em Madrid e em Múrcia. Em Barcelona detectam-se 1,6 associações de imigrantes por cada 1.000 residentes nascidos no estrangeiro (0,8 se forem apenas consideradas as confirmadas como activas), em Madrid detectamos 0,7 por 1.000 imigrantes (0,3 activas), e em Múrcia 1,4 (0,3 activas). O contexto murciano é claramente o mais hostil para a “sobrevivência” das associações de imigrantes que se formam, já que a taxa de “mortalidade”²⁰ é muito mais alta que nas outras duas cidades, independentemente de que tenhamos em conta o conjunto de associações detectadas inicialmente ou apenas aquelas registadas em algum registo oficial desde o ano 2000. Deste modo, tanto as associações mais “formalizadas” como as mais informais têm sérias dificuldades de consolidação em Múrcia, mas não encontramos diferenças demasiado importantes entre a capacidade de consolidação do tecido associativo madrileno com respeito ao barcelonês.

Não obstante, quando avaliamos a “consolidação” através da idade média das associações, não obtemos resultados conclusivos sobre diferenças de “longevidade” das organizações de imigrantes nas três localidades. Assim, ao considerar a percentagem de associações de imigrantes incluídas num registo oficial – municipal, autónomo ou

nacional – 56% das de Barcelona foram registadas a partir de 2000, enquanto o valor equivalente para Madrid é de 64% e em Múrcia corresponde a um impressionante 93%. Isto supõe que as associações de imigrantes em Madrid e Múrcia são, regra geral, muito mais jovens. Mas isto pode indicar uma maior mortalidade das que existiam antes de 2000 ou, simplesmente, a inexistência de um número relevante das mesmas antes da referida data, que coincide com o início do boom migratório no conjunto do país. No entanto, é necessário ser cauteloso ao concluir que as associações barcelonesas são mais antigas ou “duradouras” que as madrilenas, já que a idade média das associações de imigrantes que podemos entrevistar em Barcelona é de 7,3 anos, em Madrid de 9,2 anos, e em Múrcia de 4,8 anos. O que é certo é que as associações murcianas se confrontam com muitas mais dificuldades de consolidação.

O segundo aspecto a analisar é o relacionado com as identidades em volta das quais se organizam os distintos colectivos de população imigrante. A rejeição institucional à categoria sociopolítica do “imigrante” em Barcelona ou, pelo contrário, a sua consagração no caso de Madrid, faz-nos pensar que as associações radicadas na capital espanhola tenderão mais a considerar-se como de imigrantes do que as de Barcelona que, em princípio, deveriam autodefinir-se mais em função do tipo de actividades que desenvolvem do que em função da origem dos seus membros. O caso de Múrcia ocupará em princípio uma posição intermédia entre as duas anteriores, dada a ausência de uma política municipal clara e activa a esse respeito. Pelo mesmo motivo, é muito provável que em Madrid e, até certo ponto em Múrcia, uma maior percentagem das associações de imigrantes existentes sejam integradas principalmente por imigrantes de uma mesma origem nacional, enquanto que em Barcelona a presença de associações mistas deveria ser mais numerosa. Os quadros 4 e 5 permitem explorar estas hipóteses.

**Quadro 4 - Autodefinição da associação:
categoria que melhor descreve a organização (%)**

	BARCELONA	MADRID	MÚRCIA
Clube desportivo	3	2	10,5
Associação juvenil	2	0	0
Organização de direitos humanos ou de cooperação humanitária	11	11	10,5
Organização de caridade ou ajuda social	7	3	0
Partido político	1	1	0
Sindicato	1	0	0
Organização de empresários, negócios ou comerciantes	0	3	0
Associação profissional	3	5	0
Associação de pais	1	0	0
Associação cultural, musical, de dança, teatro ou casas regionais	22	20	21
Associação de vizinhos	0	1	0
Organização de imigrantes	21	33	26
Organização religiosa ou paroquial	5	4	0
Organização de mulheres	2	1	0
Organização anti-racista	1	0	5
Associação de grupo nacional (ex: marroquina) ou em defesa de grupo nacional (ex: marroquinos)	7	11	16
Outro tipo de associação	13	5	10,5
Total (n.º casos)	100 (100)	100 (96)	100 (18)

Fonte: Inquéritos a associações de imigrantes, projectos LOCALMULTIDEM e CAPSOCINMIG.

Quadro 5 - Origens predominantes das associações activas

ORIGENS	BARCELONA		MADRID		MÚRCIA	
	N	%	N	%	N	%
Europa de Leste	12	5,4	15	7,8	1	6,3
Bulgária	--	--	4	2,1	--	--
Ruménia	3	1,3	7	3,6	--	--
Rússia	3	1,3	1	0,5	--	--
Ucrânia	1	0,4	2	1,0	1	6,3
Outros países	5	2,2	1	0,5	--	--
África	25	11,2	37	19,2	5	31,3
Magreb	10	4,5	9	4,7	2	12,5
Senegal	2	0,9	4	2,1	1	6,3
Outros países África subsariana	13	5,8	24	12,4	2	12,5
América Latina	139	62,3	123	63,7	9	56,3
Argentina	18	8,1	10	5,2	1	6,3
Bolívia	14	6,3	7	3,6	2	12,5
Colômbia	9	4,0	18	9,3	--	--
Equador	13	5,8	20	10,4	5	31,3
Perú	28	12,6	37	19,2	--	--
Outros países mononacionalidade	28	12,6	24	12,4	1	6,3
Latinoamericanos mistos	29	13,0	7	3,6	--	--
Ásia	36	16,1	11	5,7	--	--
China	5	2,2	2	1,0	--	--
Subcontinente indiano	10	4,5	2	1,0	--	--
Resto da Ásia	8	3,6	2	1,0	--	--
Filipinas	13	5,8	5	2,6	--	--
Mistas	11	4,9	7	3,6	1	6,3
Estrangeiros com autóctones	2	0,9	1	0,5	--	--
Distintas origens regionais	9	4,9	6	3,1	1	6,3
Total associações imigrantes activas	223	100	193	100	16	100

Fonte: elaboração própria a partir do censo do trabalho de campo do estudo.

Os resultados confirmam as nossas expectativas. Por um lado, as associações de Barcelona definem-se com menos frequência como “organizações de imigrantes” ou como associações de um grupo nacional concreto ou em defesa de um grupo nacional concreto (Quadro 4), tendendo a definir-se mais como associações culturais, de beneficência ou de ajuda social.²¹ Mais de 40% das associações entrevistadas em Madrid e em Múrcia definiam-se principalmente como organizações de imigrantes ou de um grupo concreto; em Barcelona só o faziam nesses termos 28%. Além disso, quando se perguntava se representavam algum colectivo em concreto, em Barcelona 28% não mencionava nenhum, enquanto em Madrid e Múrcia este valor é substancialmente menor: 20% e 17%, respectivamente. Portanto, existe de facto uma maior reticência em empregar as etiquetas relacionadas com as categorias ‘imigrante’ e do país de origem em Barcelona do que nas outras duas cidades. Assim, tal como esperávamos, as associações mono-nacionais são relativamente mais frequentes em Madrid e Múrcia do que em Barcelona, onde abundam mais as associações mistas que agrupam várias origens nacionais (Quadro 5). Assim, em Barcelona, 13% das associações activas localizadas agrupam cidadãos latino-americanos de diferentes origens nacionais e 4% a pessoas de várias origens continentais. Os valores equivalentes para Madrid e Múrcia são muito mais reduzidos. Definitivamente, as categorias discursivas predominantes em cada município parecem ter um reflexo nas identidades prevaletentes no tecido associativo da população de origem imigrante, configurando assim as identidades colectivas que se mobilizam em cada localidade.

Um terceiro aspecto que pode ser influenciado pelas políticas municipais e autónomas é o da diversidade temática nas áreas de actuação das associações. Em Barcelona a lógica de intervenção transversal que inspira as actuações municipais em matéria de imigração, assim como a existência de um elevado número de conselhos sectoriais de participação (*Conselhos de Participação*), deveria conduzir a uma maior diversidade temática de especialização das associações de imigrantes. Tendo isso em conta, em Madrid os órgãos de participação aos quais as associações de imigrantes têm “fácil” acesso são órgãos pensados especificamente para “falar” de imigração, pelo que é provável que isto resulte numa menor diversidade temática por razão da actividade, e talvez numa maior concentração na defesa dos interesses dos imigrantes ou de um grupo nacional concreto.

A “diversidade temática” ou de especialização de actividade pode ser analisada com um índice que mede a fragmentação no campo associativo imigrante de cada cidade com respeito às áreas ou sectores nas que as associações dizem estar activas.²² Em ambos os casos comprovamos que, embora as diferenças não sejam enormes, existe maior diversidade nos sectores ou áreas de actuação do tecido associativo imigrante em Barcelona, em consonância com a sua menor ênfase no conceito de “imigração” ou de “integração”, e de maneira consistente com a maior existência de espaços temáticos ou sectoriais de participação a nível municipal através dos Conselhos Sectoriais. Desta forma, as políticas mais activas de participação de todo o tipo de associações – incluídas as de imigrantes – em múltiplos sectores de elaboração e projecto das políticas públicas parecem contribuir a uma maior diversificação temática.²³

Quadro 6 - Diversidade na especialização temática.

	Nº efectivo de áreas/sectores de actividade
Barcelona	10,3
Madrid	9,6
Múrcia	9

Fonte: Inquéritos a associações de imigrantes, projectos LOCALMULTIDEM e CAPSOCINMIG.

Por último, talvez um dos efeitos mais claros das várias políticas relativas ao associativismo imigrante que esperamos encontrar está relacionado com os recursos económicos e humanos de que dispõem estas organizações. Assim, as associações de imigrantes de Barcelona deveriam dispor, a médio prazo, de menos recursos do que as madrilenas devido à maior dificuldade para serem seleccionadas na convocatória geral de projectos que, em princípio, constitui a sua única possibilidade de financiamento público. Em Murcia, a questão é mais complicada porque, embora em princípio disponham de mais locais de uso gratuito, o montante dos subsídios ao qual podem aceder é, em conjunto, notavelmente inferior.

Quadro 7 - Recursos económicos e humanos disponíveis pelas associações entrevistadas.

		BARCELONA	MADRID	MÚRCIA
% de receitas procedentes de subsídios públicos	N	86	90	16
	Média Desvio-padrão	12 (2,7)	19 (3,5)	12 (7,4)
	Mediana Desviação típica	0 (25,2)	0 (33,6)	0 (29,8)
	Mín.	0	0	0
	Max.	100	100	100
Orçamento total	N	90	87	16
	Média Desvio-padrão	22.253 (5.851)	48.853 (12.566)	25.793 (21.655)
	Mediana Desviação típica	3.000 (55.509)	6.500 (117.208)	2.249 (86.620)
	Mín.	0	0	0
	Max.	320.000	878.400	350.000
Número total sócios	N	87	88	16
	Média Desvio-padrão	709 (177)	1.227 (341)	435 (307)
	Mediana Desviação típica	50 (1.652)	100 (3.204)	70 (1.227)
	Mín.	0	0	4
	Max.	8.000	15.500	5.000
Escala de formalização, 0-1	N	100	96	18
	Média Desvio-padrão	0,51 (0,02)	0,58 (0,02)	0,52 (0,04)
	Mediana Desviação típica	0,57 (0,21)	0,57 (0,23)	0,5 (0,19)
	Mín.	0	0,14	0,29
	Max.	1	1	0,86

Fonte: Inquéritos a associações de imigrantes, projectos LOCALMULTIDEM e CAPSOCINMIG.

Os resultados confirmam a maior disponibilidade de recursos de todo o tipo por parte das associações madrilenas e o facto surpreendente de que as barcelonesas têm frequentemente os mesmos recursos disponíveis que as associações de imigrantes em Múrcia, claramente inseridas num contexto local muito menos favorável para a promoção do associativismo e a participação em geral.²⁴ As associações madrilenas obtêm uma percentagem maior do seu orçamento através de subsídios públicos, têm um orçamento médio de mais do dobro da quantia das outras duas cidades, e contam com quase o dobro de sócios que as de Barcelona e três vezes mais que as de Múrcia. Sem dúvida, o contexto madrileno favorece a capacidade de actuação autónoma das associações, associada à maior disponibilidade de capital físico e humano.

Em resumo, do estudo detalhado das políticas de incorporação e promoção do associativismo da população de origem imigrante e da análise do tecido associativo deste colectivo, conclui-se que as iniciativas dos governos locais e autónomos têm uma capacidade muito substancial para configurar as pautas de auto-organização dos imigrantes.

Conclusões: reflexões em volta dos vários modelos e os desafios futuros

O rápido aumento da população imigrante e dos seus descendentes em Espanha coloca uma série de desafios importantes ao conjunto de administrações públicas, que devem gerir tanto os fluxos como a integração das pessoas que decidem fazer do nosso país o seu lugar de residência permanente. Um destes desafios supõe assegurar que a população imigrante esteja realmente integrada na *res publica* da cidade e assegurar que não se criem amplos colectivos completamente marginalizados dos processos democráticos de tomada de decisão. O desafio é, portanto, encontrar o melhor modo de garantir a plena incorporação dos imigrantes à *polis* sem que se dê lugar à fragmentação excessiva do corpo político.

Neste sentido, as associações de imigrantes são correias de transmissão e agentes de recepção e desenvolvimento das políticas públicas destinadas a permitir a integração dos imigrantes e dos seus descendentes, pois desenvolvem certas funções imprescindíveis para o reconhecimento e a redistribuição entre os colectivos presentes na cidade. As associações permitem a agregação de necessidades e pedidos e a sua defesa desde plataformas de maior poder simbólico, ao mesmo tempo que canalizam e promovem a participação dos seus membros. Isso é particularmente importante para colectivos em situação de debilidade e potencial marginalidade como são os imigrantes. Mas, além disso, as associações constituem instituições de primeiro acolhimento e apoio psicológico-emocional no processo migratório, em clara complementaridade com o trabalho das instituições da sociedade receptora. Finalmente, permitem de forma colectiva a auto-expressão, a manutenção da identidade como algo valioso para os próprios indivíduos que a suportam.

Deste modo, as políticas locais de integração que promovem o desenvolvimento e a consolidação do associativismo da população imigrante contribuíram para garantir – a médio e longo prazo – a inclusão dessa população no *demos* efectivo e activo da

cidade. A questão é, ainda assim, determinar quais as políticas de promoção do associativismo deste colectivo que são mais eficazes. Neste caso, o dilema é considerado entre políticas de promoção do associativismo que identificam o colectivo de pessoas de origem estrangeira como colectivo diferenciado e, portanto, promovem a formação e consolidação do associativismo de e entre imigrantes; e as políticas de promoção do associativismo de carácter generalista que não proporcionam grandes facilidades à formação de associações diferenciadas de imigrantes. As primeiras tendem a facilitar a criação de um tecido associativo “próprio” dos imigrantes que podem, em certos casos, chegar a “segregar-se” do tecido associativo do conjunto da população. As últimas pretendem – talvez nem sempre com êxito – que os imigrantes não formem as suas próprias associações em volta de identidades culturais próprias, mas que se incorporem ao tecido associativo já existente.

Como se viu na primeira parte deste artigo, em Madrid e Múrcia as políticas de gestão da imigração são organizadas em volta da noção de integração, enquanto que em Barcelona se prefere o conceito de acolhimento e resulta problemático o uso da categoria de “imigrante”. Isso parece ter um claro reflexo no modo como as associações da população de origem estrangeira concebem e definem as suas identidades colectivas, já que – como foi demonstrado – as associações criadas por uma população de origem estrangeira são mais reticentes em autodefinir-se como “imigrantes” em Barcelona do que em Madrid e Múrcia. Também se mostrou como a existência de mais oportunidades de participação cívica e de representação associativa contribui em Barcelona para que o tecido associativo da população imigrante seja mais denso e mais variado na sua orientação temática. Pelo contrário, as políticas madrilenas foram até agora mais activas no favorecimento do associativismo específico dos imigrantes que se organizam em torno a essa identidade colectiva. A existência de uma linha de financiamento expressamente dirigida a este colectivo permitiu às associações de imigrantes madrilenas o acesso a maiores recursos económicos, uma maior capacidade organizativa e uma possibilidade de consolidação equiparável à das associações de imigrantes em Barcelona, apesar de os mecanismos de promoção geral da participação cívica serem mais débeis em Madrid do que na capital catalã.

Torna-se difícil, no entanto, assinalar as práticas ou políticas municipais que são mais desejáveis porque isso depende, fundamentalmente, dos objectivos (normativos) que se persigam e não é evidente qual dos modelos descritos pode ter mais êxito na sua consecução. Se por um lado o “modelo” murciano é claramente o menos eficaz na promoção do tecido associativo da população imigrante, ao mantê-lo numa situação de extrema precariedade e de incapacidade de consolidação, por outro lado julgar entre os modelos barcelonês e madrileno torna-se mais complicado porque partem de premissas muito diferentes sobre o que é a integração e como deve ser alcançada. O “modelo” barcelonês (e, em certa medida, o catalão em geral) parte de concepções mais ‘republicanas’ sobre a incorporação dos imigrantes, de certo modo à francesa: os poderes públicos devem garantir a igualdade de tratamento e de acesso aos recursos disponíveis para que os imigrantes se convertam em cidadãos como todos os outros. O “modelo” madrileno aproxima-se a concepções algo mais “multiculturais” na medida em que promove a sobrevivência de identidades múltiplas – madrilenos-marroquinos, madrilenos-peruanos, etc. – e as apoia através do associativismo e da representação

em órgãos colectivos. No entanto, é um modelo híbrido, que não exhibe um sistema de representação colectiva coerente ao estilo sueco, holandês ou canadiano.

Se tomarmos as premissas normativas de cada modelo como “dadas”, podemos reflectir sobre possíveis melhoras dentro de cada um deles. Como ideia de carácter geral, torna-se fácil defender a conveniência de subsídios específicos para colectivos em situação de marginalidade, como sucede com os imigrantes, sobretudo num primeiro estado; ou seja, enquanto a situação de marginalização ou desigualdade estrutural se mantenha. Os subsídios específicos para o colectivo imigrante não só permitem levar a cabo políticas de redistribuição de recursos, mas também de reconhecimento identitário dos distintos grupos ao facilitar a criação e manutenção das suas associações.

Não obstante, este mecanismo de promoção da participação activa dos imigrantes no corpo político é limitado na sua eficácia, exigindo-se espaços de representação e participação colectiva que permitam escutar e reconhecer o “outro” como um interlocutor legítimo. De facto, na medida em que nesses espaços participam também associações autóctones e responsáveis políticos, promove-se igualmente através dos mesmos a acomodação mútua e o reconhecimento recíproco dos colectivos, também dos recém-chegados. Só assim se constroem as redes de confiança necessárias para abordar problemas complexos de acomodação intercultural e construir uma sociedade heterogénea mas não fragmentada. Sem estas oportunidades de participação efectiva no amplo conjunto de decisões que afectam a vida quotidiana das pessoas de origem imigrante – e não só na definição de políticas “para os imigrantes” no sentido restrito – a promoção do associativismo imigrante terá efeitos provavelmente parciais e insatisfatórios.

No plano específico, podem sugerir-se melhoras nos diversos modelos revistos. No caso de Barcelona, é possível articular mecanismos que permitam às associações da população de origem imigrante um maior acesso aos subsídios. Para isso, não é necessário impor a categoria de “imigrantes” no discurso público, basta orientar estas iniciativas até às associações compostas por pessoas de colectivos “tradicionalmente desfavorecidos” nas oportunidades de participação. Igualmente, as políticas madrilenas poderiam conseguir que a população de origem imigrante criasse um maior número de associações, se a orientação das suas políticas gerais para a participação cívica fosse mais omni-abrangente e proporcionasse mais incentivos para o associativismo em geral. Deste modo, uma política mais activa e decidida para proporcionar espaços que as associações possam usar como sedes permanentes nas suas primeiras fases de criação; uma política mais coerente de promoção de conselhos sectoriais que realmente tenham impacto no projecto das políticas públicas e que incorporem de maneira sistemática representação associativa; e, em geral, uma política de maior abertura para a implicação real das associações na gestão dos assuntos municipais teria provavelmente consequências positivas.

Em qualquer caso, os governos deveriam esclarecer os critérios que guiam as suas políticas de gestão da imigração; e talvez seja esta reflexão concreta e profunda sobre o que é a integração e como deve alcançar-se o elemento que, em boa medida, está

ausente do debate político em ambas as cidades, e em Espanha de um modo geral. Alcançar um consenso estável sobre o que se entende exactamente por integração e que modelo de integração se persegue – pelo menos no seio das próprias ligações do governo – seria prioritário para poder avaliar em que medida as políticas públicas projectadas contribuem eficazmente para alcançar essas metas.

Notas

¹ Publicado com o título “Políticas de incorporación y asociacionismo de la población de origen inmigrante a nivel local”, in Zapata-Barrero, R. (org.) (2009), *Políticas de gobernabilidad de la inmigración en España*, Barcelona: Ariel, ISBN: 978-84-344-1838-7, com concessão de *copyright* pelo editor.

² Analisamos apenas as políticas e o associativismo das pessoas procedentes de países de “alta pressão migratória” e, portanto, não incluímos países da UE-15 nem outros países desenvolvidos como os EUA, Canadá ou Japão.

³ Todas as informações utilizadas neste artigo procedem de trabalhos de campo realizados no decurso de três projectos de investigação complementares dirigidos por Laura Morales e nos quais Amparo González e Laia Jorba participaram como investigadoras: “*Multicultural Democracy and Immigrants’ Social Capital in Europe (LOCAL-MULTIDEM)*”, financiado pelo 6º Programa-quadro (Contrato CIT5-CT-2005-028802); “*Democracia Multicultural e Capital Social dos Imigrantes em Espanha*”, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência (SEJ2005-07733/CPOL); e “*Participação sociopolítica e integração dos imigrantes na Região de Múrcia*”, financiado pela Fundação Séneca (projecto 03007/PCHS/05). O estudo de associações em Barcelona contou com o financiamento da Fundació Jaume Bofill.

⁴ Este procedimento foi projectado para um conjunto de dez cidades europeias e aplicado no contexto do projecto LOCALMULTIDEM. A informação que apresentamos foi obtida a partir da análise de documentos-chave que definem as políticas municipais em questão, assim como através de entrevistas com responsáveis municipais.

⁵ Para um exame detalhado das categorias discursivas e a política do discurso sobre imigração a nível estatal e da UE veja-se Zapata (2007) e Zapata, González e Sánchez (2008). Para uma revisão do tratamento dado à imigração no discurso mediático, no âmbito parlamentar e por parte de algumas administrações públicas espanholas veja-se Zapata e Van Dick (2007).

⁶ O *Gabinete Técnico* foi criado em 2005 para se encarregar, em princípio, da elaboração dos relatórios sobre condições de habitação necessárias para o pedido de reagrupamento familiar e os relatórios de enraizamento. No entanto, as suas funções e orçamento foram-se expandindo consideravelmente desde então.

⁷ Veja-se o Plano Madrid de Convivência Social e Intercultural (2005: 5, 18 e 21).

⁸ Os CASI são centros não residenciais, complementares do atendimento prestado nos centros de Serviços Sociais, e que têm a finalidade de facilitar aos imigrantes a sua integração social e laboral. A sua criação e localização respondem a objectivos de cobertura estabelecidos segundo o volume total da população imigrante potencialmente utilizadora, pelo que cada um dos centros absorve várias áreas de influência da Comunidade de Madrid.

⁹ Abdillahi (2007) fornece uma descrição detalhada do discurso sobre imigração dos partidos políticos e os meios de comunicação na Região de Múrcia.

¹⁰ Até à data, a única publicação disponível na qual se comparam de modo sistemático as actuações municipais de Madrid e Barcelona em matéria de imigração é o estudo de Fauser (2008). Embora a sua descrição das políticas municipais em ambas as cidades – sobretudo em Barcelona – coincida substancialmente com a apresentada aqui, o seu trabalho de campo é anterior ao nosso e isso explicaria parcialmente a nossa divergência na interpretação do material empírico com respeito à caracterização do discurso municipal nestas duas cidades.

¹¹ Em Barcelona trata-se do Departamento de Participação Cívica, Solidariedade e Cooperação; em Madrid da Direcção Geral de Participação Cívica, inserida no Departamento de Economia e Participação Cívica; e em Múrcia do Departamento de Descentralização, Participação Cívica e Mercados.

¹² Neste último caso para 2007, o primeiro ano em que temos registo de se celebrar uma convocatória genérica para todas as associações.

¹³ Existem também as *Mesas de Diálogo e Convivência* que são o equivalente ao *Foro Madrid* em cada um dos distritos.

¹⁴ Existem também outros três *Conselhos de Imigração* nos distritos de Ciutat Vella, Horta e Poble Nou, acompanhados pelos seus respectivos Planos de Imigração.

¹⁵ Obviamente não estão incluídas todas as que o são. Embora seja difícil determinar quantas organizações trabalham desde há vários anos no âmbito da imigração na cidade de Barcelona, a título orientativo podemos mencionar que em 2005 mais de sessenta entidades obtiveram subsídios para desenvolver projectos denominados de “acolhimento”. Em qualquer caso, parece claro que entre os seus membros predominam as associações de imigrantes (32 de 38) em comparação com as de apoio.

¹⁶ Dos sessenta e quatro lugares para vogais previstos no Foro, apenas dez correspondem a associações de imigrantes, outros dez a ONG e entidades de apoio. O resto dos vogais dividem-se da seguinte forma: doze para organizações sociais (partidos políticos, sindicatos, etc.), nove para representantes de diferentes administrações públicas,

vinte e um para os representantes de cada uma das Mesas Distritais de Diálogo e Convivência (a réplica do Foro em cada um dos distritos) e dois para os representantes do Foro Estatal e Regional de Integração dos Imigrantes.

¹⁷ A convocatória de 2005 apresentaram-se dez associações, das quais apenas quatro receberam financiamento num valor total de 89.229 euros. Das quatro financiadas, só duas tinham o seu domicílio no município de Madrid.

¹⁸ O estudo de associações foi realizado entre 2003 e 2008 por uma equipa de investigação conjunta das Universidades de Múrcia e Autónoma de Barcelona, empregando a mesma metodologia. O arquivo de dados final combina a informação recolhida mediante os estudos piloto realizados em Madrid e Múrcia em 2003-2004 – actualizados em 2007-2008 em ambas as cidades – e o novo estudo completo em Barcelona realizado também em 2007-2008. Em cada cidade foi organizada a recolha de dados em duas fases diferenciadas. Primeiro, foi realizado um censo ou lista de todas as organizações de imigrantes existentes – já que não existia uma única lista fiável – a partir de múltiplas fontes (Registo Nacional de Associações, registos municipais e autónomos de associações, directórios de associações de imigrantes, organizações sociais que trabalham no âmbito da imigração, etc.); e, numa segunda fase, realizaram-se entrevistas estruturadas com os líderes das associações de aproximadamente uma hora e um quarto de duração. No caso dos estudos piloto em Madrid e Múrcia, as entrevistas realizaram-se entre Outubro de 2003 e Setembro de 2004, enquanto as actualizações e o novo estudo em Barcelona tiveram lugar entre Maio de 2007 e Julho de 2008. Combinando todas as fases do processo e as três cidades, foram entrevistadas 218 associações diferentes.

¹⁹ No trabalho de campo definimos como associações de imigrantes aquelas em que a maior parte da equipa directiva ou a maioria dos membros eram de origem estrangeira.

²⁰ Taxa de mortalidade: associações não activas *versus* associações com existência confirmada; ou seja, não activas e activas.

²¹ Além das dezassete categorias que foram mencionadas por alguma associação, a lista incluía outras doze que ninguém seleccionou (p.ex. associação ecologista, associação de incapacitados, etc.).

²² As associações podiam seleccionar entre 37 áreas ou sectores de actuação, além de uma categoria geral de “outros”.

²³ O indicador que empregamos para medir esta diversidade foi calculado através da fórmula de Laakso e Taagepera (1979) do número efectivo de partidos. O número efectivo de sectores é $1 / (\text{soma das proporções de cada sector ao quadrado})$. Portanto, à medida que o número de sectores ou tipos de actividade nas que se envolvem as associações aumenta, aumenta também a diversidade do campo associativo; mas à medida que as associações se concentram num sector ou tipo de actividade, a diversidade do campo associativo diminui. Por exemplo, suponhamos que estudamos duas cidades (A e B) nas quais as associações trabalham em 10 sectores diferentes mas, na cidade A, 40% das associações concentram-se num único sector (p.ex. desporto), enquanto na cidade B as associações se distribuem de modo mais ou menos equilibrado entre os 10 sectores, concluiríamos que o campo associativo da cidade B é mais diverso do que o da cidade A.

²⁴ Todas as diferenças de médias entre as associações de Barcelona e de Madrid são significativas (para $p < 0,05$) exceptuando a da escala de formalização.

Referências Bibliográficas

- Abdillahi Bahdon, M. (2007), “Le inmigración en la Región de Murcia: análisis dos discursos políticos y sociales”, in Zapata e van Dick (orgs.), *Discursos sobre a imigração em Espanha. Os meios de comunicação, os parlamentos e as administrações*, Barcelona: Fundação CIDOB, pp. 159-200.
- Ayuntamiento de Madrid (2005), *Plan Madrid de Convivencia Social e Intercultural*, Madrid: Ayuntamiento de Madrid.
- Bauböck, R. (2003), “Towards a Political Theory of Migrant Transnationalism”, *International Migration Review*, vol. 37, n.º 3, pp. 700-723.
- Berger, M., Galonska, C e Koopmans, R. (2004), “Political Integration by a Detour? Ethnic Communities and Social Capital of Migrants in Berlin”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º 3, pp. 491-507.
- Bloemraad, I. (2005), “The Limits of de Tocqueville: How Government Facilitates Organisational Capacity in Newcomer Communities”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, n.º 5, pp. 865-887.
- Bousetta, H. (1997), “Citizenship and political participation in France and the Netherlands. Reflections in two local cases”, *New Community*, vol. 23, n.º 2, pp. 215-232.

- Bousetta, H. (2000), *Immigration, Post-immigration Politics and the Political Mobilisation of Ethnic Minorities. A Comparative Case-Study of Moroccans in Four European Cities*, Tese de doutoramento, Bruxelas: IPSoM.,
- Casey, J. (1997), "Les associacions i la integració d'immigrants estrangers", *Revista Catalana de Sociologia*, n.º 6, pp. 9-22.
- Casey, J. (1998), "Las políticas de inmigración: la regulación de admisión y la acción integradora", in Subirats, J. e Gomá, R. (orgs.), *Políticas públicas em Espanha: conteúdos, redes de actores e níveis de governo*, Barcelona: Ariel Ciencia Política, pp. 317-340.
- Fausser, M. (2008), "Autoridades locais e integração política em cidades de nova imigração: Los casos de Madrid y Barcelona", in Zapata, R. e Pinyol, G. (orgs.), *Os gestores do processo de imigração. Actores e redes de actores em Espanha e Europa*, Barcelona: Fundação CIDOB, pp. 131-149.
- Fennema, M. e Tillie, J. (2001), "Civic community, political participation and political trust of ethnic groups", *Connections*, vol. 24, n.º1, pp. 26-41.
- Garbaye, R. (2002), "Ethnic minority participation in British and French cities: a historical-institutionalist perspective", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, n.º 3, pp.555 - 570.
- González, A. e Morales, L. (2006), "Las asociaciones de inmigrantes en Madrid: una nota de investigación sobre su grado de integración política", *Revista Española del Tercer Sector*, n.º 4, pp. 129-174.
- Ireland, P. (1994), *The policy challenge of ethnic diversity: immigrant politics in France and Switzerland*, Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.
- Itzigsohn, J. (2000), "Immigration and the boundaries of citizenship: The institutions of immigrants' political transnationalism", *International Migration Review*, vol. 34, n.º4, pp. 1126-1154.
- Jacobs, D. e Tillie, J. (2004), "Introduction: Social Capital and Political Integration of Migrants", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º3, pp. 419-427.
- Jacobs, D., Phalet, K. e Swyngedouw, M. (2004), "Associational membership and political involvement among ethnic minority groups in Brussels", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º 3, pp. 543 - 559.
- Koopmans, R. e Statham, P. (2000), "Migration and Ethnic Relations as a Field of Political Contention: An Opportunity Structure Approach", in Koopmans, R. e Statham, P. (orgs.), *Challenging Immigration and Ethnic Relations Politics. Comparative European Perspectives*, Oxford: Oxford University Press, pp. 13-56.
- Koopmans, R. (2004), "Migrant Mobilisation and Political Opportunities: Variation Among German Cities and a Comparison with the United Kingdom and the Netherlands", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º3, pp. 449-470.
- Martín Pérez, A. (2004), "Las asociaciones de inmigrantes en el debate sobre las nuevas formas de participación política y ciudadanía: reflexiones sobre algunas experiencias", *Migraciones*, n.º15, pp. 113-143.
- Martiniello, M. e Lafleur, J.M. (2008), "Towards a transatlantic dialogue in the study of immigrant political transnationalism", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º4, pp. 645 - 663.
- Morales, L., González-Ferrer, A. e Sánchez, G., (2004), "La integración política dos inmigrantes: un estudio sobre las asociaciones de inmigrantes en Madrid y Murcia", *Comunicação apresentada no IV Congresso de Imigração en Espanha*, Girona.

- Østergaard-Nielsen, E. (2003), "The politics of migrants' transnational political practices", *International Migration Review*, vol.37, n.º3, pp. 760-786.
- Penninx, R., Martiniello, M. e Vertovec, S. (2004), *Citizenship in European Cities*, Londres: Ashgate.
- Portes, A., Guarnizo, L. e Landolt, P. (1999), "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 22, n.º2, pp. 217-237.
- Portes, A. (2003), "Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", *International Migration Review*, vol. 37, n.º 3, pp. 874 – 892.
- Rex, J. e Samad, Y. (1996), "Multiculturalism and political integration in Birmingham and Bradford", *Innovation*, vol. 9, n.º1, pp. 11-31.
- Simó, C. et al. (2005), "Asociacionismo y población extranjera en la Comunidad Valenciana", *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, Valencia.
- Soysal, Y. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Togeby, L. (2004), "It Depends...How Organizational Participation Affects Political Participation and Social Trust among Second-Generation Immigrants in Denmark", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, pp. 509–528.
- Veredas, S. (1999), *Las asociaciones de inmigrantes marroquíes y peruanos en la Comunidad de Madrid*, Tese de Doutoramento, Madrid: Universidad Complutense de Madrid
- Veredas, S. (2003), "Las asociaciones de inmigrantes en España. Práctica clientelar y cooptación política", *Revista Internacional de Sociología*, n.º 36, pp. 207-225.
- Veredas, S. (2004), "Factores condicionantes da movilización étnica entre la población inmigrante extracomunitaria", *Papers*, n.º 72, pp. 87- 117.
- Vertovec, S. (2003), "Migration and other Modes of Transnationalism: Towards Conceptual Cross-Fertilization", *International Migration Review*, vol. 37, n.º3, pp. 641 – 665.
- Zapata, R. (2007), "Política del discurso sobre inmigración en España: discurso reactivo y discurso proactivo en los debates parlamentarios", *Discurso y Sociedad*, vol. 1, n.º2, pp. 317-369.
- Zapata, R. e Van Dick, T. A (orgs.) (2007), *Discursos sobre la inmigración en España. Los medios de comunicación, los parlamentos y las administraciones*, Barcelona: Fundación CIDOB.
- Zapata, R., González, E. e Sánchez, E. (2008), *El discurso político en torno a la inmigración en España y en la Unión Europea*, Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, OPI.

Civic and political engagement by immigrant organisations in Italy. The case study of Milan
O envolvimento cívico e político de organizações de imigrantes em Itália.
O estudo de caso de Milão

Katia Pilati*

Abstract

The aim of this paper is to analyse the activities of immigrant organisations in Milan, paying special attention to the two major immigrant communities, Filipinos and the Egyptians, and to assess their engagement in the Italian political sphere. Our findings show that most activities pursued by immigrant organisations are of a civic-oriented nature with no direct political aim. The few organisations that can access the political sphere seem to be able to do so due to the resources provided by networks involving other organisations. Yet not all links increase the political activities of immigrant organisations. Numerous and diverse links built up by Egyptian organisations seem to provide them with the necessary resources to engage in the political sphere. In contrast, the ethnic networks that Filipino organisations establish with other Filipino organisations, and the links that Filipino organisations have with religious associations are mainly associated with participatory forms of civic engagement.

Keywords

immigrant organisations, politics, participation

Resumo

O objectivo deste artigo é analisar as actividades estabelecidas por organizações de imigrantes em Milão, com especial atenção para as duas principais comunidades de imigrantes, os filipinos e os egípcios, e avaliar o seu envolvimento na vida política italiana. Os nossos resultados mostram que a maioria das actividades desenvolvidas por organizações de imigrantes são de carácter cívico, sem nenhum objectivo político directo. As poucas organizações que acedem à esfera política parecem ser capazes de fazê-lo graças a recursos fornecidos por redes que envolvem outras organizações. No entanto, nem todas as ligações aumentam a actividade política que as organizações de imigrantes praticam. Numerosas e diversas redes construídas por organizações egípcias parecem fornecer-lhes os recursos necessários para exercer na esfera política. Em contraste, as redes étnicas, que as organizações filipinas constroem com outras organizações filipinas que têm ligações com as associações religiosas, são principalmente associadas com formas participativas de envolvimento cívico.

Palavras-chave

organizações de imigrantes, política, participação

* Université Libre de Bruxelles (katia.pilati@ulb.ac.be)

Civic and political engagement by immigrant organisations in Italy. The case study of Milan

Katia Pilati

Introduction

Immigrant organisations in Italy are relatively weakly organised when compared to other Italian civic organisations (Danese, 1998; Caponio, 2005; Della Porta, 2000; Pilati, 2007). The latter are by far more active in the immigration field, as they often function as suppliers of welfare assistance and providers of services such as first aid shelters or accommodation for newly arrived immigrants, as well as legal assistance and employment opportunities (Ambrosini and Abbatecola, 2004: 224-239; Lainati, 2000; ISMU, 2005). Such patterns are also established in Milan, the second largest city in Italy, with the biggest foreign population in the country. In Milan, it is Catholic organisations which have especially managed immigration policies. Furthermore, they have largely substituted the marginal presence of the local public administration and the government in the immigration field. Indeed, the local political elites, despite the fact that the resident foreign population in Milan accounted for 12.5% of the city's total population in 2005 (ISTAT, 2005), have been relatively absent in terms of policies favouring immigrant integration, compared with other European cities. This constituted relatively closed political context for immigrant integration (see Morales and Giugni, 2010). Institutions linked to the Catholic Church, such as Caritas, have consequently been important resources for immigrant actors. For instance, they have been major intermediate recruitment agencies for many immigrant workers upon their arrival in Milan. Catholic institutions have in fact offered a guarantee for the trustworthiness and responsibility of many Filipino women, and convinced Italian families to rely on their assistance in housework, domestic services and care assistance (Cominelli, 2004: 278).

In light of the relatively constraining political context for the political representation of immigrants provided by the local government, the possibility for immigrants to organise in associations may represent the means to obtain a certain degree of visibility in terms of the representation of their interests in the political sphere. While a constraining local political context and the absence of local minority integration policies may reduce the extent of the activities of ethnic and immigrant organisations (Fennema and Tillie, 2004: 105), the impact of the Italian organisational structure on the possibility for immigrant organisations to organise and to mobilise is not clear. The Italian civic community may have a twofold effect on the self-organisational capacity and political engagement of immigrant organisations: on the one hand, it may hinder the capacity of immigrants to organise, as the literature has tended to underline. At the same time, however, these Italian organisations may also provide immigrants and their organisations with various types of services and resources. Italian organisations may function, for instance, as bridges between Italian political institutions and immigrant organisations. They may furnish information, communication channels and logistic support, as well as political recognition, to immigrant organisations that have

limited resources. This is especially important in view of the closed Milanese political context where immigrant organisations that are disconnected from Italian organisations risk remaining isolated and not being able to engage in the political arena of their country of residence. Studies have highlighted the fact that Filipinos, for instance, tend to construct associations based on familial and community links (Espiritu, 2003) and, in Milan, they have a tendency to remain cut off from the broader social context (Lainati, 2000).

Given these conditions, the objective of this article is to consider the effects of different types of links that immigrant organisations have with other immigrant and Italian organisations and to analyse the impact on their capacity to act in the political sphere. With this purpose in mind, the article draws on scholarship focusing on the importance of organisational networks for immigrant political engagement (Fennema and Tillie, 1999, 2001; Vermeulen, 2006) and on concepts offered by the social movement literature, namely network approaches to collective action (Diani and McAdam, 2003). On this basis, some interpretative patterns shall be suggested, on the role of networks for organisational activities.

In order to explore this issue, the empirical study will focus on different types of activities that immigrant organisations in Milan may engage in, by including both civic and political actions. Through the analysis of activities and the network resources of immigrant organisations, the aim is to understand the degree to which immigrant organisations are involved in the Italian and Milanese political sphere.

Network resources for immigrant organisations

Even in a context that offers few opportunities at the institutional level, access to the political sphere can be obtained through other resources, namely through organisations and social networks that activists are a part of. A network-based version of social movement theory, stemming from the resource mobilisation theory (RMT) (McCarthy and Zald 1977), focuses on the central role of resources for political action derived from networks of organisations and activists (Diani and McAdam, 2003). In this perspective, organisations have been widely studied as mobilising structures. Social movements arise because of the existence of an organised network of relationships between organisations and activists (Tilly, 1978: 69). While the network approaches to collective action devote particular attention to organisations as mediators for the representation of aggregated preferences, and to resources for the production of shared collective identities sustaining mobilisation, European scholars have also for a long time emphasised the role of the organisations and networks formed by immigrants (Schoeneberg, 1985). Recently, a group of scholars has focused on 'ethnic civic communities', that is, links among ethnic organisations. Mainly following Putnam's lines of reasoning on social capital (2007), these authors have argued that thick and dense horizontal links among ethnic civic communities contribute to the creation of 'civicness' and provide resources to members that improve their political participation (Fennema and Tillie, 1999, 2001, 2004, 2005; Vermeulen, 2006). The denser the networks of ethnic organisations, the greater the number of individuals who vote and who are interested in

politics. From this perspective, those ethnic organisations with dense and horizontal relationships with other ethnic organisations contribute to the democratisation of the wider society by diffusing rules of 'civiness' and furnishing political resources as stimuli or channels of information (Fennema and Tillie, 1999, 2001).

Although these scholars usually underline the positive effects of ethnic networks for immigrant political participation, this study tries to partly advance their findings on an issue that has been disregarded so far, namely, the effect of different organisational links (Van Londen, Phalet and Hagendoorn, 2007). Other studies also suggest that the role of ethnic organisations and engagement in ethnic organisations is not significant across different contexts for increasing levels of political engagement and may change according to the ethnic group considered (Jacobs, Phalet and Swyngedouw, 2004). While ethnic organisations and their networks may be relevant for immigrant mobilisation in contexts where the social organisation around ethnicity is well promoted by a multicultural policy and where social practices founded on ethnic ties are historically rooted in the pillarisation system (Duyvene de Wit and Koopmans, 2005), in contexts where multicultural policies are not encouraged, like the Italian one, autochthonous actors seem to have far more resources than immigrants to intervene in the public sphere. If there is indeed a link between the associational life and political involvement of ethnic minority groups, different kinds of organisational networks in which immigrant actors are engaged may consequently develop different forms of participation (Jacobs and Tillie, 2004: 422-423). We therefore expect that immigrant organisations that have links with Italian organisations may behave differently in the political sphere compared to those immigrant organisations that tend to construct links within their own ethnic community.

The empirical study

Source of data

The empirical study is an analysis of 46 immigrant organisations in Milan and particularly focuses on organisations in which Filipinos and Egyptians, the two largest communities in Milan, participated.¹ Data were collected at the organisational level from January to June 2005 through face-to-face interviews with 46 leaders of immigrant organisations based in and undertaking most of their activities in the Municipality of Milan. In order to collect information on the associations, we contacted organisational leaders or their closest associates, who were given a one hour and 15 minute questionnaire. Given the central position of the leaders within the association, we expected them to convey the most reliable information on the organisation and to interpret organisational objectives and shared value orientations of the association better than any other member (Portes, Escobar, and Arana, 2008). With regard to the selected organisations, at least half of their members or executive board was made up of immigrant individuals. The interviewed organisations represent a large section of the total population of immigrant organisations in Milan, at least of those that were publicly visible at the time of the interviews. Although we initially mapped 155 organisations, we could only get in contact with 58.1% of them. Out of the 65 organisations contacted, we were able to interview 46 organisations.²

Consistently with the heterogeneity shown by immigration flows to Milan, the organisations show a very diverse ethnic composition. The Filipino and Egyptian communities have the highest number of visible organisations. Our data in fact point to the existence of eight Filipino organisations and seven organisations in which Egyptians participate.³

Filipino and Egyptian associational engagement in Milan

Before turning our analysis to immigrant organisations and their networks and activities, we present a figure on immigrant associational engagement at the individual level by focusing on Filipinos and Egyptians. In fact, while we focus on immigrant organisations and their activities, individual immigrants may be also engaged in mixed organisations or local organisations mainly composed of Italians. We present the distribution of Filipino and Egyptian individual engagement in different types of organisations by distinguishing organisations in terms of their ethnic composition (figure 1).⁴

Figure 1 – Filipino and Egyptian involvement in ethnic immigrant and Italian organizations

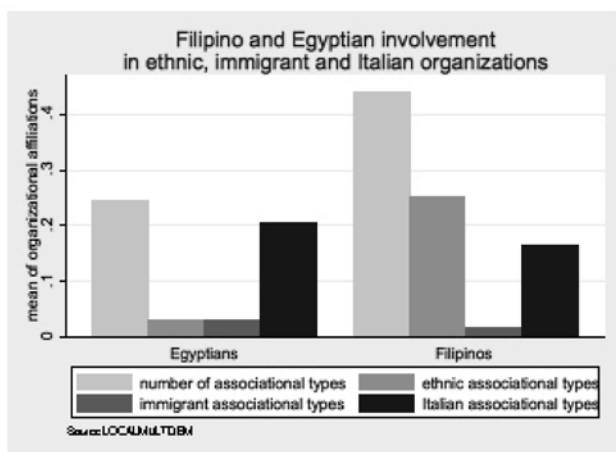


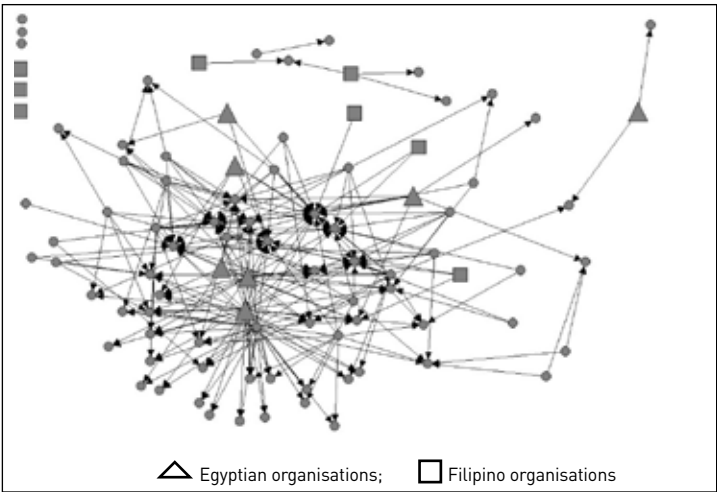
Figure 1 shows that the two immigrant communities that we focus on indeed have very different patterns of individual associational engagement in different types of organisations. Filipinos are far more engaged in either ethnic or mixed immigrant organisations, consistent with the existing literature stressing the familial and communitarian nature of Filipino associations. Egyptians seem instead to join more Italian organisations. This may be due to their higher socio-economic integration in Milan. The Egyptian community is in fact the one with the highest number of individual enterprises in

the Province of Milan, providing chances of internal social mobility and career advancement, especially among middle-class Egyptians who arrived in Milan holding higher educational degrees (Ambrosini and Abbatecola, 2002, 2004:237; Codagnone, 2003). As a consequence, Egyptians' higher levels of socio-economic integration may provide them with better opportunities to join Italian associations. At the same time, Egyptians show low levels of ethnic associational membership and slightly higher rates of engagement in mixed immigrant associations which may be either North African and/or Muslim associations.⁵ While it seems clear that engagement in ethnic or Italian associations varies depending on the ethnic group considered, we will now turn our attention to ethnic and immigrant organisations themselves and focus on the meso level concerning immigrant organisational network dynamics and their activities.

Networks of immigrant organisations in Milan

We now look at the different distribution of network resources available to ethnic and immigrant organisations with special attention to the Filipino and Egyptian organisational communities. We analysed the networks they have built with other immigrant organisations as well as with other Italian organisations operating in Milan (Figures 2 and 3).⁶ Of the immigrant organisations studied, the two figures highlight the Filipino and the Egyptian organisations (through triangles and squares).

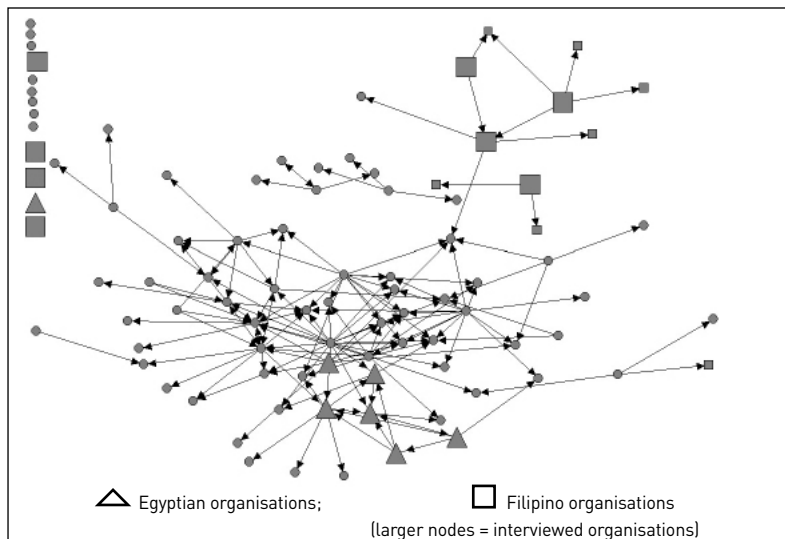
Figure 2 - Network of links with Italian organisations



Source: LOCALMULTIDEM organisational survey

Note: for the sake of clarity, pending nodes of the mentioned organisations of the main component have been deleted. For reasons of anonymity, the names of the organisations have been deleted.

Figure 3 - Network of immigrant organisations



Source: LOCALMULTIDEM organisational survey

Note: For reasons of anonymity, the names of the organisations have been deleted.

Specific analyses not presented here show that the number of links that immigrant organisations have with Italian organisations (Figure 2) is on average higher than the number of links with other immigrant or ethnic organisations (Figure 3). Ties with Italian trade unions and Catholic organisations play the most relevant role supporting the existing literature highlighting the dominant position of Italian organisations: 20 organisations (43.5 %) have at least a link with trade unions and 27 organisations (58.7%) have at least a link with Catholic organisations. Catholic associations (for instance, CARITAS, ACLI) and trade unions (like CGIL, CISL, UIL) are located in the central area of the network that immigrant organisations have built with Italian organisations (Figure 2).

Figures 2 and 3 show that the Egyptian and the Filipino organisational communities show very different network organisational structures. In the network concerning links that immigrant organisations have with Italian organisations (Figure 2), Filipino organisations (indicated by squares) tend to be located in the peripheral areas of the network, whereas Egyptian organisations (triangles) occupy central structural positions. This relational pattern is partly reproduced if we consider Figure 3 presenting the immigrant organisational network. Egyptian organisations are well connected to one another, but their structural position is more central given that they link to other immigrant organisations as well. Hence, Egyptian organisations tend to have a high

number of links, when compared with Filipino organisations, and connections with more diverse organisations. In line with the studies on the Filipino community in other contexts which suggest the disunity of their organisations (Espiritu, 2003), Filipino organisations form either isolated clusters or are totally isolated from other immigrant organisations (isolated organisations are those located on the upper left-hand side of the figures). Furthermore, when they are not isolated, they tend to be mainly linked to religious, mostly Catholic organisations, whether Italian or immigrant.

Immigrant organisational activities

We now consider immigrant organisational activities as collective actions - defined as actions with the aim of pursuing a common objective, and associated with the efforts of an organised group, undertaken publicly and orientated around change or resisting change (McAdam and Snow, 1997). The literature on collective actions focuses mainly on direct and explicit action aimed at changing or resisting a change, that is, strictly speaking, collective political action. In line with this, unlike the literature that addresses typologies of political participation at the individual level, whereby involvement is usually classified from more or less civic-orientated activism to protest-orientated behaviours (Norris, 2003, Verba, Nie and Kim, 1971; Verba, Scholzman and Brady, 1995), the literature on collective action drawing on the social movements tradition mostly focuses on protest activities. Except for some authors who explicitly recognise these shortcomings (Sampson *et al.*, 2005; Mc Adam *et al.*, 2005; Minkoff, 1999), many scholars equate social movements with protests, loosely-coordinated struggles, urban-based protest activities, and claim makings by disadvantaged groups (McAdam *et al.*, 2005). This tends to restrict the attention to a limited repertoire of collective actions, mainly forms of contention that often adopt disruptive means. As a result, forms of collective action that articulate 'demands for either a change in society or an avowed desire to resist a proposed change' (Sampson *et al.*, 2005: 684) are not explicit, and are often not considered among forms of collective actions. They are not counted as possible forms of political action even though they may implicitly involve conflicting elements through the proposal of new cultural models or new identities (Melucci, 1996).

In this study, we examine organisations as mediating different interests and identities and as possible free spaces of socialisation for their members through activities in the civic realm of action and services delivery. Consequently, we consider that organisations may convey direct political actions, civic actions implying a political change or resistance to it, and civic action which may not imply any political objective. Given the difficulty in distinguishing the last two types of action due to the structure of our data, we will contrast the civic activities of organisations with political activities and distinguish collective actions that are mainly concerned with the socialisation of members with those whose aims are explicitly political (Theiss-Morse and Hibbing, 2005; Sampson *et al.*, 2005). Hence, in this framework, collective actions define a space where organisations achieve their activities according to social and/or political commitment. Placed on a continuum, at one end, civic activities refer to actions that do not imply any direct aim of changing or influencing institutions, and that are mostly pursued through

routine means. At the opposite end, protest activities involve explicit and direct conflict and adopt more challenging means. Additionally, within the political activities we studied, we consider both conventional political engagement, such as writing letters to authorities and participating in press conferences or releases and less conventional forms of political engagement like protest activities (for instance the organisation of boycotts and the occupation of buildings).

Although we work with a low number of cases, the results concerning the analyses of activities pursued by immigrant organisations in Milan are rather clear: Table 1 shows that almost half of the associations in the two years preceding the interviews had been active in civic activities, especially in the organisation of social, cultural, and intellectual events. Egyptian and Filipino associations had organised religious events more frequently than other immigrant organisations. In contrast to such civic actions, political activities have only been regularly organised by a few associations.

Table 1 - Organisation of events (every week or every month)

	All organisations		Egyptian organisations		Filipino organisations	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Cultural events	17	37.78	2	28.57	2	28.57
Educational events	3	6.52	1	14.29	-	-
Social events	21	46.67	5	83.33	4	50.00
Intellectual events	21	45.65	4	57.14	4	50.00
Political events	11	23.91	3	42.86	2	25.00
Sports activities	11	23.91	2	28.57	2	25.00
Religious activities	17	36.96	5	71.43	5	62.50

Source: LOCALMULTIDEM organisational survey, N=46

While Table 1 shows that there is not much difference between Filipino and Egyptian organisations in terms of their activism in civic engagement, Table 2 suggests that there is more variation between the two civic communities, if we take a broader look at their political engagement. Despite the fact that there is wide and shared disaffection for the most challenging forms of political participation, given that almost none of the associations ever took part in any boycott, occupation or sit-in and rarely collected signatures for a petition, when we look at less disruptive forms of political engagement there seems to be significant differences between Egyptian and Filipino organisations. Egyptian organisations have been very active and dynamic in the public sphere. Most of them have often written letters to authorities, participated in local or national radio or TV programmes, held press conferences or issued press releases and implemented or managed public programmes. In contrast to the active public engagement of

Egyptian organisations in such activities, only a few Filipino organisations, often just one or two, have been regularly active in such types of political or public activities.

**Table 2 - Political or public activities undertaken
by organisations at least 4-6 times per year**

	All organisations		Egyptian organisations		Filipino organisations	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Letters to authorities	15	32.61	5	71.43	1	12.50
Press conferences or releases	19	41.30	4	57.14	3	37.50
Implement or manage public programmes	17	36.96	4	57.14	1	12.50
Distribution of information notes	14	30.43	3	42.86	4	50.00
Collect signatures for a petition	5	10.87	-	-	-	-
Organise public meetings/demonstrations	16	34.78	3	42.86	2	25.00
Organise boycotts	3	6.52	1	14.29	-	-
Organise occupation of buildings	1	2.17	-	-	-	-
Participation in local radio/TV-programmes	16	34.78	5	71.43	1	12.50
Participation in national radio/TV-programme	14	30.43	4	57.14	2	25.00

Source: LOCALMULTIDEM organisational survey, N=46

The previous pattern highlighting differences between the two major immigrant communities in Milan in the activities orientated around the public sphere is replicated when we look at other types of political activities. Separate analyses not shown here demonstrate that only 3 organisations out of 8 Filipino organisations (37.5%) had been able to have regular contacts with local or national political institutions in the two years preceding the interviews, while 5 out of 7 Egyptian organisations (that is 71.4%) had at least a regular contact. The gap between Egyptian and Filipino organisations is even more marked when we consider the participation of organisations in at least one protest activity on a variety of different issues during the last two years. While 6 out of 7 Egyptian organisations (85.7%) took part in at least one protest activity, only one Filipino organisation protested. When considering all immigrant organisations, 12 out of 46 (26.7%) protested at least once, and 28 organisations (62.2%) had at least a regular contact. It follows that Egyptian organisations had on average systematically higher levels of political engagement than other organisations and engaged in a wide

range of political activities, including both relationships with institutions and more unconventional forms of political engagement, such as organising and/or participating in public events and protests.

Discussion

Several factors may account for the differences in political engagement by immigrant organisations that we have encountered, especially when we consider the high levels of engagement of Egyptian organisations compared with the low levels of political commitment by Filipino organisations. Considering our main hypothesis - stressing the role that different types of links may play in the different types of activities that immigrant organisations are involved in - the network-related hypotheses seem to suggest that the network patterns that Filipino and Egyptian organisations build may lead to diverse outcomes in terms of the participatory dynamics of organisations in the political sphere. While Filipino organisations are rather isolated, Egyptians tend to be well integrated both into the immigrant network and into the Italian organisational community. Immigrant organisations that are strongly embedded in the organisational civic community seem thus to have the necessary resources to be able to participate in various public and political events. In this context, however, only certain links seem to matter. The numerically higher and more diverse links that Egyptian organisations have been able to build seem to partly explain their high levels of engagement in the public and political sphere. For their part, Filipino organisations, when they are not isolated, tend to be linked to a few types of organisations with a tendency to be linked to religious, mainly Catholic, associations or to other Filipino organisations. Given the low levels of political engagement by Filipino organisations, Catholic and other Filipino organisations to which they are linked do not thus seem to be useful for political engagement. It is, however, important to note that links that Filipino organisations have built with the Catholic organisations have instead helped them in reducing the costs of immigration linked to social and economic isolation. The organisation of the Filipino community's free and recreational time through sports events, community meetings and traditional and religious feasts has in fact been largely possible thanks to the sustainment of Catholic institutions that have provided spaces and logistical support for such activities (Cominelli, 2004: 278-279). In a similar way, immigrant organisations linked with organisations of members of the same ethnic origin, as demonstrated by Filipino organisations, tend to be more active in the civic domain while showing a limited capacity for engagement in the political sphere. Consequently, ties that organisations maintain with organisations of the same nationality risk forming closed networks defined on the grounds of ethnicity, and producing political subcultures. In this sense, participation through organisations may become self-referential, and reproduce practices by which organisations become a means of reaffirming immigrants' belonging to a particular ethnic group rather than a means of obtaining political representation in the host country.

Despite the findings that seem to suggest that only links with some types of organisations may help immigrant organisation to be active in the political sphere, we are nevertheless unable to identify which kinds of resources such organisations specifically make available. As most immigrants in Italy are still foreigners, thus granting

them far fewer social, economical, and political rights than Italians, links with the Italian civic community - the role of which is well recognised in the Italian political sphere - may, for instance, provide immigrant organisations with the necessary political recognition and resources to be able to engage in the political sphere. Political action by immigrant actors may in fact be intrinsically riskier than civic engagement since "immigrants may not want to bring unwanted attention or trouble to themselves" (Martinez 2005: 139). Political actions may become much more cost-intensive than civic engagement and only emerge when networks with Italian actors provide the necessary symbolic and material resources - resources that immigrant organisations alone may not possess.

Besides the network hypothesis, which seems rather helpful in explaining patterns of political engagement by immigrant organisations in Milan, other factors may contribute to affecting the results that we have presented. Among these, above all, are the specific characteristics of the Filipino and Egyptian communities. These characteristics may also account for the different resources that organisations are endowed with and, consequently, for the different levels and types of activities organisations eventually engage in. As mentioned, Egyptians tend to be more integrated into the labour market structure due to the higher socio-economic positions that they occupy, while Filipinos, despite showing very high levels of employment rates, are often segregated into the domestic sector of the labour market. Therefore, the most integrated Egyptians may be able to offer more resources to the organisations they are affiliated to than Filipinos.

Resources for organisations to become involved in the political sphere may also be provided by the political environment. As for theories stressing the role of the political context on the diffusion of immigrant organisations and types of activities they engage in (Fennema and Tillie, 2004), the constraining political context in Milan seems to affect the modalities of political integration among immigrant organisations, above all, in terms of the level of political engagement shown by Italian organisations vis-à-vis the relative marginalisation of immigrant organisations. However, the link between a constraining political context and the levels of political engagement among immigrant organisations is not totally clear. In particular, if we consider the cultural recognition of immigrants and minorities, despite the fact that the Italian political context may not encourage the recognition of Muslim values and tend instead to valorise the Catholic ones, Egyptian organisations, the majority of which are composed of Muslim members, seem to be able to act at different political levels and through different means. At the same time, Filipino organisations, which are for a large part closer to Italian Catholic values, and therefore, in principle, have a more favourable political context, are actually rather isolated from the political sphere. Therefore, the network resources Egyptian organisations are endowed with seem to partly overcome the limitations imposed by a constraining context.

Therefore, in light of such results, further research may assess the interplay of resources deriving from different levels, namely, the political context, the networks and the characteristics of the immigrant groups considered on the levels of organisational political engagement.

Notes

¹ On 31 December 2005, Filipinos and Egyptians in Milan respectively numbered 26,633 (16.4% of all foreigners residing in the city) and 20,979 individuals (12.9 % of all foreigners residing in the city) [Municipality of Milan, Statistics].

² Most organisations we had mapped were not reachable: for 83.3% of mapped organisations, we had a wrong address and/or telephone number, 11.1% were not active, and 5.5% were excluded because they did not fulfil the criteria used in the selection of organisations. Among organisations that we contacted, 19 organisations - that is 29.2% - could not be interviewed: 15 organisational leaders did not have time to be interviewed, 2 refused, and 2 were excluded. These 19 organisations were found not to be part of the major bulk of networking organisations since none of them was cited more than once. Despite the difficulties related to the collection of data, according to Marsden, 'if egos are sampled "densely", whole networks may be constructed using egocentric network data.' [Marsden, 2005: 9; Kirke, 1996]. We thus considered the organisations and their relations as a complete network.

³ For the sake of clarity, we will hereafter refer to Filipino organisations and Egyptian organisations.

⁴ This picture uses data deriving from the LOCALMULTIDEM project regarding an individual survey of 300 Filipinos, 300 Egyptians and 300 Ecuadorians in Milan. The ethnic composition of organisations was defined as follows: we considered as ethnic organisations those whose memberships consisted of at least 50% people from the respondents' ethnic group of origin. Organisations whose memberships consisted for at least 50% members of immigrant origin without a specific ethnic group prevailing were considered immigrant organisations. Organisations whose memberships consisted of at least 50% members of Italian origin were considered autochthonous organisations.

⁵ As a matter of fact, in this study, despite referring to interviewed organisations exclusively as "Egyptian organisations", many of them include members from other North African and/or Muslim countries.

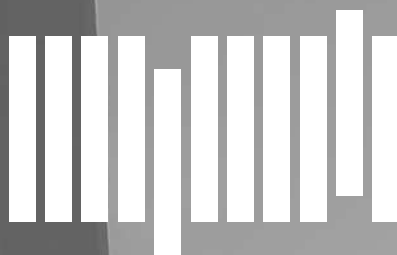
⁶ To construct the two figures, we relied on data collected on six different types of ties held by interviewed organisations with other organisations, namely: major collaborations, personal links, co-memberships, project collaboration, exchange of resources, consultation and exchange of information. If requested, the author can provide further details on the construction of the network matrices and the use of UCINET tools [Borgatti, Everett and Freeman, 2002].

References

- Ambrosini, M. and Abbatecola, E. (2002), "Reti di relazione e percorsi di inserimento lavorativo degli stranieri: l'imprenditorialità egiziana a Milano", in Colombo A. and Sciortino G. (eds.) *Stranieri in Italia. Assimilati ed esclusi*, Bologna: Il Mulino, pp.195-223.
- Ambrosini, M. and Abbatecola E. (eds.) (2004), *Immigrazione e metropoli - Un confronto europeo*, Milan: Franco Angeli.
- Borgatti, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. (2002), *Ucinet 6 for Windows*, Harvard: Analytic Technologies.
- Caponio, T. (2005), "Policy Networks and Immigrants' Associations in Italy: The Cases of Milan, Bologna and Naples", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, no.5, pp. 931-950.
- Codagnone, C. (2003), "Imprenditori immigrati: quadro teorico e comparativo", in Chiesi A. and Zucchetti E. (eds.), *Immigrati imprenditori. Il contributo degli extracomunitari allo sviluppo della piccola impresa in Lombardia*, Milan: Egea, pp.33-85.
- Cominelli, C. (2004), "Benvoluti ma segregati - I filippini nel mercato del lavoro milanese", in Ambrosini, M. and Abbatecola, E. (eds.), *Immigrazione e metropoli - un confronto europeo*, Milan: Franco Angeli, pp.269-310.
- Danese, G. (1998), "Enjeux et limites du mouvement associatif immigré en Italie: quel avenir pour la participation?", *Migrations Société*, vol. 55, no.10, pp. 67-74.
- Della Porta, D. (2000), "Immigration and protest: New challenges for Italian democracy", *South European Society and Politics*, vol.5, no.3, pp.108-132.

- Diani, M. and Mc Adam, D. (2003), *Social movements and networks: relational approaches to collective action*, Oxford: Oxford University Press.
- Duyvene ' de Wit, T. and Koopmans, R. (2005), "The Integration of Ethnic Minorities into Political Culture: The Netherlands, Germany and Great Britain Compared", *Acta Politica*, vol.40, no.1, pp. 50-73.
- Espiritu, Y. L. (2003), *Home bound - Filipino American lives across cultures, communities, and countries*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Fennema, M. and Tillie, J. (1999), "Political participation and political trust in a multi-cultural democracy, civic communities and ethnic networks in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 25, no.4, pp. 703-726.
- Fennema, M. and Tillie, J. (2001), "Civic Community, Political Participation and Political Trust of Ethnic Groups", *Connections*, no. 24, pp. 26-41.
- Fennema, M. and Tillie, J. (2004), "Do immigrant policies matter? Ethnic civic communities and immigrant policies in Amsterdam, Liège and Zurich", in Penninx et al. (eds.), *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies*, Aldershot: Ashgate, pp. 85-106.
- Fennema, M. and Tillie J. (2005), "Civic Communities and Multicultural Democracy", in Rossteutscher, S. (ed.), *Democracy and the Role of Associations. Political, Organizational and Social Contexts*, London: Routledge, pp. 219-236.
- ISMU (2005), *L'immigrazione straniera nella provincia di Milano Anno 2005*, Osservatorio Regionale per l'integrazione e la multietnicità.
- ISTAT (2005), *Gli stranieri in Italia: analisi dei dati censuari*, Roma: ISTAT.
- Jacobs, D., Phaet, K. and Swyngedouw, M. (2004), "Associational Membership and Political Involvement among Ethnic Minority Groups in Brussels", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, no.3, pp. 543-559.
- Jacobs, D. and Tillie J. (2004), "Introduction: social capital and political integration of migrants", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, no.3, pp. 419-427.
- Kirke, D. (1996), "Collecting peer data and delineating peer networks in a complete network", *Social Networks*, vol.18, pp. 333-236.
- Lainati C. (2000), "I Filippini a Milano", in Palidda, S. (ed.), *Socialità e inserimento degli immigrati a Milano*, Milan: Franco Angeli, pp.56-77.
- Marsden, P. M. (2005), "Recent development in network measurement", in Carrington, J. P., Scott, J. and Wasserman, S. (2005), *Models and methods in social network analysis*, New York: Cambridge University Press.
- Martinez, L. M. (2005), "Yes we can: Latino participation in unconventional politics", *Social Forces*, vol. 84, no.1, pp. 135-155.
- McAdam, D., and Snow, D. (1997), *Social Movements: Readings on their Emergence, Mobilization, and Dynamics*, Los Angeles, CA: Roxbury Publishing.
- McAdam, D., Sampson R., Weffer S. and MacIndoe H. (2005), "There will be fighting in the streets: the distorting lens of social movement theory", *Mobilization: an International Journal*, vol.10, no.1, pp. 1-18.
- McCarthy, J. D. and Zald, M. N. (1977), "Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory", *American Journal of Sociology*, vol. 82, no.6, pp.1212-1241
- Melucci, A. (1996), *Challenging codes: collective action in the information age*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Minkoff, D. C. (1999), "Bending with the wind: strategic change and adaptation by women's and racial minority organizations", *American Journal of Sociology*, vol.104, no.6, pp.1666-1703.
- Morales, L. and Giugni, M. (eds.) (forthcoming 2010), *Social Capital, Political Participation and Migration in Europe. Making Multicultural Democracy Work?*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Municipality of Milan (2005), Statistics. (Available at http://www.comune.milano.it/portale/wps/portal/searchresultdetail?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/ContentLibrary/ho+bisogno+di/ho+bisogno+di/banche+dati+e+statistiche_dati+statistici+relativi+alla+popolazione)
- Norris, P. (2003), *Democratic Phoenix. Political activism worldwide*, New York: Cambridge University Press.
- Pilati, K. (2007), "Depoliticized society. Collective actions of immigrant organizations in Milan.", *ASA- American Sociological Association meeting, Section 'International migration'*, New York, 10-14 August 2007.
- Portes, A., Escobar, C. and Arana, R. (2008), "Bridging the gap: transnational and ethnic organizations in the political incorporation of migrants in the United States", *Ethnic and Racial Studies*, vol.31, no. 6, pp.1056-1090.
- Putnam, R. D. (2007), "E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century - The 2006 Johan Skytte Prize Lecture", *Scandinavian Political Studies*, vol. 30, no. 2, pp.137-174.
- Sampson, R. J. et al. (2005), "Civil society reconsidered: the durable nature and community structure of collective civic action", *American Journal of Sociology*, vol.111, no. 3, pp. 673-714.
- Schoeneberg, U. (1985), "Participation in ethnic associations: the case of migrants in West Germany", *International Migration Review*, vol.19, no. 3, pp. 416-435.
- Theiss-Morse, E. and Hibbing, J.R. (2005), "Citizenship and Civic Engagement", *Annual Review of Political Science*, no. 8, pp. 227-249.
- Tilly, C. (1978), *From mobilization to revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Van Londen, M., Phalet, K. and Hagendoorn, L. (2007), "Civic engagement and voter participation among Turkish and Moroccan minorities in Rotterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.33, no.8, pp. 1201-1226.
- Verba, S., Nie, N. H. and Kim, J.O. (1971), *The modes of democratic participation: a cross national comparison*, Beverly Hills, CA: Sage.
- Verba, S., Schlozman K. and H. Brady. (1995), *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, MA: Harvard University Press
- Vermeulen, F. (2006), *The migrant organizing process*, Amsterdam: IMISCOE /Amsterdam University Press.



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

II. PROGRAMAS E REFERÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS

A Obra Católica Portuguesa de Migrações e o movimento associativo imigrante em Portugal. Percursos e desafios ***The Portuguese Catholic Organisation for Migration and the immigrant associative movement in Portugal. Experiences and challenges***

Rui da Silva Pedro*

Resumo A Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM) tem desempenhado, ao longo das últimas décadas, um papel fundamental nos processos de integração das populações migrantes a residir em Portugal. De igual importância tem sido a sua intervenção a nível das associações imigrantes, sendo a criação do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL) no início da década de noventa, em colaboração com as associações de imigrantes e outros parceiros sociais, um exemplo paradigmático do compromisso da OCPM na dinamização e na capacitação do movimento associativo imigrante, na luta pelo reconhecimento e pelos direitos das populações imigrantes. A actuação da OCPM no SCAL bem como o trabalho mais recentemente desenvolvido em rede com as organizações de imigrantes e da sociedade civil, ganhou um protagonismo de grande importância nos processos de mobilização colectiva imigrante, norteados pela defesa dos direitos humanos, da igualdade, da democracia e da justiça social.

Palavras-chave movimento associativo imigrante, sociedade civil, direitos dos imigrantes, cidadania.

Abstract In recent decades, the Portuguese Catholic Organisation for Migration (OCPM) has played a major role in the integration processes of migrant populations residing in Portugal. Its work with immigrant associations has been equally important, in particular the creation in the early 1990s of the Secretariat for the Coordination of Associations for Legalisation (SCAL), in cooperation with immigrant associations and other social partners. This became a paradigmatic example of OCPM's commitment to the mobilisation and empowerment of the immigrant associational movement in its struggle for

* Ex-Director Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações. Comissão Episcopal da Mobilidade Humana / Former National Director of the Portuguese Catholic Organisation for Migration. Episcopal Commission for Human Mobility

recognition and for the rights of immigrant populations. OCPM's activity in the SCAL, as well as in the more recently developed networks of immigrant associations and civil society organisations, has been of utmost importance for collective immigrant mobilisation, orientated towards the protection of human rights, equality, democracy and social justice.

Keywords immigrant associativel movement, civil society, immigrants' rights, citizenship.

A Obra Católica Portuguesa de Migrações e o movimento associativo imigrante em Portugal. Percursos e desafios

Rui da Silva Pedro

Introdução

Aceitei com muito gosto o pedido dirigido pela amiga Ana Paula Beja Horta para escrever algumas páginas acerca do trabalho da Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM). Foi-me solicitada particularmente uma descrição do quadro geral, com a minha reflexão pessoal, sobre a intervenção desta Organização religiosa de âmbito nacional da Igreja Católica¹ no domínio do associativismo imigrante, bem como a sua contribuição para o trabalho “em rede” no seio da sociedade civil.

A participação da OCPM no que concerne à constituição, organização, coordenação e acção concertada do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL) foi determinante e decisiva no caminho do movimento associativo imigrante em Portugal na década de 1990. São muitos a reconhecer este facto, começando pelos próprios dirigentes associativos e sindicais que nele participaram activamente e académicos que, de forma crescente na nossa década, se vão sempre mais interessando pela imigração. O SCAL manteve-se interveniente e activo durante uma década graças ao elevado sentido do bem comum, valores de justiça e igualdade, à capacidade de diálogo democrático e paixão “invulgar” pelos direitos humanos.

É ao meu antecessor, o rev. P. Manuel Nobre Soares (actual prior da paróquia de Vale de Milhaços na diocese de Setúbal), na sua pessoa e singular capacidade de liderança e à equipa de colaboradores que constituiu ao seu redor, que se deve o êxito do papel determinante da OCPM, como coordenadora do SCAL. Em vários conselhos e instituições da sociedade civil foi convidado como personalidade pública devido à sua postura cívica e conhecimento da realidade. O SCAL foi um catalizador de interesses e visões em prol da “novidade social” que significou a imigração, marcadamente lusófona, colonial, africana, precária, irregular, na década de noventa do século passado.

Este modesto trabalho escrito, sem a possibilidade da consulta directa dos arquivos da OCPM, por me encontrar há pouco mais de dois anos em missão no estrangeiro, baseia-se na memória da proximidade e estreita cooperação que vivi com a OCPM, desde as minhas funções de director do Serviço Diocesano de Migrações (SDM) de Setúbal até ao ano 2000. Nesse ano fui chamado pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) a substituir o P. Manuel Nobre Soares na direcção nacional da OCPM. Desenvolvi o serviço de director nacional até ao dia 1 de Abril de 2007, responsabilidade que me permitiu, nos primeiros anos de desempenho das minhas novas funções, continuar o trabalho desenvolvido e participar nas últimas reuniões do SCAL. Este texto surge, assim, como um testemunho vivido e pensado de uma boa prática.

O Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização marcou a passagem do ciclo migratório “colonial-lusófono” ao ciclo “económico-europeu” potenciado pela

crescente complexidade do fenómeno migratório marcado pela maciça chegada, “não quotizada”, de milhares de cidadãos da Europa de Leste e de outras novas proveniências não europeias, que hoje são parte integrante do panorama da imigração e povoam o universo da diversidade associativa, cultural e religiosa em Portugal.

1. A era solitária da OCPM: quando a imigração era uma “questão social” ligada à pobreza

1.1. Estratégia de proximidade e intervenção directa

A filosofia de trabalho que a Obra, estrutura dependente da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana (CEMH) da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) mantém desde os anos oitenta tem criado uma providencial proximidade territorial e social com a complexa e “móvel” realidade da imigração em Portugal, em particular na vasta, (sub)urbana, multicultural e pluri-religiosa Área Metropolitana de Lisboa. A vontade de proximidade, a capacidade de ouvir os imigrantes, a relação humanizante, o dever de resposta aos problemas das pessoas segundo os princípios da defesa intransigente dos valores da vida, habitação, trabalho, acolhimento e justiça, provocaram certa “descaracterização” da própria Obra, despojando-a, assim, da sua dimensão estática e burocrática de secretariado executivo, lançando-a “na rua” com um dinamismo prático e interventivo em consonância com os princípios inspiradores da Bíblia e da Doutrina Social da Igreja (DSI).

A opção de intervenção directa nem sempre conquistou o consenso da inteira CEP, apesar do grupo de bispos integrantes da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana, conduzidos pelas presidências de D. Manuel da Silva Martins, D. Januário Torgal M. Ferreira e D. António Vitalino Dantas, terem sempre apoiado e acompanhado de perto a evolução do trabalho e a actividade de representação da OCPM, em nome da Igreja, nos vários fóruns, campanhas, congressos e iniciativas solidárias da sociedade civil.

A resposta às necessidades concretas das pessoas e associações que recorriam à OCPM, levou a organização católica: a participar em reuniões, celebrações e festas de imigrantes nos próprios bairros; a apoiar e a consolidar a auto-organização dos próprios grupos de imigrantes no processo que vai da comissão instaladora à formalização da associação; a abrir um gabinete de apoio jurídico e psico-social na sua própria sede; e, mais recentemente, a ser parceria no Centro de Acolhimento Temporário S. João de Deus; entre outras actividades, também a “ser voz”, junto das instituições democráticas do poder central e local, de uma multidão de casos concretos de pessoas e situações de grupos informais e organizados (ex. comissões de moradores: embrião natural de muitas associações africanas). A OCPM, em sinergia com outras organizações da Igreja, tais como a Cáritas Portuguesa (CP), o Centro Padre Alves Correia (CEPAC), os Missionários Scalabrinianos e Verbits, o Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS) e os Secretariados Diocesanos da Pastoral de Migrações (SDPM) – continente e ilhas – desenvolveu um trabalho de sensibilização, informação, formação e mobilização com vista à capacitação dos operadores pastorais das estruturas da

Igreja. Promoveu ainda a partilha universal de recursos humanos e financeiros da Igreja canalizando-os para as muitas questões sociais e problemáticas jurídicas da imigração e asilo.

1.2. Identificação e solidariedade com o mundo associativo

A emergente realidade dos imigrantes africanos e brasileiros a braços com os imperfeitos três Processos de Regularização Extraordinária de Imigrantes (em 1992/3, 1996 e 1998) e o acompanhamento necessário dos refugiados de Timor Leste e evacuados da guerra na Guiné-Bissau, desde a década anterior, mobilizaram muito trabalho “de terreno” e recursos “solidários” postos à disposição pela CEP. Contudo, em nada a OCPM diminui a sua principal missão de animação, informação, formação e coordenação dos Secretariados Diocesanos da Pastoral de Migrações (SDPM), assim como o trabalho de apoio e coordenação das Comunidades Portuguesas (CP) mediante as estruturas designadas por Missões Católicas de Língua Portuguesa. Um dos sinais deste compromisso com duas frentes foi a realização do 1º Encontro Mundial das Comunidades Portuguesas no Porto, no ano 2005.

O tipo de acção interventiva a nível local conduziu muitos parceiros associativos e instituições do próprio Estado a identificá-la com uma associação cívica ou mesmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPPS). Contudo, não o é, nem penso que o venha a ser no próximo futuro. É claro que se fosse certamente facilitaria, sem margem de dúvida, o acesso a muitos e diversificados recursos por parte de fundações, poder central e local, União Europeia, do próprio Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), mediante a natural apreciação do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI). Também facilitaria a formalização de outras parcerias e participações às actividades da Obra, porém correriam risco, a meu ver, algumas das componentes únicas que definem a sua identidade institucional e “atipicidade” como organização da sociedade civil. A saber: a afirmação da isenção política e partidária, a dependência da solidariedade dos cristãos, a flexibilidade da sua estrutura e da sua resposta solidária, a consciência crítica e vigilância constante sobre as instituições e violações dos direitos, a independência da sua acção, a credibilidade da sua palavra, os critérios cristãos da sua solidariedade, a capacidade de diálogo aberto, ecuménico e plural com todas as forças que interagem ao serviço dos migrantes, suas famílias e associações.

Mesmo não sendo associação, a OCPM, na pessoa do P. Manuel Soares, tornou-se parte do núcleo fundador, conjuntamente com as maiores associações de imigrantes, no Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas (CMCIME) de Lisboa. Conselho fundado em 1993 e, do que tive conhecimento, reestruturado em 2007, com o alargamento a 17 entidades cívicas e com outro nome: Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania.

A Obra é ainda parte, desde a constituição em 1998, do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI) do ACIDI, representando, sob nomeação do Alto-Comissário, as Organizações da Sociedade Civil que “trabalham com imigrantes” (art. 5º 2 do Decreto-Lei nº 251/2002 de 22 de Novembro).

Na verdade, diante de vários convites para parcerias, não foram poucas as vezes que tive que explicar o tipo de organização canónica que é OCPM, à luz da Concordata, na sua estrutura, metodologia, filosofia, nos seus limites e nas suas possibilidades. Na verdade, devido à flexibilidade das legislações produzidas a nível da imigração para conselhos consultivos nacionais e autárquicos, aprovadas sobre a vigilância atenta e competente do ACIDI, mantém-se a possibilidade da participação de uma variedade de organizações civis, sem que se reduza o âmbito dos intervenientes exclusivamente ao mundo do associativismo, reconhecido segundo os requisitos exigidos por lei. Convém continuar a reconhecer a “informalidade” de muitas organizações que prestam um serviço real e próximo às várias categorias de cidadãos em vulnerabilidade.

1.3. Da experiência associativa dos emigrantes portugueses ao associativismo imigrante no país

Creio que a originalidade da intervenção cívica da Obra se caracteriza precisamente pela intercomunicação contínua e recíproca iluminação entre as duas faces visíveis da única mobilidade humana que, há quase 50 anos, atravessa em profundidade e intensidade, em qualidade e quantidade, a realidade nacional a nível cultural, demográfico, social, político e religioso do país.

Na segunda metade dos anos 80, a OCPM lança-se, com alguns parceiros, sobretudo da área sindical e religiosa (ecuménica) no mundo “desconhecido” e “virgem” da imigração em Portugal. É a grande experiência acumulada, desde a fundação em 1962, a nível do vasto mundo do associativismo dos emigrantes portugueses no estrangeiro e de organizações de emigrantes no país, que habilita a OCPM para a “inserção associativa” junto da imigração em Portugal.

O conhecimento e reconhecimento da força cultural, linguística, política, dialogante socialmente e participada a nível da integração, das organizações de cidadãos portugueses na diáspora, manteve a OCPM atenta, por um lado, às prementes necessidades humanas e familiares das comunidades imigrantes, sobretudo, africanas lusófonas e, por outro lado, ao acompanhamento e consolidação do mundo associativo em Portugal.

Para termos uma ideia do “húmus” em que nasce, e se situa o SCAL, convém lembrar que, até ao ano 1980, se conhecia apenas uma única associação de imigrantes constituída segundo os requisitos legais: a veterana Associação Caboverdeana de Lisboa (ACVL). Entidade com quem a OCPM mantém, desde há mais de três décadas, uma fecunda relação de cooperação institucional e colaboração nas múltiplas iniciativas locais e territoriais. A década de 80 marca o momento de arranque do associativismo imigrante na qual as poucas organizações envolvidas dão os primeiros passos em acções conjuntas, muitas limitadas a territórios bem definidos socialmente (bairros com grande percentagem de africanos), sem as condições jurídicas e os recursos que hoje felizmente conseguiram atingir. Em 1990, encontravam-se já constituídas dez associações de imigrantes, todas ainda voltadas para as diferentes comunidades africanas. É apenas em 1992 que se constituiu a Associação Casa do Brasil de Lisboa abrindo o caminho à pluralidade e diversificação do associativismo ligado à imigração.

É precisamente no seio desta realidade associativa emergente e ainda bastante homogénea, porque lusófona, apoiada por uma “rede” de organizações da sociedade civil, como as duas grandes Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT, o Conselho Português para os Refugiados (CPR), o Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC), a OCPM, a Organização Internacional de Migrações (OIM), com o apoio de alguns Municípios e Freguesias que se criam as premissas favoráveis à necessária constituição oficial do SCAL em 1991. O SCAL apresenta-se como a fase madura da actividade conjunta que a nível local era já realizada na base através de uma notável quantidade de associações e entidades privadas, muitas constituídas por voluntários, activistas políticos e militantes sociais.

Este Secretariado permanecerá o primeiro colectivo dos imigrantes, mandatado pela massa associativa e cívica que representará o trabalho de base das entidades e associações. Surgiu, da vontade explícita dos próprios imigrantes, seus descendentes, aliados sociais e religiosos, de falar a “uma só voz” para maior incidência social e de trabalhar com “uma só estratégia” política como resposta às dificuldades de vida dos imigrantes e suas organizações. O SCAL comprometeu-se numa maior cooperação com o Estado com vista à resolução dos problemas das comunidades imigrantes face às suas estruturas burocráticas e policiais implicadas na imigração: Inspeção-Geral do Trabalho (hoje Autoridade para as Condições do Trabalho), Segurança Social, Ministério da Administração Interna, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (hoje para o Diálogo Intercultural), Ministérios da Justiça e da Saúde, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre outros. De facto, o SCAL nasceu para actuar concretamente no 1.º Processo de Regularização Extraordinária de Imigrantes e prolongou a sua acção devido às contínuas alterações legislativas sobre a “situação dos estrangeiros” que a sucessão dos Governos foi apresentando às comunidades imigrantes e ao país.

2. A era pioneira do SCAL: quando a imigração se torna uma “questão social e política”

2. 1. A década de 90: a viragem no movimento associativo

Como acontece com a maioria das organizações humanas também o SCAL surgiu num contexto particular histórico como: resposta colectiva a problemas sociais e a necessidades concretas (legalização); desafio de articulação interna entre parceiros diferentes para conjugação de esforços e aproveitamento de recursos; palco livre de denúncia de injustiças e ambiguidades “administrativas” e judiciais. O SCAL, numa atitude de cooperação aberta com o ACIME, aparece como respeitado mediador e negociador vigilante entre poder central e as comunidades imigrantes na promoção dos direitos humanos dos imigrantes: grupo marcado pela vulnerabilidade, marginalização, irregularidade, xenofobia na sociedade em acelerada “mutação” após a adesão à União Europeia.

O SCAL, interlocutor “preferencial” do Estado é solicitado, pelos poderes central e local, a um trabalho de monitorização das três regularizações realizadas nos anos

noventa. A participação nos Processos de Regularização Extraordinária marca a “viragem” do movimento associativo rumo a uma intervenção mais política (*advogacy*), menos assistencial e de emergência social. Dimensão inovadora reforçada pela institucionalização do diálogo com os partidos políticos (eleições) que o constitui como o primeiro grupo de pressão cívica dos imigrantes sobre o poder central, estruturas da Administração Pública do Estado e do Parlamento. O SCAL tornou-se num grupo pe-rito a nível da legislação de estrangeiros, como representante dos imigrantes e suas associações. O SCAL foi convidado a pronunciar-se no Parlamento sobre a nova “lei de imigração”. Pelas suas observações e recomendações aos partidos políticos e ao próprio Governo tornou-se numa organização “cívica” falada no Parlamento. Muitas das propostas formuladas foram ouvidas e aprovadas por unanimidade por todos os partidos com assento parlamentar.

O SCAL, com o consenso geral do mundo associativo que o constituiu, marca o momento da emancipação associativismo imigrante como parte específica do “*lobby*” do Terceiro Sector e parceiro social imprescindível, reconhecido por todas as forças políticas, sociais, económicas e religiosas. O SCAL deu visibilidade e credibilização ao movimento associativo dos imigrantes.

Na verdade, a década em estudo caracterizou-se por um período muito conturbado, contraditório e precário devido à “mobilidade” das várias legislações, regulamentações e procedimentos administrativos no campo da imigração. A legislação nacional ia-se progressivamente adaptando às directivas e medidas legislativas comunitárias emanadas e aprovadas pela União Europeia. Em geral, medidas legislativas e jurídicas, extraordinárias e desajustadas à realidade nacional. Na verdade, originaram uma série de situações humanas para as quais as próprias leis não tinham a resposta completa de cidadania, mendigas de mecanismos que garantissem a eficácia legal, justiça social e bom senso, reivindicada repetidamente pelas associações. Muitas situações eram casos pessoais e familiares “pendentes” marcados pela diversidade de situações criadas ao longo de duas décadas marcadas pelas consequências do processo administrativo nacional provocado pelas descolonizações do ano 1975.

Leis pontuais, imperfeitas, avulsas, não aderentes totalmente à realidade concreta, ora por desconhecimento dos grupos parlamentares, ora pela distância das estruturas do Estado que legislavam temendo uma invasão motivada por eventuais procedimentos mais bondosos de legalização. Apesar de necessárias na altura, as leis de Regularização Extraordinária revelaram-se na prática, por vontade política explícita dos governantes, incapazes de “legalizar” eficazmente todos os grupos e categorias de imigrantes em “situação irregular”. Leis precárias quanto à regulamentação dos fluxos migratórios africanos já fixados no país ou aos novos fluxos, como as “vagas” de cidadãos do Brasil.

2. 2. *O papel e a representatividade da rede do SCAL*

O SCAL nunca formalizou em estatuto a sua estrutura interna, mantendo-se ao longo de todo o seu percurso um grupo de características informais, onde a relação pessoal entre os dirigentes e entre as respectivas associações se sobrepunha aos interesses

políticos, ideológicos e económicos. O protagonismo pessoal inerente à militância cívica desenvolvia-se dentro do próprio Secretariado Coordenador, reforçando assim esta estrutura representativa, com forte sentido de que a luta era comum e que só unidos se atingiria o necessário reconhecimento pelo Governo e o eficaz diálogo institucional. O SCAL estabeleceu-se como grupo de trabalho e diálogo, em representação da Assembleia Geral das Associações, e foi constituído inicialmente por 7 entidades: Associação Caboverdeana de Lisboa (ACVL), Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), Associação Casa do Brasil de Lisboa (ACBL), Associação de Coordenação dos Migrantes Angolanos (ACMA), Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP/IN - Departamento de Migrações), União Geral de Trabalhadores (UGT- Departamento de Migrações) e Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM).

O SCAL teve uma acção vasta e eficaz devido ao empenhamento generoso, apaixonado e voluntário dos dirigentes associativos, sindicais, sociais e religiosos que o constituíam. A maioria, vivendo do próprio trabalho para o sustento pessoal e familiar, encontrava-se para a concertação e articulação do trabalho estratégico, preparação de campanhas e apoios às associações representadas na rede, em geral, em horário pós-laboral. O SCAL teve que enfrentar muitas contrariedades, quer internas quer externas, devido às tensões que a participação cívica plural associativa sempre encerra.

Elenco algumas das áreas em que o SCAL se empenhou:

a) Sensibilização para a legalidade junto dos próprios bairros

O SCAL, como entidade colectiva, e cada uma das organizações em particular, multiplicaram-se em campanhas de sensibilização e mobilização *in loco* para que a todos os lugares, mesmo aos mais marginais e segregados nos subúrbios de Lisboa e Porto, na região do Algarve e península de Setúbal, chegasse a informação sobre a regularização e educação para a legalidade.

Aproveito para informar que, na margem sul do Tejo, o SCAL foi ajudado pelo colectivo baptizado de Comité de Associações Pró-Legalização (CAPROL), apoiado pelo Município do Seixal. Este, filho do SCAL, deslocou-se a todos os bairros da península setubalense (desde o Bairro Amarelo no Pragal ao Bairro Casquilhos no Barreiro) para uma campanha distrital de sensibilização dos imigrantes para a legalidade, com panfletos, anúncios com megafone e sessões de esclarecimento, por ocasião do 2º Processo de Regularização Extraordinário de 1996 (cfr. Lei nº 17/96). Como director do Serviço Diocesano de Migrações de Setúbal, tive a honra de integrar esta “parceria local” associativa constituída em 1996, no Seixal, por oito entidades, das quais cinco eram associações de imigrantes. A CAPROL era constituída por: Associação Africana do Barreiro (AAB), Associação Caboverdeana do Seixal (ACS), Associação Caboverdeana dos Amigos da Margem Sul do Tejo (ACAMST), Centro Europeu de Formação e Estudos sobre Migrações (CEFEM), Frente Anti-Racista (FAR - núcleo do Seixal), Organização da Juventude Santomense (OJS), Comissão Caboverdeana de Setúbal (hoje já Associação -ACS) e Serviço Diocesano de Migrações de Setúbal (SDM). Tive a

feliz dita de representar a CAPROL em algumas reuniões de trabalho e estar presente em audiências do SCAL com o MAI, ACIME e SEF, em Lisboa. O SCAL foi recebido muitas vezes pelo MAI para acertar soluções conjuntas entre o Governo e sociedade civil e grande parte das recomendações foram felizmente tidas em consideração para o bem-estar e dignidade de todos: imigrantes e portugueses.

b) Informação geral, em cooperação com o SEF e o ACIME

O objectivo era salvaguardar os imigrantes da desinformação praticada por redes de intermediários pouco transparentes e favorecida pelas contínuas mudanças legislativas, a nível dos requisitos para a regularização da permanência ou residência. O SCAL realizou inúmeras sessões de esclarecimento sobre as condições requeridas pelos processos de regularização, em parceria com entidades governamentais responsáveis pelos processos. Foi graças a esta parceria que a Administração Pública foi adaptando e melhorando, não só a sua relação com o público imigrante mas também reestruturando o seu serviço aos imigrantes e seus descendentes.

c) Apoio jurídico

Houve uma intervenção multiplicada por diferentes “centros”, sob a responsabilidade das associações, com apoio das Juntas de Freguesia, Municípios, Colectividades e Paróquias. O SCAL, diante das medidas legais e exigências jurídicas, procurou aliados junto do voluntariado e capacitou operadores para este serviço, em geral, gratuito, mantido por assistentes sociais e advogados voluntários. A experiência da “escuta quotidiana” das situações e do mau relacionamento dos imigrantes com os serviços administrativos do Estado - impreparados técnica, cultural, linguística e antropológicamente para “acolher” o público estrangeiro - levou o SCAL a apresentar elencos de sugestões e recomendações, a nível dos temas da residência e nacionalidade, para regulamentação mais abrangente e atitude administrativa menos nefasta e “incomunicável” para com os imigrantes.

d) Apoio sindical

Os departamentos das migrações das duas maiores centrais sindicais empenharam-se, capacitando os seus postos de atendimento com informação apropriada sobre os direitos dos trabalhadores estrangeiros e afinando as suas estratégias de moralização dos estaleiros, do mundo do trabalho em geral, através da denúncia de empregadores prevaricadores, resolução de situações injustas do ponto de vista remuneratório e discriminatórias na igualdade dos direitos. Era permanente o apelo à sindicalização como forma de participação cívica na sociedade de acolhimento em defesa do trabalho digno e justo.

e) Apoio psico-espiritual

A OCPM, através da sua participação activa no movimento associativo mas sem nenhuma intenção de proselitismo, fiel à sua filosofia de ecumenismo e diálogo inter-religioso, multiplicou-se e mobilizou Paróquias, Centros Sociais e Paroquiais, Se-

cretariados da Pastoral de Migrações para o apoio espiritual e religioso das várias comunidades religiosas. Foram constituídas as capelanias de imigrantes para um acompanhamento específico cultural, das quais a Capelanía dos Africanos de Lisboa é das mais antigas e activas. O objectivo do apoio religioso era a integração plena que assume também os valores espirituais, a transcendência e a cosmovisão que cada cultura encerra nas suas tradições e língua. As religiões são actrizes de paz, convivência, solidariedade e fraternidade se entendidas como parte integrante do processo de diálogo e encontro entre povos.

f) Advocacy e Lobby

Estas duas dimensões foram a novidade do movimento associativo da década de noventa. O SCAL foi a primeira acção conjunta das associações de imigrantes e organizações na defesa dos direitos e liberdades humanas. Expressão da atitude de *lobbying* e momento alto da maturidade do movimento associativo foi a eleição, pela primeira vez na história portuguesa, de dois dirigentes associativos africanos (os deputados Fernando Ká, da Guiné-Bissau para a legislatura de 1991, e Celeste Correia, de Cabo Verde, para as legislaturas de 1995 e 1999) para o Parlamento da República Portuguesa.

g) Participação e Cidadania

Foram muitas as acções, apoiadas por partidos políticos, Embaixadas, ACIME e OIM, com vista ao: recenseamento eleitoral no país de origem e acolhimento; ao direito de voto para os imigrantes à luz do princípio da reciprocidade; à candidatura dos primeiros dirigentes associativos nas eleições autárquicas e legislativas; ao debate sobre a lei da nacionalidade e direitos dos descendentes de imigrantes (2.ª Geração). Tem-se continuado em diferentes frentes a vigilância sistemática, hoje mais apoiada que antigamente pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial do ACIDI, no que concerne à imagem pública dos imigrantes, suas comunidades e seus descendentes, a nível dos meios de comunicação social.

h) Apoio social no campo da saúde, educação, habitação e trabalho

Numa época de poucos recursos públicos à disposição das associações para uma adequada intervenção social, as associações constituídas, as “comissões de moradores” ou grupos informais multiplicaram-se em respostas solidárias face a uma imigração marcada pela pobreza cultural, habitação “ilegal” ou “realojada” e marginalidade a nível da educação, saúde e trabalho. Eram estas as áreas principais de intervenção para as quais, na altura do SCAL, estava voltado o movimento associativo. Hoje parecem ser as áreas cultural, desportiva, profissional, juventude e política a adquirir maior importância a partir do perfil das candidaturas apresentadas, nos últimos anos ao ACIDI, para a devida apreciação do COCAL.

2.3. A “experiência” do programa ASETISC

O Estado e suas organizações, à medida que iam conhecendo as situações precárias de muitas famílias “em situação de carência”, pela mão segura e bem enraizada socialmente do SCAL, decidiu atribuir, de forma extraordinária e com a mediação do ACIME, um “subsídio” para a realização de micro-respostas de apoio social às necessidades dos imigrantes, suas famílias e seus descendentes. Contemporaneamente foi também contemplado com um subsídio o Conselho Português para os Refugiados (CPR) para colmatar graves dificuldades sentidas pela realidade dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal. O CPR, como também outras organizações como a OIKOS e a COPIC, partilharam com o SCAL parte do caminho inicial e das lutas associativas da altura.

O SCAL baptizou o programa de “Apoio Social Extraordinário e Temporário a Imigrantes em Situação de Carência” (ASETISC) e teve como sede operativa o escritório da OCPM em Lisboa. Ficou decidido, por unanimidade, que os recursos financeiros seriam confiados à OCPM, “geridos” de forma isenta por uma pessoa da confiança da parceria e votados pelos membros do SCAL. A escolha da pessoa isenta caiu sobre uma cidadã brasileira que avaliava a apresentação de candidaturas, segundo os requisitos universais definidos pelo SCAL e exigidos a todas as associações interessadas, incluindo as associações e entidades representadas no SCAL. Esta modalidade, apesar de transparente e privilegiar a única “parceria” reconhecida pela maioria das associações e pelo próprio Estado, não se apresentou tema pacificamente aceite. Sendo a atribuição e administração dos dinheiros, em geral, assunto fracturante entre as associações, o SCAL apesar das dificuldades a este nível, conseguiu sempre superá-las sem que enfraquecessem a acção conjunta. Certas associações cívicas que, não convém aqui nomear, manifestaram-se em discordância com a modalidade da atribuição dos dinheiros públicos e fizeram até recurso às instituições competentes.

A decisão colectiva sobre a atribuição directa dos “micro-subsídios” às associações, e através destas a muitas famílias imigrantes em situação de crise, foi durante alguns anos a actividade “humanitária” que manteve unido, coeso e activo o SCAL. Além, como é óbvio, de todas as outras acções de intervenção sócio-política em favor do acolhimento digno, legalidade participada, educação e integração plenas. Muitas das verbas distribuídas pelo Secretariado tiveram como objectivo a formação de dirigentes associativos com vista a capacitar as associações na apresentação de projectos para a União Europeia.

A meu ver, o SCAL foi uma “boa prática” associativa pois encerrava no seu programa de acção uma variedade de dimensões, expressão viva da diversidade de entidades que o compunham. Cada associação e entidade cívica podiam contribuir para o bem comum da parceria com o específico que a caracterizava e recursos que possuía. Além dos grupos organizados, houve personalidades cívicas que contribuíram em muito para a missão do SCAL, sobretudo, no que concerne a assessoria jurídica e política. O SCAL, parceria mista, ensinou que uma rede deve garantir e gerir a diversidade e complementaridade para que o serviço comum a prestar seja abrangente, continuado e criativo.

Na verdade, na década de 90, após a criação do ACIME (1996), os recursos à disposição das associações mantinham-se escassos, apenas de cariz extraordinário provindo, sobretudo, de entidades privadas, algumas ligadas à Igreja. O mundo das Fundações ainda não tinha despertado para a realidade complexa da imigração. Facto que acontecerá só na década seguinte graças às políticas e recursos (programas) postos à disposição pela própria União Europeia e à mudança de estratégia das Fundações a nível da própria intervenção social solidária, face à centralidade e pertinência das migrações na agenda internacional.

3. A era do ACIME / ACIDI: quando a imigração se torna uma questão de “integração e de investigação”

3.1. O ACIME e o associativismo imigrante

A partir da experiência do SCAL pode-se concluir que a evolução do movimento associativo segue a interdependência do ambiente social e político no qual se insere. A alternância política experimentada com as várias eleições na década de 90, sobretudo a mudança de 1995, onde o Governo PSD dá lugar ao Governo PS, favoreceu a “acção crítica” do SCAL e marcou decisivamente o movimento associativo imigrantes com a decisão sobre a constituição do ACIME. Podemos assim, de forma breve e empírica, dividir a intervenção e capacitação do movimento associativo em três períodos intimamente ligados à evolução do organismo criado pelo Estado para o acolhimento e integração dos imigrantes que foi o ACIME, hoje ACIDI, IP.

a) Período 1990-1996: anterior à criação do ACIME

Este foi um período marcado essencialmente pela “emergência social” da imigração. As respostas das pequenas dez associações existentes eram de carácter territorial, solidariedade social e concentradas na regularização legal. Foi durante este tempo que se criaram as bases para a emancipação futura do movimento associativo e intervenção política directa através do COCAI (criado pelo Decreto-Lei n.º 39/ 98). A mediação do Alto-Comissário, Dr. José Leitão, nomeado pelo Governo foi decisiva. O Alto-Comissário (criado pelo Decreto-Lei n.º 3-A/96), antes de ser escolhido pelo Governo PS do Dr. António Guterres, era já uma pessoa muito conhecida dos imigrantes e muito próxima das comunidades pela sua militância social, jurídica e política. Ele colaborou em muitas assembleias de associações, teve um papel activo na constituição do SCAL e assíduo participante nas iniciativas públicas do mesmo.

Começando a antecipar algumas conclusões deste artigo acho que talvez uma das razões do enfraquecimento do SCAL, no início do 2.º Milénio, possa ser encontrada no facto de que a maioria dos dirigentes associativos, sindicais e religiosos implicados no SCAL terem sido nomeados em 1998 para integrar o primeiro Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI). Assim como outros líderes associativos e militantes dos direitos humanos, também ligados ao SCAL, terem sido escolhidos em 1999 para a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR). As pessoas e suas organizações, que antes se encontravam num Secretariado informal

e democrático, passaram a encontrar-se num espaço estruturado de consulta e de decisão com outras condições e responsabilidades de maior incidência política junto do Governo, suas instituições e da própria sociedade civil.

b) Período 1996-2002: ACIME de primeira geração

Não obstante, os passos de crescente cooperação institucional das associações de imigrantes com o Governo, o SCAL manteve-se um espaço alternativo, único, independente, mais informal e livre, onde as associações continuaram a concertar as suas estratégias e parcerias na fidelidade ao resto do mundo associativo não representado no COCAL. O Secretariado Coordenador permanece o garante do diálogo social e político da gama de associações – maiores e menores, fortes e fracas – e entidades de âmbito mais local e regional do Terceiro Sector. É como SCAL que as associações prosseguem seu *lobby* no mundo do associativismo português, suas campanhas, audiências aos partidos políticos, às estruturas da Administração do Estado, às representações diplomáticas das comunidades imigrantes e desenvolvimento criterioso e “solidário” do Programa ASETISC.

Em 1998, em vésperas de novas leis – Regime Jurídico das Associações de Imigrantes (Decreto-Lei n.º 115/99) e Regime de Representatividade das Associações (Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio), já se podiam contabilizar cerca de 80 associações (na sua grande maioria ainda africanas!). Algumas de constituição recente, com dirigentes ainda pouco experientes, encontravam no SCAL o grande apoio para a sua acção local solidária, projecção pública e iniciação no trabalho em rede. É precisamente no seio da Assembleia Geral das Associações, que o SCAL, sob a coordenação e moderação da OCPM, procede à escolha e indigitação das duas pessoas, previstas na lei, para integrar, como representantes da sociedade civil, a Comissão Nacional para a Regularização Extraordinária (CNRE). A escolha recaiu, na altura, sobre um dirigente ligado à comunidade angolana para representar o associativismo imigrante e sobre a adjunta do director da OCPM, como representante do ACIME. Mais uma presença conjunta do associativismo e da Igreja para que o “humanismo” fosse contemplado no meio dos papéis e garantida a participação da sociedade civil na avaliação “caso a caso” das milhares de situações irregulares pendentes no MAI e SEF.

c) Período de 2002-2007: ACIME de segunda geração

Nesta fase, após a década protagonizada pelo SCAL, assiste-se à reestruturação do ACIME em 2002, pela influência do Alto-Comissário, Pe. António Vaz Pinto, pela grande competência do seu adjunto, Dr. Rui Marques, e equipa colaboradora. Uma equipa constituída por pessoas até então desconhecidas do mundo associativo imigrante e distantes das suas lutas que duravam já há duas décadas, mas que em pouco tempo tornaram-se parceiros imprescindíveis e qualificados dos imigrantes e suas associações. O ACIME constituiu-se gradualmente como entidade sólida, ambiciosa politicamente e bem articulada a nível interministerial, graças também ao grande *budget* conseguido através da aprovação consensual do Governo. É nesta primeira reestruturação que alarga significativamente a sua acção e visibilidade, animação e coordenação através da “assimilação dos direitos de autor” da maioria das iniciativas até então em curso porque “inventadas”

e “geridas” exclusivamente pelo mundo associativo comprometido com as comunidades imigrantes. Muitas destas iniciativas foram estrategicamente integradas na filosofia de acção e estrutura “flexível” que sempre inspirou o ACIME. Colocou-as em rede e dotou-as de significativos recursos humanos e financeiros com base nos orçamentos das instituições do Governo. A escassez dos recursos e meios à disposição, fruto da quotização e actividades dos sócios, levou a maioria das associações a filiarem-se oportuna e imediatamente na “estrutura subsidiária e flexível” que caracteriza até hoje o ACIDI, dando origem assim à rede nacional dos Centros Nacionais de Apoio aos Imigrantes (CNAI) e os Centro Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) onde a sociedade civil tem uma significativa participação e funciona a nível local como rosto da instituição do Estado. A reestruturação abriu inevitavelmente novas e interessantes perspectivas à intervenção do ACIME, como o preferido parceiro contemporaneamente “cívico” e “governamental” por parte das associações de imigrantes. Foram assim ultrapassadas as “boas práticas” pioneiras levadas a cabo, com grande empenho, pelo anterior Alto-Comissário, Dr. José Leitão. Coincidiu ainda com o fim do programa ASETISC do SCAL, acção que mobilizou e envolveu intensamente os parceiros na sua actuação solidária. A coesão interna e a urgência operativa do SCAL diminuía à medida que o movimento associativo crescia, se profissionalizava e adería à rede de recursos locais e nacionais criados pelo novo ACIME.

É o momento em que as associações, guiadas pelos seus dirigentes, mas também por uma geração emergente de novos dirigentes, se lançam na procura do próprio protagonismo, sem a parceria dos clássicos aliados sindicais e religiosos, entusiasmados pelas novas perspectivas que se desenhavam no domínio do associativismo.

Na passagem do milénio assiste-se à acelerada “orientalização” dos fluxos migratórios para Portugal face à tradicional característica “afro-brasileira” prevalecente desde os anos setenta. Comunidades de cidadãos oriundos da Europa de Leste começam a estabelecer-se no país, com a sua força de trabalho, cultura eslava, língua foneticamente desconhecida, religião distante apesar de cristã, e situações de vida marcadas também elas pela incontornável “irregularidade”, transporte clandestino e tráfico de pessoas seja para a indústria do sexo, seja para o trabalho informal. Este fluxo provocou alterações significativas na gestão do associativismo imigrante e na sua representação junto de conselhos municipais, nacionais (COCAI) e redes.

Fruto da minha observação, cito algumas características do ACIME de segunda geração que, a meu ver, influenciaram o mundo associativo na “fase económica” da imigração:

- Apropriação por parte deste organismo do Estado da maioria das ideias e das acções que até então eram apanágio do associativismo imigrante, de entidades privadas e redes associativas, como acontecia com o próprio SCAL, designadamente cursos de português, centros de apoio jurídico e legal, centros sociais de solidariedade, instrução de processos de legalização e renovação de documentos, postos informais de oferta de emprego, apoio à habitação e à saúde, canais privilegiados de contacto com as instituições do Estado, entre outros.

- Estatização do COCAI. Na verdade, das cinte e seis organizações representadas no Conselho Consultivo apenas oito eram associações de imigrantes e quatro entidades que trabalham com imigrantes ligadas à Igreja e aos Sindicatos. Todas as outras eram representações ligadas às estruturas do próprio Estado. A maioria eram pessoas nomeadas pelos directores gerais dos serviços, com pouco conhecimento e intervenção a nível das problemáticas reais das comunidades imigrantes. Os representantes dos imigrantes eram os únicos que passavam por um acto eleitoral de representatividade que, em geral, era muito pouco participado, seja a nível de candidaturas de dirigentes, seja a nível dos eleitores imigrantes.

- Dependência do associativismo na estrutura da rede dos Centros Nacionais e Locais de Apoio ao Imigrante, através da profissionalização dos serviços, inculturação específica do serviço prestado e “co-financiamento” dos projectos particulares. A cooperação associações – ACIME surgiu para muitos como possibilidade de empregabilidade e de sustentamento económico de iniciativas das associações até então mantidas com dificuldade pelos próprios sócios.

- Qualificação do associativismo através do apoio técnico à constituição jurídica das associações, segundo as exigências da Lei, do apoio à capacitação para a liderança dos dirigentes e formação para candidaturas a programas de financiamento indicados pelo próprio ACIME.

- Através do Observatório da Imigração,² o estudo científico e sistemático da imigração nas suas mais diversificadas vertentes e valências para um real conhecimento em “quantidade” e “qualidade” do fenómeno. Apesar de o mundo académico ter despertado, como grupo de interesse, tarde para a imigração, os vários estudos, emanados pelo Observatório da Imigração, permitiram “despir” a imigração de mitos, preconceitos e insinuações mediáticas e ideológicas que deformavam a imagem pública dos imigrantes, suas comunidades e sua relevância social, económica e religiosa. Os estudos contrariaram a desinformação que impedia o acolhimento e encontro recíprocos, assim como o reconhecimento do significativo contributo decisivo da imigração para a economia nacional, sustentabilidade do trabalho, equilíbrio da Segurança Social, natalidade da nação, diversidade religiosa e cultural. Em vários estudos do Observatório e artigos do Boletim Informativo (BI) do ACIME a acção do SCAL surgiu como realidade incontornável na compreensão das primeiras articulações colectivas da sociedade civil face às delicadas e complexas questões sociais, legais e políticas levantadas pela imigração e asilo.

3. 2. As redes colectivas do associativismo ligado à imigração

As associações de imigrantes, de forma exclusiva ou inclusiva face a outros aliados, tendo como modelo pioneiro o SCAL, têm vindo a constituir-se em redes. Ao longo da evolução do processo de participação cívica têm surgido variadas formas de “filiação” e “parceria”, em geral ligadas ao calendário político nacional e europeu. Da fase inicial caracterizada pelas primeiras formas de agregação (SCAL e CAPROL) ligadas aos Processos de Regularização Extraordinária de Imigrantes passou-se ao desenvolvimento de “redes”, ora mais abrangentes, ora mais restritas.

Cito as redes de que tive conhecimento e com as quais me cruzei durante o meu serviço à imigração:

- Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL)

Constituído em 1992 e suspenso em 2002, mas nunca extinto oficialmente. Na verdade, nunca foi oficialmente dissolvido pelos respectivos parceiros, em grande parte devido às suas duas características: informalidade jurídica e relacionamento fraterno entre dirigentes. Todos eles ainda hoje, de uma forma ou de outra, muito activos e intervenientes através das várias redes que animam a sociedade civil e conselhos consultivos de âmbito nacional ou autárquico. O SCAL pretendeu ser uma acção conjunta das associações de imigrantes, com os Sindicatos e a Igreja, empenhadas *in solidum* na legalização, integração e intervenção política. A OCPM desenrolava a função de coordenadora e funcionava como sede oficial.

- Secretariado Coordenador de Associações de Imigrantes (SCAI)

Em 2002 as associações de imigrantes, na sequência da suspensão recente do SCAL, e encontrando-se o panorama da imigração alterado devido à intensa presença de novas comunidades imigrantes não lusófonas, lançam-se na busca de um “espaço reivindicativo próprio”, constituindo uma nova rede. Porém, desta vez, sem outros aliados da sociedade civil para que não sejam outros a falar e negociar “em nome” dos próprios imigrantes. O SCAI, ao que me pareceu, apresentou-se portanto como um Secretariado constituído exclusivamente por associações de imigrantes. Constituído pelas “grandes” associações, passa a ser este doravante o Secretariado expressivo do associativismo imigrante, com vocação de interlocução directa com ACIME, poder político e mundo associativo que parece contar hoje com cerca de uma centena de associações de imigrantes devidamente reconhecidas.

- Plataforma de Organizações de Imigrantes pela Regularização e Integração (POIRI)

Em 2004, o SCAI interpela de novo a OCPM e as duas Centrais Sindicais UGT e CG-TP-IN para integrarem um novo grupo de pressão e diálogo político. Pretendia-se “coordenar” e “dar maior peso” à voz das associações de imigrantes junto do poder político, da comunicação social e da sociedade em geral. A OCPM foi fiel à maioria das reuniões de trabalho e acções cívicas, apesar de não ter podido participar em todas elas, como organismo dependente da CEP, devido à sua isenção política e partidária. O SCAI, coordenador desta nova, espontânea, mas talvez a Plataforma mais politizada de sempre, levou a cabo diversificadas audiências a instituições do Governo e partidos com assento parlamentar, com recomendações jurídicas e políticas, assim como algumas acções de rua: as manifestações de imigrantes em 2004 (Chiado) e 2005 (Martim Moniz).

- Plataforma Artigo 65 para a Habitação

Depois de várias acções de esclarecimento, debate e protesto em bairros com graves problemáticas habitativas, consequência da aplicação insuficiente do Programa Especial de Realojamento (PER) criado em 1993, um grupo de associações de imigrantes e organizações de defesa dos direitos humanos, coordenados pelos activistas da Associação Solidariedade Imigrante (SOLIM), constituíram a Plataforma com o objectivo da defesa do Direito à Habitação para todos: portugueses e imigrantes. A Comissão Justiça e Paz dos Religiosos da CIRP representa o Fórum das Organizações Católicas para a Imigração e Asilo na Plataforma.

- Rede Anti-Racista (RAR)

Com forte ligação aos movimentos cívicos a nível da Europa, entre outros, ao Fórum dos Migrantes, é constituída em 1999 esta rede da sociedade civil. A meu ver, apresenta-se como a mais abrangente e plural que existe neste momento em Portugal. Uma rede que integra nos seus objectivos também os direitos dos imigrantes e refugiados, mas não de forma prioritária. A luta contra o racismo, xenofobia e discriminação são a sua principal razão de ser. Os imigrantes são uma entre as tantas minorias que a RAR quer dar voz e vez, colaborando assim no debate social e nos diferentes diálogos políticos, culturais e mediáticos. A Festa da Diversidade é uma das melhores expressões da pluralidade e liberdade de associação que caracterizam esta rede.

- Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes (PPAI)

O mundo das Fundações, Confederações Patronais, Conselho Económico e Social, Confissões Religiosas e Municípios, com todos os recursos e campos próprios de intervenção, foi o último a mobilizar-se. Recentemente organizou-se em rede, após variados eventos públicos de preparação e captação de parcerias, para uma resposta particular e típica aos desafios da imigração a nível nacional. A Plataforma de alto nível, sob o guia experiente de António Vitorino, é protagonizada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A Igreja está mais uma vez presente numa rede. O convite foi dirigido à Comissão Episcopal da Mobilidade Humana (CEMH) e, depois de avaliado, aceite pelo presidente da mesma. A Comissão Episcopal é uma das organizações do núcleo fundador, equiparada às outras, e é representada pelo actual director da OCPM, P. Francisco Sales Diniz, que acumula com o cargo de secretário executivo da CEMH. Da minha experiência pessoal na Plataforma, ressalto algumas características: o ACIDI integra a Plataforma como observador privilegiado e mediador imprescindível no diálogo com outros parceiros menores; a participação reduzida das confissões religiosas pois eram presentes apenas organizações ligadas aos católicos e ismaelitas; a exclusão das associações de imigrantes, facto que me levou por várias vezes a interpelar o núcleo fundador por considerar incompreensível a ausência dos principais actores de acolhimento e integração.

- Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP)

Assume-se como o último espaço de diálogo e de concertação de posições surgido no panorama nacional entre as associações de imigrantes com vista a uma integração plena e participada. Foi constituída em 2006 e conta no seu seio cerca de 60 associações de imigrantes, tendo já realizado três importantes Fóruns nacionais. Nestas actividades, que foram muito participadas pelas associações, foram emitidas recomendações pertinentes e reforçadas as solidariedades institucionais a nível associativo e entre os dirigentes, que parece protagonizar um salutar espírito federativo. Pretende reivindicar um espaço próprio para o associativismo imigrante sem a interferência de outras forças sociais e políticas.

3.3. A Igreja cria rede para trabalho em conjunto e unidade de intervenção

Diante da evolução complexa da imigração e do surgir de novas formas de auto-organização da sociedade civil, face às realidades sociais “em mutação” e “partidariização” do tema da imigração, também a Igreja sente a necessidade de falar a uma só voz, como interveniente importante, reconhecida e solicitada pelo próprio movimento associativo e ACIME/ACIDI.

- Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo (FORCIM)

No 1.º Fórum da Imigração, realizado na Universidade Católica de Lisboa, nasce em 2001, o Colectivo de Organizações Católicas para a Imigração (CORCIM). De 2005 em diante passa a designar-se por Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo (FORCIM) alargando o número de entidades filiadas e integrando o tema do asilo e do tráfico de pessoas. A coordenação foi confiada à OCPM pois é a organização da Igreja que coordena toda a sua acção, através da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana e da “rede” dos Secretariados Diocesanos da Pastoral das Migrações (SDPM). O Fórum é constituído por 11 entidades de âmbito nacional: Capelania da Comunidade dos Africanos, Capelania da Comunidade Brasileira, Cáritas Portuguesa, Centro Padre Alves Correia, Comissão Justiça e Paz dos Religiosos, Coordenação Nacional dos Imigrantes Ucrrianos, Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, Liga Operária Católica/Movimento de Trabalhadores Cristãos, Comissão de Apoio à Vítima de Tráfico de Pessoas, Serviço Jesuíta aos Refugiados e Obra Católica Portuguesa de Migrações. Tem alargado suas parcerias (Comissão Nacional Justiça e Paz e Confederação dos Institutos Religiosos de Portugal) e levado a cabo uma série de importantes audições públicas e audiências: à Presidência da República, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, à Autoridade para as Condições do Trabalho, ao Provedor de Justiça, ao IEFP, ACIDI, entre outros. O Fórum tem estado presente em várias parcerias e eventos da sociedade civil e associativismo quando é solicitado, como aconteceu com a OCPM e Cáritas Portuguesa que participaram na preparação do 1.º Encontro Ibérico de Brasileiros no Exterior (em Maio de 2002) e elaboração do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (2006).

A OCPM, em sintonia com os valores que a inspiram e acolhendo as orientações do Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (CPPMI) – organismo da Santa Sé – que procurou empenhar-se em novas parcerias, mas sem o êxito desejado. A exemplo do que sucede noutros países da Europa, pretendia-se enriquecer o debate nacional com outras temáticas prementes e particulares tais como o direito ao trabalho, o direito a viver em família e combate à sinistralidade no trabalho, apoiadas em redes da sociedade civil. Estas e outras são realidades que requerem urgentemente respostas específicas, grupos de pressão e debates aprofundados entre a sociedade civil, as Instituições do Estado e a opinião pública.

Cito apenas um destes projectos, ainda em aberto, para que, saindo dos bastidores, por onde tem andado desde há alguns anos, encontre seguidores:

- Comissão para a Ratificação da Convenção Internacional da ONU para a Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias

Foram várias as associações de imigrantes, organizações cívicas, sindicais e religiosas envolvidas, sob o convite explícito da OCPM e OIM, no discernimento sobre a eventual constituição e estratégia de acção em sintonia com Campanha Global pela Ratificação. Entre outras encontravam-se implicadas as organizações: a OIT, COPIC, CGTP-IN, UGT, Cáritas, SOLIM e ARE. Foi este grupo informal, em cooperação com as associações de imigrantes, que trouxe para a praça pública as questões ligadas à persistente recusa do país em ratificar a Convenção da ONU. O grupo “pressionou”, de várias formas, o Governo para que explicasse publicamente – às associações de emigrantes e imigrantes, à inteira sociedade civil e aos media – as razões da sua intransigente postura política de exclusão do importante instrumento de Direito internacional recomendado pela ONU. Foi a partir, desta acção que a sociedade civil, passou a assinalar com destaque o Dia Internacional dos Migrantes (18 de Dezembro).

Conclusão: Na era das redes. Rumo a uma imigração com garantias de “cidadania plena e global”

Este artigo-testemunho permitiu-me, por um lado, realizar uma viagem pela evolução do movimento associativo de e para imigrantes e, por outro, dar a conhecer ao grande público um dos momentos vividos pela OCPM, integrada no SCAL e, em seguida, noutras networks brotadas entretanto da militância criativa e comprometida de cidadãos portugueses e estrangeiros.

Que perspectivas futuras para o associativismo imigrante, a partir da experiência da aliança cívica entre a OCPM, o SCAL e outras redes? Permitam-me seis considerações finais para que o caminho realizado continue a abrir outros e novos caminhos:

- O SCAL foi a plataforma que deu início à cooperação das associações entre si e destas com o poder central, local e outras formas associativas que dinamizam o Terceiro Sector em Portugal. O próprio ACIME nasceu das entranhas fecundas do Secretariado Coordenador pois torna-se primeiro Alto-Comissário para a Imigra-

ção (ACIME) um dos seus assíduos militantes e a maioria dos dirigentes foram nomeados superiormente para constituir a primeira geração de conselheiros do COCAL.

- O SCAL foi um Secretariado Coordenador pioneiro e permanece na breve história do movimento associativo imigrante como uma referência pela sua metodologia sinérgica, princípios inspiradores, estratégia de representatividade, invulgar relação entre os dirigentes, eficaz *práxis* de cooperação construtiva e dialogante com todos. A estratégia de alianças (com o mundo dos sindicatos, das confissões religiosas, das ONG para a cooperação e desenvolvimento, dos movimentos cívicos contra racismo e discriminação, dos partidos políticos, das fundações e confederações laborais, entre outras) permanece o desafio lançado em cada década ao movimento associativo.

- As redes “mistas”, nas quais se integrou o SCAL, isto é, não constituídas exclusivamente por associações de imigrantes, não apenas por cidadãos estrangeiros, têm um papel complementar no processo participativo do acolhimento à integração dos imigrantes e seus descendentes. A acção da sociedade civil em prol dos imigrantes e refugiados não se esgota, nem se pode reduzir ao associativismo imigrante. De facto, nos anos seguintes à “suspensão” do SCAL, a OCPM continuou a ser solicitada quer pelos dirigentes associativos, quer pelos sucessivos Alto-Comissários para a Imigração (Pe. António Vaz Pinto, Dr. Rui Marques e Dra. Maria do Rosário Farmhouse) a integrar as várias redes colectivas e órgãos de consulta. Toda a sociedade civil é sujeito de integração inclusiva e coesão social, apesar de se reconhecer às associações um papel de mediação sócio-cultural imprescindível e único.

- O SCAL como outras redes de/para imigrantes foi uma “boa prática” de inclusividade associativa a seguir como lugar democrático de participação e incidência social sobre as políticas da cidade e do país. As redes são sinal da vitalidade, diversidade, capacidade, corresponsabilidade, inclusividade e militância criativa que anima o mundo complexo das migrações. Um mundo humano povoado por múltiplas potencialidades que a sociedade de acolhimento é chamada a reconhecer, favorecer e valorizar para a convivência e paz social. Refiro-me entre outras contribuições: o protagonismo cívico e voluntariado dos cidadãos, a liberdade de pensamento e religião, a autonomia laica da visão e nas parcerias, a exigência de coerência política nas políticas e estruturas colocadas ao serviço das populações, a proximidade alimentada por micro-projectos como resposta às necessidades concretas das pessoas, a diversidade nas pedagogias para a legalidade, a participação política e os diálogos intercultural, interassociativo e interreligioso. Os imigrantes têm vindo a provar que não são mera força de trabalho, meros assistentes, mas também actores. Eles são família e afectos, cultura e língua, transcendência de fé e pertença confessional, lazer e arte, música e tradições culturais. Os imigrantes através do associativismo contribuem activamente e de forma organizada para a construção da sociedade como um todo.

- Apesar do desejo natural de emancipação, pois as associações querem ser valorizadas pelo que representam sem limites ao seu pensar e agir, não têm deixado de continuar a procurar a OCPM para envolvê-la nas suas reivindicações e iniciativas. A OCPM, fiel à sua experiência de participação e coordenação aprendida no seio do SCAL, manteve e continuará a manter a colaboração com o associativismo imigrante e sociedade civil. Fá-lo-á, desde que haja convergência nos princípios humanistas, na estratégia de defesa dos direitos humanos, no sentido do bem comum e salvaguarda dos valores da vida, trabalho, habitação, cultura e família, afastando-se da partidarização e manipulação ideológica de algumas iniciativas. Infelizmente muitas dessas acções em vez de unir o movimento associativo fragmentam-no, em vez de o reforçar na defesa da vida dos imigrantes debilitam-no e penalizam a própria palavra e estratégia de acção.

- A assertividade, eficiência e a acção concertada das instituições do Estado em alguns domínios ligados à imigração, ainda que alvo de críticas e suspeitas por parte de algumas organizações, deve-se muito ao diálogo e acções iniciadas e protagonizadas pelo SCAL na década de noventa. A percepção da transversalidade e interministerialidade do ACIDI, do SEF, do IEFP, do MAI, deve-se em grande parte às reivindicações públicas e negociações de bastidores do movimento associativo e presença “discreta” das confissões religiosas através do acompanhamento/escuta da evolução da vida associativa e no atendimento solidário de pessoas/famílias que batem à porta das suas estruturas e comunidades enraizadas na vida e bairros dos migrantes.

Nesta era das redes rumo a uma imigração de cidadania plena, uma certeza fica: só na aprendizagem efectiva da conjugação de esforços, na partilha responsável de experiências e ideias, mesmo se plurais e marcadas pela tensão das diferenças, é possível construir uma sociedade humana mais inclusiva e participada por todos. Uma sociedade integrada como sonhou João B. Scalabrini (1839-1905), o grande apóstolo dos migrantes: inspirador do trabalho solidário de muitas organizações religiosas e laicais da Igreja!

Notas

¹ (www.ecclesia.pt/ocpm)

² (www.oi.acidi.gov.pt)

Referências Bibliográficas

AA. VV. (2002), *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.

AA. VV. (2003), “Todo o imigrante é meu irmão”, in *Actas das Jornadas de Reflexão e Debate*, Lisboa: Fundação Ajuda à Igreja que Sofre.

- AA. VV. (2004), *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*, Lisboa: ACIMÉ.
- AA. VV. (2006), “Ousar a memória, fortalecer a cidadania”, in *Actas do I Encontro Mundial das Comunidades Portuguesas*, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações.
- Albuquerque, R. (2005), “Dinâmicas associativas e comunidades migrantes”, in AA.VV, *A Imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: Edições SOS Racismo, pp. 336-381.
- Albuquerque, R. et al. (2000), *O Fenómeno Associativo em contexto migratório. Duas décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Albuquerque, R. et al. (2001), “O Associativismo dos Imigrantes em Portugal”, *JANUS*, Lisboa: Ed. Público/Univ. Autónoma de Lisboa, pp.198-199
- Cabral, F. (1995), *Sociedade multicultural – reflexão ético-social contra o Racismo e o Nacionalismo por uma sociedade aberta e solidária*, Porto: Edições Comissão Episcopal das Migrações e Turismo, Telos.
- CEMH/OCPM (2008), “Encontros Nacionais da Pastoral de Migrações: 1967-2008. Conclusões”, *Cadernos Migrações*, n.º 4, Lisboa: Edições CEMH/OCPM,
- CEMH/OCPM (2008), “Encontros de Agentes Sócio-pastorais da Imigração: 2001-2008. Conclusões”, *Cadernos Migrações*, n.º 5, Lisboa: Edições CEMH/OCPM.
- CEMH/OCPM (2008), “Comunicados do Fórum de Organizações Católicas para Imigração e Asilo/FORCIM: 2001-2008”, *Cadernos Migrações*, n.º 6, Lisboa: Edições CEMH/OCPM.
- CPPMI (2004), “Erga Migrantes Caritas Christi”, in *People on The Move, Instrução do Conselho Pontifício da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes*, vol. XXXVI, n.º 7, Roma.
- DEPIAC-CEPAC (1995), *Imigração e Associação, Associações africanas, outras Associações e Instituições ligadas à Imigração na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Edições Centro Padre Alves Correia,
- Fondazione Migrantes della Conferenza Episcopale Italiana (2001), *Enchiridion della Chiesa per le Migrazioni – Documenti magisteriali ed ecumenici sulla Pastorale della Mobilità Umana (1887-2000)*, Bologna: Ed. EDB.
- Lopes, P. (1999), *Portugal – Holograma da Mobilidade Humana*, Lisboa: Edições Rei dos Livros.
- Paulo II, PP. J. (2002), *Migrações – Mensagens de João Paulo II*, Águeda: Fundação Ajuda à Igreja que Sofre e Comissão Episcopal de Migrações e Turismo.
- Pedro, R. S. (2009), “Da tomada de consciência de uma sociedade multicultural à implementação da filosofia intercultural”, in Rocha-Trindade, M.B. (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp.41-52.
- Pedro, R. S. (2009), “Missão e mundo da mobilidade em Portugal”, in *Actas do Congresso Missionário Nacional “Portugal, Vive a Missão, Rasga Horizontes”*, Lisboa: Edições Obras Missionárias Pontifícias, pp. 219-230.
- Pedro, R.S. (2006), “O pensamento da Igreja em relação às migrações humanas”, *Communio, Revista Internacional Católica*, Ano XXIII, n.º 3, pp. 337-350.
- Pontificia Commissione per la Pastoral delle Migrazioni e del Turismo, Vaticano (1985), *Chiesa e Mobilità Umana – Documenti della Santa Sede dal 1883 al 1983, a cura di Graziano Tassello e Luigi Favero*, Roma: Ed. CSER.

Scalabrini (1989), *Scalabrini: uma voz atual. Páginas escolhidas dos escritos*, São Paulo: Ed. Missionários e Missionárias de S. Carlos e Ed. Loyola.

Università Cattolica del Sacro Cuore (2001), *Il Magistero della Chiesa sulla Multiculturalità*, Milão: Università Cattolica del Sacro Cuore.



O papel da PERCIP no reforço do associativismo migrante ***The role of the PERCIP in the reinforcement of migrant associativism***

Paulo Mendes*

Resumo O presente texto propõe fazer uma reflexão em torno da emergência da PERCIP – Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal, no que respeita aos seus principais objectivos, desafios e ameaças que a organização e as próprias associações de imigrantes terão de enfrentar para a desejável afirmação do movimento associativo em Portugal. A PERCIP tem, actualmente, 34 associações-membros e constitui um projecto criado e gerado no seio do movimento associativo imigrante, correspondendo às recomendações emanadas do I e II Fórum das Associações de Imigrantes, realizados em 2006 na cidade de Ponta Delgada e 2007 em Setúbal, centradas na necessidade de criação de um espaço de concertação e tomada de posições sobre questões centrais de integração das comunidades de imigrantes em Portugal.

Palavras-chave associativismo migrante, direitos e reivindicações dos imigrantes, integração.

Abstract This text reflects upon the creation of the PERCIP – the Platform for the Representative Organisations of Immigrant Communities in Portugal, focusing on its main objectives and challenges, and on the threats that this organisation and the immigrant associations themselves will have to face in order to, as they desire, definitively establish the associational movement in Portugal. The PERCIP currently has a total membership of 34 associations, and it is a project created and developed within the immigrant associational movement. It constitutes a response to the recommendations made at the 1st and 2nd Forum of Immigrant Associations, which took place in 2006 in the city of Ponta Delgada and in 2007 in Setúbal. The recommendations centred around the need for the creation of a space for dialogue and for adopting positions on the major issues concerning the integration of immigrant communities in Portugal.

Keywords immigrant associativism, immigrant rights and demands, integration.

* Coordenador do Secretariado Executivo da PERCIP - Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal / Coordinator of the Executive Secretariat of the PERCIP - Platform for the Representative Organisations of Immigrant Communities in Portugal

O papel da PERCIP no reforço do associativismo migrante

Paulo Mendes

Génese

É consensual afirmar que as associações de imigrantes desempenham um papel central e insubstituível no processo de integração dos imigrantes numa dada sociedade e Portugal não é excepção. A proximidade que elas assumem com os imigrantes, o trabalho de terreno que desenvolvem tanto no apoio directo aos imigrantes como na valorização cultural e no estabelecimento de pontes com a cultura das sociedades de acolhimento, aliado à possibilidade de auscultarem e vivenciarem de perto os problemas quotidianos dos imigrantes, concorrem para a existência desse papel muito específico e de primeira linha das associações de imigrantes. Na convergência desses aspectos, vale a pena sublinhar o papel de interlocutores privilegiados que as associações de imigrantes assumem junto dos órgãos de decisão, tanto na perspectiva de contribuírem para colocar na agenda pública e política algumas das questões relacionadas com o tema da imigração como no papel de reivindicação dos direitos dos imigrantes.

Portugal é, actualmente, um país consolidado enquanto espaço de acolhimento de migrantes e não se pode compreender o Portugal contemporâneo, em qualquer das suas dimensões, sem um olhar atento para os cerca de 500.000 imigrantes que vivem e trabalham aqui, moldando diariamente a vertente social, política e económica do país. Este quadro significa que a sociedade portuguesa e o poder político não podem ignorar esta realidade visível a cada passo do nosso quotidiano, sendo que a implementação de políticas em torno de integração das comunidades de imigrantes assume um papel cada vez mais determinante na sociedade portuguesa. Em convergência com essa nova realidade da imigração em Portugal, as associações de imigrantes têm um entendimento muito claro no sentido de que os imigrantes, através das suas estruturas representativas, podem e devem ter um papel activo na busca de melhores alternativas de políticas de imigração colocando de lado a perspectiva de serem meros receptores de políticas e acções. É com esse entendimento que as associações de imigrantes entenderam criar a PERCIP.

De qualquer modo, a emergência da PERCIP é o resultado concreto da própria evolução do movimento associativo migrante em Portugal e, perante uma análise retrospectiva da organização dos imigrantes, daremos conta da existência de várias etapas, condicionadas pela própria mudança do contexto migratório português (ex.: descentralização espacial do fenómeno, multiplicidade de comunidades para além das provenientes dos países lusófonos) como pelo desenvolvimento de políticas relacionadas com a integração.

Neste sentido e, apesar das fragilidades que são visíveis na afirmação da PERCIP, vale a pena frisar que ela constitui um projecto criado e gerado no seio do movimento

associativo migrante, correspondendo às recomendações emanadas do I e II Fórum das Associações de Imigrantes realizadas em 2006, na cidade de Ponta Delgada, e 2007 em Setúbal, centradas na necessidade para a emergência de um espaço de concertação e tomada de posições sobre questões centrais de integração das comunidades de imigrantes em Portugal.

Na génese da PERCIP subsiste (até certo ponto continua) o fantasma da lógica federativa, ou seja, de um projecto cuja actuação seria feita à custa da diminuição de espaços de intervenção das associações de imigrantes. Neste quadro, os dirigentes associativos que estiveram na génese da PERCIP tiveram o cuidado de focar o papel fulcral da PERCIP que é contribuir para o reforço do movimento associativo em Portugal, numa lógica de construção permanente e colectiva assente nos seguintes propósitos:

- Constituir-se num espaço de diálogo, reflexão e intercâmbio de posições e pontos de vista entre as associações;
- Constituir-se como um interlocutor privilegiado com os diferentes níveis de poder político e a sociedade civil;
- Promover parcerias de trabalho e projectos de intervenção entre as associadas e, entre as associadas e outras organizações, do domínio público e privado, que promovam acções e projectos no âmbito das migrações e da diversidade cultural;
- Potenciar a intervenção política e social do movimento associativo imigrante nos assuntos que são transversais a todas as comunidades imigrantes. Sempre no respeito pela autonomia das suas associadas;
- Promover acções que favoreçam a interacção com a sociedade de acolhimento e as diferentes comunidades imigrantes em Portugal.
- Cumprir as recomendações aprovadas nos Fóruns anuais.

Associações Membros da PERCIP

Podem ser membros da PERCIP todas as associações de imigrantes, legalmente constituídas, admitidas nessa qualidade segundo os estatutos. Nesse momento, a Plataforma tem no seio 34 associações de imigrantes, o que corresponde 26% do total das associações reconhecidas pelo ACIDI (128 no total). Nesse número não estão contabilizadas, obviamente, algumas dezenas de associações e grupos informais de imigrantes que prestam um apoio válido e de proximidade junto de diversas comunidades.

Área de intervenção

Conforme já foi referido, a PERCIP foi um projecto nascido e gerado no seio do movimento associativo imigrante, como resultado de uma necessidade, que as associações têm e que assumiram, de um espaço de concertação entre elas, bem como da criação de uma agenda comum de intervenção. O percurso da PERCIP não é alheio, a toda a dinâmica do passado recente do movimento associativo migrante e na ten-

tativa de uma construção de organizações que aglutinassem as várias associações de imigrantes e ajudassem a que o poder político se apropriasse de alguns temas associados à integração dos imigrantes.

A actividade central da PERCIP tem sido a realização de um encontro anual entre todas as associações de imigrantes onde fosse possível a criação e aprovação de uma agenda com prioridades muito claras e que servisse de referência para a actuação das associações de imigrantes. Neste sentido, em 2006, 64 associações de imigrantes reuniram-se, em Ponta Delgada, nos Açores para o I Fórum Nacional das Estruturas Representativas das Comunidades em Portugal.

Numa iniciativa inédita, as associações presentes aprovaram um documento denominado Agenda dos Açores onde, entre outros pontos essenciais em torno de política de imigração em Portugal, foi destacado a necessidade do reforço do papel do movimento associativo imigrante, institucionalizando mecanismos permanentes de concertação e representação que poderão passar pela criação de uma plataforma de entendimento.

Um ano mais tarde, em Setúbal, e dando seguimento à recomendação do I Fórum, formalizou-se, no âmbito da realização do II Fórum Nacional, a criação da PERCIP ao mesmo tempo em que se aprovou a Agenda de Setúbal que com a mesma perspectiva que o anterior fórum tem como propósito central priorizar o nível de intervenção das associações de imigrantes e potenciar o trabalho em rede.

Em 2008, a PERCIP, já formalmente constituída, realizou no Concelho de Lagos o III Fórum sob o lema “Que políticas de imigração para o século XXI”, onde foi possível a aprovação da “Agenda de Lagos” e que contou com a presença de académicos e mais de cinquenta líderes associativos.

Diria que a intervenção da PERCIP se tem resumido, e convergente com as prioridades definidas, em potenciar a tal agenda comum entre as várias associações. Tem sido possível, com efeito, com base nas três agendas (Açores, Setúbal e Lagos), desencadear um trabalho junto dos vários actores políticos do país, quer através de encontros ou mesmo de tomada de posição pública sobre alguns aspectos da imigração.

Desafios e ameaças

Apesar de acreditarmos na viabilidade e a premência desse projecto colectivo, o curto percurso da PERCIP sugere-nos uma atenção particular a algumas debilidades que, não corrigidas, podem comprometer a afirmação da plataforma na concretização dos seus objectivos.

Neste quadro, o primeiro desafio é a construção de uma agenda comum da PERCIP e o estabelecimento de um campo de acção de intervenção. Muitos podem entender isso como uma questão menor mas assume uma questão de primeira linha, se aten-

dermos que a intervenção da PERCIP não pode e nem deve substituir às associações de imigrantes mas sim de reforçar as suas intervenções.

O segundo desafio prende-se com a própria realidade da imigração e do movimento associativo que é diversa, múltipla e com prioridades nem sempre convergentes. Essa diversidade que constitui um factor de enriquecimento e de mais valia do movimento associativo migrante representa, no entanto, um desafio suplementar na criação de tal agenda comum de intervenção. Relacionado com o segundo desafio, emerge a questão da própria debilidade do movimento associativo migrante (falta de recursos humanos e financeiros) que se reflecte, naturalmente, em qualquer tipo de esforço nesse sentido.

De qualquer modo, entendemos que o desenvolvimento do movimento associativo migrante deverá passar, nos próximos tempos, pelos seguintes objectivos:

- A participação das associações de imigrantes nos órgãos locais e redes conce-lhias;
- A diversificação de estratégias de financiamento das associações, favorecendo uma maior autonomia face ao Estado e garantido a necessária independência do movimento associativo imigrante face ao poder político executivo;
- O investimento na qualificação de dirigentes e activistas, no sentido de aumentar a eficácia de sua intervenção;
- O reforço do papel das associações e dos imigrantes como actores políticos, com voz e presença activa nas comunidades onde estão inseridos;
- O enriquecimento dos canais de diálogo com os indivíduos e as comunidades a quem se dirige a intervenção das associações, fomentando o envolvimento dos cidadãos na vida associativa;
- O aprofundamento da cooperação interactiva entre as associações e com as as-sociações congêneres em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente as da União Europeia;
- O reforço dos laços de cooperação entre o movimento associativo e o movimento sindical, através de consultas regulares, de acções conjuntas e do estabelecimen-to de protocolos de apoio e cooperação. Esse esforço deve necessariamente de ser estendido junto de outras organizações da sociedade civil.

Por isso, o futuro da PERCIP dependerá da vontade e da capacidade das associações de imigrantes em utilizarem e reforçarem essa instrumento que é inquestionavel-mente importante na afirmação do movimento associativo imigrante em Portugal.



Integração e associativismo imigrante no município do Seixal *Integration and immigrant associations in the Municipality of Seixal*

Maria Helena Palacino*

Resumo *O Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal – Espaço Cidadania* constitui um projecto pioneiro de governação local que visa a promoção da cidadania e do diálogo intercultural, estando especialmente vocacionado para apoiar as populações migrantes e as comunidades culturais residentes no concelho do Seixal. O movimento associativo imigrante e a sua integração na estrutura organizacional do concelho tem constituído uma das suas áreas prioritárias de actuação, o que se tem vindo a traduzir na inclusão das associações de imigrantes no Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Concelho do Seixal, na assinatura da Carta de Compromisso do Fórum para a Cidadania e na participação activa no Projecto Municipal Migrações e Cidadania. O impacto destas iniciativas tem apontado claramente para um maior protagonismo das associações de imigrantes no tecido social e cultural do concelho bem como para um crescente envolvimento participativo das associações nos processos de decisão das políticas de integração local.

Palavras-chave associativismo imigrante, diálogo intercultural, integração, cidadania, Seixal.

Abstract *The Seixal Territorial Pact for Intercultural Dialogue – Citizenship Space* is a pioneering local government project for the promotion of citizenship and intercultural dialogue, targeting migrant populations and cultural communities residing in the Municipality of Seixal. One of its priority areas of intervention is the immigrant associational movement and its integration into the local organisational structure of the Municipality. This has led to the inclusion of immigrant associations in the Seixal Territorial Pact for Intercultural Dialogue, to the signing of the Commitment Declaration of the Forum for Citizenship, as well as to their active participation in the Migration and Citizenship Municipal Project. The impact of these measures has clearly shown an enhanced leadership role for immigrant associations in the municipality's social and cultural fabric, as well as the associations' increasing engagement and participation in local integration policy-making processes.

Keywords immigrant associative movement, intercultural dialogue, integration, citizenship, Seixal.

* Directora do Projecto Municipal Migrações e Cidadania, Espaço Cidadania, Município do Seixal / Director of the Municipal Project Migration and Citizenship, Citizenship Space, Municipality of Seixal.

Integração e associativismo imigrante no município do Seixal

Maria Helena Palacino

O Seixal na rota das migrações

Foi ainda na década de 60 do século passado que o município do Seixal se tornou um local de destino de migrantes provenientes dos PALOP, sobretudo de Cabo Verde, num quadro de edificação das grandes obras públicas da época, nomeadamente a construção da primeira ponte sobre o rio Tejo (Ponte 25 de Abril), a construção de estradas e arruamentos e da necessidade de mão-de-obra para fazer face a uma indústria metalúrgica e naval em expansão (Siderurgia Nacional e Lisnave). Estes fluxos viriam a coincidir com uma grande vaga de emigração portuguesa para a Europa, o início da Guerra Colonial e, conseqüentemente, com a falta de mão-de-obra masculina que assegurasse as obras em curso. Por outro lado, os períodos de seca em Cabo Verde e a situação de pobreza generalizada vivida na altura obrigaram a população, essencialmente masculina, que até então trabalhava no sector agrícola, a procurar na metrópole formas de subsistir, criar riqueza e ultrapassar a situação de fome que estavam a viver em Cabo Verde.

No Seixal, estas populações começaram por se fixar fundamentalmente na Freguesia de Paio Pires, em estaleiros de construção civil para a Siderurgia Nacional e na Freguesia de Corroios os que trabalhavam na construção das estradas de ligação à Ponte 25 de Abril, dos novos núcleos habitacionais do concelho e em obras ligadas à Lisnave.

À data do último censo, cerca de 13,3% da população do Seixal era imigrante ou descendente de imigrantes – o que corresponde a 19.961 pessoas, das quais 16.015 são de origem dos PALOP. Os restantes provenientes do Leste Europeu e do Brasil, principalmente do Estado de Minas Gerais. Dados recentes do INE levam-nos a estimar a população de origem estrangeira em cerca de 20% do total da população residente no concelho, que ronda os 170.000 habitantes.

Tendo consciência da importância da ligação da autarquia a estas comunidades, que inseridas no concelho do Seixal participam activamente na vida municipal, têm sido desenvolvidos projectos que embora distintos se complementam, nomeadamente os projectos de intervenção comunitária, os serviços de atendimento público direccionados aos imigrantes e comunidades culturais, de que é exemplo o Espaço Cidadania, e os projectos de cooperação com municípios dos países de origem destas comunidades.

As geminações e no seu âmbito a cooperação intermunicipal são meios privilegiados e alternativos para o desenvolvimento dos municípios. A experiência e conhecimento adquiridos colocam os municípios portugueses numa situação singular em termos de apoio aos seus congéneres da CPLP, alguns em fase de consolidação política do seu processo democrático.

O Município do Seixal tem protocolos de geminação e acordos de cooperação com o Município da Boa Vista em Cabo Verde, o Distrito de Lobata em S. Tomé e Príncipe, o Conselho Municipal da Beira em Moçambique, a Administração Municipal do Lobito em Angola e a Prefeitura de Assis Chateaubriand no Brasil. Assinou também uma carta de intenções de geminação com Farim na Guiné-Bissau e Baucau em Timor Leste.

A integração de imigrantes no concelho do Seixal

A intervenção da autarquia, no âmbito da integração de imigrantes, tem sido sustentada por uma abordagem integrada das problemáticas envolvendo as instituições públicas e privadas locais e nacionais, possibilitando tanto quanto possível o envolvimento dos próprios cidadãos nos processos. Neste âmbito, incentiva-se a constituição e dinamização de organizações representativas desta população, designadamente associações de imigrantes, conferindo-lhes um estatuto de parceiros municipais.

De igual modo se promove a participação individual e colectiva, enquanto forma de aquisição de competências de cidadania, nomeadamente no âmbito do Fórum Cidadania, espaço debate e reflexão conjunta aberto à participação de todos os que desejem contribuir para um desenvolvimento local integrado e sustentável.

Por outro lado, a existência de um Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, que envolve cerca de 38 parceiros internacionais, locais e nacionais, vem também reforçar a subsidiariedade na condução das políticas de integração e desenvolvimento. Pela diversidade de actores envolvidos com visões diferentes e dinâmicas particulares que com a sua participação ajudam a que as decisões vão o mais possível ao encontro das reais necessidades em matéria de integração e desenvolvimento. Este Pacto Territorial está ainda representado na Rede Social do Seixal, através da dinamização do Eixo 3, que visa a definição de estratégias de acção no sentido de cumprir um dos objectivos da Rede Social - “Optimizar os recursos de apoio à integração de imigrantes e comunidades culturais e de promoção das identidades”.

Estruturas de apoio à população migrante residente e/ou a trabalhar no concelho do Seixal.

A criação de serviços descentralizados da autarquia têm sido uma prioridade, sempre que a problemática o exige e que as intervenções públicas ou privadas se revelam inexistentes ou insuficientes. É neste contexto que surge o Espaço Cidadania – serviço público de atendimento vocacionado para o acolhimento e integração da população migrante e das comunidades culturais residentes ou a trabalhar no concelho do Seixal - , bem como o serviço de proximidade da Quinta da Princesa, que falaremos a seguir.

O “Espaço Cidadania”¹ é um serviço de promoção da cidadania e diálogo intercultural especialmente vocacionado para apoiar a população migrante (imigrantes e emi-

grantes) e comunidades culturais. Surgiu no âmbito do Projecto “Migrações e Desenvolvimento”, do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL e envolve uma parceria com as seguintes entidades nacionais: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Organização Internacional das Migrações, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Associações de Imigrantes, Centros de Saúde, Instituições Religiosas, Estabelecimentos de Ensino, num total de 38 parceiros. O funcionamento do Espaço Cidadania tem por base a articulação em rede dos recursos locais existentes, de forma a facilitar a integração de migrantes e comunidades culturais em todas as dimensões de âmbito social do município, nomeadamente no acesso à escola, aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho e regularização da situação migratória. Composto por uma equipa técnica afecta à Direcção de Projecto Municipal Migrações e Cidadania, da Câmara Municipal do Seixal, que fazendo a ligação aos diversos parceiros do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal asseguram as seguintes valências:

- Regularização de cidadãos estrangeiros/as;
- Acompanhamento de situações individuais e encaminhamento de processos para as instituições competentes;
- Aconselhamento e Apoio Jurídico;
- Emprego – GIP (Gabinete de Integração Profissional);
- Apoio Psicológico;
- Apoio ao Associativismo Imigrante.

Promoção de iniciativas de sensibilização e acções de formação sobre temáticas de interesse no âmbito da educação para o desenvolvimento, migrações e legislação, interculturalidade, igualdade de género, entre outros.

Tendo em conta as dinâmicas sociais presentes nas diversas freguesias foram surgindo, por iniciativa municipal e privada, estruturas de apoio a uma população carente ao nível de apoio social e de integração socioprofissional.

Na Freguesia de Fernão Ferro, o Centro Paroquial de Bem-estar Social tem um Centro Comunitário dirigido a toda a população carenciada da freguesia e por isso abrange também alguns imigrantes ali residentes. Este centro tem em funcionamento uma creche, um infantário e uma sala de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, presta apoio domiciliário a famílias, dinamiza um clube de jovens e um clube de emprego. No âmbito de uma candidatura ao Programa Integrar do IEFP constituiu uma empresa de inserção na área da restauração “A Cebolinha”.

Na Freguesia de Amora, a Câmara Municipal do Seixal desenvolve desde 1996 um projecto de intervenção comunitária na Quinta da Princesa através do Gabinete de Acção Social - Serviço de Proximidade. A acção deste serviço dirige-se a toda a população tendo, no entanto, como principal preocupação a população infantil e as mulheres adultas. Neste contexto faz atendimento social e tem em funcionamento uma sala de ocupação de tempos livres para crianças. Dinamiza um grupo de *batucadeiras* e outras iniciativas de promoção cultural, nomeadamente desfiles de trajes típicos, mostras de gastronomia e doçaria, entre outras.

Neste bairro decorre ainda um projecto do Programa Escolhas denominado “Tutores de Bairro” que é promovido pela Associação de Pais do Agrupamento Pedro Eanes Lobato.

No bairro de Vale de Chícharos encontram-se a intervir as associações ADIME – Associação para a Defesa e Inserção de Minorias Étnicas –, associação criada a partir do bairro e que promove o projecto RAÍZES, e a Associação de Solidariedade CRIAR-T dinamiza o Centro Comunitário AGIR. Estas associações estão a desenvolver, em conjunto e com o apoio da Câmara Municipal do Seixal, um programa de actividades dirigido à população jovem do bairro que inclui actividades lúdico-didácticas, ocupação de tempos livres, actividades desportivas, actividades de apoio escolar e de protecção do ambiente.

É ainda da responsabilidade do CRIAR-T o funcionamento de uma creche, duas salas de jardim-de-infância e um centro lúdico, uma UNIVA, um gabinete de acção social, gabinete de psicologia e serviço de apoio alimentar. Estas actividades têm como principais parceiros a Segurança Social, o Banco Alimentar Contra a Fome e a Câmara Municipal do Seixal.

O Centro de Acolhimento da Paróquia de Amora tem uma abrangência maior destinando-se a dar apoio à população carenciada de toda a Freguesia de Amora e neste sentido dispõe de um refeitório que serve refeições gratuitas para famílias em situação de carência, ao abrigo do programa de luta contra a fome, e tem em funcionamento uma creche e infantário destinados ao apoio de famílias com baixos recursos.

Na Freguesia de Arrentela, a Igreja Paroquial desenvolve um vasto trabalho de âmbito social consubstanciado na actividade das instituições autónomas: o Centro Paroquial de Bem-estar Social desenvolve as valências de apoio à infância e à comunidade em geral através do funcionamento de uma rede de Amas, Creche, Jardim-de-infância e ATL; o Centro Comunitário “Várias Culturas uma Só Vida” faz acompanhamento às famílias no âmbito do Rendimento Social de Inserção; a Associação “Dá-me a Tua Mão” presta apoio social a famílias carenciadas e sem abrigo.

Através da associação CRIAR-T funciona um Centro de Acolhimento que presta apoio social ao nível do acolhimento de pessoas em situação de sem-abrigo, e neste contexto ajuda a definir um projecto de vida, com encaminhamento de alguns casos para formação profissional e/ou soluções de emprego.

A Associação Juvenil KHAPAZ, que partiu de uma organização informal de jovens que passavam o dia nas ruas, dinamiza várias actividades de âmbito desportivo e cultural para jovens do bairro, estando envolvida na implementação da Academia Europeia de Hip Hop no Seixal, através de uma vasta parceria da qual fazem parte entre outros Câmara Municipal do Seixal, o ACIDI, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e o Instituto da Juventude. Esta associação é ainda promotora do projecto “Rualidades” no âmbito do Programa Escolhas.

No Bairro de Santa Marta do Pinhal, na Freguesia de Corroios, a Santa Casa de Misericórdia desenvolve um projecto comunitário de apoio a um núcleo de famílias de origem imigrante dos PALOP, que residem no bairro em situação de grande precariedade, algumas das quais estão abrangidas pelo programa de realojamento em curso.

O Centro Comunitário “Casa Branca” em parceria com a Câmara Municipal do Seixal e Junta de Freguesia de Corroios, Segurança Social e Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Corroios, dirige a sua acção a toda a população carenciada do bairro. Tem em funcionamento um infantário, um ATL, serve refeições para as crianças que frequentam o centro e presta apoio à população idosa através de apoio domiciliário.

O Bairro da Cucena, na Freguesia de Paio Pires, foi inaugurado em 2002 na sequência do PER - Programa Especial de Realojamento. A população ali residente é constituída essencialmente por portugueses de etnia cigana e imigrantes de origem africana. Tendo em conta as características desta população encontram-se, desde a fase de construção do bairro, a intervir com as famílias ali realojadas a Câmara Municipal do Seixal, a Santa Casa da Misericórdia do Seixal e a Associação de Mulheres Ciganas Portuguesas – AMUCIP. Estas instituições desenvolvem um trabalho complementar dirigido à população jovem em idade escolar, a Associação de Mulheres Ciganas Portuguesas tem a particularidade de trabalhar com crianças ciganas e não ciganas, complementando assim a área de actuação da Santa Casa de Misericórdia, aumentando a capacidade de resposta às necessidades de apoio desta população.

Existem ainda na freguesia outro tipo de respostas de apoio social dirigidas a toda a população destacando-se a acção da Instituição de Solidariedade Social “Pelo Sonho é que Vamos” que dispõe de um conjunto de valências de apoio a crianças, jovens e mulheres em risco, um centro de acolhimento de crianças e jovens, casa de abrigo para famílias vítimas de violência, creche e rede de amas.

A Câmara Municipal do Seixal como principal parceira nos projectos destas instituições, e como promotora das Comissões Sociais de Freguesia, no âmbito da Rede Social, reúne frequentemente com os diversos parceiros tendo em vista a resolução de problemas concretos desta população.

Tendo em conta a importância de criar mecanismos facilitadores da integração dos imigrantes no concelho do Seixal, a par do Espaço Cidadania, a autarquia promove o projecto intercultural e de educação para o desenvolvimento “Povos, Culturas e Pontes”, estimulando práticas pedagógicas de educação intercultural e de fomento da cidadania, incentivando a interacção entre as escolas do concelho do Seixal e dos municípios com os quais tem acordos de cooperação, e possibilitar a interacção entre estas e escolas de outras regiões do mundo nomeadamente do Leste Europeu, atendendo à existência de uma comunidade fixa desta região a residir no Seixal. Pretende-se o desenvolvimento de boas práticas de acolhimento e integração dos imigrantes em contexto escolar, promovendo simultaneamente a língua portuguesa no exterior e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como instrumento de aproximação.

De igual modo os programas de Turismo Social “Seixal Fora de Portas”, “Seixal Acolhe” e “Seixal Integra” pretendem promover a inclusão, dando a conhecer aos municípios, com menores recursos, locais de interesse do município e do país através da organização de excursões guiadas. Durante o período de férias de Verão é ainda dinamizada a Colónia de Férias Vaivém dirigida a crianças provenientes de famílias carenciadas e sinalizadas pelas diversas instituições a trabalhar com esta população.

Associativismo imigrante

As associações de origem imigrante têm desempenhado um papel fundamental na proximidade com a população imigrante fixa no Seixal, através da interligação com os órgãos municipais e Embaixadas dos seus países de origem – as quais, mantêm relações de parceria com o Município, no âmbito das iniciativas promotoras da cidadania e diálogo intercultural.

A sua actuação centra-se essencialmente no domínio cultural, através da organização de actividades de promoção da cultura do país de origem, de forma a transmitir a sua identidade cultural; constituição de grupos de música e dança; organização de viagens para associados a diversos pontos de interesse em Portugal. No domínio social, através de estruturas próprias de apoio jurídico e da sinalização de situações de dificuldade de integração e encaminhamento dos seus associados e concidadãos para o Espaço Cidadania; promoção da prática desportiva através da constituição de equipas próprias e da inscrição das associações no programa municipal de desporto do ano – Seixaliada e Jogos do Seixal.

No Seixal estão sedeadas dez associações de imigrantes, a saber: ADIME – Associação para a Defesa e Inserção de Minorias Étnicas, Associação Cabo-verdiana do Seixal, Associação Brasileira de Portugal, Casa Grande – Associação Luso-brasileira de Solidariedade e Promoção Social, Guineáspora – Fórum Guineense da Diáspora, “Inter-amigos” – Associação de Imigrantes do Leste, Póto Betú – Associação para o Desenvolvimento Social, Solidariedade e Cooperação com São Tomé e Príncipe, Kamba – Associação de Angolanos do Concelho do Seixal, Associação Moçambique Sempre e Associação das Mulheres Guineenses na Diáspora.

Estas associações são apoiadas pela autarquia que com elas pretende dar continuidade a um trabalho de promoção intercultural, procurando envolver tanto quanto possível a sociedade de acolhimento. Pretende-se, desta forma, que as iniciativas não sejam só viradas para a comunidade que representam, mas também para o exterior, dando a conhecer a diversidade cultural existente no concelho e o valor acrescido que ela constitui para a comunidade local.

As associações de imigrantes fazem parte do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Concelho do Seixal e assinaram a Carta de Compromisso do Fórum para a Cidadania, o que contribui para um envolvimento participativo das associações nas decisões que influenciam as políticas de integração locais. Nesta sequência, o movimento associativo imigrante colabora activamente em todas iniciativas desenvolvidas

pela Direcção de Projecto Municipal Migrações e Cidadania, nomeadamente em projectos e actividades de promoção cultural, grupos de trabalho temáticos e acções de formação - essa participação ocorre nas diversas fases de operacionalização, desde o planeamento até à fase de avaliação.

Na área da Educação são parceiras nos projectos de educação para o desenvolvimento intercultural: "Povos, Culturas e Pontes", "Enlaces" e "Pensa Glocal", colaborando no programa de danças tradicionais levado a efeito nas escolas do concelho e nas iniciativas de promoção da diversidade cultural "Encontro Intercultural Saberes e Sabores" e "Dia Municipal da Comunidade Migrante".

Ao longo do ano as associações desenvolvem um programa de actividades próprio, que inclui a promoção da prática desportiva nos seus associados, nomeadamente através da organização de equipas de futebol que representam as associações em diversas iniciativas municipais e intracomunitárias. A celebração de momentos de particular relevância cultural, em especial, o Natal, a Páscoa, o Carnaval e as festividades locais do país de origem, como são as festas Juninas, constam anualmente do plano de actividades das associações e são momentos de grande participação da comunidade imigrante, pela oportunidade que oferecem de confraternização e aproximação cultural ao país de origem.

As associações de imigrantes valorizaram também a sua participação nas festas populares do concelho onde participam, por iniciativa própria, através de actividades de dança, teatro, exposições de artesanato e mostras gastronómicas.

O facto do trabalho das associações de imigrantes do concelho do Seixal assentar exclusivamente no voluntariado dos seus dirigentes e colaboradores obriga a um esforço elevado de organização e espírito de equipa para a prossecução dos seus planos de actividade, estando as associações limitadas à disponibilidade dos seus dirigentes face às suas responsabilidades profissionais e familiares, pelo que é de salientar o carácter altruísta destes dirigentes que disponibilizam o seu tempo para servirem os seus concidadãos e contribuir para manter as suas tradições e vivências culturais, desempenhando um papel de extrema importância na integração dos imigrantes e na promoção do diálogo intercultural.

As limitações do trabalho voluntariado poderiam ser colmatadas com algum grau de profissionalização destas associações, permitindo a colocação de assalariados ao serviço da associação e da comunidade a que se dirigem, dessa forma seria possível manter uma actividade mais regular e com maiores benefícios tanto para a comunidade como para os órgãos dirigentes.

A existência de sedes para estas associações é sempre um motivo justo de reivindicação pelo que tem sido preocupação da autarquia encontrar, em cada momento e de acordo com as suas capacidades, espaços para o desenvolvimento das actividades das associações e para o funcionamento das suas sedes. Neste sentido e porque nem todas as associações de imigrantes do concelho dispõem ainda de espaços próprios para o funcionamento das suas sedes foi efectuada uma proposta de construção de

um espaço intercultural, no quadro de uma candidatura ao QREN. Este será um espaço aberto à comunidade oferecendo todas as condições para o desenvolvimento de dinâmicas locais em parcerias com as demais colectividades desportivas e culturais e contará também com um espaço de formação dirigido a toda a comunidade municipal numa perspectiva de trabalho “com todos e para todos”.

Notas

¹ No ano de 2007, o município do Seixal recebeu a “Distinção para as Melhores Práticas Autárquicas no Acolhimento de Imigrantes”, com o projecto Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal – Espaço Cidadania. Este prémio atribuído pela Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes destina-se a distinguir a Câmara Municipal que pela sua acção melhor tenha interpretado, promovido e aplicados os Princípios Básicos Comuns para a Integração de Imigrantes.

■ “Pelos Imigrantes, com os Imigrantes” “By Immigrants, with Immigrants”

Isabel Cunha*

Resumo O texto que se segue apresenta, de uma forma geral, o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, IP), abordando as suas principais funções e desafios. É, ainda, apresentado um breve retrato das dinâmicas do movimento associativo tendo em conta a realidade com que este gabinete lida diariamente.

Palavras-chave associações de imigrantes, molduras político-jurídicas, apoio ao associativismo imigrante, participação cívica, integração.

Abstract The following paper provides a broad overview of the functions of, and the challenges facing, the Office for the Technical Support of Immigrant Associations (GATAI), operating under the auspices of the High Commission for Immigration and Intercultural Dialogue (ACIDI, IP). Based on the everyday experiences of the Office, a short profile of the dynamics of the associational movement is also presented.

Keywords immigrant associations, policy and juridical frameworks, immigrant associations support, civic participation, integration.

* Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) do ACIDI/ Coordinator of the Office for the Technical Support of Immigrant Associations (GATAI) of ACIDI (isabel.cunha@acidi.gov.pt)

■ “Pelos Imigrantes, com os Imigrantes”

Isabel Cunha

Breve enquadramento jurídico

Promover o diálogo com as associações de imigrantes em Portugal, de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 251/2002 de 22 de Novembro, é central no cumprimento da missão do ACIDI, IP como forma de assegurar a sua participação e colaboração na definição das políticas de integração social das comunidades imigrantes e seus descendentes e de combate à exclusão.

A Lei Orgânica do ACIDI, IP aprovada pelo Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, prevê enquanto atribuição do instituto (alíneas b) e i) do n.º 2 do art. 3º):

b) Incentivar a participação cívica e cultural dos imigrantes e das minorias étnicas nas instituições portuguesas, bem como através das suas associações representativas para um exercício pleno da sua cidadania;

i) Incentivar iniciativas da sociedade civil que visem o acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas em Portugal.

O regime jurídico das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes foi estabelecido através da Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, que prevê o reconhecimento da sua representatividade, bem como o direito ao apoio técnico e financeiro do Estado para o desenvolvimento das suas actividades e, ainda, o direito a beneficiar de tempo de antena nos serviços públicos de rádio e televisão.

A Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio, diploma que estabelece o processo de reconhecimento e de registo de representatividade e as modalidades de apoio técnico e financeiro do Estado às associações de imigrantes, para que possam melhor proteger os direitos e interesses específicos daqueles, contribuindo para que todos os cidadãos legalmente residentes em Portugal gozem de dignidade e igualdade de oportunidades.

O que é o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes?

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) foi criado em 2004, no âmbito dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), com o objectivo de promover o associativismo imigrante, e encontra-se actualmente integrado no Departamento de Apoio ao Associativismo e ao Diálogo Intercultural do ACIDI, IP.

É através do seu corpo técnico que o GATAI mais colabora com as associações de imigrantes, assumindo as seguintes responsabilidades:

a) Apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;

b) Colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACIDI, IP às iniciativas das associações de imigrantes;

c) Acções de capacitação das associações de imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;

d) Promoção do associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração dos imigrantes e seus descendentes.

Ao GATAI compete ainda acompanhar e participar nos projectos desenvolvidos no terreno, representando o ACIDI, IP em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, festas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Este esforço, em ser uma presença junto destas organizações, justifica-se sobretudo pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos líderes associativos, pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.

No intuito de atender às necessidades que muitas associações de imigrantes têm ao nível de espaços e equipamentos, o GATAI faz a gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros e disponibiliza ainda meios informáticos e acesso à internet.

No sítio do ACIDI, IP¹ é também disponibilizada informação útil para as associações de imigrantes: enquadramento legal, reconhecimento, direitos, apoios, passos para constituição de uma associação, contactos, notícias, entre outras.

O que é uma associação de imigrantes?

A Lei 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000 de 9 de Maio, estabelece o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes.

As associações de imigrantes são associações constituídas nos termos da lei geral, dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, regional ou local, e que inscrevem nos seus estatutos o objectivo de proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, visando nomeadamente:

a) Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descen-

dentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção;

b) Desenvolver acções de apoio aos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida;

c) Promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem;

d) Propor acções necessárias à prevenção ou cessação de actos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial;

e) Estabelecer intercâmbios com associações congêneres estrangeiras ou promover acções comuns de informação ou formação.

São equiparadas às associações de imigrantes as uniões e federações por elas criadas.

As associações de imigrantes gozam dos seguintes direitos:

a) Participar na definição da política de imigração;

b) Participar nos processos legislativos referentes à imigração;

c) Participar em órgãos consultivos, nos termos da lei;

d) Beneficiar de direito de antena nos serviços públicos de rádio e televisão através das respectivas associações representativas de âmbito nacional;

e) Beneficiar de todos os direitos e regalias atribuídos por lei às pessoas colectivas de utilidade pública;

f) Beneficiar de isenção de custos e preparos judiciais e de imposto do selo;

g) Solicitar e obter das entidades competentes as informações e a documentação que lhes permitam acompanhar a definição e execução das políticas de imigração;

h) Intervir junto das autoridades públicas em defesa dos direitos dos imigrantes;

i) Participar, junto das autarquias locais, na definição e execução das políticas locais que digam directamente respeito aos imigrantes;

j) Beneficiar de apoio técnico e financeiro por parte do Estado, nos termos da presente lei.

Como pode uma associação requerer o reconhecimento da sua representatividade?

O reconhecimento de representatividade é atribuído pelo Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, precedido de parecer do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), às associações que o requeiram e demonstrem reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Ter estatutos publicados;

b) Ter corpos sociais regularmente eleitos;

c) Possuir inscrição no Registo Nacional de Pessoas Colectivas;

d) Inscrever no seu objecto ou denominação social a promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes;

e) Desenvolver actividades que comprovem uma real promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes.

O artigo 3º do Decreto-Lei n.º 75/2000 determina que o pedido de reconhecimento de representatividade deve ser requerido junto do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Cópia dos estatutos e do respectivo extracto publicado no Diário da República;
- b) Cópia da acta de eleição dos corpos sociais em exercício;
- c) Cópia do cartão de identificação de pessoa colectiva;
- d) Relatório de actividades do último exercício, ou plano anual de actividades, caso se trate de associação em início de actividade;
- e) Declaração em que conste o número total de associados e o âmbito territorial de actuação.

Em conformidade ao art. 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2000, e no intuito de complementar o processo de reconhecimento, a associação interessada deve ainda enviar um breve historial com informações sobre: principais actividades e evidências da realização das mesmas; recursos humanos e recursos financeiros que sustentam a associação; parcerias estabelecidas com entidades públicas, privadas ou outras associações ou organizações; evidências de reconhecimento local por parte destas ou outras instituições (protocolos, declarações, entre outros).

Ao GATAI compete assessorar o COCAI na elaboração de relatórios no âmbito do requerimento, por parte das associações, de reconhecimento de representatividade tendo em vista o parecer previsto na lei. Após a análise qualitativa de todos os requisitos e elementos apresentados pela associação e de outras informações recolhidas nas reuniões realizadas com os respectivos dirigentes associativos é emitido, pelo GATAI, um parecer técnico. Este parecer é remetido ao COCAI, cujas competências estão previstas no art. 9º da Lei n.º 115/99, e, posteriormente, sujeito à decisão final e vinculativa da Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural.

O tempo médio de um processo de reconhecimento depende em grande parte da própria associação interessada. Como tal, é muito variável e difícil de estimar *à priori*. O procedimento consiste:

1. Primeira análise do pedido e instrução do pedido: contacto com a associação para que seja completada a documentação;
2. Marcação de visitas: estando completa a documentação são agendadas reuniões com a associação no espaço em que esta habitualmente se reúne ou realiza as suas actividades;
3. Apreciação técnica dos pedidos de reconhecimento e análise final do pedido;
4. Elaboração e preparação das propostas de Parecer Técnico a ser enviado ao COCAI, para aprovação ou não do pedido;
5. Elaboração e envio dos despachos e das notificações às associações sobre o deferimento ou indeferimento do pedido.

Ao GATAI cabe ainda a responsabilidade de organizar o registo das associações cuja representatividade é reconhecida e emitir, anualmente, o respectivo cartão de identificação.

Quem são as associações actualmente reconhecidas pelo ACIDI, IP?

Actualmente são 124 as associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACIDI, IP.²

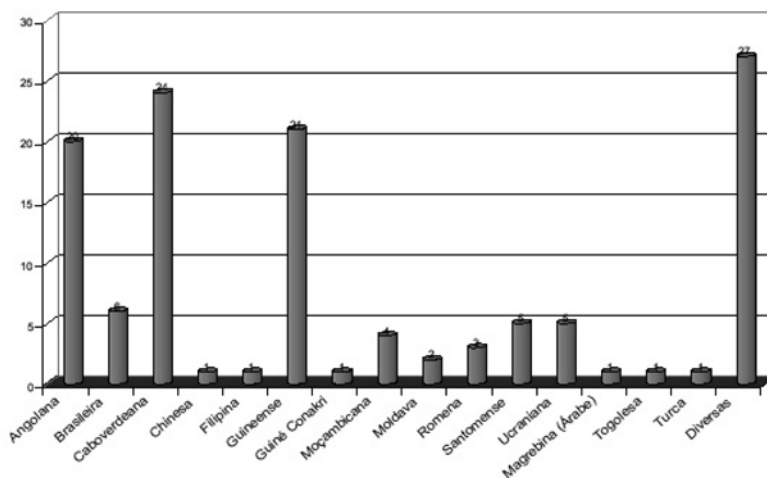
O Quadro 1 apresenta a evolução do número de associações reconhecidas pelo ACIDI, IP, por ano civil e por âmbito.

Quadro 1 - N.º de associações reconhecidas por ano civil e por âmbito

Ano	Local	Regional	Nacional	Total
2000/01/02	26	19	10	55
2003	5	3	2	10
2004	10	3	4	17
2005	5	4	3	12
2006	6	2	0	8
2007	9	0	0	9
2008	8	0	2	10
2009	2	1	0	3
TOTAL	71	32	21	124

As associações de imigrantes actualmente reconhecidas pelo ACIDI, IP representam diferentes países de origem: Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Guiné Conakri, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Ucrânia, Moldávia, Roménia, Rússia, China, Filipinas, entre outros.

Figura 1 – N.º de associações reconhecidas por comunidade (origem)



Espalhadas um pouco por todo o país, desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as actividades de tempos livres, os eventos culturais e recreativos, o apoio jurídico, as aulas de língua e cultura portuguesa e do país de origem, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas à sociedade portuguesa, as acções de intervenção política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação e também projectos de desenvolvimento nos países de origem.

Que tipos de apoios são conferidos pelo Estado às associações de imigrantes?

Os apoios às associações são atribuídos mediante a celebração de protocolos entre as associações e o ACIDI, IP com base em projectos apresentados pelas associações.

O apoio efectiva-se através de ajudas de carácter técnico e financeiro às associações de imigrantes que desenvolvam programas, projectos e acções que tenham como objectivo:

- a) Contribuir para a integração de cidadãos imigrantes, promovendo a sua dignificação e igualdade de oportunidades;
- b) A mudança de atitudes e mentalidades, no âmbito da igualdade de oportunidades dos cidadãos legalmente residentes em Portugal, nomeadamente a nível da educação, da cultura e dos meios de comunicação social;
- c) A formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais, com vista a estimular a actividade empreendedora dos imigrantes;

- d) A formação profissional, de forma a fomentar o aumento da qualificação profissional dos cidadãos imigrantes;
- e) A criação de serviços de apoio às famílias imigrantes;
- f) O estabelecimento de intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou a promoção de acções comuns de informação ou formação;
- g) O estudo e a investigação de casos e medidas de integração social e de discriminação baseada na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica;
- h) A eliminação de todas as formas de discriminação baseadas na cor, nacionalidade ou origem étnica.

O apoio efectiva-se também através de acções de capacitação dos dirigentes, técnicos e voluntários das associações de imigrantes, sob a forma de acções de formação e acompanhamento à execução dos projectos. O apoio técnico reveste-se, entre outras, das seguintes formas: informação jurídica ou outra; documentação/bibliografia; e acções de capacitação.

O contacto permanente com as associações de imigrantes tem vindo a evidenciar necessidades específicas de informação e formação. Neste sentido, o ACIDI, IP, através do GATAL, e em parceria com outras entidades, tem procurado desenvolver iniciativas formativas que procuram responder a essas mesmas necessidades abrangendo as mais variadas temáticas, entre as quais se destacam: gestão organizacional, planeamento e avaliação de projectos de intervenção social e relação com os meios de comunicação social.

Estas iniciativas de capacitação podem assumir diferentes formatos, desde simples sessões e seminários de informação/formação, cursos de especialização (pós-graduação) de que foi exemplo o curso “Gestão de Projectos em Parceria”, em parceria com a IC-EQUAL e a Universidade Católica Portuguesa, ou até mesmo elaboração de ferramentas de apoio à semelhança da colecção “CApA - Cadernos de Apoio ao Associativismo Imigrante” resultante de uma parceria com a INDUCAR – Educação Não-Formal e Integração Social.

Como pode uma associação de imigrantes aceder ao apoio financeiro atribuído pelo ACIDI, IP?

As associações podem candidatar-se aos projectos de apoio financeiro devendo para o efeito obedecer aos diversos condicionalismos legais e normativos impostos pela legislação vigente.

O apoio financeiro apenas é atribuído às associações de imigrantes cuja representatividade esteja reconhecida pelo ACIDI, IP. Poderá ser concedido à globalidade das acções previstas no plano anual de actividades (pedidos anuais) ou pontualmente (pedidos pontuais). As associações que optem pelo apoio anual não são elegíveis para o apoio pontual e as que optem pelo apoio pontual podem apresentar até ao máximo de três pedidos por ano civil. No entanto, em qualquer um dos casos, o apoio financeiro não pode exceder 70% do total do valor do programa, projecto ou acção. Relativamente

te aos prazos de apresentação dos pedidos de apoio, estes devem ser apresentados até 31 de Outubro do ano que antecede o apoio para o plano anual de actividades e até 60 dias de antecedência para o apoio pontual.

A qualidade técnica da acção proposta, nomeadamente quanto aos objectivos, conteúdos programáticos e duração da acção, o seu âmbito, o grau de carência da região ou população abrangida, a continuidade e a estabilidade dos efeitos pretendidos, a participação de trabalho de voluntariado, a relação entre o custo e os resultados esperados, a capacidade de estabelecer parcerias, o tipo de actividades desenvolvidas pela associação promotora da acção ou projecto e o cumprimento dos objectivos de acções ou projectos anteriores são os critérios de apreciação dos pedidos de apoio formulados (artigo 9º do Decreto-Lei 75/2000).

Os pedidos de apoio são apreciados pelo ACIDI, IP, que solicita parecer ao COCAI até 31 de Janeiro do ano a que respeita o pedido de apoio para o plano anual de actividades ou no prazo de 10 dias úteis a contar da apresentação do pedido de apoio pontual.

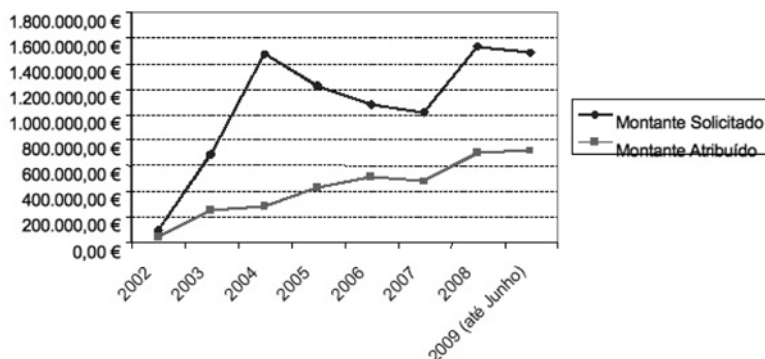
O membro do Governo responsável pela área da igualdade decide sobre a concessão do apoio e comunica a decisão no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da emissão da apreciação feita pelo ACIDI, IP e promove a celebração do protocolo de apoio nos 15 dias seguintes à comunicação da decisão.

O Quadro 2 apresenta o resumo do financiamento às associações de imigrantes, desde 2002 até Junho de 2009 e a Figura 2 evidencia a evolução dos montantes solicitados pelas associações de imigrantes e dos montantes aprovados pelo ACIDI, IP durante esse mesmo período.

Quadro 2 – Resumo do Financiamento às associações de imigrantes

ANO	PEDIDOS DE APOIO			
	Apresentados	Aprovados	Valor Solicitado	Valor Aprovado
2002	9	9	94.511,08 €	40.682,95 €
2003	40	23	680.351,80 €	246.580,00 €
2004	50	33	1.463.622,90 €	283.002,00 €
2005	59	33	1.220.747,40 €	426.477,00 €
2006	51	42	1.079.194,00 €	509.490,50 €
2007	50	40	1.012.729,15 €	472.101,00 €
2008	79	55	1.532.640,51 €	695.821,00 €
2009 (até Junho)	63	47	1.481.045,00 €	713.923,00 €

Figura 2 – Evolução do montante solicitado e montante atribuído



Da análise ao Quadro 2 nota-se a tendência crescente no número de pedidos de apoio apresentados pelas associações de imigrantes, com uma ligeira diminuição nos anos de 2006 e 2007. Relativamente ao montante atribuído pelo ACIDI, IP a tendência tem sido crescente, mas, efectivamente, não proporcional ao montante solicitado pelas associações de imigrantes.

Tendo em conta esta realidade – o número crescente de associações e projectos e o consecutivo aumento dos pedidos de apoio financeiro – tornou-se necessário identificar prioridades de financiamento onde concentrar esforços de intervenção, procurando, simultaneamente, dar maior visibilidade e credibilidade à intervenção das associações de imigrantes no apoio aos cidadãos imigrantes, através da criação de linhas de intervenção específicas, que conduzam a resultados quantificáveis e visíveis no final do ano.

Neste sentido, foi criado, em 2008, um Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) que estabelece as prioridades de intervenção em 4 eixos prioritários, de acordo com o quadro em anexo (ver Anexo I).

Este programa é revisto e divulgado anualmente às associações de imigrantes, identificando para cada ano as áreas de intervenção prioritárias.

Para além da função do GATAI em assessorar o COCAL no âmbito da atribuição dos apoios financeiros, cabe ainda ao GATAI a avaliação e o acompanhamento dos projectos, procurando garantir a correcta aplicação das verbas concedidas. Também a este nível, o Gabinete desenvolve um importante trabalho de retaguarda junto das associações de imigrantes, apoiando as mesmas na apresentação dos respectivos relatórios, procurando também dar resposta à fragilidade organizativa e técnica que algumas associações apresentam.

Neste sentido, foi criada em 2008/2009 uma plataforma electrónica³ que permite não só a apresentação das candidaturas para pedidos de apoio financeiro via *on-line*, como o posterior acompanhamento da execução física e financeira dos projectos/actividades apoiadas e a extracção automática de relatórios (intermédios e finais).

Promoção do associativismo imigrante

As “Conversas sobre Associativismo Imigrante” têm sido uma das estratégias de promoção do associativismo imigrante. Esta iniciativa consiste na organização, ao nível local, de sessões de informação e debate sobre o associativismo imigrante em Portugal, sua contextualização legal e social, direitos e deveres, mais-valias e constrangimentos, numa perspectiva de incentivo à organização dos cidadãos imigrantes pela via associativa.

A edição da “Brochura sobre o Associativismo Imigrante”⁴ foi também um outro instrumento de promoção do associativismo imigrante, com o principal objectivo de divulgar os contactos e as actividades das associações de imigrantes, no sentido de estimular ligações futuras das mesmas com entidades públicas e privadas ou pessoas singulares, apelando à partilha de responsabilidade conjunta na promoção de melhores condições de vida para os cidadãos imigrantes e seus descendentes em Portugal.

Conclusões

Os imigrantes que escolheram Portugal para concretizar os seus projectos de vida têm vindo a organizar-se, cada vez mais, em associações com o objectivo de proteger os seus direitos e interesses, assim como dos seus descendentes.

Por sua vez, o trabalho desenvolvido pelas associações ao longo dos últimos anos tem vindo a ganhar um maior impacto nas suas comunidades, assim como na sociedade portuguesa, destacando-se o seu contributo no reforço da diversidade e expressão cultural e em iniciativas diversas que permitem e contribuem para um melhor acolhimento e integração.

Por se encontrarem, de facto, mais próximas das comunidades, as associações de imigrantes reúnem potenciais condições para as informar, sensibilizar e promover mudança, constituindo-se como espaços privilegiados de organização de pertenças culturais e comunitárias e de participação, nos quais as pessoas não são meras destinatárias, mas actores intervenientes na defesa dos seus direitos e na promoção de condições de bem-estar social.

É de referir, no entanto, que mais do que a simples coexistência de associações, deve haver, cada vez mais, uma maior correlação entre elas, seja através da criação de parcerias que se traduzam em acções concertadas, quer através da criação de plataformas de diálogo e entendimento – de que a PERCIP (Plataforma das Estruturas

Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal) é já um exemplo – no sentido de fortalecer o próprio movimento associativo conferindo-lhe uma maior credibilidade e visibilidade.

Assumindo como objectivo último a promoção de uma melhor integração dos imigrantes e seus descendentes em Portugal, e conscientes do papel estratégico das associações de imigrantes neste processo, o futuro passará, inegavelmente, por uma maior aposta na sua capacitação: capacitar as associações para capacitar a própria comunidade. E, neste sentido, o papel do GATAI, que se constitui com uma ponte entre a própria estrutura do ACIDI, IP e as associações de imigrantes, e entre as associações e outras entidades públicas e privadas que contactam o Gabinete, será, mais do que “manter a sua porta aberta”... fazer com que outras se abram...

Notas

¹ www.acidi.gov.pt

² Consultar lista de associações de imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, IP disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=51>

³ Link: paai.acidi.gov.pt

⁴ Brochura disponível em: www.acidi.gov.pt.

ANEXO I

Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2010 (PAAI 2010)

1. Eixo de Apoio a Integração Plena e Igualdade de Oportunidades

Consiste em iniciativas de apoio à plena integração dos imigrantes na sociedade, através de projectos dirigidos aos imigrantes e suas famílias, que facilitem o acesso a bens e serviços fundamentais para o exercício de direitos e deveres na sociedade portuguesa. São apoiadas por este Eixo as seguintes tipologias de intervenção:

- a. Gabinetes de apoio, informação e encaminhamento dos imigrantes;
- b. Actividades ocupacionais que visam a integração comunitária e o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, dirigidas às famílias mais carenciadas;
- c. Serviços de mediação junto de entidades públicas e privadas que tenham um papel relevante na integração das famílias imigrantes;
- d. Serviços de encaminhamento para cursos de ensino de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do Programa Português para Todos, entre outros;
- e. Sessões e seminários de informação;
- f. Edição, publicação e divulgação de materiais informativos.

2. Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade

Consiste em iniciativas que tenham em vista a mudança de mentalidades, a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências de diálogo intercultural; iniciativas de divulgação da cultura do país de origem, como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade. São apoiadas por este Eixo as seguintes tipologias de intervenção:

- a) Sessões e seminários de sensibilização e informação dirigidos a toda a sociedade;
- b) Exposições, ateliers de expressão artística e eventos que promovam a interculturalidade e a diversidade cultural e valorizem a cultura dos países de origem junto da sociedade de acolhimento;
- c) Participação em eventos (organizados por outras entidades), com o intuito de promover e valorizar o encontro de culturas na sociedade.
- d) Edição, publicação e divulgação de materiais de sensibilização.

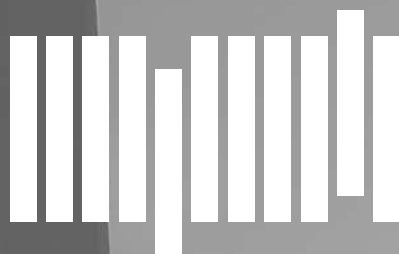
3. Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito

Tem por objectivo permitir a apresentação de iniciativas que, não se enquadrando nos eixos anteriores, possuem características particularmente inovadoras e de qualidade reconhecida. As tipologias de intervenção aqui enquadradas, deverão ser congruentes com as melhores práticas nacionais ou internacionais, na defesa dos interesses e na promoção de uma melhor integração dos imigrantes e seus descendentes em território nacional, através de intervenções detentoras de um carácter inovador nos contextos onde são desenvolvidas. As iniciativas concorrentes a este eixo, devem de uma forma clara e consistente transmitir em sede de candidatura o seu carácter excepcional, assim como o valor acrescentado das suas acções, face às tipologias de intervenção convencionais abrangidas pelos eixos anteriores e deverão, com base em parcerias locais (públicas ou privadas), sustentar a sua pertinência, comprovar a sua qualidade técnica e competência no desempenho das actividades propostas.

4. Eixo de Apoio à Capacitação Associativa (Apoio Estrutural)

Consiste no apoio à aquisição de bens ou serviços que capacitem as Associações das ferramentas necessárias para a execução das actividades a desenvolver. Entende-se este apoio como um reforço para a Associação, na medida em que a tipologia de despesas abrangida não tem a ver somente com uma actividade em concreto, mas com todo o trabalho desenvolvido pela Associação, assumindo-se como transversais e indispensáveis ao dia a dia do trabalho associativo. São apoiadas por este Eixo as seguintes tipologias de intervenção:

- a) Aquisição de equipamentos;
- b) Aquisição de serviços de recuperação ou adaptação de espaços;
- c) Despesas de representação da Associação junto de instâncias locais, regionais ou nacionais;
- d) Despesas com a contabilidade da associação (TOC).



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

III. TESTEMUNHOS DE LÍDERES ASSOCIATIVOS

O desafio das associações de imigrantes¹ ***The challenge of immigrant associations***

Carlos Vianna*

Um esclarecimento necessário

Desafiado por Ana Paula Beja Horta a escrever sobre o tema “associações de imigrantes”, confronto-me com dois factos iniludíveis: não sou um académico, muito menos das Ciências Sociais ou Políticas, nem tenho o instrumental teórico e nem sequer disponibilidade para fazer uma pesquisa prévia sobre o tema.

Daí uma necessária advertência ao leitor da Revista Migrações, acostumado a ler resultados de investigações e artigos com base científica. Tudo o que se segue são reflexões pessoais, fruto de 18 anos de experiência ininterrupta de militância no mundo associativo imigrante em Portugal. E de mais de 40 anos de militância social e política, não partidária já há muitos anos, sempre numa mesma trincheira, a dos “deserdados da terra”, na expressão clássica de Franz Fanon. Desnecessário é dizer que estas reflexões não vinculam nenhuma entidade, e ninguém além da minha própria pessoa.

Mesmo sem uma desejável pesquisa prévia ou uma formação académica própria, não é possível uma reflexão organizada sem um mínimo de embasamento teórico e ideológico, sem uma ótica de mundo. E a minha é uma ótica de esquerda, com alguns referenciais teóricos básicos marxistas. Uma ótica teórica que confere ao Estado e à superestrutura político-partidária, ao mundo da comunicação social e até ao da produção do conhecimento, interesses claros ou ocultos de classes, estamentos sociais e grupos de interesse. Uma ótica política que entende a questão das migrações como tendo um papel central na evolução da sociedade europeia e na política quotidiana, com claras clivagens ideológicas, nesta Europa onde as Direitas (e não só) fizeram dos imigrantes a sua grande alavanca para conseguir votos e excitar o medo e a xenofobia nos cidadãos eleitores. É uma ótica ideológica alimentada por uma profunda revolta contra um estado de coisas neste tempo que nos tocou viver, onde a exploração desenfreada dos homens e dos recursos naturais do planeta, a parcialidade em favor dos mais poderosos e das elites no exercício do poder do Estado, a injustiça social, a desigualdade da distribuição das riquezas produzidas e das oportunidades para as pessoas, e até para as nações, um pouco por quase todo o mundo, são características dominantes.

Procurou-se neste artigo esboçar uma resenha histórica, necessariamente insuficiente para enquadrar algumas reflexões sobre a evolução do mundo associativo e a sua relação com o Estado e com a sociedade.

* Vice-Presidente da Casa do Brasil de Lisboa / Vice President of the Lisbon “Casa do Brasil” Association

O Contexto

É neste estado de coisas do mundo, neste estado de conflito permanente, infelizmente em franco desenvolvimento neste início de século XXI, que se insere o fenómeno das migrações. Não se pode entender o mundo das associações sem o situar no contexto da situação social, económica e política do país e da Europa dos últimos 10 ou 20 anos, para limitarmos o contexto do que se quer abordar.

Nesta Europa bem concreta, os imigrantes são um estamento ou grupo social específico, ainda que muito diverso entre si. Contudo no plano do discurso político, das políticas de Estado e mesmo dos sentimentos de muitos, talvez a maioria dos nacionais europeus, os imigrantes (e até seus filhos já nacionais) tendem a ser vistos e tratados como um todo mais ou menos homogêneo, os *auslander*. Apesar dos estudos demográficos e económicos que apontam para a necessidade de muitos milhões de imigrantes nos próximos decênios, a verdade é que uma certa Europa não os quer. Assim como também não quer uma parte dos imigrantes que aqui já estão, e age em conformidade. As políticas de integração, que diferem bastante de país para país, não são para todos. Num extremo, facilidades para a captação de cérebros e especialistas, num outro, criminalização da condição de indocumentado...

Portugal tem apresentado algumas particularidades positivas em termos de políticas de integração e de legislação. Tem, por exemplo, uma lei própria sobre associações de imigrantes, o que parece ser uma particularidade no contexto da União Europeia. Tem uma legislação geral (Lei de Entrada, Saída, Permanência e Afastamento de Estrangeiros) relativamente mais branda que muitos países europeus.

No extremo, temos hoje a legislação “dracono-berlusconiana”, que criminaliza a situação de irregularidade do imigrante. Aqui, no âmbito das tensões e conflitos sociais, choque de culturas e particularidades religiosas, assim como do seu aproveitamento político pela direita, a questão “Imigração e imigrantes” está longe dos radicalismos e perigos vividos em outros países europeus. Veja-se o caso da tolerante Holanda, onde a extrema-direita ganhou o 2.º lugar nas recentes eleições europeias, com um discurso centrado na resistência à multiculturalidade e à presença dos imigrantes.

Neste contexto, as associações de imigrantes têm, em Portugal, um espaço de liberdade de atuação provavelmente maior que em outros países.² E deve haver em Portugal maior colaboração entre Estado e associações do que, por exemplo, na Itália e na Áustria, ou nos novos países do Leste que aderiram mais recentemente à União Europeia.

Cabe aqui fazer uma breve resenha desta relação, que é mais de colaboração do que de contestação, a partir da década de 90.

A relação entre associações de imigrantes e o Estado português

A relação entre as associações de imigrantes e o Estado português (no plano nacional e autárquico) tem sofrido uma evolução, com algumas datas-chave ou eventos a

assinalar. Um divisor de águas básico foi a criação do Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), no primeiro governo de António Guterres. Cumpria-se, assim, uma promessa eleitoral feita a várias associações que mantiveram um diálogo privilegiado com o PS, e seria injusto não mencionar o empenho de José Leitão, o principal dirigente do PS ligado às causas da imigração durante muitos anos. A sua escolha para ser o primeiro Alto-Comissário para a Imigração foi o corolário deste empenho.

Antes do ACIME, os interlocutores das associações eram o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e, no máximo, o Secretário do Estado da Administração Interna, que tutelava o SEF. Juntamente com o ACIME, criou-se o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), que institucionalizou e, em alguma medida, enquadrou de forma algo limitativa, o diálogo entre associações e Estado.³ Também os vários processos de legalização extraordinária merecem ser mencionados como momentos especiais na relação entre o mundo associativo e o Estado.

Governos Guterres e o SCAL

No primeiro processo extraordinário (1992 – 2.º governo Cavaco Silva), diversas associações de imigrantes criaram o Secretariado Coordenador das Associações para a Legalização (SCAL), ao qual aderiram ativamente a Obra Católica Portuguesa para as Migrações (OCPM), as centrais sindicais e outras entidades civis, como o Conselho Português para os Refugiados e a OIKOS (na época). Este primeiro processo gerou uma forte dinâmica de diálogo inter-associativo envolvendo um número significativo ainda que não maioritário, de associações. Com algumas exceções, como o Moinho da Juventude, uma associação local muito atuante, parece-me que as mais ativas ou pelo menos as mais politicamente articuladas da época participavam ativamente do SCAL e das muitas reuniões restritas ou ampliadas com representantes do governo, em geral diretores do SEF.

No segundo processo de legalização, iniciado em 1996, o governo Guterres inovou ao criar uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes do governo, um representante eleito pelas associações de imigrantes e um representante da Obra Católica - Maria de Lourdes Baltazar. Na eleição do representante dos imigrantes deu-se, até certo ponto, um fenómeno de clivagem étnica entre as associações. A Casa do Brasil e algumas associações cabo-verdianas apoiaram o nome de Heliana Bibas, então presidente da Casa do Brasil. As associações guineenses, angolanas e pelo menos uma cabo-verdiana cerraram fileiras, com algum foco no discurso étnico e africanista, em torno de António Tavares, presidente de uma associação angolana, que veio a ser militante de algum relevo do PSD, com ligações à Câmara e à Assembleia Municipal de Lisboa.

Para vários dirigentes, a possibilidade de um representante branco na Comissão “não batia certo”. Esta Comissão, com cargos remunerados, durou por vários anos, até ser extinta bem depois do processo se ter praticamente esgotado.

A relação entre associações, o SCAL e o Estado português sofreu várias mudanças com a subida ao poder do 1º governo PS, em 1996. As novidades foram a criação do

COCAI, a Comissão de Acompanhamento do 2.º Processo de legalização e o envolvimento do SCAL no apoio financeiro dado às associações pelo Estado, através de um acordo com o Governo Civil. Além disso, cabe ressaltar a discussão e posterior entrada em vigor da Lei das Associações de Imigrantes, articulada pela Deputada Celeste Correia, importante dirigente associativa e participante ativa do SCAL.

A gestão de dinheiros públicos é sempre matéria delicada, e o SCAL gastou demasiada energia nesta tarefa ingrata. Os membros mais ativos do SCAL, que era um organismo com vocação articuladora e reivindicativa, dedicaram grande parte de suas muitíssimas reuniões na Obra Católica, ao longo de anos, a gerir pedidos de apoio e a analisar relatórios e transferências, uma tarefa desgastante. Com o novo século, o SCAL foi deixando de existir e novas tentativas de articulação entre as associações iriam ser tentadas.⁴

Com a recuperação da economia, marcada pelas grandes obras como a Expo 98, Portugal recebeu no final do século XX uma nova onda de imigração, vinda principalmente do Brasil e dos países do Leste. Em 2000, após muita pressão das associações, dos partidos de esquerda, incluindo setores do PS, e de membros do governo mais sensíveis às questões da imigração, o governo abriu o que veio a ser o 3.º Processo de legalização extraordinária, o das Autorizações de Permanência (A.P.), um novo nome para os Vistos de Trabalho. Perto de 200 mil pessoas foram legalizadas neste processo, um número muito superior aos dos processos anteriores.

A figura jurídica da A.P. foi contestada pelas associações, que reivindicavam Autorizações de Residência. Tanto o governo social-democrata como o socialista resistiram, nos vários processos de legalização extraordinária (inclusive no Acordo Lula), a dar Autorizações de Residência. De facto, só a atual Lei aboliu a figura do Visto de Trabalho e contemplou a possibilidade de obtenção de Autorização de Residência para imigrantes indocumentados a residir em Portugal, englobando uma série de casos de excepcionalidade que eram objeto de reivindicação por parte das associações. Esta novidade da lei possibilitou a legalização de mais de 26 mil indocumentados nos últimos 2 anos, num processo praticamente esgotado à data deste artigo.

Como balanço dos dois governos Guterres, é de justiça reconhecer que houve um salto qualitativo em termos de política para a imigração, com a criação do ACIME, do COCAI, com a promoção da Lei das Associações (uma iniciativa da Assembleia da República) e com a legalização de mais de 200 mil indocumentados em dois processos extraordinários de legalização.

Sobre parcerias – ACIME, ACIDI I.P., CNAI e apoios às associações

O salto qualitativo amadurecido nos governos Guterres condicionou positivamente o governo Durão Barroso, que teve a inteligência de convidar independentes para liderar o ACIME e de reforçar significativamente o seu orçamento. É justo reconhecer a obra feita pelo Pe. Vaz Pinto e o seu então adjunto e depois Alto-Comissário confirmado pelo novo governo PS em 2004, Rui Marques. No âmbito das políticas de integração e de financiamento das associações de imigrantes foram consolidados passos mui-

to positivos, que parecem ter vindo para ficar, independentemente da cor política do poder vigente.

A criação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e dos Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI), bem como o envolvimento das associações e de outras entidades da sociedade civil, das igrejas (fundamentalmente da Igreja Católica e suas entidades próprias) e das autarquias na indicação de mediadores e na organização de CLAI, ou outros espaços de atendimento, criaram novos laços entre sociedade civil e Estado na concretização de políticas de integração ou de, pelo menos, na criação de uma rede de atendimento e informação ao imigrante.

Porém (e há sempre poréns), deve-se assinalar alguns aspectos menos positivos ou que, pelo menos, merecem alguma reflexão no que se refere a todos estes avanços acima referidos.

A Lei das Associações de Imigrantes⁵ dispôs sobre o apoio financeiro às entidades reconhecidas formalmente enquanto tal, atendendo a uma velha reivindicação do movimento associativo. Além disso, já no governo Durão Barroso, o ACIME foi contemplado com um aumento significativo de orçamento, em relação ao do governo anterior, de António Guterres. Estas duas condicionantes ajudaram à proliferação de pedidos de reconhecimento por parte de muitas associações, grande parte das quais recém-formadas, fenómeno que persiste até hoje.⁶

Já há alguns anos, desde 2004 ou 2005, discute-se no COCAI a necessidade de uma mudança na Lei das Associações. Este assunto foi agendado para discussão neste ano no Conselho, mas não houve a discussão e muito menos consequências práticas. A Casa do Brasil chegou a fazer em 2005 um documento sobre o assunto, onde assinalou criticamente os aspectos meramente formais nas exigências para o reconhecimento das associações em detrimento de aspectos substanciais, como antiguidade, avaliação das atividades já feitas e outros indicadores de inserção e trabalho realizado em prol dos imigrantes.

Para a Casa do Brasil é preciso menos e mais fortes associações, e a lei deve ser mais exigente no reconhecimento das associações, até para induzir a união de pequenas associações. O então Alto-Comissário Rui Marques chegou a enviar em 2008 uma proposta de alteração de Lei à tutela (Ministro da Presidência do Conselho de Ministros), mas o governo não apreciou o documento e, em consequência, não o enviou à Assembleia da República.

A pedido do ACIME, hoje ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), muitas associações indicaram e continuam indicando pessoas para atuarem como mediadores nos CNAI e, quando aprovados, são estas mesmas associações que empregam formalmente esses mediadores, apesar de estes trabalharem nos CNAI e hierarquicamente serem subordinados a quadros do ACIDI.⁷

Na prática, as associações atuam como empresas de trabalho temporário, arcando, no entanto, com toda a responsabilidade laboral, da mesma forma que uma entidade

empregadora normal. As associações não têm qualquer poder hierárquico sobre esses “seus” funcionários e são auditadas pelo ACIDI quanto ao cumprimento de suas responsabilidades como empregador. Essa ligação entre associação e Estado, que redundaria na ocupação de um posto de trabalho num instituto público, parece-me discutível e, obviamente, tem ou pode ter consequências na independência da associação enquanto membro atuante na sociedade civil em defesa dos imigrantes, o que, muitas vezes, pode implicar em se contrapor de alguma forma a medidas governamentais ou à legislação em vigor. Um emprego, mesmo com contrato de trabalho a termo certo, é um bem escasso e altamente valorizado, ainda mais em tempos de crise. A associação (entidade empregadora) tem uma responsabilidade social pelo seu/sua empregado(a), que normalmente é ou foi uma pessoa relacionada de alguma maneira com a associação e com os seus dirigentes. Nesta situação, a associação está numa posição mais frágil. Compreendo as vantagens de flexibilidade para o ACIDI deste *modus operandi*, que são significativamente superiores às das associações. No entanto, a meu ver, é preferível (e fica aqui a sugestão) que o ACIDI, I.P. assuma, ele próprio, a contratação desses seus colaboradores.⁸ Penso que este deve ser o desejo dos próprios colaboradores, dado que a sua situação jurídica de trabalhador ficaria mais coerente com a realidade do seu quotidiano de trabalhador.

O financiamento pelo Estado de parte das atividades de dezenas de associações é natural e, de certo ponto de vista, uma obrigação do Estado. Isto porque as associações trabalham quotidianamente para a integração dos imigrantes na sociedade, o que deve ser considerado um interesse do Estado. Os pedidos de apoio apresentados ao ACIDI são formalmente julgados no COCAI, embora a praxe seja seguir o parecer do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), órgão do ACIDI que aprecia os pedidos e emite uma avaliação e respectiva recomendação. O ACIDI tem evoluído ano a ano na formação, apreciação e acompanhamento dos projetos de apoio apresentados pelas associações, com a introdução progressiva das tecnologias da informação nessas tarefas e um controlo bastante apertado da destinação dos apoios que, em média, não superam os 20 mil euros por associação.

Sobre o COCAI

O COCAI foi apresentado pelo então governo PS⁹ como o principal instrumento de influência das comunidades imigrantes na formulação da legislação e acompanhamento das políticas públicas para a integração dos imigrantes. Está por se avaliar, no entanto, se o COCAI cumpriu este papel.

Sendo um mero conselho consultivo, com um número maioritário de membros ligado ao Estado, o COCAI tem, é verdade, formulado recomendações sobre a legislação que, em alguns casos, foram aceites, em especial na lei atualmente em vigor. No entanto, não tem qualquer poder fiscalizador sobre a ação dos diferentes órgãos e serviços do Estado que afetam a vida dos imigrantes, em especial o SEF, sobre o qual recai a maioria das reclamações dos imigrantes e que continua sendo, de longe, o organismo com maior poder de influência na formulação da Lei de Entrada, Saída, Permanência e Afastamento de Estrangeiros de Portugal, mal denominada de Lei da Imigração.

O próprio Plano para a Integração dos Imigrantes,¹⁰ com mais de 100 medidas de ações e mudanças em vários órgãos e serviços do Estado, no sentido de promover a integração, e lançado com pompa e circunstância em 2007, não é fiscalizado pelo COCAI, que, de resto, não tem meios nem disponibilidade de seus conselheiros para isto. Apesar do governo apregoar que 80% do PII foi executado, confesso que tenho as minhas dúvidas, embora não tenha meios de corroborá-las na prática.

O COCAI cumpriu um papel de oficialização do diálogo entre associações e Estado. Esta oficialização não escapou, nem escapa, a um certo ranço burocrático, que se reflete na pouca eficácia do COCAI enquanto órgão, se não fiscalizador, pelo menos de acompanhamento crítico das ações e serviços do Estado, numa ótica de promoção da integração dos imigrantes e de superação de obstáculos burocráticos ou discriminatórios.

As articulações entre associações e entidades nos anos 2000

Impulsionada principalmente pela Casa do Brasil (coordenadora), Liga dos Chineses, Moinho da Juventude e outras entidades, uma nova articulação foi tentada em 2002: o Secretariado Coordenador das associações de imigrantes (SCAI), que excluía a participação de outras entidades que não Associações de Imigrantes. Esta tentativa não durou muito, e só com a formação da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP) nos Açores, em 2006, uma iniciativa da Associação dos Imigrantes dos Açores (AIPA), a única associação de imigrantes dos Açores, é que uma nova articulação entre associações se concretizou.

Constituída em 2006, no 1.º Fórum das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal, evento apoiado e prestigiado pelo então ACIME e pelo governo regional dos Açores, a PERCIP conseguiu também organizar em 2007 (Setúbal) e 2008 (Lagos) novos fóruns, com a participação de algumas dezenas de entidades, dos quais resultaram a publicação das Agendas dos Açores, Setúbal e Lagos, respectivamente. As principais associações envolvidas na PERCIP são a AIPA, Casa do Brasil, Associação Cabo-verdiana de Setúbal, AGUINENSO e Casa da Rússia. Embora a PERCIP tenha a adesão de várias outras associações, o seu poder de mobilização e articulação tem sido bastante limitado, o que demonstra a pouca sensibilidade das associações para se unirem.

Por outro lado, outras articulações vão surgindo ou se fortalecendo. Algumas formais, como a Federação das Organizações Caboverdianas em Portugal, outras informais, como uma rede de entidades e associações liderada pela Solidariedade Imigrante, que já organizou 3 manifestações públicas pela legalização dos indocumentados e contra o endurecimento na Europa das medidas de repressão aos imigrantes (2008 e 2009).

Muito recentemente, a Casa do Brasil promoveu a primeira reunião de associações ligadas à comunidade brasileira em Portugal (Maio de 2009), quando se decidiu o fortalecimento da articulação entre as mesmas. No plano europeu, aconteceu em Barce-

lona, no final de Junho de 2009, o primeiro encontro da Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa, em cuja coordenação está a Casa do Brasil em nome de 3 associações brasileiras em Portugal. No mundo da emigração brasileira, está em curso, a criação de um Conselho das Comunidades de âmbito mundial, a exemplo do existente para a representação das comunidades portuguesas. Trata-se de um processo articulado com o Estado brasileiro, que tem, pouco a pouco, procurado estabelecer políticas públicas em relação aos quase 4 milhões de “brasileiros no mundo”.¹¹

Não obstante a existências de todas estas articulações, considero que o movimento associativo em Portugal peca por insuficiente sensibilidade em relação à necessidade de se articular e se unir. É sintoma disto a fraca ou nenhuma participação em atos de protesto da maioria das associações. Bem como a extrema dificuldade de se criar uma plataforma de articulação mais estável e que se legitime como instrumento de representação das associações.

Apesar de não possuir dados oriundos de inquéritos abrangentes, parece-me evidente que a maioria das associações, reconhecidas ou não pelo ACIDI, tem um universo de preocupações e atividades limitado a um bairro ou comunidade muito específica. Dificilmente se articularão com outras associações ou procurarão unir forças para dar lugar a entidades mais fortes. Suas lideranças são despolitizadas e o trabalho da associação está ligado direta ou indiretamente ao poder local.

As associações mais politizadas¹² e presentes em manifestações e outros atos de afirmação dos imigrantes e questões afins, fóruns de discussão e articulação com a sociedade e outras instâncias são poucas. Destaca-se neste pequeno grupo de associações a Solidariedade Imigrante, com um discurso oposicionista, tanto aos governos PSD como ao do PS mais marcado, não obstante ser a associação que mais tem funcionários destacados como mediadores no CNAI e até no SEF. Com reconhecidos méritos pela sua capacidade de mobilização e trabalho intenso junto aos imigrantes mais desfavorecidos, de várias nacionalidades, a Solidariedade Imigrante tem procurado mobilizar em torno em si um pólo mais militante de associações e ativistas. Por vezes, no entanto, a Solidariedade Imigrante parece assumir um papel de *primus inter pares* e tem dificuldades em fazer concessões para a necessária obtenção de consensos nas ações e plataformas conjuntas das associações. Obviamente, a luta político-partidária presente no país não deixa de se refletir nas estratégias e propostas de ações conjuntas e articulações das associações de imigrantes.

A PERCIP tem trilhado o seu caminho na tentativa de desenvolver uma plataforma de entendimento entre um grupo de associações, mas ainda há muito por caminhar até que se transforme num pólo aglutinador e mobilizador da luta dos imigrantes.

A fraqueza das associações e suas articulações ou iniciativas conjuntas reflete, obviamente, a própria realidade dos imigrantes, o seu baixíssimo nível de consciência cidadã, as condições difíceis de consolidação de sua vida quotidiana e também o seu individualismo, que se consolida, na maioria dos casos, uma vez que o imigrante consegue uma certa estabilidade económica e um estatuto legal no país. A maioria dos imigrantes que recorrem às associações simplesmente desaparece, uma vez resolvi-

do o problema que os levou a pedir apoio à associação. Ao contrário de um sindicato, que tem uma base social geográfica e socialmente definida (o local de trabalho), as associações de imigrantes não locais têm uma base social dispersa e de muito difícil mobilização, mesmo que seja para atividades recreativas e sociais.

A relação entre associações de imigrantes e o mundo da política institucional

Em 1991, o Partido Socialista assinou um acordo com 4 associações de imigrantes (AGUINENSO, Associação Caboverdeana, Associação dos Amigos de São Tomé e Príncipe e a ACRA, uma associação angolana que já não existe) comprometendo-se com a defesa de uma certa agenda dos imigrantes. Este acordo foi articulado por José Leitão, o grande animador no PS das questões dos imigrantes, que veio a ser o 1.º Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, em 1997.

De certa forma, é também resultado deste acordo a carreira política da deputada Celeste Correia, a única dirigente associativa a ser eleita deputada à Assembleia da República, hoje uma alta dirigente do PS e secretária da Mesa da Assembleia da República na legislatura encerrada em 2009. Um dirigente a referenciar, que assinou esse acordo, é o guineense Fernando Ká, também militante do Partido Socialista na década de 90. O seu discurso mais étnico, ligado às experiências norte-americanas e britânicas de discriminação positiva na integração de minorias, sofreu sempre forte resistência no PS, e Fernando Ká foi sistematicamente preterido na sua intenção de obter um posto elegível na lista de deputados do PS.

Apesar das ligações entre algumas associações e o PS, mais visíveis na década de 90, a presença de dirigentes associativos em partidos políticos é uma exceção, mais que uma regra. Recentemente, vêem-se alguns dirigentes em postos de direção no Bloco de Esquerda, havendo também um no Comité Central do PCP, há muitos anos. A lógica e a disciplina partidárias são mais fortes que as associativas. Separar estas lógicas na mesma pessoa não é tarefa fácil e requer honestidade intelectual, bem como respeito à democracia e dinâmica associativas, necessariamente mais despolitizadas. Alguns dirigentes associativos, ainda que com consciência e formação teórica e política desenvolvidas, optam mesmo por não ter compromissos partidários, para evitar possíveis interferências na sua independência em relação a partidos e governos.

Imigrantes de origem (mesmo aqueles com nacionalidade portuguesa) como candidatos elegíveis às eleições autárquicas ou legislativas, têm sido pouquíssimos. Concelhos com forte presença de imigrantes ou dos seus descendentes, como Amadora, Seixal e Loures, não têm vereadores saídos das comunidades imigrantes. Nas próximas eleições legislativas e autárquicas em Setembro e Outubro de 2009, respectivamente, poderá haver algumas novidades, mas sempre exceções num quadro geral de pouquíssima presença de imigrantes, seus descendentes e dos possuidores de dupla nacionalidade.

Não existe o voto imigrante ou étnico em Portugal. O sistema partidário português quase impede as candidaturas independentes, e os partidos filtram suas listas, de maneira que, apesar da importância política da questão imigrante, praticamente não

há representantes diretos dos mesmos e de seus descendentes em cargos de relevo. Por outro lado, a capacidade de pressão das associações e seus aliados para uma eventual indicação de nomes em listas de partido é quase nula. Em suma, no plano da política institucional, os imigrantes são uma questão debatida e que gera votos e fraturas, mas o *lobby* dos imigrantes é fraquíssimo em termos de influência na política institucional e nos órgãos de soberania do Estado, ao contrário de muitos outros, como o das empresas de construção de obras públicas, dos médicos, dos juízes e da Igreja Católica.

Resta às associações e suas plataformas “cultivarem” a relação com alguns deputados, responsáveis autárquicos, dirigentes políticos e responsáveis do Estado “amigos dos imigrantes”. Tradicionalmente, o PCP e o Bloco de Esquerda são mais sensíveis às propostas das associações, principalmente no que toca às mudanças periódicas da “Lei da Imigração”¹³ e às pressões feitas sobre o SEF para diminuir a rigidez no que toca a critérios de julgamento nos processos e outras questões de atendimento quotidiano. Quando o PS é governo, partido e governo quase se confundem, embora haja sempre uma ala, quer num ou noutro, mais “amiga” e outra mais “rígida”. Quanto ao PSD, suas posições são tendencialmente menos próximas das propostas das associações. No entanto, o governo Durão Barroso teve a sensibilidade de aumentar o orçamento e transformar o gabinete do Alto Comissário em Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, escolher duas personalidades independentes e competentes para os dois principais cargos, apoiar realizações importantes como o CNAI, assinar o Acordo Lula e trabalhar para a sua concretização. O Acordo Lula, ainda que beneficiando somente cidadãos brasileiros, abriu um precedente que se desdobrou em novas oportunidades de legalização de indocumentados, a eterna principal reivindicação do movimento associativo.¹⁴

De toda maneira, o nível de influência real das associações e seus aliados no que toca às decisões fundamentais sobre o teor da legislação e outras medidas político-administrativas é pequeno, ainda que não desprezível.

Na formulação das leis de imigração e na implementação de medidas práticas, o pólo dominante é o eixo Ministério da Administração Interna (MAI)-SEF, tanto nos governos PSD como PS. O pólo ACIDI/COCAI/aliados na Assembleia da República/associações conseguem algumas concessões, mas são apenas isto: concessões. No caso da atual Lei da Nacionalidade, que possibilitou muitos milhares de pedidos de aquisição de nacionalidade por parte de imigrantes e seus descendentes nos últimos 3 anos, a bancada do PS em particular e a Assembleia da República como um todo terão sido os principais impulsionadores. Um detalhe significativo: os pedidos de naturalização deixaram de ser instruídos no SEF, que apenas dá um parecer vinculativo de caráter policial.

No âmbito dos processos ou situações especiais de regularização, mais de 320 mil estrangeiros não comunitários legalizaram-se.¹⁵ Isto equivale a dizer que a imensa maioria dos estrangeiros não comunitários que hoje vivem legalmente em Portugal¹⁶ conseguiram obter a sua regularização em processos ou situações extraordinários ou em decorrência de excepcionalidades contidas em certos artigos das leis e respecti-

vos decretos regulamentares. A obtenção do estatuto de residente legal, seja com que título, através dos mecanismos ordinários da lei (tramitação do pedido através de um consulado português no país de origem) é uma situação francamente minoritária no universo dos estrangeiros não comunitários residentes em Portugal, provavelmente inferior a 10%. A realidade prova, portanto, que a regra básica da tramitação no país de origem para a obtenção da condição de imigrante legal não se coaduna com o que se conhece dos movimentos migratórios, tal como efetivamente aconteceram nos últimos 20 anos. Será que já não é tempo de a lei se compatibilizar com a vida real?

É inegável que, apesar de seu poder de influência limitado, as associações de imigrantes e seus aliados, quer no plano da política institucional, quer na sociedade civil (com destaque para a Igreja Católica), foram uma força de pressão importante para a sucessão de legislações e processos de legalização que, com todas as críticas que se possam fazer a respeito, redundaram num facto: a maioria dos imigrantes em Portugal, neste ano de 2009, tem a sua situação legalizada e são portadores de um Título de Residência. Uma parcela significativa dos que emigraram para Portugal nos últimos 20 anos já são cidadãos portugueses.

A legalidade é uma condição básica para a integração numa perspectiva de cidadania.

Uma palavra sobre a Casa do Brasil

Sendo quem sou, não poderia deixar de tecer algumas considerações sobre a associação à qual tenho dedicado uma parte significativa da minha vida nos últimos 18 anos.

A CBL é uma das mais antigas associações de imigrantes, sendo a primeira a ser reconhecida enquanto tal pelo ACIME.

Nestes 18 anos, apesar de ter tido quase 100 pessoas e 4 presidentes nos sucessivos corpos gerentes em 11 eleições, a CBL manteve uma linha de coerência no discurso e na prática da associação. Esta linha de coerência se reflete num discurso político de afirmação do eixo da luta dos imigrantes em Portugal e na Europa: a luta pela cidadania. A CBL rejeita o discurso e a prática da assistência social, dos “coitadinhos”, duma certa visão presente no Estado e em parte da sociedade de que os imigrantes conformam uma minoria frágil a proteger socialmente. Se é certo que uma parcela minoritária, porém significativa dos imigrantes, vive em condições de quase ou total exclusão social, também é certo que a maioria tem um rendimento pouco inferior à média dos cidadãos portugueses. E há mesmo uma classe média e média alta entre os 440 mil imigrantes, com rendimento superior à média dos cidadãos portugueses, que não será inferior a 20 a 30% deste total.¹⁷

A CBL esteve, desde a sua fundação, em todas as principais articulações de associações, numa posição de co-liderança. No SCAL, no SCAI, na PERCIP e, recentemente, na articulação das associações brasileiras em Portugal e na Rede Europeia de brasileiros e brasileiras. A CBL acreditou e acredita na necessidade de fortalecer um movimento associativo articulado, vigoroso, capaz de “pôr gente na rua” e ter capacidade

de pressão pela agenda dos imigrantes, mantendo um diálogo de igual para igual com todos os agentes políticos e com os governos.

Desde sempre a CBL rejeitou estatutos e práticas “nacionalistas”, auto-centradas na comunidade de brasileiros. Sempre teve diretores, colaboradores e funcionários portugueses e de outras nacionalidades. A CBL sempre dialogou, isolada ou em conjunto, com os Estados português e brasileiro numa perspectiva de independência e de afirmação dos direitos e deveres dos imigrantes. Acreditou e acredita na mobilização da opinião pública e, por isso, conquistou uma relação frutífera com a comunicação social portuguesa e brasileira. É a única associação que tem uma publicação relativamente regular, que já alcançou a edição n.º 80.

Apesar de acreditar firmemente na politização da questão imigrante, a CBL sempre procurou resguardar-se do jogo político dos partidos, quer portugueses quer brasileiros. Alguns de seus fundadores estiveram ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula da Silva, na década de 80 e início de 90. Seu sócio nº 1, Alípio de Freitas, dirigente da CBL muito ativo desde a fundação até há poucos anos atrás, foi um militante histórico e lendário da esquerda brasileira, desde finais da década de 50. Não por acaso Zeca Afonso dedicou-lhe uma canção chamada “Alípio de Freitas”, que fez parte duma campanha internacional para garantir a vida de Alípio, ameaçada nos muitos anos que ficou nas prisões da ditadura militar brasileira nos anos 70. Outros membros da direção e co-fundadores da CBL, como o autor deste artigo, estiveram ativos na fundação do PT no Brasil e na criação do núcleo do PT em Portugal. Em 1994, vários membros da direção da CBL abandonaram sua militância no núcleo do PT de Portugal, entre outras razões, para que não se confundisse a associação com esta atividade partidária. E foi justamente esta experiência político-partidária que fez criar na CBL anticorpos contra eventuais tendências dominadoras de partidos sobre o associativismo. A CBL considera importante o diálogo do movimento associativo com os partidos políticos portugueses, mas é ciosa da independência do movimento. Considera que cabe aos partidos abraçarem as nossas reivindicações e não o inverso, as associações serem suporte das propostas deste ou daquele partido para as questões da imigração.

A nível da relação com a comunidade académica, brasileira e portuguesa, e de sua presença em eventos desta natureza, a CBL foi mesmo pioneira. Em 1997 co-organizou o I Simpósio Internacional sobre emigração brasileira juntamente com o Consulado do Brasil em Lisboa e a Universidade de Campinas-UNICAMP. Em 2002 o I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior. Em 2003 a CBL fez, sozinha, uma pesquisa de caráter sociográfico sobre a 2.ª vaga da migração brasileira, publicada num dos capítulos do volume *Imigração Brasileira em Portugal* do Observatório da Imigração.¹⁸ Este trabalho é citado em muitíssimos estudos posteriores de diversos autores. A presença em eventos dos mais diversos tem sido constante, durante toda a sua existência. Várias teses ou trabalhos académicos, tanto no Brasil como em Portugal, abordam e teorizam sobre a prática e o discurso da CBL enquanto associação.

A nível da relação direta da CBL com os órgãos de governos, numa perspectiva de relação com o Estado português e o Estado brasileiro, também é de assinalar a constân-

cia da busca e realização deste contato. O ponto alto desta prática se materializou no chamado Acordo Lula, que foi um resultado direto dum trabalho intenso e articulado de sensibilização da CBL junto ao governo e ao poder legislativo brasileiros e à opinião pública. Em consequência o governo brasileiro tomou a iniciativa de propor uma Acordo Diplomático bilateral, possivelmente o único no género, firmado nos últimos 20 anos entre um país terceiro e um país da União Europeia. Recentemente, em 2007, a CBL conseguiu convencer o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a promover uma reunião no Brasil com representantes da emigração brasileira vindos de todo o mundo. Tal aconteceu em Julho de 2008 e se repetiu em Outubro de 2009, marcando uma viragem na relação institucional entre emigrantes e Estado brasileiro.

Em jeito de breve final

Ficam assim estas parcas linhas de reflexão e de informação, quiçá com algumas novidades para alguns dos leitores.

Lamento não ter tido o tempo e as condições para uma reflexão mais fundamentada em leituras e troca de opiniões com outros atores destes cenários associativos e das políticas mais diretamente ligadas à imigração em Portugal.

Há um enorme desequilíbrio entre a gravidade política e social da questão das migrações em Portugal e na Europa, de um lado, e a capacidade de intervenção das associações e seus aliados nas sociedades de acolhimento, na defesa dos múltiplos interesses dos imigrantes, seus descendentes e das minorias étnicas. Portugal tem claras vantagens em relação aos outros países, tendo em conta a origem dos seus imigrantes, para promover uma política de integração numa perspectiva de cidadania. Mas pensam e agem os políticos em função das próximas gerações, ou só das próximas eleições?

Por seu lado, apesar de avanços em todos estes anos, o movimento associativo ainda é frágil, com associações e estruturas de articulação débeis, por várias razões, onde se destaca o baixíssimo nível de consciência de cidadania dos imigrantes e de sua disponibilidade para apoiar as associações e suas lutas.

Só com associações, fortes, aparelhadas humana e materialmente, com capacidade de mobilização de milhares, independentes, com agenda política própria, com forte trabalho de apoio ao imigrante, com meios de comunicação próprios é que estas terão a capacidade de influenciar significativamente as grandes questões da imigração, a legislação, as políticas de integração, a eterna questão da legalização, o combate ao trabalho ilegal e à super-exploração do trabalhador imigrante, a discriminação e preconceitos existentes na sociedade, a luta pela cidadania.

Este desafio é enorme e confesso que não sou otimista. Mas eu já sou um dinossauro e a palavra e a ação cabem às novas gerações de dirigentes associativos.

Que façam mais e melhor!

Notas

¹ Em homenagem ao Acordo Ortográfico, já em fase de transição para sua implementação, escrevo respeitando as regras e liberdades de opções oferecidas pelo mesmo. Assim, nada de "Cês" e "Pês" mudos e viva a liberdade de acentuação (ô em vez de ó em muitos casos de esdrúxulas)! A multiculturalidade também se reflete no Acordo Ortográfico. Portanto, aos leitores portugueses, peço a paciência de lerem o texto em grafia brasileira, porém estritamente respeitadora do Acordo Ortográfico, que é o nosso futuro comum.

² Digo provavelmente por não ter referências teóricas para fundamentar esta afirmação.

³ Voltarei a falar dessas limitações mais adiante.

⁴ Aproveito aqui para registrar uma palavra de reconhecimento e admiração pelo Padre Manuel Soares, coordenador da Obra Católica Portuguesa das Migrações, presença ativa e indispensável nos anos 90 no SCAL.

⁵ Lei 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000 de 9 de Maio); a deputada Celeste Correia e o então Alto-Comissário José Leitão foram pessoas decisivas na elaboração desta lei.

⁶ Segundo dados do ACIDI, há neste momento 124 associações reconhecidas.

⁷ Esta mesma situação se coloca, em menor escala, no SEF, que também "emprega" mediadores indicados e contratados por algumas associações.

⁸ Ressalto, mais uma vez, que se trata de uma opinião pessoal e que possivelmente as associações envolvidas tenham uma opinião contrária.

⁹ Com início de atividades em 1998, se não estou em erro.

¹⁰ Uma iniciativa do então Alto-Comissário Rui Marques.

¹¹ Mais informações no portal www.brasileirosnomundo.mre.gov.br

¹² Por politizadas não quero dizer ligadas a partidos políticos, mas sim associações que entendem e agem baseadas numa percepção política mais geral da questão da imigração, seja em Portugal como na Europa e no mundo.

¹³ Foram seis leis ou decretos-lei desde 1993: duas de governos PSD (Cavaco Silva e Durão Barroso) e quatro de governos PS (Guterres e Sócrates): DL 212/92, de 12/10; Lei 244/1998, de 8/8, modificado sucessivamente pelos Decretos-Lei 97/1999 de 26/7, 4/2001 de 10/1 e 34/2003 de 25/2; por fim a lei vigente, 23/2007, de 4/7, com o respectivo Decreto Regulamentar 84/2007 de 5/11.

¹⁴ A sequência ao Acordo Lula, para os imigrantes não brasileiros, foi o chamado Processo dos Correios (ou Artigo 71º), iniciado em Janeiro de 2006.

¹⁵ Foram seis processos/períodos de legalização extraordinários ou decorrentes de artigos de exceção das leis ou ainda de um Acordo bilateral Brasil-Portugal: 1993 (em decorrência do DL 212/9, 2 de 12/10); 1996 (em decorrência da Lei 17/96, de 24/5); 2001 (em decorrência do DL 4/2001, que criou a figura das Autorizações de Permanência); 2003 - em decorrência do "Acordo Lula", de 14/7; 2006 - o chamado Processo dos Correios ou do Artigo 71 do DL 34/2003 e seu DL regulamentar 6/2004, de 26/4. Na atual lei 84/2007, foi o artigo 88 que permitiu a regularização da maioria dos 30 mil regularizados, de finais de 2007 até agora, em conjunto com a transferência para o âmbito da atual lei de muitos inscritos no "processo dos Correios".

¹⁶ 440 mil em final de 2008, dos quais 355 mil não comunitários.

¹⁷ Não sei se há dados credíveis sobre a estratificação de rendimentos dos imigrantes; naturalmente estes valores mais qualitativos que quantitativos não têm base científica.

¹⁸ Casa do Brasil em Lisboa (2007), "A 2.ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal - Informação estatística e elementos de análise", in Malheiros, J. (org.), *A imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI

Reflexões sobre o movimento associativo imigrante em Portugal

Reflections on the immigrant associative movement in Portugal

Felismina Rosa Mendes*

Quero, antes de mais, agradecer o convite que me foi formulado e a oportunidade de poder partilhar convosco algumas reflexões sobre o movimento associativo imigrante. As apreciações que vos trago foram, no essencial, sendo construídas pela observação directa, pelo contacto regular que, enquanto representante da comunidade no COCAI, mantenho com as associações de imigrantes, em particular as associações cabo-verdianas, reconhecidas, ou não, pelo Estado português e, sobretudo, pela minha própria experiência como dirigente da Associação Caboverdiana de Setúbal e, mais recentemente, como dirigente da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP).

Com esta análise não se pretende mais do que uma leitura da realidade passada e presente do movimento associativo em Portugal, tendo em consideração os diferentes contextos históricos e níveis de organização colectiva.

A vinda de um grande número de cidadãos africanos para Portugal após a independência de novos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que se fixaram na Área Metropolitana de Lisboa, está na origem da criação de associações informais que, na falta de apoio das autoridades portuguesas, procuraram acolher e integrar os seus conterrâneos. Esta primeira fase, que decorreu entre meados da década de 70 e toda a década de 80 do século XX, viria a ser designada por alguns investigadores como a *fase da emergência*.

Seguiu-se, até meados da década de 90 do século passado, uma segunda fase caracterizada pela afirmação das associações como agentes da integração económica dos imigrantes.

Posteriormente, o movimento associativo imigrante passou por um processo de consolidação e amadurecimento do qual resultou o seu reconhecimento formal,¹ dando letra de Lei ao seu papel enquanto agentes de desenvolvimento das comunidades imigrantes.

O momento actual, sobre o qual falarei mais adiante, reflecte este processo histórico no qual a comunidade cabo-verdiana teve um papel preponderante e decisivo. De facto, na década de 1970, a Casa de Cabo Verde era a única associação cuja configuração e intervenção se pode enquadrar no conceito de associação de imigrantes, existente em Portugal.

* Membro Dirigente do Secretariado Executivo da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP) e Presidente da Associação Cabo-Verdiana de Setúbal / Director on the Executive Board of the Platform for the Representative Organisations of Immigrant Communities in Portugal (PERCIP) and President of the Setúbal Cape Verdean Association.

Em 1990 apenas existiam 10 associações e em 1996 esse número tinha subido para 78, com excepção da Casa do Brasil, todas as associações eram de comunidades africanas, em particular cabo-verdianas e angolanas. Actualmente existem 124 associações de imigrantes reconhecidas pelo Alto Comissariado para o Diálogo Inter-cultural (ACIDI) e um número indeterminado de outras associações que, não sendo reconhecidas pelo Estado português como associações de imigrantes, desenvolvem actividade no âmbito do apoio às comunidades imigrantes e aos cidadãos autóctones que residem na sua área de influência.

As associações de imigrantes estão, naturalmente, concentradas na Área Metropolitana de Lisboa onde, como é do domínio público, se reúne o maior número de imigrantes de diversas origens nacionais. Por outro lado, as necessidades crescentes de encontrar novas respostas para as comunidades têm constituído um dos principais factores que contribuíram para o aparecimento de um significativo número de associações.

Utilizando o exemplo do tecido associativo cabo-verdiano, por ser um paradigma que se estendeu a outras comunidades, mormente às associações africanas do espaço lusófono, identificamos um conjunto de motivações e de dimensões que importa sublinhar.

As motivações para a emergência de um número aparentemente elevado, face à dimensão da comunidade, de associações cabo-verdianas são, no essencial, de ordem geográfica e, desde logo, reportando-se ao local de fixação das comunidades cabo-verdianas em Portugal (por exemplo: Associação Cabo-verdiana de Sines). Além destas, existem também associações referenciadas ao território de origem (por exemplo: Amigos do Concelho de S. Miguel de Cabo Verde), ou ainda a vivências comuns (por exemplo: Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde).

Se estas motivações são bem objectivas e decorrem de necessidades reais, outras há de carácter mais subjectivo que originaram, a meu ver, a “pulverização” do movimento associativo, mas sobre as quais me escuso a tecer quaisquer considerações. Não obstante, sempre direi que é compreensível a emergência de respostas locais, ou seja, faz todo o sentido que se constituam associações locais, que pela sua proximidade à comunidade tornam a sua intervenção mais eficaz.

A inserção territorial das associações, os serviços e apoios em que se especializam e as características da comunidade que servem (a associação de estudantes tem uma intervenção necessariamente diferente da associação inserida num enclave de um bairro social e economicamente desfavorecido), bem como as motivações e características dos dirigentes determinam diferentes níveis de intervenção junto da comunidade. Por outro lado, e em função desta panóplia de interesses podem gerar-se ligações mais ou menos estreitas com o país de origem.

As dimensões de intervenção das associações, todas igualmente importantes, devem ser valorizadas por igual, pois a finalidade será sempre a de propiciar a mediação com a sociedade de acolhimento e promover pontes com o país de origem. Neste sentido,

estas dimensões são, no essencial, as seguintes e por ordem crescente de amadurecimento da estrutura organizativa:

- Recreativa e reprodutiva da matriz cultural comum (muito redutora);
- Interação com a comunidade de acolhimento;
- Prestação de apoio social e agente mediador com a comunidade (informal e institucionalmente) receptora;
- Participação em plataformas locais potenciando a execução de projectos e os apoios comunitários (estabelecimento de parcerias e protocolos com autarquias, entidades privadas com ou sem fins lucrativos, escolas, etc)
- Participação na definição de políticas locais, regionais e nacionais de imigração
- Estreitar os laços de cooperação com o país de origem.

Quando me debruço sobre o panorama do movimento associativo imigrante em Portugal com facilidade identifico as situações mais diversas. Muitos de nós ainda não saímos da recreação e do folclore étnico mas, felizmente, muitos de nós já compreendemos que a afirmação e a intervenção do movimento associativo imigrante tem de ser mais, muito mais, do que a mera reprodução da matriz cultural que cada comunidade “carrega” consigo.

A emergência de um sem número de associações de imigrantes surge, como já referi, para dar respostas, no essencial, de proximidade e não é, em si mesmo, um factor negativo. Contudo, pode, seguramente, constituir um factor de enfraquecimento face ao Estado que nos acolhe, afinal estamos muito divididos e na procura da satisfação do imediato, mas, por outro lado, revela um dinamismo e empreendedorismo que considero positivo.

Perante a fraca capacidade de interlocução com o Estado português, motivada pela proliferação das associações, o movimento associativo imigrante respondeu com um nível superior de organização e iniciou-se um processo de criação de federações (Federação das Organizações Cabo-verdianas) e, posteriormente, de plataformas (PERCIP) que se ocupassem das questões transversais aos imigrantes.

Factores exógenos ao movimento associativo não deixaram, ainda, que as federações e mesmo a Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP) assumissem o seu verdadeiro papel de interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes com o Estado português, na defesa daquilo que é comum a uma comunidade ou à generalidade da população imigrante.

As federações devem, assim, constituir-se como um instrumento essencial para a unidade das associações que representam sem, todavia, as substituir. Há ainda um longo caminho a percorrer na definição e clarificação das diferentes dimensões de intervenção. Caminho que conscientemente temos de trilhar no respeito pelas diferenças que caracterizam o movimento associativo imigrante.

Dado isto, às associações cabe um papel de acção directa no território onde desenvolvem a sua acção, no apoio à comunidade que servem e na construção de plataformas locais que potenciem a sua intervenção social e política.

Às federações cabe o papel aglutinador e de interlocução com o Estado português na defesa dos interesses transversais de cada comunidade e na procura da satisfação dos direitos consagrados para os migrantes.

Um outro nível de organização e de intervenção cabe à PERCIP que, face aos contornos da realidade imigratória, resulta da necessidade da emergência de um interlocutor representativo de todas as comunidades para potenciar as dinâmicas reivindicativas comuns dos imigrantes em Portugal, bem como de apoio técnico às associações. Esta estrutura não substitui nem as associações nem as federações, pois o seu objectivo é o de intervir apenas, e somente, nas questões transversais das comunidades imigrantes.

Ao invés de outras tentativas de unidade entre as comunidades imigrantes em Portugal que foram construídas, tendo como elemento de união reivindicações muito concretas (exigência e posterior acompanhamento dos processos de regularização extraordinária) a PERCIP, enquanto projecto, transassociativo nasceu da necessidade de dar voz e protagonismo aos destinatários (passivos e divididos) das políticas de imigração e para potenciar a intervenção social e política do movimento associativo imigrante em Portugal.

Não passou tempo suficiente para avaliar, com rigor a eficácia, os ganhos ou perdas para o movimento associativo, a emergência destes níveis de organização do movimento associativo imigrante em Portugal, mas o seu potencial para o reforço da capacidade de intervenção do movimento associativo imigrante é, em minha opinião, inquestionável.

Por último, face à influência que o ACIDI, I.P. exerce sobre a maioria das associações de imigrantes, por via da dependência financeira destas, bem como a sua recente estratégia de invasão de áreas de intervenção, que por excelência são do foro do associativismo imigrante torna, ainda mais pertinente, o reforço das estruturas organizativas através de projectos independentes e com capacidade para unir o movimento associativo imigrante em Portugal.

Notas

¹ O Estatuto Jurídico das Associações de Imigrantes só foi aprovado em 1999, pelo Decreto-Lei N.º 115/99, de 3 de Agosto. Até essa data as associações constituíam-se como associações culturais sem fins lucrativos ou como instituições particulares de solidariedade social.

Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos?

Migrant associations and political participation: what responses are there in today's world?

Francisco Pereira*

A emergência do movimento associativo migrante está implicitamente ligada à história e à dinâmica da imigração em Portugal. Porém, o enquadramento legal específico das associações de imigrantes, só foi reconhecido oficialmente pelo Estado português, através da Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto.

A constituição e o progressivo crescimento de comunidades imigrantes permitiram o aparecimento de associações que inicialmente tinham como objectivos conservar e dinamizar os traços culturais dos países de origem, sob apanágio da intervenção cultural e da mobilização social. Porém, à medida que se vão consolidando, começam a intervir e a reivindicar os direitos plenos de cidadania. É, pois, através dessa intervenção que se tem conseguido fazer ouvir as suas vozes junto da sede de poder.

É consentâneo afirmar que o movimento associativo luta actualmente com meios escassos ou com os seus próprios meios para conseguir renovar-se e manter-se activo numa sociedade em profunda mudança. Manter as dinâmicas associativas dentro deste modelo da estrutura da oportunidade política implica, naturalmente, procurar respostas para os desafios dos novos tempos.

Os desafios que o movimento associativo enfrenta nos tempos de hoje são diversos, mas a meu ver, o mais importante reside talvez na necessidade de se afirmar ainda mais como parceiro reconhecido e indispensável, nas estratégias de promoção de uma vida em comunidade participada, quer falemos no domínio social, quer no campo político. A participação nos processos políticos é um dos elementos mais importantes da cidadania activa. A participação política do movimento associativo das comunidades imigrantes gera oportunidades de integração e deve ser analisada nas suas diferentes formas, incluindo a obtenção da nacionalidade, de direitos eleitorais e de maior integração nas estruturas de decisão política.

É a partir desta problemática que vou incidir a minha reflexão, analisando o percurso e o contraste do movimento associativo migrante.

Todos, ou quase todos, nos lembramos da década de 90, mais concretamente em 1996, em que o movimento associativo despertou o seu potencial político transformador e a sua capacidade de subversão do estado das coisas, fazendo com que estivessem presentes na Assembleia da República, pela primeira vez, como deputados, dois membros de associações de imigrantes, Fernando Ká e Celeste Correia.

* Líder Associativo e Cabeça de Lista do Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora – MICA/ Association Leader and Head of the List of the Movement for Intervention and Citizenship in Amadora - MICA.

Passados quase 14 anos, podemos perguntar onde é que está aquela dinâmica? Onde está a força e o desejo de mudança? Que representatividade têm as associações junto do poder instituído, quer local, quer nacional, quer internacional? Será que mudaram os tempos e mudaram as estratégias? Será que as associações constituem um trampolim na consolidação da sua carreira profissional?

É certo que a participação política do movimento associativo depende largamente da *estrutura das oportunidades políticas* que lhes são oferecidas. Todavia, põe-se a questão de saber se as associações estão a aproveitar, *à la limite*, essas oportunidades neste quadro institucionalmente definido.

A problemática da participação política do movimento associativo não pode ignorar o caminho percorrido, nem os retrocessos verificados. Ou seja, pese embora o esforço de alguns movimentos associativos, nomeadamente a da Associação Cabo-verdiana, a da Casa do Brasil de Lisboa, de algumas federações associativas e da PERCIP (Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal), que têm vindo a delinear estratégias com o objectivo de colocar na agenda política a imigração, denota-se ainda uma fraca capacidade de mobilização política nos últimos tempos.

Nas últimas eleições europeias, legislativas e autárquicas de 2009 não houve campanhas alargadas de informação dirigidas aos eleitores activos e passivos de origem estrangeira, ao contrário do que aconteceu, como já frisado na década de 90 do século passado, nem se verifica um progresso significativo na participação de cidadãos de origem imigrante nas listas eleitorais, à excepção de alguns elementos que participaram em lugares não elegíveis, com intuito de “colorir” as listas eleitorais, subalternizando o seu valor enquanto cidadãos de pleno direito e, como tal, actores políticos. Contudo, embora num estado incipiente, nas últimas eleições autárquicas houve uma dinâmica nunca então ocorrida, e que se prende com o destaque de algumas figuras de origem imigrante a encabeçar as listas dos partidos políticos, curiosamente do partido mais à direita. No PSD, por exemplo, houve alguns candidatos, nomeadamente à Câmara Municipal do Seixal, bem como a uma Junta de Freguesia no Concelho de Loures, esta encabeçada por um líder associativo luso-angolano, Jerónimo David.

Pese embora a minha modéstia, através de muito esforço pessoal e com o contributo indelével de várias comunidades na Amadora, nasceu o Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora (MICA), liderado por mim. Um movimento ímpar na história dos movimentos cívicos em Portugal, devido ao seu carácter dinâmico e intercultural. Concorrente nas últimas eleições autárquicas na Amadora, MICA conseguiu quase 3% de votos num campo político árduo e difícil, graças à sua audácia, à sua visão multicultural e ao carácter multifacetado, capaz de mobilizar as vontades e as aspirações das populações migrantes, independentemente da sua origem cultural e étnica. É, pois, importante afirmar que o interesse dos imigrantes em votar cresce quando se verifica que alguns candidatos têm origem imigrante. Contudo, entendemos a importância de uma candidatura que mobiliza interesses transversais a todos e não apenas com bases relacionadas com as comunidades imigrantes e minorias culturais, o que poderia ter um efeito de segregação.

Utilizando a expressão crioula “*caminhu longi ta badu di bespa*” (Caminho longe faz-se de véspera) e faz-se caminhando. Parece-me sensato, repito, embora pese a minha modéstia, afirmar que esta experiência foi muito útil aos protagonistas e aos amadorenses. Ficou patente que é possível... Ficou claro que é preciso fazer. Ficou entendido até onde é possível chegar e como lá chegar!

Será abusivo dizer que este é um caminho? Parece-me que não...

Para responder aos desafios dos novos tempos, a intervenção associativa deve caminhar no sentido de imprimir maior importância às dinâmicas de participação cívica e política, ao reconhecimento do direito de voto nos diversos quadros eleitorais e à representação política alargada das comunidades migrantes em sede do poder formal e instituído. Outrossim, o movimento associativo deve interpelar a estrutura governativa no sentido de pressionar uma revisão constitucional, que ponha termo à exigência do Regime de Reciprocidade, dinamizando os direitos políticos aos imigrantes. É indiscutivelmente um grande desafio para a integração política.

Para elevar esse dinamismo *à la limite*, as associações devem fomentar as políticas “*bottom-up*” em detrimento de “*top-down*”, o que, naturalmente, por um lado, implica a assunção de um paradigma militante e reivindicativo, dotado de uma agenda política dirigida, consciente do seu potencial, enquanto grupo de pressão e, por outro lado, a capacidade de identificar áreas estratégicas de intervenção e de mobilização dos recursos existentes no seio das comunidades imigrantes.

É imperativo impulsionar e dinamizar a formação e consciencialização cívica, de incentivo ao recenseamento eleitoral e exercício de um intenso *lobby político* junto dos órgãos de decisão. É imperioso, igualmente, combater lógicas de instrumentalização política pelos partidos políticos que convidam os membros de origem imigrante para, como atrás já referi, “colorir” as listas, muitas das quais nem sequer traduzem objetivos eleitoralistas em concreto.

É necessário que as associações incrementem e actuem em rede (local, nacional e transnacional), com vista a articular as necessidades e os interesses dos imigrantes num novo paradigma, que tem subjacentes os direitos plenos de cidadania e a interculturalidade.

Em suma, se pretendemos criar uma sociedade mais coesa, mais aberta e mais participativa em Portugal, o movimento associativo não pode descurar o seu potencial político transformador, enquanto força de pressão consciente do seu trabalho junto da “sede de poder” e no “terreno”, para a consciencialização do direito de voto nos cidadãos imigrantes.

Se desejamos algo, temos de ser nós a fazê-lo. Parafraseando, o poeta Manuel Laranjeira, “*não nos iludamos, ou nos salvamos nós, ou ninguém nos salva*”. Convém relembrarmos que as oportunidades e os recursos são finitos e é, por esta razão, que as questões da distribuição de recursos sociais, culturais, económicos, políticos e simbólicos são questões de poder. Como nos ensina a Ciência Política, o poder

conquista-se. Apenas teremos o poder de influenciar e de subverter a ordem que nos é imposta se nós próprios dermos o nosso contributo. Parece-me que a par da reivindicação da cidadania, temos que começar a exercê-la. Qualquer outra atitude significa deixar o nosso destino entregue à mercê da “corrente”.

Eis, entre muitas, algumas reflexões para os desafios dos novos tempos!

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R. et al. (2000), *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Pereira, F. (2007), *Associativismo Migrante e Participação Cívica: Dinâmicas Organizativas das Associações de Imigrantes Angolanos, Guineenses e Europeus de Leste na Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.

O associativismo cabo-verdiano em Portugal: da Casa de Cabo Verde aos tempos de hoje

Cape Verdean associativism in Portugal – - from the Casa de Cabo Verde until today

Alberto Rui Machado*

O texto que se segue é um conjunto de linhas de força da história das associações cabo-verdianas em Portugal, que estamos a escrever em conjunto com dirigentes associativos de diferentes épocas. Dá-se uma especial atenção aos tempos da Casa de Cabo Verde e à transição que se deu a seguir à Revolução dos Cravos, uma vez que essa história raramente tem sido contada e nem sempre com a objectividade necessária.

As primeiras tentativas de criação de um espaço cabo-verdiano

A primeira tentativa para a criação de um espaço cabo-verdiano foi feita na Secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império mas não teve sucesso.

Anos mais tarde, Marcello Caetano, na altura Ministro das Colónias, encarregou o Chefe de Propaganda da Agência Geral do Ultramar, José Osório de Oliveira, intelectual português que viveu em Cabo Verde, da criação desse tão desejado espaço.

Mais uma vez o projecto não resultou mas teve o seu lado positivo pois permitiu que tivessem lugar diversas iniciativas ligadas à cultura cabo-verdiana como, por exemplo, o “Festival de Cabo Verde”, no Teatro da Trindade com récita de poemas de autores cabo-verdianos pelo famoso declamador João Villaret.

José de Oliveira solicitou a colaboração de Manuel Velosa, homem de cultura cabo-verdiano que desempenhara o papel importante de aglutinador do grupo que produziu a revista “Claridade”. Nessa altura, porém intelectuais cabo-verdianos que o poderiam apoiar estavam espalhados,¹ e Manuel Velosa viu-se obrigado, mais uma vez, a adiar o projecto, tentando posteriormente em 1955/56 criar o “Instituto de Cultura e Fomento de Cabo Verde”. O Instituto propunha-se “promover a união e colaboração de todos os que, material e espiritualmente, se interessavam pelo desenvolvimento de Cabo Verde e fortalecer os laços que unem esse Arquipélago à Metrópole e a todo o Mundo Português”. A doença que viria a vitimar Manuel Velosa não lhe permitiu ver os Estatutos aprovados mas o movimento gerado em torno do projecto permitiu um conjunto notável de actividades:

- Edição em 1956 do romance “Chuva Braba” de Manuel Lopes que obteve em 1957 o Prémio Fernão Mendes Pinto;

* Presidente da Direcção da Associação Caboverdiana de Lisboa / President of the Board of the Lisbon Cape Verdean Association.

- Realização em 1958 dos “Colóquios Cabo-Verdianos”, cujas conclusões foram editadas pela Junta de Investigação do Ultramar;
- Criação do “Centro de Estudos do Ultramar” integrado nas Comemorações do Quinto Centenário do descobrimento de Cabo Verde.

A Comissão Instaladora

Nos anos sessenta, dois acontecimentos iriam contribuir para uma grande mudança no panorama da imigração cabo-verdiana para Portugal: a escassez de chuva em Cabo Verde e a Guerra Colonial. A seca fez com que os cabo-verdianos, nomeadamente os das ilhas com mais actividade rural, procurassem imigrar a todo o custo. Simultaneamente, as dificuldades económicas e a Guerra Colonial levaram a que muitos jovens portugueses emigrassem para países europeus, numa altura em que a construção civil e o turismo precisavam urgentemente de mão-de-obra. As lacunas deixadas pela saída dos portugueses permitiram que se aceitasse de bom grado a vinda de grande número de cabo-verdianos para o “*Continente*”.

A comunidade cabo-verdiana de Portugal, até então predominantemente constituída por pessoas com alguma formação escolar, começou a ser alargada as pessoas com baixas ou nenhuma qualificações escolares ou técnicas, que imigravam puramente por razões de ordem económica.

Nos finais da década de sessenta, quando a comunidade começava a ser mais vasta e diversificada, um grupo de cabo-verdianos residentes em Lisboa começou a encontrar-se para analisar uma ideia, que outros já tinham tentado sem resultado, de criação de um espaço cabo-verdiano. O que se pretendia era dispor de um lugar onde os cabo-verdianos e amigos de Cabo Verde se pudessem encontrar e que servisse também para divulgar a cultura, a gastronomia e os valores cabo-verdianos, bem como apoiar os estudantes e os imigrantes cabo-verdianos mais necessitados.

A ideia nascera em encontros de Lucas da Cruz e Manuel Chantre, mas a esse “núcleo duro” haviam-se juntado Manuel Rodrigues, Terêncio Anahory, Humberto Leite e Antero de Barros. Posteriormente aderiram Adolfo de Oliveira e Jorge Velosa, dois dos “sobreviventes” da última tentativa da criação de um Centro Cabo-Verdiano em Lisboa, cuja experiência poderia ser útil. Embora estivessem todos unidos na intenção comum de dar vida a uma instituição cuja existência sentiam comumente necessária, havia divergências na concepção dos fins e meios de actuação para os atingir. Era natural que assim fosse pois o grupo era heterogéneo e as ideologias eram das mais variadas, da esquerda à direita passando pelo centro. Contudo, o que estava em jogo era suficientemente importante para se conseguir uma harmonização das posições, até porque era sabido que a fase da legalização ia exigir muito de cada um, dado que naquela época tal tipo de actividades era sujeito a um controlo muito grande por parte do Estado português.

Conseguido o consenso, a Comissão Organizadora, constituída pelos elementos atrás referidos, elaborou um projecto de Estatutos que foi discutido em Assembleias alargadas que se reuniram por duas vezes na Casa do Alentejo. A referida Comissão foi

então mandatada para prosseguir as diligências necessárias para a aprovação dos estatutos pelos Ministérios do Interior e do Ultramar como era obrigatório na altura. Antes, porém, de requerer a aprovação dos Estatutos, a Comissão Organizadora procurou contactar o Governador de Cabo Verde, António Lopes dos Santos e o Ministro do Ultramar, Silva Cunha, como era da praxe. Ambas as entidades acolheram a ideia com agrado e afirmaram à Comissão a disposição de auxiliar a “Casa”.

Lucas da Cruz aproveitou ainda a sua estadia em S. Vicente para pedir uma audiência ao Presidente da Câmara de S. Vicente e lhe solicitar apoio para o projecto, o que lhe foi garantido. Certamente animado por este êxito, Lucas da Cruz, uma vez regressado a Lisboa, fez sair cartas para as restantes Câmaras de Cabo Verde solicitando um subsídio anual que lhes daria a categoria de sócios beneméritos e ainda um subsídio específico de instalação.

Para ganhar tempo, a Comissão enviou boletins de inscrição para sócio a várias centenas de cabo-verdianos tendo obtido uma reacção que mostrava o entusiasmo que se estava a gerar em torno do projecto.

Os Estatutos

Os Estatutos, após terem sido efectuadas as alterações sugeridas pelo Ministério do Ultramar seguiram, a 4 de Setembro de 1969, para o Ministério do Interior.

Entre os objectivos dos Estatutos destacavam-se:

- a) Congregar pessoas que, material ou espiritualmente se encontrem ligadas a Cabo Verde e que queiram contribuir para o seu progresso cultural, económico e social;
- b) Contribuir para o estreitamento das relações entre essas pessoas e para o fortalecimento da sua ligação a Cabo Verde;
- c) Proporcionar aos associados um centro de reunião e convívio com ambiente tipicamente cabo-verdiano;
- d) Estabelecer relações de cooperação e de intercâmbio com os núcleos de cabo-verdianos existentes noutros pontos do país e estrangeiro;
- e) Organizar o censo dos cabo-verdianos residentes no continente, no ultramar e no estrangeiro e procurar estabelecer contacto com todos, de modo a fortalecer os elos que os devem unir e exaltar o sentimento de solidariedade e de auxílio mútuo;
- f) Promover a obtenção de bolsas de estudo ou de subsídios para estudantes cabo-verdianos, e a instituição de prémios pecuniários, ou de outra natureza, com vista a incentivar um melhor aproveitamento escolar, tudo nos termos definidos em regulamentos próprios;
- g) Organizar um fundo de assistência e cooperação social para auxílio dos sócios necessitados.

Nos seus curtos 4 anos de existência a Casa de Cabo Verde iria conseguir cumprir a quase totalidade dos objectivos a que se propôs. A versão definitiva dos Estatutos com a data de 28 de Outubro de 1969 foi assinada por todos os membros da Comissão Instaladora. Entretanto chegavam respostas positivas às cartas dirigidas às Câmaras Municipais.

A Comissão Instaladora arrendou, em Dezembro desse ano de 1969, um andar no Largo do Andaluz, que passou a funcionar como sede provisória da Casa de Cabo Verde e alargara o círculo dos colaboradores. A breve trecho tornou-se conhecida a criação da Casa de Cabo Verde e começaram a chegar as primeiras ofertas em livros para a constituição de uma biblioteca sobre Cabo Verde e, de diversas partes do mundo, onde havia comunidades cabo-verdianas, foram recebidas mensagens de estímulo. Um delas vinha da Liga dos amigos de Cabo Verde em Angola.

As Primeiras Eleições

Os Estatutos foram, entretanto, aprovados pelos Ministérios do Ultramar e do Interior e a 12 de Fevereiro de 1970 realizavam-se, na Casa do Alentejo, as eleições para os Corpos Gerentes.²

As diligências efectuadas na busca de um espaço adequado aos fins em vista culminaram com o arrendamento de um andar, na Rua Duque de Palmela, pertencente à Santa Casa da Misericórdia. A inauguração fez-se com pompa e circunstância e com a presença do Ministro do Ultramar de então, Dr. Silva Cunha.

Entre realizações de índole cultural e recreativa a Casa de Cabo Verde foi alargando o seu círculo de sócios que já não se limitavam ao território continental português mas se estendiam também a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Senegal, Estados Unidos da América, etc.. A Casa de Cabo Verde chegou a ter mais de mil sócios, que pagavam regularmente as suas quotas, feito que nenhuma outra associação cabo-verdiana, das muitas que surgiram após o 25 de Abril, viria a igualar.

Intelectuais cabo-verdianos e portugueses, como Gabriel Mariano, António Carreira, Teixeira de Sousa, Manuel Ferreira, Nuno Miranda e outros revezavam-se em palestras e seminários a que acorriam não só os sócios mas também estudantes, como Renato Cardoso e Alírio Vicente Silva (Tacalhe), que, embora contestando a linha seguida pela Casa de Cabo Verde, sabiam apreciar esse tipo de actividades.

Em Dezembro tinha sempre lugar a Festa dos Trabalhadores, com distribuição de cobertores, camisolas e roupões que eram muito apreciados pois muitos dos imigrantes vinham sem agasalhos adequados ao Inverno e viviam em estaleiros das próprias obras em condições bastante precárias. Também a Festa de Natal das Crianças era muito concorrida e com apoio de diversos fabricantes de brinquedos conseguiam-se prendas que faziam a delícia dos filhos dos associados e de outros imigrantes que a ela se associavam. O baile de fim do ano era um acontecimento que envolvia toda a comunidade e traziam-se do exterior orquestras cabo-verdianas ou crioulas que faziam grande

sucesso. Já outras actividades, como o apoio à “Miss Cabo Verde” ou os contactos com o Governador de Cabo Verde mereciam a crítica de alguns membros da Direcção.

As divergências foram-se acentuando e acabariam por levar ao afastamento voluntário do Dr. Manuel Chantre e, quando houve eleições para o biénio de 1972/1973 o seu nome já não constou das novas listas.³ Os membros da Direcção que se posicionavam mais à esquerda sentiam-se cada vez mais isolados mas achavam que era dentro da Casa que se devia lutar pelas suas convicções e não fora dela.

Entretanto, a Casa de Cabo Verde iniciara a publicação de um boletim mensal, com o nome inicial de “Presença Crioula”, mas considerando que “crioulo” era uma designação bastante ambígua, o nome viria a ser alterado para “Presença Cabo-Verdiana”, a partir de Abril de 1974.

No âmbito social foi feito um apelo aos muitos professores cabo-verdianos residentes em Portugal para colaboração na alfabetização dos imigrantes cabo-verdianos entre aos quais a taxa de analfabetismo e iliteracia era muito elevada.

Ao fim de dois mandatos, Lucas da Cruz, eventualmente agastado com algumas críticas, nomeadamente do Dr. Caldeira Marques, achou que era hora de ceder o lugar.⁴ Em Março de 1974 foi eleita uma nova lista,⁵ que viria no entanto a ter uma vida curta.

O pós-25 de Abril

Com efeito a 25 de Abril o Movimento das Forças Armadas pôs fim ao regime ditatorial que governara Portugal durante quatro décadas. O Presidente da Direcção, Dr. António Caldeira Marques, achou que os Corpos Gerentes se deveriam demitir e promover eleições dentro do novo contexto. A 16 de Maio 1974 os Corpos Gerentes da Casa de Cabo Verde reuniram-se para apreciar a nova situação da Associação perante a nova conjuntura política que se passou a viver em Portugal, tendo sido tomada a decisão de demissão em bloco.

A 25 de Maio de 1974 realizou-se uma Assembleia-Geral que aceitou esse pedido de demissão conjunto, tendo sido designada uma comissão com a função de dirigir interinamente a Casa de Cabo Verde até novas eleições a realizar dentro de 60 dias e a rever os Estatutos por forma a eliminar as cláusulas impostas pelo regime anterior.⁶

Ao mesmo tempo cedeu-se uma sala das instalações a um grupo activista de estudantes: GADCG - Grupo de Acção Democrática de Guiné e Cabo Verde. Esse Grupo que fora criado por Manuel Chantre e Caldeira Marques junto do MFA com o nome de GADC (Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde) passara a integrar elementos da Guiné-Bissau e mudara a sigla para GADCG. Ao fim de algum tempo começou a haver desentendimentos entre a Comissão de Gestão da Casa de Cabo Verde e o GADCG. Enquanto os primeiros estavam mais motivados para a realização de eventos dirigidos aos sócios e para a preparação de eleições, os novos inquilinos estavam

mais preocupados com comícios políticos e mobilização das massas para a luta pela independência de Cabo Verde.

Enquanto isso no Boletim “Presença Cabo-Verdiana” de Setembro era divulgado o ideário das formações políticas de Cabo Verde, PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), UPICV (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde) e UDC (União Democrática de Cabo Verde). O Director, ainda que criticado pelos dirigentes do GADCG, que achavam que só o PAIGC tinha legitimidade para falar em nome do povo cabo-verdiano, manteve-se à frente da publicação. Nesse entretanto, o GADCG já se tinha apoderado da totalidade das instalações da Casa de Cabo Verde e as demissões dos sócios começam a surgir. Uns deixaram de frequentar a Casa de Cabo Verde e de pagar quotas, outros tiveram atitudes mais drásticas, como Lívio dos Reis Borges que escreveu uma carta que foi publicada no Boletim de Outubro de 1974: “(...) porque não posso partilhar a orientação de albergar na Casa de Cabo Verde grupos partidários....venho apresentar a minha demissão de sócio fundador”.

A 15 de Outubro de 1974 teve lugar uma Assembleia Eleitoral que escolheu uma nova Comissão Directiva.⁷

Associação de Caboverdeanos e Guineenses

Um ano depois, a 17 de Outubro de 1975 a Assembleia volta a reunir-se e da Comissão directiva apenas um único elemento comparece: Nataniel Rodrigues. A 31 de Outubro de 1975 a Assembleia-geral reúne-se e são aprovados parte dos novos Estatutos. Uma das alterações foi a criação da categoria de sócios auxiliares. Nela estavam incluídos todos os sócios que não fossem cabo-verdianos nem guineenses. Os sócios auxiliares pagavam quotas como os outros mas não tinham o direito de participar em Assembleias, votar ou ser eleitos para os Corpos Gerentes. Para muitos portugueses e amigos de Cabo Verde foi uma situação humilhante e inaceitável que levou ao seu afastamento definitivo.

Foi também decidida a criação da Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses como resultado da fusão da Casa de Cabo Verde e do GADCG. No entanto, na Assembleia que se lhe seguiu, a 7 de Novembro de 1975, Manuel Chantre coadjuvado por mim tentou opor-se à entrada de guineenses na Associação. Manuel Chantre defendera em Assembleia anterior a junção com os guineenses mas reconsiderara entretanto a sua posição. A Assembleia teve uma reacção vigorosa e chegou a haver ameaças de expulsão dos dois contestatários.

Falava-se muito de democracia, mas, diferentemente do que acontecia nas assembleias da então muito criticada Casa de Cabo Verde, quem fosse contra o ideário dos partidos dominantes, nem lhe era concedida a palavra como aconteceu com o D. Lívio Borges, que fora Presidente da Assembleia da Casa de Cabo Verde.

Feita a votação, a designação que abrangia os dois povos foi aprovada pela maioria da assembleia. Os Estatutos acabariam por ser totalmente aprovados a 14 de Novembro

de 1975 e a 12 de Dezembro de 1975 realizam-se novas eleições tendo sido escolhida uma lista proposta por Helena Lopes da Silva.⁸ A nova estrutura fugia ao esquema tradicional e deixava de haver Conselho Fiscal. Não se pode esquecer que o Verão quente de 1975 já passara mas as ideias do PREC ainda dominavam.

Durante o seu mandato é levado a cabo um recenseamento dos imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal, permitindo que muitos pudessem votar para a constituição da primeira Assembleia Nacional Constituinte. Menos de um ano depois, a 19 de Junho 1976 há uma reestruturação dos Corpos Gerentes.⁹

Nas palavras de um dirigente associativo: “Infelizmente, passados os momentos de euforia e emoção, o entusiasmo que animava inúmeros colaboradores e sócios da Associação, entrou em rampa descendente e, com ele, o trabalho associativo ficou reduzido, praticamente, às actividades da sede. O trabalho associativo entrou em declínio e os programas pouco saem da rotina gerada, não sendo relevantes algumas experiências tentadas”.

É neste contexto que ano e meio mais tarde há novas eleições.¹⁰ Durante este mandato foi realizado o primeiro encontro de trabalhadores cabo-verdianos com representantes da Embaixada de Cabo Verde e desenvolveu-se uma grande acção de alfabetização na zona da Venda Nova para crianças e adultos, com o apoio da Acção Católica. A Associação participou na criação da “Associação de Moradores do Alto da Cova da Moura” onde existia (e existe) um número significativo de cabo-verdianos. Foram estabelecidos contactos com associações congêneres da Europa e EUA propondo cooperação e solidariedade recíprocas. No âmbito das actividades culturais é de salientar o lançamento do livro “Ilhéu de Contenda” de Teixeira de Sousa. Em 1978, uma Delegação representativa participou no 1º Encontro Nacional da Comunidades Cabo-Verdianas no Mindelo Cerca de um ano depois nova Assembleia e novos Corpos Gerentes.¹¹ Na Assembleia houve ainda queixas sobre o trabalho da alfabetização que vinha tendo um papel importante para a comunidade cabo-verdiana de Portugal e que ultimamente sofrera um abrandamento notável. Mesmo assim foram dados passos significativos na criação de futuras delegações no Seixal e em outras zonas de forte implantação da imigração cabo-verdiana. Houve ainda realizações de apoio e solidariedade à luta do povo de Timor-Leste e palestras de Corsino Fortes e Daniel Graça. O apoio financeiro dos Governos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau foram fundamentais para a realização das actividades programadas.

As queixas foram apresentadas na Assembleia de 1 de Janeiro de 1980.¹²

A Associação Caboverdeana

A 14 de Novembro de 1980, Nino Vieira, aproveitando um certo descontentamento da população, devido à degradação do nível de vida, derrubou Luís Cabral com um golpe militar. Seguiu-se uma certa perseguição aos cabo-verdianos que viviam na Guiné-Bissau e a as relações entre os dois países, antes bastante amistosas, ficaram bastante tensas.

A tomada de posição de Cabo Verde levou a que a Assembleia-Geral se reunisse em Fevereiro de 1981 para analisar a situação. A decisão não poderia ser outra que não fosse a transformação da Associação de Caboverdeanos e Guineenses em Associação Caboverdeana.

Foi então criada uma Comissão para revisão dos Estatutos de forma a estarem de acordo com a nova realidade.¹⁴ Alterados os Estatutos e a denominação da Associação – Associação Caboverdeana – realizou-se a 31 de Maio de 1981 uma Assembleia Eleitoral.¹⁴

Durante o mandato a Comissão Directiva participou em várias reuniões com diversos organismos para um melhor equacionamento do problema da alfabetização, colaborou com a Comissão Eleitoral em campanhas de esclarecimento sobre as eleições para a Assembleia Nacional Popular, fez reuniões de trabalho com imigrantes cabo-verdianos em Sines para a criação de uma associação naquela localidade, reuniu com a Câmara da Amadora para tentar resolver os problemas relacionados com a habitação dos cabo-verdianos do Bairro das Fontainhas e festejou condignamente o 5 de Julho. No fim do ano organizaram um baile na FIL com os conjuntos “Voz de Cabo Verde” e “Tulipa Negra”.

Também foi iniciado um arrojado empreendimento, que recebeu um nome cheio de simbolismo – “Nô Djunta Môn” – um projecto integrado de educação de base e que abrangia especificamente as áreas de alfabetização, saúde e planeamento familiar. A zona escolhida para funcionar como projecto-piloto foi o Bairro do Alto da Damaia. Estava previsto ter uma duração mínima de 4 anos e custos de cerca de 90.000 euros a ser financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Direcção Geral de Adultos. A Associação Caboverdeana passou a ter uma participação mais activa no programa “A Voz da Solidariedade”.

A 26 de Fevereiro de 1983 foram eleitos os novos Corpos Sociais da Associação.¹⁵

Em Maio de 1983, a Santa Casa da Misericórdia subiu a renda, o que não favoreceu em nada as finanças da Associação. As receitas próprias da Associação que eram as quotas e os proventos resultantes das realizações de ordem cultural e recreativa eram inferiores às despesas. A cobertura das despesas só foi possível graças ao apoio, nunca negado, da Embaixada e do Governo de Cabo Verde. Passou a haver melhor informação sobre Cabo Verde na medida em que o jornal “Voz do Povo” e o “Boletim Oficial” passaram a se receberem com mais regularidade. Uma nova iniciativa cultural, as “Tardes Caboverdiana” trouxeram à Associação gentes das letras como Manuel Ferreira e Gabriel Mariano e da música como Luís Rendall e Bana. O projecto “Nô djunta môn” prosseguiu com bastante aceitação por parte dos imigrantes. Durante este mandato o desporto continuou a ser um dos aspectos mais importantes das actividades da Associação tendo-se realizado dois torneios.

A 08 de Março de 1985 tomavam posse os novos Corpos Gerentes da Associação.¹⁶

A nova comissão directiva teve de enfrentar o problema das infiltrações de água das chuvas no salão mas o pouco apoio do senhorio, a Santa Casa da Misericórdia, não permitiu a resolução dos mesmos, muito embora se tenha sido conseguido da mesma entidade um subsídio de apoio às actividades sociais a desenvolver.

Foi iniciada a publicação do boletim informativo “Mantenha” que veio reforçar os laços com os sócios e com a comunidade em geral. Realizaram-se dois torneios de futebol, o primeiro durante os festejos da Independência de Cabo Verde e o segundo por alturas das comemorações da morte de Amílcar Cabral para além de provas de atletismo. Também houve torneios de Bilhar, Oril e Damas que trouxeram à sede muitos imigrantes cabo-verdianos. O projecto “Nô Djunta môn” prosseguiu com o sucesso dos anos anteriores e apoio de entidades portuguesas e cabo-verdianas. A 12 de Maio de 1985 foi possível reunir numa “Tarde Caboverdeana” um notável leque de artistas: Titina, Luís Morais, Cesária, Ana Emília, Zenaida, Celina e Amândio Cabral.

As elevadas despesas da Associação foram mais uma vez cobertas graças aos apoios de Cabo Verde e da Santa Casa da Misericórdia.

Nos anos de 1988 a 2009 foi desenvolvida uma intensa actividade, impossível de descrever nestas curtas linhas. Importa, no entanto, sublinhar que, presentemente, o objectivo dos novos Corpos Gerentes é o saneamento económico, a reconquista dos sócios e a dinamização das actividades culturais e sociais da Associação, para além de uma revisão dos Estatutos que permitam, nomeadamente, a entrada como sócios de pleno direito a amigos de Cabo Verde detentores de outras nacionalidades que não a cabo-verdiana.

Também está a ser equacionado o problema da nova vocação da Associação Caboverdeana, agora que a existência de numerosas associações cabo-verdianas espalhadas por Portugal e ilhas, muitas delas criadas com apoio da chamada associação-mãe, obriga a um repensar o leque de actividades que lhe compete desenvolver.

Notas

¹ Jorge Barbosa na Alfândega do Sal, Jaime de Figueiredo na Praia, João Lopes em S. Nicolau, Baltasar Lopes em S. Vicente e Manuel Lopes nos Açores.

² Direcção - Presidente: Dr. Lucas Filipe da Cruz; Vice-Presidente: Terêncio Anahory Silva; Secretário: Dr. Humberto Duque Monteiro Leite; Tesoureiro: Dr. Antero João de Barros; Vogais Efectivos: Eng.º Leonildo Cirilo Monteiro, Adolfo de Oliveira, Dr. Manuel Casimiro de Jesus Chantre; Vogais Suplentes: Eng.º Alberto Rui Santos Machado, Aguiinaldo Mascarenhas Wahnnon, Augusto Serradas; Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Manuel Serradas; Vice-Presidente: Ten-Coronel Luís de Jordão Neves Morazzo; Secretários: Esmeraldo Santos Lopes dos Reis, Dr. Francisco Jacinto Rocha; Conselho Fiscal - Presidente: Dr. Arnaldo Celestino Santos; Vogais Efectivos: Dr. António Caldeira Marques, Dr. Francelino Ângelo Gomes; Vogais Suplentes: Boaventura Ramos Celestino, Afonso Eduiz Ferreira.

³ Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. Lívio Galvão dos Reis Borges; Vice-Presidente: Ten-Coronel Luís de Jordão Neves Morazzo; Secretários: Esmeraldo Santos Lopes dos Reis; Dr. Francisco Jacinto Rocha; Direcção - Presidente: Dr. Lucas Filipe da Cruz; Vice-Presidente: Jorge Tristão de Azevedo Lomelino Velosa; Secretário: Felícia Maria Antónia do Monte-Falco S. Almeida; Tesoureiro: Afonso Eduiz Ferreira; Vogais Efectivos: Adolfo de Oliveira, Eng.º Alberto Rui Santos Machado, José Mateus Spencer; Vogais Suplentes: António João Monteiro Sousa, Duarte Nuno Coelho Lemos, Ten. Francisco Xavier dos Santos Silva; Conselho Fiscal - Presidente: Eng.º José

dos Reis Borges; Vogais Efectivos: Aguinaldo Mascarenhas Wahnon, António do Rosário Brito, Vogais Suplentes: Boaventura Ramos Celestino, José Nereu Santos.

⁴ Em reunião de Direcção, realizada a 4 de Fevereiro de 1974 e alargada aos outros Corpos Gerentes, para preparação de uma lista eleitoral, foi sugerida pelo Presidente da Assembleia Geral, Dr. Lívio Reis Borges a seguinte composição: Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. Honório José Barbosa; Vice-Presidente: Manuel Lopes; Secretários: Dr.^a Lucília Neves Lemos, Dr. Sérgio Teixeira Leal; Direcção - Presidente: Eng.^o Alberto Rui Machado; Vice-Presidente: Dr. António Caldeira Marques; Dr.^a Filipa Serradas, Eng.^o Carlos Machado, Eng.^o Alexandrino Gomes, António Gonzaga de Sousa Martins; Conselho Fiscal - Presidente: Pedro Barbosa Serrano; Vogais Efectivos: António Brito, Alberto Vicente Ferreira.

Mas o indigitado Presidente da Direcção, alegando razões particulares, não aceitou dizendo que preferia continuar como responsável pela publicação do boletim "Presença Cabo-Verdiana". Essa recusa iria condicionar os destinos da Casa de Cabo Verde perante evoluções políticas inesperadas que estavam a chegar.

⁵ Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. Honório José Barbosa; Vice-Presidente: Dr. Manuel Chantre; Secretários: Dr.^a Lucília Neves Lemos, Dr. Sérgio Teixeira Leal; Direcção - Presidente: Dr. António Caldeira Marques, Vice-Presidente: Jorge Tristão de Azevedo Lomelino Velosa; Secretário: Esmeraldo dos Santos Lopes dos Reis; Tesoureiro: Ten. Francisco Xavier dos Santos Silva, Vogais Efectivos: António Barbosa Carreira, Manuel Luís Fontes, Duarte Nuno Coelho Lemos; Vogais Suplentes: António João Monteiro Sousa, Óscar Lima Coelho Velosa, Eurico António Pinto Monteiro; Conselho Fiscal - Presidente: Dr. Lucas da Cruz; Vogais Efectivos: António do Rosário Brito, José Mateus Spencer; Vogais Suplentes: Alberto Vicente Ferreira; Director do Boletim Presença Cabo-Verdiana: Eng.^o Alberto Rui Machado.

⁶ Coordenação: Esmeraldo Reis; Pelouro Social: Maria do Rosário Chantre de Sousa; Pelouro Cultural: Manuel Lopes; Tesoureiro: Francisco Santos Silva; Pelouro Administrativo: Celso Ramos Celestino

⁷ Esmeraldo dos Santos Lopes dos Reis, Francisco Xavier dos Santos Silva, Manuel Rambout Barcelos, Nataniel Nonato de Jesus Rodrigues, Leonildo Cirilo Monteiro.

⁸ Assembleia Geral - Presidente: João Baptista Almeida Morais; Vice-Presidente: Georgina Maria Augusta Benrós de Melo; Secretários: Israel Bello Lima Barros, Maria de Lourdes Monteiro, Comissão Directiva - Relações exteriores: Pedro Burgo; Assuntos Sociais: Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais; Cooperação e Solidariedade: José Manuel da Cruz; Alfabetização: Bartolomeu Simões Pereira; Informação e Propaganda: Cândido Desidério Santana; Recreativo e Cultural: Augusto Duarte; Administrativo e Financeiro: Lourenço do Rosário Firmino Lopes.

⁹ Assembleia Geral - João Baptista Almeida Morais, Georgina M^a Augusta Benrós de Mello, Maria de Lourdes Dias Monteiro, Daniel Lopes da Graça, Viviana Benrós de Mello; Comissão Directiva - Pedro Martins de Burgo, Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais, Augusto dos Santos Duarte, Bartolomeu Simões Pereira, Viviana Benrós de Mello, Israel Bello Lima Barros, Lourenço Rosário M. Lopes.

¹⁰ Assembleia Geral - Eleutério Teixeira, Silvino Cesário Lopes, Celestino Maria Mendes Costa, Alexandre Medina Correia; Comissão Directiva - Tomás Salvador Paquete, Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais, Pedro Martins de Burgo, Alberto José Barbosa, Bartolomeu Simões Pereira, Daniel Lopes da Graça, João Baptista Alves.

¹¹ Assembleia Geral - Bartolomeu Simões Pereira, Maria de Lourdes Dias Monteiro, Filomena Serra, José António Cohen Serra Rocheteau; Comissão Directiva - Alexandre Medina Correia, António Pedro da Costa Delgado, Celestino Maria Mendes Costa, Simão Antero Vieira Fontes José Barbosa, Carlos Alberto Fortes Lima, Dulce Valadares Dupret, Pedro da Mata Lima.

¹² Assembleia Geral - Pedro Mata Lima, Teófilo Spencer Lopes de Carvalho, Nelson de Jesus Nunes Lobo, João Monteiro Rodrigues; Comissão Directiva - Armindo Cipriano Maurício, Filomena de Jesus T. Frederico Delgado, Mário Alberto Tavares Alves Andrade, José Correia, Álvaro Apolo da Luz Pereira, Amâncio Varela, Jovino Fernando de Oliveira Peres.

¹³ A Comissão era constituída por Álvaro Apolo, Armindo Maurício, Pedro Burgo, João Morais e José Lopes Graça.

¹⁴ Assembleia Geral - Álvaro Apolo da Luz Pereira, Miguel Costa, Jovino Fernando de Oliveira Peres, Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais; Comissão Directiva - João Monteiro Rodrigues, Viviana Benrós de Mello, Margarida de Lourdes Rocha Cardoso, João Barros, Armindo Cipriano Maurício, João Baptista Alves, Filomena Lima, José Lopes Graça.

¹⁵ Assembleia Geral - Armindo Cipriano Maurício, Joana Capristana Cruz, Manuel Vaz, José Maria Varela Borges. Comissão Directiva - Jovino Fernando de Oliveira Peres, João Monteiro Rodrigues, Margarida de Lourdes Rocha Cardoso, José Lopes Graça, Benfeito Mosso Ramos, Joaquim Lopes Correia, Bartolomeu Bonaparte Silva, Pedro da Mata Lima.

¹⁶ Assembleia Geral - João Baptista Alves, José Maria Varela Borges, Joaquim Lopes Correia, Joana Capristana Cruz. Comissão Directiva - João Monteiro Rodrigues, Bartolomeu Bonaparte Silva, José Lopes Graça, Margarida de Lourdes Rocha Cardoso, Adriano Andrade, Álvaro Apolo da Luz Pereira, Manuel Vaz, Pedro da Mata Lima.

Ser associativo *Being associative*

José Lino Neves*

Chamo-me José Lino Neves, tenho 34 anos de idade, sou português, filho de pais cabo-verdianos, da Ilha de Santiago. Cresci e vivi a maior parte da minha vida em Carnaxide, no Concelho de Oeiras tendo iniciado os primeiros contactos com o mundo associativo aos 12 anos de idade por intermédio do Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 908.

A base religiosa (católica) e associativa (Djunta Mon) tradicional do interior de Santiago esteve sempre presente a nível familiar ajudando-me, ao longo dos anos, a construir progressivamente um pensamento associativo. Na minha opinião, esta cultura religiosa e associativa foi, igualmente, fundamental para a criação de associações de cariz social, cultural e desportivo por parte das muitas comunidades de imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes a residirem em Portugal.

O meu ingresso na Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP) aconteceu na altura em que tomei conhecimento da existência de um *workshop* gratuito de danças tradicionais africanas. O projecto tinha vitalidade, inovação, brilho e energia e, como tal, a opção de participar nos *workshops* realizados em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, aconteceu de forma imediata e natural.

Abordando a questão cultural a partir de uma perspectiva aberta e acessível a jovens e audiências de várias proveniências, a BYP teve um papel preponderante quer na adesão dos jovens ao projecto, quer na adesão da sociedade portuguesa, que participa nos eventos artísticos promovidos pela associação.

A BYP fundada em Portugal, em 1996, pelo coreógrafo e bailarino angolano Júlio Leitão teve, no momento da sua criação, apoios cruciais da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), bem como da Câmara Municipal de Oeiras (CMO). A visão partilhada pela FLAD, CMO e por outras entidades e activistas comunitários da necessidade em se mobilizar a cultura e as comunidades constituídas por descendentes de emigrantes africanos foi a condição necessária e fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade da associação. Além disso, a experiência norte-americana da integração de comunidades imigrantes por intermédio das artes é, decerto, uma das mais alargadas e de maior sucesso a nível mundial, pelo que as boas práticas desta experiência constituíram, sem dúvida, uma referência de grande importância durante os anos iniciais do projecto.

Sendo Oeiras um concelho com uma forte concentração de população africana, tornou-se o lugar ideal para que a associação pudesse subsistir ao longo dos tempos, ainda que com escassos recursos. Por outro lado, a promoção e a afirmação da

* Membro da Direcção da Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal – BYP / Member of the Board of the Cultural and Youth Association “Batoto Yetu Portugal” – BYP.

cultura “Afro” junto das camadas mais jovens, de descendência africana, a residirem no concelho, constituiu um forte incentivo para a mobilização e participação destes jovens nos eventos promovidos pela associação.

A BYP está sediada em Laveiras, Caxias, num bairro habitado essencialmente por cidadãos timorenses, de origem africana e portugueses, entre eles indivíduos de etnia cigana. Desde 1996, a associação desenvolve um trabalho de apoio junto das crianças e jovens da Área Metropolitana de Lisboa, estando aberta a todos os que se identificam com o seu espírito e ritmo. Naturalmente, as crianças e jovens luso-africanos são os que mais se identificam com esse espírito, constituindo, como tal, a maior parte do corpo artístico da associação.

Desde a sua criação, a associação pretendeu sempre adoptar uma abordagem pró-activa junto da comunicação social, promovendo uma imagem positiva e sem preconceitos do trabalho artístico realizado pelos seus jovens de origem africana. Este tipo de valorização positiva realizado pelas comunidades de origem africana e/ou de outras proveniências junto da comunicação social continua a ser uma necessidade actual da nossa sociedade.

A BYP, que é uma organização sem fins lucrativos, constituída por jovens amadores, criou um *produto* com valor de mercado, que potenciou o desenvolvimento de uma consciência e prática associativas. Esse valor de mercado permitiu, ainda, que com muito trabalho, se pudesse mais tarde estabelecer outras parcerias, que ajudaram a reforçar o trabalho associativo. Este modelo de auto-sustentabilidade assente num *produto novo* – espectáculos da Batoto Yetu - apresenta-se como uma forma de empreendedorismo e ao mesmo tempo de valorização do vasto conhecimento cultural, que se encontra nas comunidades imigrantes.

Ao longo dos anos, a BYP já integrou, apoiou e formou nos seus *workshops* e actividades cerca de 1000 jovens, músicos e bailarinos. Na área artística destacam-se os seguintes jovens: Telmo Moreira, que começou a dançar no grupo com 8 anos; Paulo Jorge, que é um reconhecido DJ nacional - DJ Enigma; Cláudia Semedo, que é uma jovem cineasta e apresentadora; José Barradas (Dubá), Campeão da Europa de Muay Thai no *World MuayThai Council* e Filipe Albuquerque, actor e bailarino. Muitos outros exemplos se poderiam referir e todos constituem uma imensa força positiva para os jovens que frequentam a associação. Se é verdade que estes frutos positivos surgiram do talento, formação e dedicação individual de cada um, não podemos deixar de referir que todos eles foram cedo cativados pela associação e pelo trabalho que esta desenvolve.

Procuramos através da dança, música e trabalho associativo de cariz social incutir valores de cidadania e reforçar o desenvolvimento da auto-estima das crianças e dos jovens que frequentam a associação. Esperamos assim que estas crianças e jovens adquiram por mérito próprio as ferramentas necessárias para se melhor posicionarem, do ponto de vista sociocultural, na sociedade onde vivem, contribuindo assim para um Portugal melhor, mais forte, intercultural e cosmopolita.

Além do rigor e beleza da performance artística, a BYP valoriza, igualmente, a componente social e educacional, nomeadamente através do aproveitamento escolar, da formação de cada elemento e da sua interrelação com o grupo.

A nível associativo a formação apresenta-se como uma ferramenta fundamental para o crescimento individual dos seus recursos humanos e para o aumento da credibilidade das instituições a que pertencem. Só desta forma se poderão criar instituições com capacidade de realizar projectos de maior qualidade. Esta formação pode ser obtida quer pelos estudos universitários, quer por um estudo auto-didacta ou por outras vias alternativas. A BYP considera a formação como um elemento-chave para o desenvolvimento individual e colectivo e, como tal, promove a atribuição de bolsas de estudo aos jovens associados com melhor aproveitamento escolar. O reforço e a valorização da formação e da capacitação de cada indivíduo, ou associação, com competências técnicas actuais, úteis e direccionadas para o mercado de trabalho é um princípio que tem norteado as práticas da associação.

Dados estes valores e princípios, a participação no elenco artístico está directamente associada a um bom aproveitamento escolar e uma boa interrelação dos jovens com o grupo. São acarinhadas particularmente as manifestações de perseverança, entre-ajuda e honestidade, tão preciosas na formação da personalidade adulta.

Os desafios são complexos e variados, mas as dificuldades têm vindo a ser, gradualmente, ultrapassadas com muito espírito de “Ser Associativo”.

Em Junho de 2006, a associação alargou a sua rede de parcerias, através da candidatura como entidade promotora a um projecto no âmbito do Programa Escolhas (Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural). Este passo foi importante para abrir novas perspectivas de trabalho aos jovens que cresceram na associação e garantir assim uma maior sustentabilidade da mesma.

Um dos objectivos estratégicos da associação é a realização de projectos de cooperação internacional e de apoio ao desenvolvimento em África. Esta área de actuação decorre da concretização do objectivo final do conceito Batoto Yetu a nível internacional. Junto dos jovens que frequentam a associação existe um grande interesse por conhecer África, as suas danças, as pessoas e as paisagens. Sempre que foram realizadas iniciativas em África (Cabo Verde e Angola) a adaptação foi sempre excelente e deixou sempre saudades junto dos jovens locais.

Sendo a BYP uma associação virada para a valorização e promoção da cultura africana teve sempre como objectivo a intervenção nos países de origem, ajudando a melhorar as condições de vida das comunidades locais e apoiando-as no seu processo de transformação. Pretende-se, assim, dinamizar um movimento recíproco de aprendizagem, desenvolvimento e transformação social, entre as comunidades dos países de origem e as comunidades nos países de imigração. No entanto, reconhecendo alguma falta de experiência e de capacidades estruturais da associação na promoção de projectos de apoio ao desenvolvimento, tentamos colmatar essa fraqueza através de um aumento de parcerias com outras associações, outras enti-

dades, outras pessoas, outras visões, que permitam reforçar o saber, a experiência e os recursos da BYP.

Uma forte troca de experiências e conhecimentos entre os países de origem e as associações de imigrantes é, do meu ponto de vista, bastante importante para sensibilizar para o associativismo as populações que vivem em países com um menor grau de democracia e, ao mesmo tempo, manter as associações de imigrantes com os “pés assentes na terra” e conscientes das potencialidades e responsabilidades que têm no trabalho voluntário que realizam.

O movimento associativo em Portugal, e não só o imigrante, poderá ter um maior desempenho a nível social se conseguir criar novas sinergias com as gerações mais recentes, cativando-as através de acções inovadoras, com vista a reforçar o exercício da cidadania da população, como um todo.

A capacidade de adaptação dos dirigentes e das estruturas das associações às dificuldades e oportunidades de hoje fará toda a diferença no desempenho das mesmas face aos desafios de amanhã.

Associação Espaço Jovem – Um testemunho ***'A Space for Young People' Association – A testimony***

Alcides Mendes*

Nasci em Luanda, a 5 de Janeiro de 1971, no bairro do Sambizanga (Bairro da Lixeira, Largo do Bota Fogo). Os meus pais, Nicolau Mendes e Luísa da Moura são ambos cabo-verdianos. Em Angola estudei na Escola 235 no Sambizanga até à quarta classe e depois completei o quinto ano na Escola 1º de Maio.

Comecei a ajudar os meus pais muito cedo. Com 14 anos já tinha de dar de comer aos animais e limpar os currais. Ajudava, também, a minha mãe a vender no mercado. Levantava-me às 6 horas da manhã para ir para a fila comprar pão e quando íamos fazer as compras no supermercado tinha de levantar-me às 3 da manhã para poder ter lugar na fila para comprar arroz, óleo e outros bens, que por vezes nem se conseguiam arranjar. Em Angola era preciso acordar cedo para tudo.

Fazia parte dos grupos de jovens da Igreja de São José e, embora vivesse numa zona muito difícil, já organizava torneios. Quando fiz 18 anos resolvi ir trabalhar para poder ganhar algum dinheiro. A escola ficava muito longe da minha casa e não tínhamos transporte, por isso fazíamos o caminho a pé, que era mais ou menos como ir de Queluz ao Rossio. Decidi ir trabalhar para a construção civil, que na altura era o único trabalho onde se ganhava bem. Durante dois anos trabalhei numa empresa de construção civil e numa empresa de construção técnica. Aos 19 anos, resolvi vir viver para Portugal para melhorar a vida.

Sou neste momento Presidente da Associação Espaço Jovem, associação que fundei com mais três jovens do Bairro de Santa Filomena, na Amadora.

Cheguei a Portugal nos anos 90 do século passado, vindo de Angola. Quando cheguei fiquei logo decepcionado com o que vi em Portugal e com o racismo camuflado que existia neste país.

Fui então viver para o Bairro de Santa Filomena e passados 10 dias já estava a trabalhar nas obras. Não tinha outra alternativa, era preciso pagar a renda e a comida. No início foi muito difícil, tinha de acordar às 6 da manhã para apanhar o comboio e chegar a horas ao emprego. Para trabalhar nas obras é preciso ter muita visão porque os portugueses tentam sempre dar os trabalhos mais pesados e mais sujos aos africanos.

Inicialmente, tive de fazer o que me mandavam, mas passados 4 meses já não aceitava fazer o trabalho que os próprios portugueses se recusavam a fazer, por isso tive que mudar muitas vezes de emprego. Na altura era servente, mas aprendi muito

* Presidente da Associação Espaço Jovem, Bairro de Santa Filomena, Amadora/ President of 'A Space for Young People' Association, Santa Filomena Neighbourhood, Amadora.

rapidamente, caso contrário tinha que estar sujeito a pegar na pá e na picareta e a ser injuriado. Foi então que passei a trabalhar como ladrilhador. Aí as coisas melhoraram quer no relacionamento com os outros colegas quer no vencimento.

Na aquela altura os patrões não descontavam para a Segurança Social nem havia seguro e trabalhávamos como clandestinos, sem documentos. Como estava a trabalhar tentei legalizar-me. Perguntei o que tinha de fazer e foi-me apresentada uma advogada, que me pediu os documentos necessários e mais o pagamento de 250 euros. Como precisava dos documentos paguei o que me foi pedido, tendo sido informado que dentro de um a dois meses teria a minha situação regularizada. Fiquei à espera e sempre que lhe perguntava pelos documentos dizia-me que era preciso mais dinheiro ou então que a documentação estava a chegar. Entretanto, passou-se um ano e eu já tinha gasto 1000 euros com a advogada e ainda continuava sem os documentos. Foi então que decidi ir pessoalmente ao SEF tratar da minha situação. Aí fui informado que não havia nenhum processo a decorrer em meu nome. Eu nem queria acreditar no que se estava a passar. Tentei em vão entrar em contacto com a advogada. Por fim consegui encontrá-la, na casa da mãe dela, e foi preciso ter muita calma para suportar tudo aquilo. Por fim lá consegui que ela me desse os documentos, mas perdi todo o dinheiro que lhe tinha dado. Então decidi eu mesmo tratar do meu processo, e quando abriu em 1992 o processo de legalização consegui finalmente legalizar-me.

A partir de então comecei a participar nas reuniões das associações de imigrantes e fiquei a saber como lidar com estas situações. Fui, também, convidado pelo Michel, um suíço, que trabalhava na Associação Mãos Unidas para o ajudar na associação. Organizei equipas de futebol de ambos os sexos, grupos de dança e uma colónia de férias para as crianças. Vinha do trabalho e ia treinar quer as meninas quer os rapazes e, aos fins-de-semana, realizávamos jogos com equipas de outros bairros e convivíamos saudavelmente. Contudo, deparávamo-nos com um grave problema, a associação não tinha verba para pagar os transportes das crianças, pelo que tinha de ser eu ou o Michel a pagar as passagens.

Formámos, ainda, grupos de dança e comecei a trabalhar, como voluntário, na associação. Entre 1994 e 1995 integrei um projecto de luta contra pobreza. O projecto trouxe alguma esperança porque havia dinheiro para financiar as actividades e, desta maneira, conseguíamos desviar os jovens dos problemas, que todos nós sabemos que existem nos bairros. Os funcionários da Câmara, da Junta de Freguesia e da Segurança Social eram os técnicos responsáveis e os técnicos monitores das associações faziam os trabalhos que eles propunham. O problema é que este projecto não veio resolver a situação de pobreza do bairro. Foi um engano para os moradores e para os jovens, e o financiamento atribuído ao projecto acabou por ser utilizado pela Câmara para outros fins.

Passados um ou dois anos, já não me lembro bem, o projecto acabou, e tudo voltou à estaca zero. Entretanto, a associação Mãos Unidas decidiu acabar com o grupo de jovens, que deixaram de ter ocupação e ficaram “ao Deus dará”. Ainda tentei fazer alguma coisa só que eu também não podia estar a gastar o meu ordenado para pagar

bilhetes e lanches. Além disso, tinha que governar a minha vida e ainda mandar dinheiro para a terra. Assim ficámos sem actividades durante quase um ano.

Então eu e mais três jovens, o Hugo, o Márcio e o Pilogue, decidimos formar uma outra associação no bairro. E, mais uma vez, nos confrontámos com o problema da falta de dinheiro, pois para constituir uma associação era preciso dinheiro para pagar o notário e para as escrituras. Fomos pedir à Junta de Freguesia, mas fomos informados que só poderíamos ter algum apoio depois de termos a escritura feita. Batemos a várias portas e nada conseguíamos. Os outros jovens já estavam cansados de ouvir não, mas eu como tinha mais esperança fui ter com uma amiga médica, que na altura era presidente duma associação, e que trabalhava no Hospital São Francisco Xavier. Falei com ela sobre o problema que estávamos a passar e ela dispôs-se a ajudar a pagar metade do valor e eu decidi contribuir com a outra metade, tirando do meu ordenado de ladrilhador. Finalmente conseguimos resolver a situação.

Depois deparámo-nos com a falta de espaço para realizar as actividades da associação. Com muita luta e insistência conseguimos arranjar uma sede dentro do bairro, que era uma casa de uma família que ia ser realojada. Fomos à Câmara pedir que nos cedessem o espaço, mas vimos o nosso pedido recusado, pois a casa iria ser demolida. Foi aí que eu e alguns moradores resolvemos, à revelia da Câmara ocupar a casa. Começamos a fazer obras com o pouco que eu tinha, mas cada um fazia o que sabia. Entretanto, os senhores mais velhos do bairro começaram a aparecer e a ajudar a fazer aquilo que hoje é a Associação Espaço Jovem de Santa Filomena.

Desde então começámos a participar nas reuniões das associações de imigrantes e a procurar apoios, o que não foi fácil porque as associações mais antigas utilizam as mais pequenas. Deixei de ter fins-de-semana, pois tinha que participar nas reuniões das outras associações para me inteirar do funcionamento destas. Antigamente era muito difícil conseguir apoios sem ser em parceria com as associações mais antigas.

Batalhámos muito e, por fim, um grupo de uma associação de imigrantes mais antiga propôs-nos um projecto que tinha a ver com a rede digital, convidando-nos para sermos parceiros, a que nós aceitámos de imediato. O projecto permitia a aquisição de quatro computadores, a contratação de um técnico de informática, bem como material de escritório. Chamei os outros membros da associação e, muito feliz, mostrei o projecto e todos ficaram muito contentes. Contudo, chegada a altura de iniciar o projecto, os jovens vieram ter comigo e perguntavam-me pelo Projecto e eu já nada tinha para lhes dizer, pois não havia confirmação por parte da associação que coordenava o projecto. Mais uma vez, os jovens ficaram decepcionados. De facto, este projecto Rede Digital só beneficiou as ditas associações coordenadoras.

Entretanto, realizou-se uma reunião no Cinema Roma para apresentação de um projecto sobre o problema da delinquência juvenil e do abandono escolar: Programa Escolhas. Durante o debate e na apresentação do projecto constatei que o Bairro de Santa Filomena não iria fazer parte do projecto. Por outro lado, a Buraca (Bairro do Alto da Cova da Moura), mais uma vez, tinha sido o bairro da Amadora que iria integrar o projecto. Perante isto, pedi a palavra e perguntei por que razão é que todos os projectos vão para

a Buraca e por que é que nós que nos confrontamos com o mesmo problema não somos beneficiários deste tipo de projectos. O responsável pelo projecto perguntou-me onde fica o Bairro de Santa Filomena, ao que lhe respondi que o bairro fica na Amadora e que tem os mesmos problemas da Cova da Moura. Disse-lhe, também, que não tínhamos nenhuns projectos no bairro para apoiar os jovens e que este projecto fazia muita falta.

Na sequência desse debate ficou combinado que os técnicos iriam visitar o bairro e ver as necessidades existentes, de modo a poder incluir o Bairro de Santa Filomena no Programa Escolhas. Passados uns meses, quando já pensava que íamos, mais uma vez, ficar de fora deste importante projecto, recebemos a visita de alguns técnicos do programa de intervenção, que visitaram o bairro e que contactaram directamente com a realidade local. Foi então decidido que o bairro iria integrar o Programa Escolhas, que tanto veio ajudar os jovens e as crianças. Com o Programa Escolhas conseguimos, em conjunto com os outros parceiros, como é o caso da escola, resolver muitos problemas que antes eram incontornáveis.

Muitas pessoas que não vivem neste bairro e não convivem com estes moradores não sabem as dificuldades que é trabalhar sem meios e ter sempre que fazer ou dizer algo a esta gente que vive com muita dificuldade.

Como Presidente desta associação, que inicialmente se constituiu como uma associação juvenil, temos feito tudo o que é necessário para ajudar todos os que residem no bairro. Trabalhei durante estes últimos cinco anos no Programa Escolhas como mediador e vi que é possível resolver os problemas que existem neste bairro. Para isso é preciso que os projectos a implementar no bairro tenham técnicos com vontade de ajudar a resolver os problemas, devendo sempre que possível incluir os jovens do bairro nos projectos. Na Amadora éramos o único bairro que tinha só um projecto a funcionar.

Enquanto não se agarrar o problema do bairro pela raiz nenhum projecto vai conseguir acabar com a delinquência juvenil e com o abandono escolar. Bem sei que não é fácil mas também sei que não é impossível. É preciso pegar na raiz e não nos troncos. É preciso vontade. Basta um gesto para ajudar estas crianças e jovens deste bairro.

Juntos podemos!

Conquista de mundos **Conquering worlds**

Elisabeta Ecaterina Necker*

Cheguei a Portugal no mês de Abril de 2000, logo após ter terminado a licenciatura na Universidade Politécnica de Timisoara, Faculdade de Engenharia Electro-Energética, na Roménia, tendo-me sido conferido o grau de Licenciada como Engenheira de Energia Eléctrica, depois de cinco anos de estudo universitário.

Parti do meu país de origem, a Roménia, com a perspectiva de uma vida melhor e com esperança de encontrar um país onde o facto de ser mulher não significava, à partida, uma desvantagem, onde estaria em pé de igualdade com os homens.

O primeiro contacto com o Ocidente foi bastante chocante quando me vi obrigada a deixar o autocarro, que me levaria a Lisboa, na fronteira de Espanha com a França. A razão era que mesmo tendo um visto para o Espaço Schengen, não cumpria todas as condições que um turista devia cumprir.

Pela primeira vez fui obrigada a pensar como um imigrante e com os poucos conhecimentos de língua francesa, que ainda tinha adquirido dos meus tempos do liceu, convenci um motorista de táxi, a custo, a fazer-nos passar a fronteira.

O motorista aproveitando-se da situação concordou e levou-nos a todos a Bilbau, acompanhado por mais um colega, pois éramos aproximadamente nove pessoas, todos de igual condição. Quando passávamos a fronteira o motorista pediu-me a sorrir para não levantar suspeitas e tudo o que me lembro de lhe dizer em francês foi “Estou muito cansada!”.

Depois de um mês em Portugal, em Junho de 2000, comecei a trabalhar em obras de construção civil como empregada de limpeza pesada, mas a maioria das vezes como servente numa equipa constituída por mim, uma moldava e uma ucraniana. Para podermos comunicar, eu e a colega ucraniana tivemos de aprender as duas a língua portuguesa. Aproveitava, então, as horas de almoço, enquanto os outros estavam a descansar, para aprender a gramática da língua portuguesa.

Como tinha conhecimentos de informática e competências organizativas passei a ser secretária pós-laboral de um empresário romeno, de seu nome individual Ghita Luca, que tinha pessoal imigrante a trabalhar na mesma zona. Desta forma, ajudei a legalizar aproximadamente 80 trabalhadores romenos, instruindo e resolvendo os processos burocráticos e morosos tais como, o preenchimento de formulários, pagamentos, recibos e folhas de Segurança Social.

* Presidente da Associação de Romenos e Moldavos no Algarve / President of the Association of Romanians and Moldovans in Algarve.

Após aproximadamente nove meses de trabalho, durante os quais aprendi a fazer massa para juntas e outros trabalhos de construção, que normalmente são especificamente masculinos, e sabendo que a obra ia terminar em breve, tive a coragem de pedir ao responsável da obra para me arranjar trabalho. Nesta altura, já estávamos em Fevereiro de 2001, e fui promovida a empregada de limpezas nas vivendas de luxo nos Pinheiros Altos e, dado ter conseguido um bom contrato de trabalho, legalizei-me na primeira vaga de legalizações efectuadas em 2001.

Como era uma boa empregada, e também devido ao facto de ser bastante reservada, fui notada pelo director financeiro do grupo de administração dos Pinheiros Altos e comecei a trabalhar só em casa dele em Santa Catarina, Loulé. Ganhando a confiança do Senhor Paul, o director financeiro do grupo Pinheiros Altos naquela altura, ano de 2001. O mesmo ofereceu-me algumas horas de trabalho num bar na *Quinta Shopping*, para substituir uma pessoa que se tinha ido embora.

Foi um período difícil da minha vida, com muitas humilhações, um tempo em que me senti explorada em troca de um ordenado irrisório, mas não queria desistir de maneira nenhuma de sonhar que a minha vida ia melhorar num futuro não muito longe.

No início da primavera de 2001 fiquei grávida e fiquei de baixa médica a partir dos cinco meses de gravidez. Durante a gravidez aproveitava o tempo livre, quando me sentia suficientemente forte, para ajudar os meus concidadãos romenos com problemas que eu já tinha enfrentado, tentando sempre descobrir maneiras de reduzir a burocracia. Comecei a realizar traduções reconhecidas pelo Cartório Notarial, a assistir a diversos processos de inscrição na Segurança Social, aconselhamento referente aos contratos de trabalho e outros.

Tive a minha filha em Fevereiro de 2002 e depois dos 4 meses de baixa maternal, quando deveria regressar ao trabalho, o meu contrato não foi renovado, pois a empresa sentia-se prejudicada pelo meu direito de amamentar, o que levou a uma redução do tempo de trabalho, podendo apenas trabalhar cinco horas por dia.

Entretanto, inscrevi-me no Centro de Emprego em Agosto de 2002 e comecei a receber o subsídio de desemprego. Enquanto desempregada cuidava da minha filha e aproveitei para tirar o primeiro e o segundo nível de Língua Portuguesa como língua estrangeira, curso gratuito promovido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Tentei obter a equivalência do meu curso universitário, mas não me foi concedida a equivalência devido à falta de compatibilidade de algumas disciplinas teóricas que, considero eu, nada têm a ver com o meu curso, por exemplo técnicas de conversação e química, esta última tendo sido, posteriormente, retirada do plano curricular da licenciatura oferecida em Portugal.

Em Março de 2003 estava a ajudar uma pessoa conhecida a procurar trabalho, como empregada de limpeza numa empresa de administração de propriedades, uma vez que não tinha conhecimentos de língua portuguesa suficientes para se apresentar

sozinha a uma entrevista. Enquanto estava a tentar convencer os responsáveis das capacidades e qualidades da minha conhecida estes interrogaram-me sobre as minhas habilitações e conhecimentos. Depois de falar um pouco sobre a minha falta de experiência para trabalhar num escritório apresentei o meu currículo que tinha sempre comigo dentro do carro, à espera da oportunidade certa...

Após algumas horas, a gerente da empresa, a Sra. Fefa Casco Reid contactou-me telefonicamente para me propor um trabalho no departamento de contabilidade. Nem quis acreditar, mas aceitei logo a proposta que me estava a ser feita, bem acima das minhas expectativas!

Em Março de 2003 comecei a trabalhar como assistente administrativa na empresa Crown International Services. Foi-me entregue o livro de cheques logo na primeira semana e mesmo que nunca na minha vida tivesse passado um cheque, tive que aprender rapidamente a fazê-lo porque no final do mês os empregados da empresa tinham que receber. Foi um teste que passei com brio.

Quando no departamento de contabilidade, em que até então era a única funcionária apareceu a minha actual chefe, directora de departamento financeiro, a Sra. Carla Contereiras e a minha carreira começou a progredir visivelmente. Aprendi junto da minha chefe e das minhas colegas de trabalho que na vida tudo é possível quando se quer realmente e formamos uma óptima equipa, que funciona muito bem até ao dia de hoje.

Aprendi muito, introduzimos um sistema informático que fez com que a nossa empresa evoluísse bastante. Comecei a aprender como funciona o sistema fiscal português, aprendi noções de contabilidade totalmente desconhecidas até aquela altura, tirei vários cursos de fiscalidade, secretariado e contabilidade, que me ajudaram muito no meu trabalho.

Em 2006, num momento de impasse para a empresa tivemos que assumir a contabilidade das três empresas que se encontram em nome da minha patroa, a Sra. Shirley Dunne. Fez-se então um acordo com o Gabinete de Contabilidade Sovereign, com sede em Lagoa, um acordo onde se mencionava que nos comprometíamos a realizar a contabilidade das empresas ficando eles responsáveis, na qualidade de TOC de verificar e assinar a nossa contabilidade.

Sendo assim, e como a confiança da minha chefe nas minhas capacidades era grande, investiram num curso intensivo de contabilidade de duas semanas no Gabinete de Contabilidade Sovereign onde aprendi o que significava a contabilidade portuguesa, os lançamentos, o crédito e débito. A partir daquela data a minha responsabilidade na empresa aumentou, sendo hoje responsável pelos pagamentos, processamentos dos ordenados, facturação, lançamentos, pagamentos à Segurança Social, pagamento da retenção na fonte e tentando estar sempre actualizada enquanto as leis fiscais mudam semanalmente.

Em Fevereiro de 2005 assinei a escritura do meu apartamento T2 em Almancil, sendo a primeira romena a conseguir um empréstimo bancário sem fiador.

Este foi o meu percurso em Portugal e o que fez aquilo que sou hoje!

Em Janeiro de 2006, depois de ter sido aprovada com sucesso no exame organizado pela Embaixada da Roménia, em Lisboa, comecei a trabalhar como tradutora reconhecida da mesma e, também, a prestar apoio como intérprete e tradutora no Tribunal Judicial de Loulé, no Posto de GNR de Almancil, da Quarteira, Vilamoura e Faro.

Em Setembro de 2006 e no âmbito dos Concursos Especiais de acesso à Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia, consegui entrar com vista à obtenção do reconhecimento do meu curso universitário. Após ter concluído com sucesso o primeiro exame, o exame de Química, uma disciplina que só tinha estudado no sétimo ano de escolaridade na Roménia, aliás tive orgulho redobrado de ser aprovada apesar do mesmo ter sido realizado numa língua estrangeira. Ainda assim, desisti da Universidade para poder passar o pouco tempo livre que ainda tinha com a minha família e com a minha filha de cinco anos. Também não me agradava nada a ideia de perder o meu tempo com um curso que já tinha tirado e para qual tenho uma Licenciatura.

Em Outubro de 2006 entrei na Assembleia da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Almancil, sendo desde então um membro activo da associação, lutando pelo bem-estar dos alunos, pensando, igualmente, na minha filha, que andava no Jardim de Infância de Almancil.

Em Outubro de 2006, sendo já conhecida como um membro activo da comunidade estrangeira de Almancil, fui convidada para uma reunião em Quarteira onde me encontrei com membros da Associação Graal e do Banco de Tempo de Quarteira para discutir os problemas dos imigrantes, a interculturalidade e outros assuntos de real interesse, tanto para nós como estrangeiros como para a sociedade portuguesa.

Como resultado destas reuniões e das “tertúlias” do projecto “Vamos Utopiar” formámos um grupo de 25 pessoas que representei como porta-voz juntamente com o Sr. Dudas Ion, em Lisboa, no Fórum da Interculturalidade, onde apresentámos as conclusões e as soluções encontradas por nós para alguns problemas que se levantaram durante as reuniões.

De caminho de volta para o Algarve, enquanto escutava as conversas dos participantes do Fórum e o interesse manifesto por estes nos assuntos debatidos durante o mesmo, percebi que a união faz a força. Estabeleci, igualmente contacto com os membros do Banco do Tempo de Quarteira, a Sra. Gilberta e a Sra. Isabel Pinto que me fizeram ver com outros olhos a nossa integração na sociedade portuguesa.

Em Dezembro de 2006 comecei a preparar, com o apoio de uma amiga minha da República da Moldávia, a Sra. Mariana Melintii e com o Sr. Ion Dudas, um Cabaz de Natal para angariar fundos para criar uma associação de apoio aos meus conterrâneos. A extracção da rifa que ganhou o Cabaz de Natal foi realizada na Igreja Ortodoxa de Faro com o apoio do Sr. Padre Ioan Rasnoveanu.

No dia 5 de Janeiro de 2007 assinámos a escritura da *Doina - Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos no Algarve*, escritura que foi publicada no Diário da República em 19 de Fevereiro de 2007.

A nossa primeira acção, o “Concurso de Miss Martisor”, combinação de tradição, divertimento e alegria, foi um sucesso a nível local. A realização do evento não foi difícil, mas achava que estava a dever um evento desta envergadura aos meus conterrâneos, para demonstrar que na vida trabalhar não é tudo e que temos de parar, de vez em quando, e relembrar aquilo que somos, dar a conhecer as nossas tradições, incentivar os nossos adolescentes e apoiar as nossas crianças mais pequenas.

As organizações com quem colaboramos actualmente são as seguintes: ACIDI, Junta de Freguesia de Almancil, ASCA Almancil, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Almancil, Banco de Tempo Quarteira, Graal Lisboa, Posto de GNR Almancil, de Quarteira, de Vilamoura, de Loulé, de Faro, Tribunal Judicial de Loulé, Consulado Honorífico da Roménia de Vilamoura, Câmara Municipal de Loulé, CLAII Faro, Embaixada da Roménia de Lisboa, Instituto Cultural Romeno de Lisboa e Igreja Ortodoxa de Faro.

Actualmente a Associação Doina tem dois anos e meio desde o dia da assinatura da escritura e olhando para trás reconheço as dificuldades passadas, mas não posso deixar de reconhecer e sorrir comigo mesma por cada um dos sonhos que se tornaram realidade. Foi um caminho feito passo a passo, caminho percorrido com dignidade e com o cuidado de conservar os princípios fundamentais, nos quais a Doina foi criada: a amizade, o respeito e a humildade.

Existiram momentos em que estivemos prestes a desistir mas depois de pouco tempo damos conta que não podemos, de maneira nenhuma, desistir de ter esperança e de sonhar. Fazemos isto por nós e pelos nossos filhos.

Considero que o mais importante é que, mesmo sonhando, temos perfeita consciência do impacto que as nossas acções podem ter e estamos conscientes de outras realidades, por exemplo da realidade de um imigrante que muitas vezes está em Portugal só para ganhar dinheiro o mais depressa possível e voltar para o país de origem o quanto antes. Um imigrante que prefere não se integrar na comunidade e que nem sequer tenta ganhar algumas raízes, ao fazê-lo esquece que os filhos não querem a mesma vida, que para eles o dinheiro não é tudo. Eles precisam de amigos, precisam de sair e de se divertir, sem se sentirem diferentes e discriminados apenas pelo facto de falar outra língua, e é com estes jovens que estamos a trabalhar porque achamos que é importante e que são eles que representam o futuro de uma Europa de todos.

Temos um grupo folclórico criado em Maio de 2008 e desde então estiveram presentes em mais de 20 espectáculos, dando a conhecer a nossa cultura e as nossas tradições, e o mais interessante é que eles consideram-se como fazendo parte da família Doina, tal como aqueles que frequentam a Escola de língua romena e muitos outros que chegam até nós.

Sobre o grupo folclórico posso dizer que este é formado por jovens entre os 14 e os 25 anos, que na brincadeira, ou não, me chamam de “mãe”, e só tenho 34 anos, mãe de uma filha de 7 anos! No início o trabalho foi muito árduo porque trabalhar com adolescentes requer muitíssima paciência, mas o facto de saber que de algum modo contribuímos para os formar foi e é muito gratificante. Há pouco tempo deram, aos mais velhos, uma preciosa lição: num desfile multicultural organizado pelo Banco de Tempo de Quarteira e pela Doína, quando estavam prestes a actuar no palco o CD de música não funcionou. Eles ficaram parados sem saber o que dizer ou fazer. Houve outros grupos na mesma noite que desistiram pela mesma razão, mas eles não seguiram o mesmo caminho. Dançaram 3 danças sem música, só com os aplausos frenéticos da vasta assistência que tentava acompanhar o ritmo deles. Foram fantásticos e depois do espectáculo os mesmos jovens confessaram que o palco poderia abrir e cair mas eles nunca iriam desistir sem lutar.

O que pode ser mais gratificante do que isto? Eles demonstraram que o nosso trabalho não é em vão.

Nem sempre consigo fazer aquilo que me proponho fazer, mas tento sempre não me desiludir muito com os fracassos. Existem vários casos quando as pessoas nos procuram e nos pedem ajuda em situações que ultrapassam a nossa capacidade de resposta. São pessoas com doenças, pessoas com dificuldades e também existem as pessoas que depois de acidentes de trabalho ficam incapacitadas e vêem a vida delas com um futuro muito cinzento. A resposta da Rede Social e de outras instituições do Estado é basicamente nula ou demora uma eternidade a dar respostas concretas e tudo que podemos fazer, na maioria dos casos, é confiar naquilo que a comunidade criou: as Associações, as IPSS, a Cruz Vermelha Portuguesa, os empresários e a própria comunidade.

Os problemas com os quais qualquer imigrante se confronta no dia-a-dia são, também, comuns à comunidade receptora, e é por isso que acho importantíssimo a plena integração. Eu sei que existe racismo e que isto representa uma das principais barreiras no caminho da integração mas, às vezes quando gritamos injustiça, devíamos pensar duas vezes se nós próprios não cometemos os mesmos erros.

Tive a oportunidade de ser convidada para a comemoração do Dia de Discriminação Racial e, quase no fim, dei conta que na sala onde se debatia com muita efervescência o tema de discriminação racial existiam duas filas separadas de cadeiras, uma de brancos e outra de cor. Foi por acaso que cada um se sentou assim, mas inconscientemente separámo-nos uns dos outros. Não pude deixar de fazer um comentário em público. E, quando o fiz, algumas pessoas levantaram-se e misturaram-se com os outros, criando aquilo que devemos ser: uma comunidade, mais nada, sem outros nomes, sem outros adjektivos. Uma comunidade.

Se pudesse voltar atrás não mudava muita coisa na minha vida porque agora tenho aquilo que sempre desejei: a felicidade. Sou feliz porque deixei de me preocupar em demasiado, deixei de ter medo e adquiri outros valores. Acredito nas pessoas e acre-

dito em mim. Confesso que nem sempre fui assim e irritava-me com muita facilidade por tudo e por nada, mas aprendi a analisar melhor todas as situações e de não tomar conclusões precipitadas. Alguns podem pensar que as formações e competências não formais não servem para nada, mas posso dizer pela minha própria experiência de vida que aprendi muitíssimo.

Com as minhas colegas da Associação de Pais do Agrupamento de Almancil participei num seminário organizado pelo ACIDI na Escola de Loulé sobre mitos e factos da imigração. Confesso que acreditava que sabia tudo sobre o tema, só pelo simples facto de ser uma imigrante, mas quando nos puseram a analisar uma situação fictícia, uma história sobre uma mãe e um filho, eu vi o pior cenário possível, embora a partir da história que lemos facilmente se podia deduzir tudo o que imaginávamos. Mas a minha mente estava sempre de guarda, sempre a pensar no que é que pode correr mal e esqueci-me de analisar os factos a frio. Conclusão: nem sempre as coisas são aquilo que aparentam ser.

A nossa vida agora divide-se entre família, trabalho e reuniões na Associação, na Junta de Freguesia e muitas outras instituições privadas e públicas que nos contactam todos os dias.

Pela primeira vez em 2009, Almancil foi palco da Festa das Comunidades organizada pelas próprias comunidades. Durante quase 3 meses nos reuníamos: eu, representando a Doina, a comunidade de África e da Venezuela, os representantes da Associação de Pais e alguns portugueses entre quais a minha melhor amiga e colega. Afinal, pessoas com pouca ou nenhuma experiência conseguiram realizar uma festa de enorme sucesso para ficar na história.

O céu é o limite para a nossa imaginação.

Criámos história e deixámos a nossa pegada: o Dia de Criança, que desde 2007, ano da constituição da Doina, está a juntar cada vez mais crianças e pais; o concurso de *Miss Diáspora Romena em Portugal*, o *Desfile Multicultural em Quarteira* e muitos outros eventos. Recriamos as nossas tradições, enriquecendo assim a cultura portuguesa com novos hábitos e tradições.

Nem tudo é sempre cor-de-rosa, não existe uma sede da Associação e normalmente os encontros com aqueles que nos pedem apoio é feito na rua ou na minha casa, por enquanto não existe outra alternativa. De qualquer forma não perco a esperança de que um dia iremos conseguir ultrapassar estes obstáculos, continuando assim a pensar positivo: não temos só uma sede, temos várias. Gosto de ver a parte cheia do copo.

Sinto-me mesmo assim às vezes triste quando vejo o pouco interesse que o associativismo tem em todas as comunidades, as pessoas não fazem ideia do quanto podem mudar pelo simples facto de não estarem sozinhas, de partilhar experiências tanto boas como as outras menos felizes porque a união faz a força. Tentamos sempre encontrar respostas para as dificuldades comuns e para as extraordinárias. Agora por exemplo estamos a preparar uma candidatura para um projecto de formação modular de qualificações que vai permitir obter a equivalência ao 12 ano de escolaridade a todos os interessados, de forma a ultrapassar a crise e de seguir um caminho melhor.

Foi há pouco tempo que um dos nossos jovens nos disse que só falta incentivá-los a serem astronautas porque de resto fazem de tudo: estudam, dançam, cantam, trabalham, são futebolistas e ultimamente, palhaços, empregados de mesa, políticos e muito mais, não necessariamente nesta ordem.

Para aqueles que se perguntam se isto tem futuro, ou se podem fazer carreira disto, só posso afirmar que sim, podem. Temos uma mediadora sócio-cultural que trabalha na Loja de Cidadão, no CNAI de Faro, a vice-presidente Mariana Melentii; temos a secretária, a Sanda Ciora que pensa ser para o próximo ano Coordenadora de um Projecto Escolhas e temos trabalho *part-time* para algumas pessoas. Ninguém trabalha a cem por cento para a Doina, cada um tem o seu próprio emprego e cada um oferece aquilo que pode: um pouco de tempo, um bolo, uma deslocação, uma canção....

Não podemos fazer mais porque existe um outro grande inconveniente: a falta de equivalência e reconhecimento dos diplomas estrangeiros, sendo poucos aqueles que conseguiram trabalhar na própria profissão. A secretária da Doina é jurista mas trabalha como empregada de mesa, a professora da escola em língua romena é psicóloga infantil mas trabalha como empregada de limpeza.

Eu pessoalmente, na minha qualidade de Engenheira de Energia Eléctrica, se vou para o Centro de Emprego sou classificada como "sabe ler e escrever". Tentei obter a equivalência na Universidade de Algarve e o pedido foi indeferido devido a alguns requisitos, que não tem nada a ver com o curso: Técnicas de Conversação, Inglês...

Como não desisto com muita facilidade e, como já atrás referi, inscrevi-me para o mesmo curso tentando obter o reconhecimento inscrevendo-me novamente, mas estava a pôr em causa o meu trabalho e a minha família, sobretudo a minha filha e cheguei à conclusão que a vida é curta demais para estudar duas vezes o mesmo curso e desisti finalmente depois de um ano. Faço o apelo a todos aqueles que têm competência para mudar alguma coisa nesta matéria: Não nos cortem as asas!

Tenho saudades da Roménia, tenho saudades da minha mãe, da minha irmã, do meu pai e de todos os meus amigos, mas quando vou de férias não consigo encontrar tudo aquilo que a minha alma anseia, não consigo reencontrar os sabores e as vivências de infância senão na cozinha da minha mãe. Vou na estrada e tudo está diferente, mudou muito a minha cidade natal, mudou muito o meu país, mas também eu mudei muito. Vejo tudo com outros olhos, já falo a minha língua materna com sotaque, notando-se logo que sou uma "estrangeira". Interessante é o facto de ser considerada estrangeira em qualquer sítio para onde vou. Já não pertenço a um sítio só, pertenço a vários, não sabendo exactamente quais são as medidas. Sou uma cidadã da Europa.

Eu não me sinto estrangeira, imigrante ou outros nomes que alguns gostam de nos dar. O que eu sinto é que eu sou diferente e não vejo mal nenhum nisso, pelo contrário acho que ser original é uma mais-valia.

A vida continua! Onde existe Doina deve existir mudança! Não prometemos nada mas fazemos tudo para conseguir.

Estamos a tentar implementar mudança e o investimento no futuro é a chave do nosso sucesso.

Notas / Apontamentos

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Notas / Apontamentos

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Notas / Apontamentos

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.